



BRAZILIAN JOURNAL OF LATIN AMERICAN STUDIES

30

CADERNOS PROLAM/USP



CARTA AOS LEITORES

O número 30 de Cadernos do PROLAM – *Brazilian Journal of Latin American Studies*, com foco em debates relacionados à América Latina, aporta seus tradicionais nove artigos e uma resenha.

A edição se inicia com o texto “Cuerpo, envejecimiento y espacio, una geografía del envejecimiento en el espacio rural latino-americano”, de Oscar Gerardo Hernández Lara, da Universidad Autónoma del Estado de México, e Júlio César Suzuki, da Universidade de São Paulo, em que o debate de cunho teórico do significado do envelhecimento, capturado pelo corpo, como dimensão fundamental de compreensão da produção do espaço, é ressaltado a partir do diálogo fundamental com Henri Lefebvre.

O segundo texto é de Verónica de la Torre Oropeza, da Universidad Nacional Autónoma de México, “Las elites en México: su arribo, circulación y desempeño en los años 80 y 90”, cuja discussão se fundamenta nos conceitos de elite do poder de Wright Mills e John Scott e na concepção de circulação das elites de Pareto para analisar as dinâmicas dos tecnocratas de alto escalão nas principais instituições de governo nas décadas de 1980 e 1990 no México.

Matheus Felipe Silva, da Universidade Estadual Paulista, em “Eleições diretas ao Parlasul na Argentina e no Paraguai: da representação parlamentar na integração à conformação eleitoral regional na esfera doméstica”, nos brinda com a análise das legislações eleitorais da Argentina e do Paraguai com foco nas eleições diretas ao Parlasul, conforme definição do seu Protocolo Constitutivo.

O quarto texto é de Alejandro Leiva Arcas, da Universidad Católica de Murcia, “Cambios, pervivencias y adaptaciones, la integración de las elites nativas en el virreinato de Perú durante el siglo XVI”, no qual se estabelece a análise da participação dos caciques andinos na conformação da nova ordem colonial com base nas negociações de poder com as elites espanholas.

O texto seguinte “Embodying memories: the women rights movement “#NiUnaMenos” and the women narratives about state repression in Argentina”, de Verónica Ada Abrego, trata da luta pelos direitos femininos contra a violência, a partir

do movimento “Ni Una Menos”, do qual participam, sobretudo, mães e avós da Plaza de Mayo na Argentina.

No contexto das lutas sociais, a análise de Vanderlei Vazelesk Ribeiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, “Florescer e murchar dos laranjais: reforma e contrarreforma agrária numa fazenda peruana (1958-2005)”, aborda o enfrentamento do sindicato campestre para a realização da reforma agrária, no começo dos anos 1970, nas terras da Fazenda Huando, em Huaral, Peru, bem como as dificuldades de gestão da cooperativa de produção criada pelos assentados, além das perdas sociais com a reconcentração das terras.

O sétimo texto, “O protagonismo indígena, constituição plurinacional e interculturalidade na Bolívia”, de Bruna Muriel, da Universidade Federal do ABC, também trata de movimentos sociais, com foco no protagonismo indígena durante a Assembleia Constituinte boliviana em que foi possível evidenciar o exercício de interculturalidade inédito e ímpar, particularmente no que se refere à definição de um Estado Plurinacional, no âmbito jurídico e político na América Latina.

O texto de Araceli Barros da Silva Jellmayer Bedtche, doutora pelo PROLAM/USP, “Antonio Bento e Romero Brest: o movimento abstrato como fluxo universal”, trata de diálogos, no âmbito da crítica da arte e da divulgação da arte abstrata, entre Brasil e Argentina, envolvendo Jorge Romero Brest, Antonio Bento de Araújo Lima e Sérgio Milliet, em que a revista argentina *Ver y Estimar* teve enorme importância.

Ainda no âmbito da crítica, o texto de Michela Craveri, da Universidade Católica de Milão, “Castástrofes, muerte y renacimiento en la literatura maya actual de Guatemala”, analisa a narrativa maia contemporânea em Guatemala, tendo como referência a obra dos ganhadores do prêmio B’atz’ 2007, Leoncio Pablo García Talé e Miguel Ángel Oxlej Cúmez, a partir de sua relação com a sociedade maia atual, do seu sistema simbólico e de sua cosmovisão.

Por fim, a tradicional resenha de *Cadernos do Prolam*, “O sentimento do amor à Pátria latino-americana expresso em palavras. A América Latina: Males de Origem”, foi realizada por Rita de Cássia Marques Lima de Castro, pós-doutoranda da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e professora da Universidade de Mogi das Cruzes, em que se analisa a obra de Manoel Bomfim, *A*

América Latina: Males de origem, escrita, originalmente, em 1903, em que o autor se posiciona contra a leitura vigente de que os males latino-americanos não eram resultantes do povo, mas dos projetos das classes dominantes.

Boa leitura a todos!

Editores dos Cadernos do PROLAM/USP

Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali

Profa. Dra. Lucilene Cury

Prof. Dr. Renato Seixas

Editor Adjunto

Prof. Dr. Sedi Hirano

Editores Assistentes

Fabiana de Oliveira

Francisco Denis Pereira

Letícia Mourad

Milena Magalhães Oliveira

Vítor Amancio Ferreira

Recebido em 29/12/2017.

Aceito em 29/12/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.142097

*CUERPO, ENVEJECIMIENTO Y ESPACIO. UNA GEOGRAFÍA DEL
ENVEJECIMIENTO EN EL ESPACIO RURAL LATINO-AMERICANO*

**CORPO, ENVELHECIMENTO E ESPAÇO. UMA GEOGRAFIA DO
ENVELHECIMENTO NO ESPAÇO RURAL LATINO-AMERICANO**

*BODY, AGING AND SPACE. A GEOGRAPHY OF AGING IN THE LATIN AMERICAN
RURAL SPACE*

*Oscar Gerardo Hernández Lara.*¹

Universidad Autónoma del Estado de México.

*Júlio César Suzuki.*²

Universidad de São Paulo.

Resumen: El objetivo del artículo es presentar una propuesta teórica llamada geografía del envejecimiento en el espacio rural. El cuerpo es tomado como un paradigma para la comprensión del espacio, retomando los argumentos que Lefebvre ofreció en su monumental *La Producción del Espacio*, en relación al cuerpo como síntesis de la tríada de lo percibido-concebido-vivido. Paralelamente, el proceso de envejecimiento se considera un proceso espacial. En los países latinoamericanos, la cuestión del cuerpo como productor de espacio y producido por el espacio, lleva relevancia en medio de una coyuntura demográfica sin precedentes y el avance del agronegocio y agroindustrias frente a poblaciones tradicionales, agrarias o campesinas.

Palabras clave: Cuerpo; espacio; geografía del envejecimiento; América Latina.

Resumo: O objetivo do artigo é apresentar uma proposta teórica chamada geografia do envelhecimento no espaço rural. O corpo é tomado como um paradigma para a compreensão do espaço, retomando os argumentos que Lefebvre ofereceu em seu monumental *A Produção do Espaço*, em relação ao corpo como síntese da tríade do percebido-concebido-vivido. Paralelamente, o processo de envelhecimento é considerado como um processo espacial. Nos países latino-americanos, a questão do corpo como produtor de espaço e produzido pelo espaço, leva relevância no meio de uma conjuntura demográfica sem precedentes e o avanço do agronegócio e agroindústrias versus populações tradicionais, agrárias ou camponesas.

Palavras-chave: Corpo; espaço; geografia do envelhecimento; América Latina.

¹ Graduado en Planeación Territorial, Maestría en Estudios Regionales (Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora), Doctor en Geografía (Universidad Nacional Autónoma de México). Email: o.hlara6@gmail.com.

² Graduado en Geografía (UFMT), con maestría y doctorado en Geografía Humana (USP). Profesor Doctor en el Departamento de Geografía de la Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo y del Programa de Postgrado en Integración de América Latina / USP; e investigador asociado de la Biblioteca Brasileira Mindlin / USP. Correo electrónico: jcsuzuki@usp.br.

Abstract: The objective of this paper is to present a theoretical proposal called the geography of aging in rural areas. The body is taken as a paradigm for the understanding of space, retaking the arguments that Lefebvre offered in his monumental *The Production of Space*, in relation to the body as synthesis of the perceived-conceived-lived triad. At the same time, the aging process is considered as a spatial process. In Latin American countries, the issue of the body as a producer of space and produced by space, takes relevance in the middle of an unprecedented demographic conjuncture and the advance of agribusiness and agroindustry versus traditional, agrarian or peasant populations.

Key words: Body; space; geography of aging; Latin America.

1 INTRODUÇÃO

El objetivo de este artículo es desarrollar una geografía del envejecimiento en el espacio rural, tomando al cuerpo primero como la micro escala espacial y después como paradigma para la comprensión del espacio, así, en el paso del tiempo, el cuerpo-espacio, envejece, configurando un espacio social distinto, diferente al que muestra la historia misma del lugar y del espacio. El enfoque parte de la propuesta de Moraes y Da Costa, quienes señalan a la Geografía como una ciencia de los procesos sociales, donde su objeto geográfico deba “*ser un proceso concreto que posea una relativa autonomía manifestada en la propia realidad, identidad específica que debe ser vista como un segmento de una totalidad mayor*” (MORAES Y DA COSTA, 2009, p. 51); así, se advierte que la geografía estudia fenómenos, los plantea como procesos y los enlaza y contextualiza, determinando sus interconexiones.

Desde esta percepción de la geografía, los procesos -objetos de estudio- son *reales*, estudia las etapas de la conformación de la realidad como se presenta, pues supone, que ésta será una más en ese proceso social de conformación, como parte de una totalidad mayor.

Este enfoque de la geografía se centra en los procesos sociales, por lo tanto, bajo ese planteamiento, adquirimos una cierta concepción del tiempo. Sobre esa base, hablaremos aquí de un tiempo histórico, un tiempo social, más adelante en el artículo se presenta una propuesta analítica al plantear a la edad como una categoría en la cual se expresa el tiempo en el cuerpo, mediante el cual, se modifica el espacio-cuerpo.

2 GEOGRAFÍA E HISTORIA, ESPACIO Y TIEMPO Y SU SÍNTESIS, EL CUERPO

F. Braudel, en una discusión que le toma varias páginas respecto al tema de la historia y su relación con las ciencias sociales y con la *historia social* afirma

Como historiadores, tenemos que ser además geógrafos, economistas y juristas [también se refiere a etnólogos, estadistas y sociólogos en el diálogo entre ciencias sociales y la historia] por nuestra propia cuenta. En lo que se refiere a las sociedades de ayer, también tenemos que preocuparnos de lo que ha durado, de lo permanente, y por tanto en parte de lo actual, de lo que perdura más allá de los cambios, por múltiples y graves que éstos sean, de lo que dura más allá de un incidente, de un periodo y más allá de esto tan pequeño como es una existencia a la escala del mundo y del tiempo (BRAUDEL, 2002, p. 36-37).

Por tanto, se debe considerar la existencia de una geografía de las relaciones sociales, es decir, de sus localizaciones, de sus movimientos en el espacio y sus continuidades en el tiempo, de la expresión corporal del tiempo en el espacio, dando lugar a una relación dialéctica entre la geografía y “*la ciencia de los hombres en el tiempo*” (BLOCH, 2012, p. 50), la historia, “*herramienta de conocimiento e instrumento de medición*” (BRAUDEL, 2002, p. 23).

En este artículo, el interés es el envejecimiento de la población rural, de un conjunto de trabajadores, y con ello, la modificación de relaciones sociales, de la vida cotidiana, contenido de la producción del espacio, sea rural o urbano, uno va ligado a otro.

Pues como Nabarro interpreta, a partir de Wirth, referir al modo de vida urbano es también referir al modo rural pues dice en su tesis que

Para Wirth, analizar el modo de vida urbano es, inevitablemente, rescatar características del modo de vida rural. Entiende al campo y la ciudad como unidades espaciales diferentes, pero interligadas por varios elementos, entre ellos las prácticas sociales que componen el modo de vida [...] En el entendimiento de Wirth, el modo de vida se constituye, por lo tanto, más allá de las ciudades. El hacerse de vida en las ciudades también se realiza por medio del rescate de prácticas oriundas del modo de vida rural. Entretanto, reconoce que la ciudad, en cuanto locus de la heterogeneidad, cuando más crece, hace que las relaciones sociales se tornen cada vez más complejas y

urbaniza los elementos de la vida rural. La grandiosidad, arquitectónica y numérica, de la ciudad interfiere en la conformación del modo de vida urbano (NABARRO, 2014, p. 27-28).

Pero esa relación tradicional es una que se ha analizado desde los flujos de intercambio, considerando como variables las externalidades de las localidades, las relaciones que se presentan entre localidades (casi sin considerar tamaños) rurales y urbanas. Pero, ¿Qué pasa al interior de esos territorios?

Estamos ante el origen de nuevos actores -portadores de características con intensidad y cantidad sin precedentes- en diferentes frentes y bajo distintos enfoques. El cuadro 1 muestra dos tipos de actores, su relación con procesos de cambio y el rol que ocupan en el desarrollo del proceso.

Cuadro 1 - Los nuevos actores en el espacio rural según origen.

Nuevos actores	Proceso que da origen a su aparición	Rol
Externos	Contraurbanización	Ocupación de territorios periurbanos que dan lugar a relaciones distintas, en diferentes esferas, sociales, económicas, territoriales. Conlleva la inclusión de individuos de diferentes edades en territorios periféricos, generalmente de ingresos medios-altos a altos, con posibilidades de movilidad y ocupación territorial permanente.
	Gentrificación	Adquieren terrenos que fueron utilizados con fines identificados en la comunidad de origen: uso agrícola, terrenos para pastura o para fiestas. Modifican incluso las actividades laborales y las relaciones sociales.
	Migración (de retorno)	La influencia social que ejercen los “viejos” habitantes que retornan con diferentes conocimientos y/o experiencias se transmite no sólo entre los de su misma generación, sino también en otras, lo que siembra en generaciones jóvenes expectativas parecidas a los emigrantes que por lo general son familiares o vecinos.
Internos	Participación	La estructura de la población ocupada se ha modificado, no sólo en términos de la ocupación y las cantidades, sino

	femenina diversa	también en cuanto a las personas que se ocupan en general. Además de aumentar su número, la participación femenina también se ha diversificado.
	Envejecimiento	Nuevos actores muy poco estudiados. Son los habitantes que permanecen, no emigran (o lo hicieron y retornaron) y dan paso a un proceso de envejecimiento <i>in situ</i> . Éstos son viejos actores que se convierten en nuevos actores, pues su permanencia así lo demuestra, además de que no se cuenta con evidencias anteriores de este proceso en cuanto a magnitud y tendencia actuales.

Fuente: Elaboración propia.

Una vez que se ha aceptado que hay en realidad nuevos actores, o actores viejos con nuevas características al interior de los espacios rurales, y que a su vez éstos configuran y avivan a los procesos sociales, caben las preguntas ¿qué es y qué contiene un proceso social?, una vez analizado y descrito ¿de qué manera tiene interconexiones con otros procesos?, ¿cuáles son sus límites?, dicho con otras palabras, ¿es posible delimitar procesos sociales, con base en prácticas y saberes espaciales -individuales y colectivas-, con base en “actividades que ocurren en el ámbito de la relación hombre-medio, en su unidad y en el momento de la búsqueda del hombre por proveerse de sus medios de vida” (MOREIRA, 2011, p. 91)?

Se puede adelantar lo siguiente: si el espacio es producido por las sociedades, si contiene delimitaciones temporales y espaciales, si con ello aceptamos que es parte de un contexto más amplio y todo ello histórico, es decir, se halla ante contextos y flujos externos e internos constantes, y si esas sociedades presentan tipos de metamorfosis de acuerdo a esos (in)flujos o son (ex)flujos por sí mismos, entonces la producción del espacio está en íntima concordancia (y en relación) con las variables explicativas de esas sociedades, por mencionar las que interesan en este trabajo: la edad y la movilidad, el cuerpo y sus expresiones/movimientos. Nos encontramos, bajos esos preceptos, ante otras espacialidades, que, como capas, se superponen a las anteriores, históricas, explicativas.

En una sociedad longeva, como comienzan a ser las agrarias y campesinas, añejas y acostumbradas a un mismo *espacio*, a su *lugar*, lo anterior es de importancia, pues nos lleva a considerar esa longevidad y al coyuntural proceso de envejecimiento en

los análisis del espacio rural y confrontarla con su vigencia y permanencia en el desarrollo de ciertas prácticas espaciales, basadas en ciertos saberes espaciales y en determinadas prácticas y actividades derivadas de los saberes espaciales.

Santos menciona que las estructuras del espacio se conforman por elementos homólogos y no homólogos. Entre los primeros, se pueden señalar las estructuras demográficas, económicas o financieras, dice Santos, que se trata de estructuras de la misma clase que pueden considerarse como simples (SANTOS, 1986).

Del segundo grupo de estructuras, encontramos que están formadas por diferentes clases y que interaccionan para formar estructuras complejas, por ejemplo, la espacial. Ello es así pues es

una combinación localizada de una estructura *demográfica* específica, de una estructura de *producción* específica, de una estructura de renta específica, de una estructura de *consumo* específica, de una estructura de clases específica y de un conjunto específico de *técnicas productivas* y organizativas utilizadas por aquellas estructuras y que definen las relaciones entre los recursos presentes (SANTOS, 1986, p. 14).

Al igual que la estructura espacial, continúa Santos, la realidad social es resultado de la interacción entre todas esas estructuras.

Este artículo propone incluir una variable más en el debate y análisis del espacio, específicamente el espacio rural. En el debate actual se habla y analizan las estructuras laborales, las de los orígenes de los ingresos, los movimientos espaciales de poblaciones, así como su temporalidad, la permanencia o pérdida de expresiones socio culturales de arraigo e identidad o el análisis del paisaje, coberturas y cantidades que se refieren a relaciones entre territorio (superficie) e individuos (número, nacimientos, relaciones de género, roles).

Aquellos análisis resultan en definiciones de la ruralidad que incluyen nociones multidisciplinarias como pluriactividad, territorios-interface o periurbanos, nueva rusticidad y nueva ruralidad, ésta última como la propuesta más amplia y que vincula diferentes disciplinas de las ciencias sociales.

La cuestión que se propone aquí es añadir la observación de esas cantidades con el dinamismo que ciertos segmentos otorgan o no a los espacios rurales. Se propone un

análisis del espacio a partir de quienes lo dinamizan. En ese sentido, para la ruralidad, para sus actividades, su intensidad y continuidad, su capacidad de permanencia en diversos aspectos, surgen como actores-activos necesarios aquellos que precisamente han dado forma a ella.

La propuesta a la que este artículo pretende llegar es establecer una geografía del envejecimiento como método de análisis socio-espacial, en el cual se apareje la dimensión espacial con la dimensión social a partir de las siguientes observaciones y advertencias:

- Los individuos producen espacio.
- El espacio es producido en contextos específicos y bajo una línea temporal antecedente al momento presente y así mismo, se proyecta al futuro en un espaciotiempo por haber, pero al mismo tiempo construido.
- El lugar se presenta como la expresión material de la producción espacial de la sociedad y de la línea de la temporalidad.
- La producción del espacio está también determinada por variables y características específicas de los individuos que rebasan o se complementan con otras dimensiones de la vida social.
- El tiempo social y la producción del espacio se ven determinados por quienes los dinamizan.
- Quienes perciben, conciben o producen el espacio, creando lugares mediante procesos de identidad, haciéndolos históricos, envejecen, asimismo sus cuerpos, así la memoria, las referencias (espaciales, colectivas) y las relaciones sociales, puesto que como afirma Carlos (2011, p. 57) “podemos afirmar que las relaciones sociales sólo se pueden realizar en un espacio y tiempo apropiados para cada acto de manifestación de la vida”.

Si en el desarrollo de la geografía humana y sus categorías de análisis se ha hablado primero del espacio, después del lugar, a la avenida o calle, la vivienda, en fin, parafraseando a Santos (2012) “de la totalidad al lugar”,³ en este trabajo se disminuye

³ En especial el capítulo 10. *O lugar: Encontrando o futuro*.

aún más la escala hasta llegar al cuerpo, que, como espacio, produce y es producido por él mismo.

Una cita de Carlos (2011, p. 56), ayuda a redondear lo dicho hasta aquí, en especial con la postura de Moraes y da Costa presentada al inicio de este artículo.

El espacio de habitar es, por lo tanto, real y concreto, es aquel de los gestos del cuerpo, que construye la memoria, porque crea identidades, reconocimientos, pues la vida se realiza creando, delimitando y exhibiendo la dimensión del uso. Encierra también el cuerpo en el sentido de que quien lo usa tiene una presencia real y concreta, la presencia y lo vivido. En ese espacio cohabitan los objetos y el cuerpo.

Así, por naturaleza, de manera esencial y peculiar, la ruralidad, el espacio rural, lo rural, son objetos de estudio de la geografía. Paniagua (2006, p. 86) advierte que hay

Variación espacial en el desarrollo de la geografía rural [pues] tienen diferentes velocidades en las distintas áreas geográficas y científicas que pudiésemos admitir: anglosajona, francesa, latinoamericana o del sur de Europa, lo que determina una gran variación de enfoques

Por lo anterior es que el autor habla de ritmos diferentes en la consolidación de una relación entre la geografía y los estudios rurales. Se trata de ritmos localizados del desarrollo del conocimiento, que no solamente implica diferentes fases, sino también aperturas diferentes de escuelas, enfoques y tendencias.

Paniagua (2006) plantea tres principales fases de la geografía rural que la estructura en el tiempo así:

1. Del periodo de entre guerras hasta los años 70, donde la geografía rural está completamente ligada (dominada) por la geografía regional.
2. De los años 70 a los años 90, periodo en el cual se “renovó” la disciplina y donde el positivismo y el estructuralismo fueron relevantes.
3. A partir de los años 90, ha sido influenciada por las corrientes ambientales y ético-reflexivas.

Del primer periodo podemos decir que es de interés de esta investigación una de las “tesis regionales con un marcado fundamento rural” (Paniagua, 2006, p. 72) que

marcaban los estudios de esa época. Se trata de la relación entre los componentes de la agricultura y la dinámica demográfica.

Otro interés de los estudios realizados en este periodo, dominado por la escuela francesa, fue “*la interacción entre las estructuras agrarias y la propia demografía rural [pues] son los elementos constitutivos del paisaje humano en los espacios rurales*” (PANIAGUA, 2006, p. 72). No es casual el manejo de la categoría del paisaje con relación a la estructura demográfica de las poblaciones, pues este autor español, geógrafo con conocimiento de la geografía regional francesa y de los procesos demográficos que el continente europeo ya ha experimentado, no puede equivocarse en referirse a un paisaje humano –propio- de los espacios rurales.

En fin, “los sistemas de poblamiento” y las “estructuras del poblamiento” eran del interés de los estudios de este periodo. Describían y analizaban el crecimiento de población rural *in situ*, así como a “*los elementos de cohesión, organización y desigualdad social*” (PANIAGUA, 2006, p. 72). A diferencia de esos estudios, aquí se hace referencia a procesos avanzados con relación a aquellos, es decir, procesos incluso resultantes de los anteriores en el paisaje de los espacios rurales: procesos emigratorios, carencia de remplazo en población activa en actividades agrícolas y un novedoso proceso de envejecimiento.

El temario de la geografía rural en este periodo se profundizó a la vez que se expandió; procesos y temas como la migración y el planeamiento se incluyeron en la lista de intereses de la disciplina. Pero la “estática” anterior del análisis de las estructuras de la población se añadió y profundizó en los procesos dinámicos de “despoblación-repoblación”. Lo anterior resultó en tres temáticas esenciales: geografía de la agricultura, geografía social del poblamiento rural y una geografía del paisaje agrario y de los usos del suelo (PANIAGUA, 2006).

Sin embargo, los estudios del paisaje agrario eran criticados por su índole descriptiva, que continuaba como herencia de geografías pasadas, de escuelas que mantenían su influencia en la producción académica, por ejemplo, la francesa.

Más adelante, la subordinación al *boom* urbano llama la atención a los especialistas de la geografía rural. Lo cual los obligó a elaborar otros análisis a partir de los fenómenos que se sucedían por acción de la urbanización.

Es aquí cuando Paniagua (2006, p. 75) plantea tres factores de transformación de la geografía rural:

1. Un alejamiento de la geografía regional. Paniagua indica que e inicia un proceso de emancipación de la escuela anglosajona de la francesa.
2. Una introducción de una agenda nueva. Los procesos de urbanización, y sus consecuencias, por ejemplo, la migración campo-ciudad o las relaciones espaciales entre los centros de población mayores y su *hinterland* exigen precisiones y ajustes en las investigaciones y en los objetos/fenómenos de estudio, así como en los modelos y en los métodos.
3. La introducción de nuevos planteamientos teóricos y metodológicos. Paniagua menciona la introducción de un enfoque, el estructuralismo.

En ese sentido, uno de los grandes temas actuales rurales es la geografía de la población en espacios rurales por las siguientes justificaciones: las “nuevas” poblaciones o el reconocimiento de las nuevas necesidades de la población, lo cual implica la consideración de un proceso de transición demográfica que trae consigo la aparición de actores con características y necesidades específicas, por mencionar, el segmento de población mayor de 60 años, puesto que determinan los procesos espaciales rurales, bajo el planteamiento de este artículo, los actores determinan en buena medida el cómo se desarrollan los procesos espaciales, como lo indica Paniagua (2006, p. 77) *dado que será preciso conjugar el análisis desde la geografía rural con el análisis más poblacional*. Lo que implica atender y estudiar procesos actuales y novedosos en cuanto a intensidad y generalidad como lo es el proceso de envejecimiento en aquellos ambientes rurales en los que la interacción urbana-rural, industrial-agrícola, es importante, pues toca categorías como el trabajo, los mercados de trabajo, la producción o procesos espaciales como la movilidad. El envejecimiento y vejez tienen implicaciones espaciales en la lectura y construcción analítica del espacio, los procesos demográficos más allá de las migraciones y movilidades, por decir, el envejecimiento o el rejuvenecimiento, suman a esa configuración, más aún cuando se trata de un espacio rural, en el cual el trabajo manual no deja de ser significativo, basado en fuerza, dinámica e interacción cuerpo-naturaleza. Es sabido, que estos espacios y relaciones dotaron, y aún lo hacen en varios de ellos, de soporte económico y

demográfico a países y ciudades de América Latina. Ello hace aún más relevante y urgente el estudio del proceso, intenso y rápido, de envejecimiento de poblaciones tradicionales, agrarias o campesinas.

3 HACIA LA VINCULACIÓN DEL ESPACIO Y EL CUERPO.

En la geografía no hay noción más debatida, analizada y polemizada que la de espacio. Se dice que es una categoría, pues marca la existencia de otras. Se afirma que es el objeto de estudio de la geografía, en un marco que también incluye al estudio de las temporalidades, además de diferentes posturas al respecto. El mismo Santos lo afirma como la “fuente de duda más frecuente entre los estudiosos del tema” (1986, p. 3).

Santos (1978, 1986, 1990, 1995, 2006) cuenta con una amplia producción de trabajos que discuten el concepto de espacio. Su definición abarca desde considerarlo como “un conjunto de fijos y flujos” (2006, p. 38), donde el espacio resulta “a partir de un conjunto indisociable de sistemas de objetos y sistemas de acción” (2006, p. 39), hasta su consideración como categoría para el estudio de la sociedad, como factor de la evolución de la sociedad y no como una condición (1986), que además, está formado por “las cosas” –los objetos geográficos, naturales y artificiales-, “el espacio es todo eso más la sociedad” (1986, p. 3).

De Santos, y su muy particular y extendida forma de entender al espacio, podemos extraer conceptos y variables en la explicación de lo que este artículo pretende proponer como un marco teórico de la geografía del envejecimiento. El cuadro 2 resume estos conceptos y variables y su utilidad en esta investigación.

Cuadro 2 - Consideraciones en la construcción y conceptualización del espacio.

Paisaje	Modo en que la configuración geográfica se presenta “ante nuestros ojos en su continuidad visible”.
Procesos sociales	Dan dinámica a los objetos, configuran el paisaje, “representativos de una sociedad en <i>un momento dado</i> ”.
Funciones	Los procesos materializados, desarrollados y observados bajo la consideración de las características de quienes los materializan.

Formas	De producción, de socialización.
Contexto	Histórico y situacional. Analizarse en diacronía y sincronía, de la misma manera también las formas y los procesos.
Procesos	De producción, del cambio social que conllevan arreglos y nuevas expresiones en la vida cotidiana y así, en la reconfiguración del espacio en el tiempo-instante.
Localización	Más allá del determinismo geográfico, se debe considerar a la localización en la explicación histórica de los lugares y de los espacios debido a su innegable capacidad de definir la vocación de las regiones y poblaciones.
Lugar	Punto mínimo en el tiempo y del espacio donde se guarda la memoria, se dinamiza el cotidiano. Vértice de historia y geografía.
Periodización	Vínculo con el proceso histórico de construcción y producción del espacio, de la identificación de los lugares y la creación y/o delimitación de regiones y territorios.
Elemento (espacial)	Cuentan y disponen de energía e inercia. Permanecen en un lugar y al mismo tiempo “existen fuerzas que intentan dislocarlos o penetrar en ellos”. Cuentan con una estructura interna, que es utilizada para relacionarse y les dota de un comportamiento diferente (edad y actividad).

Fuente: Elaboración propia con base en Santos (1986).

Mientras que los elementos del espacio, según Santos (1986), se muestran en el cuadro 3. Santos añade que cada uno de estos elementos, considerados como conceptos, sólo pueden ser entendidos “a la luz de su historia y del presente” (Santos, 1986, p. 8).

Cuadro 3. Elementos del espacio.

A partir del entendimiento del espacio como una totalidad, como un principio del método elegido, existe la posibilidad de dividirlo en partes.	
Los hombres	Jóvenes, jubilados, desocupados, todos tienen presencia en el lugar. Bajo esa mirada, todos generan producción o demandan trabajo en otros.
Las empresas	Su función es la producción de bienes, servicios e ideas, así como de generación de empleos y con ello, dinamismo.
Las instituciones	Producen normas, reglamentos, programas, plantifican.

El medio ecológico	Es “el conjunto de complejos territoriales que constituyen la base física del trabajo humano”.
Las infraestructuras	Son la materialización de cierto tipo de trabajo humano, “localizado” en forma de viviendas, caminos, plantaciones.

Fuente: Elaboración propia con base en Santos (1986, p. 6).

La geografía crítica propondría en todo caso al espacio no como el objeto de estudio de la geografía, sino a la producción del espacio como objeto de estudio. Pues parte de un enfoque del materialismo histórico para entender y explicar los *procesos*. De esa forma es que se sustenta el estudio del proceso espacial, más no el espacio, como interés geográfico. Moraes y da Costa (2009) detallan el porqué de este cambio de enfoque en la geografía, y más específicamente, el porqué del acento en los procesos, como objeto de estudio de la geografía. Los autores sustentan una estrecha relación entre la geografía y la historia, a partir del materialismo histórico y dialéctico.

No sería posible analizar al espacio desde el enfoque mencionado sin dar cuenta del proceso que se ha llevado a cabo para que los ajustes y su encadenamiento resulten en una realidad socio espacial específica. El enfoque histórico llama a analizar el avance, los procesos, activos y retroactivos, que dan forma y concreción a las realidades sociales, Moraes y da Costa apuntan

Para él [el marxismo] los fenómenos sólo pueden ser explicados en tanto que son aprehendidos en su génesis y su desarrollo [...] para el marxismo la geografía es inmediatamente un conocimiento histórico [...] la geografía deberá estudiar algún proceso real, el objeto no podrá más ser definido como el paisaje o el lugar, sino como la conformación de estas realidades (MORAES Y DA COSTA, 2009, p. 50).

4 ENVEJECIMIENTO COMO INTERÉS DE LA GEOGRAFÍA. EL CUERPO-ESPACIO, SUSTENTO DE LA GEOGRAFÍA DEL ENVEJECIMIENTO.

Como ya se mencionó, afirman Moraes y da Costa (2009) que la geografía crítica debe proponer otro objeto de estudio para la geografía. Para ellos, se debe de trascender de la categoría de espacio como la categoría fundamental de la geografía, y pasar a la descripción y análisis de la génesis, uso, producción e interconexiones del espacio.

Se considera que Lefebvre (1991) fue quien dio inicio a esta concepción de la geografía crítica. Particularmente en cuanto a una postura que marcara pautas en la concepción de la categoría de espacio. Tan es así que es citado de manera recurrente, y por renombrados geógrafos, en los estudios que comulgan con esta idea (Soja, 1996; Harvey, 1998; Carlos, 2011; Moreira, 2012).

En *The production of space*, Lefebvre habla de manera particular del cuerpo en el espacio y como espacio. En el capítulo 3 “*Spatial Architectonics*”, el autor pregunta “¿Puede el cuerpo, con su capacidad de acción, y sus variadas energías, afirmarse para crear espacio?” (Lefebvre, 1991, p. 170). El autor dice que

Hay una relación inmediata entre el cuerpo y su espacio, entre el despliegue del cuerpo y su ocupación en el espacio [...] cada cuerpo viviente *es* espacio y *tiene* su espacio: se produce a sí mismo en el espacio y también produce ese espacio [...] el cuerpo con sus energías y su disposición, el cuerpo viviente, crea o produce su propio espacio [...] Cuerpos –despliegue de energía– produce espacio y los produce a sí mismos, junto con sus movimientos (LEFEBVRE, 2013, p. 218-219).

Lefebvre continúa hablando del cuerpo y las formas de relación en una perspectiva espaciotemporal, en la cual llega a mencionar al envejecimiento como una forma particular de espacialidad. En su libro *Rhythmanalysis* (Lefebvre, 2004), el autor ofrece una teoría para el análisis del cuerpo y su interacción en el espacio urbano.

Por lo pronto, y dada la óptica lefebvriana del espacio, basada en los modos (y medios) de producción, y partiendo de la cita anterior, podemos inferir que hay una relación importante entre las capacidades –motrices, energéticas, mecánicas– del cuerpo y el espacio, estableciendo una revolucionaria percepción de ambas categorías pues plantea lo que se puede llamar dialéctica del cuerpo y del espacio.

Lefebvre es totalmente precursor y pujante en la consideración de una relación intrínseca entre espacio y tiempo, entre lo que sucede en el espacio a través del tiempo. El autor arroja la observación de manifestaciones propiamente humanas, o de los seres vivos en general, que sintetizan al espacio y el tiempo en los seres, en los cuerpos. Entiéndase como algo *local*, al cuerpo, como el espacio más *local*.

El tiempo se distingue, pero no se separa del espacio. Los anillos concéntricos en el tronco de un árbol revelan su edad, como también la

muestran las espirales de los caparazones, «maravillosamente» concretas en el espacio [...] El tiempo, necesariamente, es local; eso conlleva relaciones entre los lugares y sus tiempos. Los fenómenos que la inteligencia analítica asocia exclusivamente con la «temporalidad» -a saber, el crecimiento, la maduración, el envejecimiento- no pueden en realidad ser disociados de la «espacialidad» (en sí misma una abstracción). El espacio y el tiempo aparecen y se manifiestan como diferentes e inseparables (LEFEBVRE, 2013, p. 222).

Por su parte, Carlos (2007, p. 14), aterriza aún más las ideas de Lefebvre y las dirige hacia la disciplina geográfica al manifestar al cuerpo como un *médium* entre el espacio y el espacio-habitado, sentido, pensado, apropiado y vivido: el lugar. Siendo ese *médium*, el cuerpo, que mediante sus sentidos.

Construye y se apropia del espacio y del mundo. El lugar es la porción del espacio apropiable para la vida – apropiada a través del cuerpo – de los sentidos – de los pasos de sus habitantes, es el barrio es la plaza, es la calle, y en ese sentido podemos afirmar que no sería jamás la metrópoli o incluso la ciudad *latu sensu* a menos que sea la pequeña villa o ciudad [...] La tríada ciudadano-identidad-lugar apunta a la necesidad de considerar el cuerpo, pues es a través de él que el hombre habita y se apropia del espacio (a través de los modos de uso)

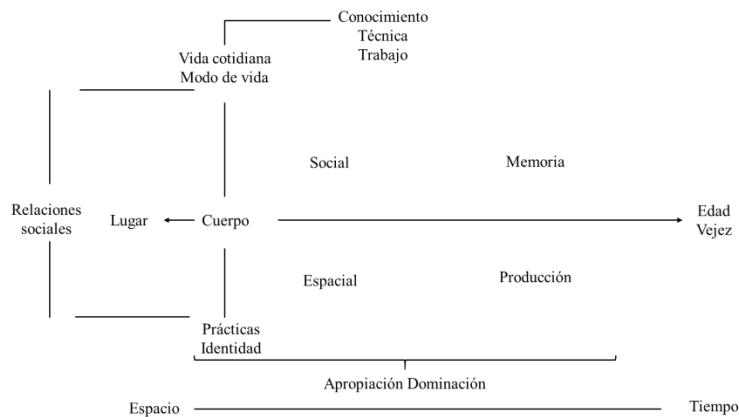
Ya otros autores desde diferentes disciplinas y especialidades apuntaban a la observación y estudio del cuerpo como experiencia y socialización (DEBERT, 1999),⁴ como medio para la socialización misma y con una importante carga cultural, como movimiento y lazo sensorial y sentimental (TUAN, 1974 y 1977) y como reflejo del paso del tiempo.

Los geógrafos contribuyen a este “planteamiento corporal” al considerar la participación, los usos y prácticas que el individuo, a través de los sentidos, el trabajo y las técnicas desarrolladas en ese proceso, dan paso a una constante (re)configuración al espacio.

El esquema 1 configura lo anterior y sirve de enlace a la siguiente sección, que abordará al cuerpo/espacio y al tiempo/edad de manera más profunda.

⁴ Ver en especial el capítulo titulado “*Antropologia e velhice: perspectivas de pesquisas*” (Debert, 1999: 233-253).

Esquema 1- Cuerpo y su interrelación con otras categorías.



Fuente: Elaboración propia.

La cuestión aquí, es resaltar el paso del tiempo no solo como categoría evidente y como proceso real, sino que se refleje en el espacio, un medio para ello es el cuerpo, como realidad orgánica (RAFFESTIN, 1993, p. 32).

Carlos (2007) es clara en sus palabras, esa observación no es sencilla en la metrópoli, donde todo viaja rápido, es amplio y los espacios se (re)producen a cada instante, por el contrario, ella observa que es en la pequeña villa donde la producción y apropiación del espacio es aún más clara.

A partir de ello, cabe la pregunta ¿qué pueden ofrecer disciplinas como la geografía -la geografía rural, la geografía de la población- al involucrarse aún más en el estudio del *espacio rural*, siendo que es ahí donde se encuentran vínculos más estrechos entre individuo/sociedad y lugar/espacio? “Producir para el hombre, es también, producir espacio”, afirma Calderón (2008, p. 51), y continúa “para que esto se lleve a cabo, se requiere obtener de la naturaleza, una naturaleza transformada a partir de que los hombres empezaron a utilizar herramientas, los elementos que se necesitan para la reproducción social [...] con el paso del tiempo, cambian también las maneras de producir y, en cada una de las etapas, se presenta una forma específica de apropiarse y transformar la naturaleza” (2008, p. 51-52).

En ese sentido, y especialmente con base en los apuntes de los geógrafos citados en este apartado, es que se considera aquí que la vejez/envejecimiento, como proceso real e intrínseco de los individuos, del cambio social, de la espacialidad y temporalidad, tiene efectos en el espacio y en otras categorías (lugar, paisaje, región).

5 CUERPO ES SÍNTESIS DE HISTORIA, DE ESPACIO, DE EXPERIENCIA. EL ENVEJECIMIENTO, EL CUERPO Y LA EDAD COMO CATEGORÍAS DE ANÁLISIS GEOGRÁFICO.

Apunta Ortega (2000, p. 170) que el aporte de L. Febvre sigue siendo bien utilizado en geografía, pues la observación del “creciente protagonismo social en la configuración del espacio, en la dialéctica Hombre-Medio, aparece como una reflexión destacada del historiador”.

De manera muy peculiar Vieira (1973, p. 75), dice que

La teoría verdadera es la que aprehende los hechos en la perspectiva de la historia de la especie, comprendiendo al hombre como un productor de sí mismo por su capacidad de transformar el medio natural en un factor positivo para la conquista de sus finalidades.

Vieira concibe a la población como un concepto que debe ser entendido como parte de la realidad de la comunidad humana, y, por tanto, interpretada como un proceso histórico, y es en ese sentido, un proceso definido como “un conjunto de transformaciones que se realizan en el espacio y en el tiempo” (Vieira, 1973, p. 301). De esa forma, el autor aboga por que no se desliguen al espacio y al tiempo del concepto de proceso. En medio de esta reflexión, Vieira propone a la demografía, pues la presenta como la ciencia de los procesos de la población.

El espacio es acumulación de experiencia para Vieira, de conocimientos, de información y acontecimientos como datos de la cultura que habita el espacio, que “expresan momentos de un proceso histórico, pero todavía más [...] son etapas del conocimiento científico por las cuales pasa la humanidad” (1973, p. 306). El autor también otorga posibilidades a la geografía de las poblaciones por sobre el determinismo, pues esas manifestaciones son al final, materialización “del esfuerzo de creación del espacio habitado por el hombre” (1973, p. 306).

Vieira apela a la relación entre los estudios demográficos y el espacio a una base que los atributos que cada población tiene, a partir de los cuales dice, se le puede llamar sociedad. Hace referencia, por ejemplo, a la cantidad y calidad de la población y del espacio, a la densidad demográfica, en fin, afirma que

no es legítimo razonar sobre el dato geográfico con olvido del lado demográfico, ni sobre éste sin citar la estructura de la sociedad en causa [...] el especialista [el demógrafo] debe saber correlacionar debidamente sus datos particulares con los aspectos geográficos y sociológicos a ellos pertinentes. (Vieira, 1973, p. 309-310).

De esa manera, las dimensiones de estudio de la demografía –natalidad, mortalidad y migración- han ganado interés más allá del estudio de las poblaciones, ahora es posible etiquetarlas en otros campos de las ciencias sociales. Una cuestión implícita en esas dimensiones es la edad, pues es muchas veces tomada como determinante para sobrevivir (el primer año de vida), para trabajar y/o emigrar (inserción al mercado de trabajo), para contraer matrimonio o emitir un voto político (inserción “formal” a la ciudadanía como partícipe político), en fin, de nuevo, las posibilidades aparecen o se desvanecen conforme varía la edad.

En cuanto al tiempo, a partir de Vieira, es historia en el momento en que los hechos son situados. El tiempo es de interés de la demografía, dice Vieira, puesto que ésta se ocupa de procesos. Lo cual implica, que el estudio de las poblaciones se realiza tomando en cuenta las diferencias en el tiempo, al menos de dos momentos en el tiempo, hay un tránsito, hay un acontecer momentáneo pero constante, y que depende de la continuidad del tiempo. Una representación de esa continuidad es la edad de las personas. Es el registro, evidencia y gráfica del paso del tiempo y del tránsito de eventos en la población.

Cuerpo.

En su monumental “*Plan of the Present Work*”, y más adelante en el capítulo “*Spatial Architectonics*”, Lefebvre (1991) introduce una categoría o elemento espacial extrañamente poco considerado y estudiado en geografía. Hasta cierto punto, de manera sencilla en principio, Lefebvre se pregunta, de manera metafórica, “¿qué, entonces, ocupa espacio?”, a lo que responde, “un cuerpo – no cuerpos en general, ni corporeidad, sino un cuerpo específico, capaz de indicar dirección mediante un gesto, o de definir rotación al dar vuelta, o de demarcar y orientar el espacio” (Lefebvre, 1991, p. 170).

Claramente, Lefebvre (2013, p. 98-99) asciende al cuerpo como categoría espacial, capaz de sintetizar su conocida tríada del espacio, *lo vivido, lo concebido y lo percibido*

Para comprender los tres momentos del espacio social, podemos remitirnos al cuerpo. Aún más dado que la relación con el espacio de un «sujeto» miembro de un grupo o de una sociedad implica su relación con su propio cuerpo y viceversa. Considerada globalmente, la *práctica social* supone un uso del cuerpo: el empleo de las manos, de los miembros, de los órganos sensoriales y de los gestos del trabajo y de las actividades ajenas a éste. Se trata de la esfera de lo percibido (base práctica de la percepción del mundo exterior, en el sentido psicológico). En cuanto a las *representaciones del cuerpo*, éstas provienen de una experiencia científica difundida y mezclada de ideologías: conocimientos anatómicos, psicológicos, relativos a las enfermedades y remedios, a la relación del cuerpo humano con la naturaleza y con sus entornos o con el «medio». Lo vivido, la *experiencia corporal* vivida, por su parte, alcanza un alto grado de complejidad y peculiaridad, porque la cultura interviene aquí bajo la ilusión de la inmediatez, en los simbolismos y en la vieja tradición judeocristiana, algunos de cuyos aspectos han sido revelados por el discurso psicoanalítico [...] La tríada percibido-concebido-vivido (que en términos espaciales puede expresarse como práctica del espacio-representaciones del espacio-espacios de representación) pierde su alcance si se le atribuye el estatuto de un «modelo» abstracto”

Este perfil lefebvriano del estudio de la categoría del espacio no ha sido explorado de manera importante en geografía, o al menos, no de manera reciente ya. Se trata de una forma de estudiar el espacio que exige una mirada no sólo desde la geografía, sino claramente desde la antropología, sociología y hasta la filosofía.

Ello nos obliga, como dice Lefebvre a plantearse si “¿puede el cuerpo, con su capacidad de acción, y sus varias energías, afirmarse para crear espacio?” (LEFEBVRE, 1991, p. 170). En principio, así como otros autores geógrafos que se han citado en este artículo, el autor indica que “hay una relación inmediata entre el cuerpo y su espacio, entre el despliegue del cuerpo en el espacio y su ocupación del espacio [...] cada cuerpo viviente *es* espacio y *tiene* su espacio: se produce a sí mismo en el espacio y también produce ese espacio (LEFEBVRE, 1991, p. 170).

Continúa el autor, mencionando las “leyes del espacio”, que, mediante sus movimientos, su funcionamiento, el cuerpo, y su despliegue de energía, “producen espacio y se producen a sí mismos” (LEFEBVRE, 1991, p. 171). Mediante esta afirmación, Lefebvre, dice, pasa de lo abstracto a lo concreto, de la energía a la acción,

de la capacidad a la representación y su concreción, de lo mental a lo social, de las emociones a las mociones, a las acciones.

De esa manera, es como se llega a la formación del *espacio social*

Ello nos daría el concepto de un espacio específico producido por fuerzas (por ejemplo: fuerzas productivas) desplegadas dentro de (social y determinado/determinante) una práctica espacial. Este espacio incorporaría propiedades (dualidades, simetrías, etc.) que no podrían imputarse o a la mente humana ni a un espíritu trascendente, sino solo a la ocupación actual del espacio, una ocupación que debería ser entendida genéticamente – es decir, de acuerdo con la secuencia de operaciones productivas implicadas (LEFEBVRE, 1991: 171).

Por su parte, Carlos, va más allá en cuanto al cuerpo como espacio, al considerar los espacios que se superponen, considerando que el espacio es producido en sociedad, no de manera individual, y en una sociedad hay diferentes grupos etarios, es así que Carlos encuentra una cita del mismo libro en cuestión de Lefebvre (1991) “la sociedad nueva se apropia del espacio preexistente, modelado anteriormente; la organización anterior se desintegra y el modo de producción integra los resultados” (Carlos, 2011, p. 70).

Hay otras maneras (muy novedosas para los estudios académicos y geográficos) de vincular al cuerpo con el espacio y como espacio, por ejemplo, Rickly (2016) también desde una perspectiva lefebvriana, ve al cuerpo como parte del espacio y creador de espacio a partir de su capacidad-acción en el desarrollo del deporte, en específico, la escalada de rocas en los Estados Unidos como caso de estudio. Ahí hay no sólo una relación cuerpo-naturaleza, sino que el cuerpo, en su acción, hace del conjunto de rocas, en cuanto parte de la actividad, y del paisaje, espacio necesario para el ser y hacer del cuerpo.

Nóbrega (2015), recuerda también otra etapa de Lefebvre, la dedicada al estudio de la vida cotidiana, plasmada en su obra *Critique of everyday life* (2002, 2005 2008). Nóbrega ofrece interesantes reflexiones en cuanto a la producción (y reproducción) del espacio mediante el trabajo, y hace una observación en cuanto a los viejos, pues dice que

la participación al mundo productivo se presenta parcial y aparentemente negada al viejo. Esa negación se manifiesta como imposición social, estimulando un ejercicio de sustitución constante del ‘material humano’ que anima las bases productivas. Se puede inferir que el trabajo humano es valorizado cuando es asociado a la fuerza productiva y a la plena capacidad de realizar actividades (Nóbrega, 2015, p. 875, citando a Santos, 1987)

Así, no sólo el envejecimiento y vejez pueden ser considerados como categorías para el análisis de múltiples realidades, por ejemplo, mercados de trabajo, cadenas productivas, desigualdades sociales, sino también, como Nóbrega afirma (2015, p. 879), pensando en el tema geográfico

Es a través del análisis de la vida cotidiana y del cotidiano que el tema del envejecimiento gana sentido y aliento pensado como elemento a ser analizado en el proceso de reproducción del espacio social. El envejecimiento humano se presenta como una llave, una especie de *categoría* de análisis e interpretación de una parcela significativa de la condición urbana moderna. El tema del envejecimiento está asociado a procesos de intensa desigualdad social.

Un último tema que ha surgido, de entre otros, que relaciona al cuerpo con esferas amplias y en medio al proceso de envejecimiento, es lo que Fox (2005, p. 481) llama como “el giro cultural” dentro de la gerontología social. En su trabajo, el autor muestra que esa perspectiva desafía las posturas que plantean que “los ‘problemas’ del envejecer pueden ser atendidos por medio de políticas sociales” (2005, p. 481), pues argumenta que en el envejecimiento hay de hecho subjetividades en las cuales confluyen aspectos biológicos, culturales, de recursos materiales y aspectos de organización social y asegura que “un análisis cultural sensitivo puede teorizar cómo las subjetividades del envejecimiento emergen en contextos culturales y sociales” (2005, p. 482).

Así, para Fox (2005), lo que un cuerpo que envejece puede hacer —como titula su artículo— está en relación no sólo con lo que las políticas públicas o sociales han construido, sino con la manera en que sus contextos permiten su movimiento y reproducción, así como los ajustes culturales e individuales que se manifiestan en esos mismos contextos.

Esta perspectiva de Fox, junto con las presentadas antes, demuestran que el tema del envejecimiento está dando paso a la emergencia de múltiples perspectivas que vinculan al tema, como proceso y situación, con el cuerpo, considerándolo tanto una evidencia como una categoría analítica.

Edad.

Dear (1988, p. 262-263) demostró que, en los países desarrollados, en específico en los Estados Unidos de América, el tema del envejecimiento de la población era parte de la agenda académica de geógrafos en el año 1986, según la revisión que realizó de la lista de grupos de investigación (especialidades) de la Asociación Americana de Geógrafos.

Y eso se debe a que ese tipo de países contaban con un proceso de envejecimiento mucho más adelantado en esa década, en cambio en los países periféricos el proceso era totalmente impensado.

Ahora, mucho más específico es el tema en espacios rurales, en los cuales habitan personas con importantes diferencias con relación a sus vecinos urbanos. Ya lo indicaba Martins (1993) para el caso brasileño, como también lo indicó Warman (1972 y 1976), los indios, los campesinos “son tratados como los últimos de los últimos, los que llegaron en el fin de la Historia” (MARTINS, 1993, p. 27).

Ese es el caso del envejecimiento de la población, pues primero contó con una buena atención en las ciudades. Investigaciones académicas, acciones del Estado, programas nacionales e internacionales, congresos. No es hasta, no más de tal vez una década atrás, que se “encontró” que el tema también lo es en los espacios rurales.

La cuestión del tiempo se aborda en ambos espacios. Ahí es donde la geografía tiene mucho que decir, en combinación con la historia. Dear (1988, p. 271) lo explica así:

De ahora en adelante, la geografía debe ser colocada en el mismo plano que la historia, como las dos disciplinas con reclamaciones especiales a las dimensiones de espacio y tiempo [...] el caso de la historia es especialmente importante [...] porque ha sido sencillo conceder la importancia del tiempo a la actividad humana. Historia lo es todo, porque toda la vida humana es tiempo-específica [...] Ha sido menos sencillo conceder la importancia al

espacio. Por ello debemos dejar claro que la geografía lo es también todo, porque toda la vida humana es lugar-específica. En otras palabras, todo proceso social depende de la geografía; la geografía es una condición de la vida social.

Considero que tomar a la edad solo como una variable más en los análisis fuera de los estudios demográficos es limitado y merece una oportunidad para profundizar más en las explicaciones de los espacios, las actividades y los escenarios. Es tiempo de que se incluya en los estudios sociales y espaciales pues, junto con la población, los espacios también envejecen.

Memoria, como acumulación de experiencia y de información, inclusive de energía, proyectos y posibilidades (MARTINS, 1993, p. 48). Expresión de la acumulación de años al interior del grupo, sea cual sea el entendimiento de la vejez. Los campesinos tienen sus memorialistas, pueden ser los ancianos, los comisarios ejidales, los partícipes más longevos de festivales o cargos político-religiosos. Memoria de las familias, de las genealogías, del grupo, de los lugares, de las generaciones y sus actividades, de sus males, de los eventos. Eso se refleja en la edad, por ello es importante la consideración a profundidad de la edad de los integrantes de los grupos y de los habitantes de los espacios rurales.

A diferencia de lo que sucede en los espacios urbanos, los habitantes de espacios rurales –decía la Profesora Ilse Scherer-Warren en sesión de preguntas y respuestas a José de Souza Martins, referencia ya citada en libro de Martins- que

no es cualquier tierra la que ellos quieren. Es aquella que tiene todo el sentido de la comunidad campesina, que se construyó ahí, que tiene el sentido de los bienes culturales que fueron por ellos mismos construidos allí, y que tiene toda la memoria de lucha, de mucho trabajo invertido y del cual ellos no quieren abrir mano. Por lo tanto, tiene todo ese sentido del espacio históricamente construido y eso no es entendido por la lógica urbana (SCHERER-WARREN en MARTINS, 1993, p. 45).

Así pues, como los habitantes guardan sus recuerdos y sentimientos, identidad y acciones, como parte de respuestas a eventos que ellos mismos crearon o ante los cuales se encontraron, así también el espacio tiene memoria, en colectividad, el espacio social. Una vez más, la cuestión de la edad, ese tiempo transcurrido en el cuerpo, tiene más

sentido para su consideración y estudio, pues es acumulación de información, es acumulación de lo percibido, concebido y vivido.

La cuestión en países como México o Brasil es la falta de reemplazo en una actividad que ha dado configuración y razón a los espacios rurales en América Latina. La actividad agrícola podría quedarse sin fuerza de trabajo joven y ser sustituida por maquinaria, industrias, cadenas de valor y de producción.

Si tenemos claro que el lugar y el espacio son construidos socialmente, si entendemos que las sociedades que hacen esos lugares y espacios contienen memoria, y que una expresión de esa memoria es la integración de las formaciones económicas y sociales, su durabilidad, en el centro de esas cuestiones y de esa durabilidad se encuentra la edad (tiempo), como categoría a tomar en cuenta no sólo para el análisis de las sociedades, para el análisis del transcurso del tiempo (de procesos, de eventos, acontecimientos, de duraciones, enlaces y lazos) en esas poblaciones, sino también para el análisis de los lugares y los espacios, contenedores y estimuladores de memoria e historia.

6 COMENTARIOS FINALES

En este artículo se desarrolló lo que se podría describir como un recorrido de algunas categorías de análisis geográfico y de la disciplina misma en su interés rural. Ello hasta detenernos, y ofrecer una especie de presentación, en el cuerpo como espacio y productor de espacio.

Para ello, se realizó un recorrido histórico del desarrollo del interés de la geografía en el espacio rural, se reveló lo que implican los cambios estructurales y demográficos en estos espacios y se especificó al cuerpo como espacio, que, mediante sus extremidades, trabajo, memoria y repetición, producen al espacio rural.

Se planteó también, dada la naturaleza de la problemática abordada, y en comunión con lo retomado de geógrafos de perspectiva marxista, el espacio es producido, y en ese proceso, cada individuo y la sociedad en su conjunto juega un papel importante; pero al mismo tiempo, éstos continúan su camino, en su espacio, y en el tiempo, llegando a la vejez algunos, dejando su espacio, algunos otros.

Esas consecuencias, en términos espaciales, deben ser analizadas tomando en consideración lo anterior más un proceso que da como resultado un fenómeno de formación reciente: el envejecimiento de la población, en consecuencia, de actividades, de relaciones, y a partir de ello, envejecimiento de lugares, de espacios.

Además, se considera importante señalar que la construcción de una geografía del envejecimiento implica un enfoque interdisciplinario, como se señaló. Pero por otro lado, es también necesario remarcar que el camino puede ser muy largo y llegar a múltiples encrucijadas. Durante la revisión de literatura para ese fin, se encontró con la posibilidad de trabajar con el tema de la percepción (fenomenología de M. Merleau-Ponty, 1975 y 2011) o puntos de vista desde la psicología, por ejemplo, estudiar las maneras en que los habitantes asimilan los cambios que viven tanto individualmente y de manera colectiva.

Sin duda aquí no acaba la propuesta de una geografía del envejecimiento en espacios rurales, pues su elaboración considera muchas dimensiones y categorías, pero se espera que este sea un inicio en ese planteamiento.

7 REFERENCIAS

BLOCH, Marc. *Introducción a la Historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

BRAUDEL, Fernand. **Las ambiciones de la Historia**. Barcelona: Crítica, 2002.

CALDERÓN, G. (DIRS.). **Diccionario Tiempo Espacio**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2008.

CARLOS, Ana. **A condicao espacial**. Sao Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana. **O lugar no/do Mundo**. Sao Paulo: FFLCH, 2007.

DEAR, Michael. The postmodern challenge: reconstructing human geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 13, n. 3, p. 262-274, 1988.

DEBERT, Guita. **A reinvencao da Velhice. Socializacao e processos de reprivatizacao do envelhecimento**. Sao Paulo: Editora da Universidade de Sao Paulo / FAPESP, 1999.

FOX, Nick. Cultures of Ageing in Thailand and Australia. (What Can an Ageing Body Do?). **Sociology**, v. 39, n. 3, p. 481-498, 2005.

HARVEY, David. The body as an accumulation strategy. **Environment and Planning D: Society and Space**, New York, n. 16, vol. 4, ago. 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1068/d160401>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of everyday life, Volume III: From Modernity to Modernism**. New York: Verso, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of everyday life. Volume I**. New York: Verso, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of everyday life. Volume II: Foundations for a Sociology of the Everyday**. New York: Verso, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Rhythmanalysis: space, time, and everyday life**. Londres, Nueva York: Continuum, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishers, 1991.

MARTINS, José. Tempo e linguagem nas lutas no campo. In MARTINS, J., **A chegada do estranho**. Sao paulo: Editora Hucitec, 1993. p. 27-59.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenología de la percepción**. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **La fenomenología y las ciencias humanas**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

MORAES, Antonio., & DA COSTA, Wenderley. **Geografía Crítica. La valorización del espacio**. México: Editorial Ítaca, 2009.

MOREIRA, Ruy. **Geografía e práxis. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. Sao Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Ruy. Una ciencia de saberes y prácticas espaciales. In: CALDERÓN, G.; LEÓN, E. (Coords.). **Descubriendo la espacialidad social desde América Latina. Reflexiones desde la geografía sobre el campo, la ciudad y el medio ambiente**. México: Ítaca, 2011. P. 91-108.

NABARRO, Sergio. **Modo de vida e campesinato no capitalismo. Contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida. Tesis de doctorado**. Sao Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de Sao Paulo, 2014.

NÓBREGA, Pedro. Reflexões teóricas sobre o cotidiano e a geografia no envelhecimento humano. **Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento**, v. 20, n. 3, p. 865-881, 2015.

ORTEGA, José. **Los horizontes de la geografía. Teoría de la Geografía**. Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 2000.

PANIAGUA, Angel. Geografía rural. In: HIERNAUX, D.; LINDÓN, A. (Eds.). **Tratado de geografía humana**. Barcelona: Antrophos, 2006. p. 70-83.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Sao Paulo: Ática, S. A., 1993.

RICKLY, Jillian. The (re)production of climbing space: bodies, gestures, texts. **Cultural Geographies**, v. 24, n. 1. p. 1-20, 2016. Disponível em: DOI: <10.1177/1474474016649399 >. Acesso em: 13 ago. 2017.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**. Sao Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. Sao Paulo: Editora da Universidade de Sao Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. Espacio y Método. **Geocrítica**, XII(65), 1986. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/geo65.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfosis del espacio habitado**. Barcelona: Oikos-Tau, 1995.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. Sao Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, Milton. **Por una geografía nueva**. Madrid: Editorial Espasa-Calpe, S. A., 1990.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. Sao Paulo: Hucitec, 1994.

SOJA, Edward. **Thirdspace. Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Space and Place. The Perspective of Experience**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

TUAN, Yi-Fu. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values**. New Jersey: Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1974.

VIEIRA, Álvaro. **El pensamiento crítico en demografía**. Santiago: Centro Latinoamericano de Demografía, 1973.

WARMAN, Arturo. **Los campesinos, hijos predilectos del régimen.** México: Editorial Nuestro Tiempo, S. A., 1972.

WARMAN, Arturo. **Y venimos a contradecir. Los campesinos de Morelos y el Estado nacional.** México: Ediciones de La Casa Chata, 1976.

ZIRIÓN, Antonio. (Eds.). **Acta fenomenológica latinoamericana. Vol. III.** Lima: Círculo Latinoamericano de Fenomenología – CLAFEN / Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú / Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2009. p. 589-600. Disponível em: <http://www.clafen.org/AFL/V3/589-600_Vanegas.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.

Recebido em 24/08/2017.

Aceito em 16/10/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.137344

ISSN: 1676-6288

**LAS ELITES EN MÉXICO: SU ARRIBO, CIRCULACIÓN Y DESEMPEÑO EN LOS
AÑOS 80 Y 90**

*THE ELITES IN MEXICO: HIS ARRIVAL, CIRCULATION AND PERFORMANCE IN THE
1980s AND 1990s*

*Verónica de la Torre Oropeza*¹

Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, México.

Resumen: Estudiamos al grupo de tecnócratas que ocuparon los cargos más altos de las principales instituciones de gobierno entre 1980 y 1990. ¿Cómo entran, circulan y salen de la elite del poder? Retomamos el criterio de elite del poder de Wright Mills y de John Scott dada la importancia de las instituciones donde este se ejerce y donde se toman las decisiones trascendentales del país. Adscribimos la idea paretiana de circulación de las elites porque encaja con algunas características de quienes ingresan a la elite del poder. También, es útil para entender ciertas prácticas antidemocráticas de la clase política para mantenerse en el poder.

Palabras clave: elites políticas; circulación; elite del poder; tecnócratas.

Abstract: We focus on the group of technocrats who held the highest positions of the main governmental institutions between 1980 and 1990. How do they enter, circulate within and leaving from elite of power? We return to the power elite theories of Wright Mills and John Scott due to the importance of the institutions where power lies and where the country's momentous decisions are made. We use Pareto's idea of circulation of elites because it fits with some features of those who enter to the power elite. It is also useful to understand certain antidemocratic practices used by the political class in order to stay in power.

Key words: political elites; circulation; power elite; techocrats.

¹Doctora en Estudios Iberoamericanos por la Universidad Complutense de Madrid, Maestra en Relaciones Internacionales por la Universidad Nacional Autónoma de México. E-mail: orodelatorre@hotmail.com.

1 INTRODUCCIÓN

En México es significativa aquella aseveración que *TheEconomist* hizo en enero de 2015 al presidente Peña Nieto, “*A president who doesn't get that he doesn't get it*”, “Un presidente que no entiende que no entiende” (trad. propia). Esto con relación a los problemas de corrupción en los que el presidente y su gabinete pudieron haber incurrido hace unos años. Sin embargo, el no captar o aparentar que no se sabe sobre determinados asuntos o problemáticas, puede significar, entre otras cosas, no querer ir a la raíz de éstas o ignorar todo lo concerniente a las mismas. ‘No entienden que no entienden’, es aplicable a gran parte de la clase política, a su comportamiento, a los valores y mentalidad con los que entran, circulan y se sostienen en el sistema político.

En el marco de lo anterior, este trabajo se centra en el grupo de tecnócratas² que ocuparon los cargos más altos de las principales instituciones de gobierno entre 1980 y 1990, en cómo se convirtieron en la elite del poder, en la importancia de los lazos de parentesco y amistad. Se optó por el criterio de elite del poder de Wright Mills (1956) y de Scott (2008) porque es en las principales instituciones del Estado donde se lleva a cabo el ejercicio del poder y la toma de decisiones trascendentales para el país. De otra parte, el concepto de circulación de las elites, de Pareto en concreto, es útil para analizar las prácticas antidemocráticas de gran parte de la clase política mexicana, como el patrimonialismo, las relaciones de amiguismo, compadrazgo y una empeñada mentalidad de enriquecerse por medio de la política. Estos (anti) valores se muestran a la vez como impedimento para una circulación, entendida como renovación, que a la vez conduzca hacia un régimen razonablemente democrático.

Al contrario de la idea de Pareto (1980), “la circulación de las elites en México implica la permanencia o continuidad en el poder político de altos funcionarios, sus hijos, parientes o amigos, como si fuera una circulación dirigida desde posiciones de poder”.

²De acuerdo con varios autores (Silva, 1997; Joignant, 2009; Domínguez y Feinberg, 1997) el tecnócrata es alguien con *expertise* en un campo técnico, alguien experto en economía, por ejemplo. Más abajo nos referiremos al *technopol*, es quien, además de contar con la técnica, también tiene habilidades políticas, cierta experiencia en política mediante un cargo público, o un puesto de elección. Ejemplos de *technopols* son Carlos Salinas de Gortari y su núcleo interno conformado por Córdoba Montoya, Pedro Aspe, Zedillo, entre otros. A partir del periodo de Miguel de la Madrid los tecnócratas arriban a más cargos públicos. Con Salinas su número incrementó y el tecnócrata José Ángel Gurría fue nombrado Canciller, relegando así a gente del Servicio Exterior Mexicano.

En México quienes principalmente investigan sobre el comportamiento de las elites políticas y económicas son los periodistas. Es de reconocer que los periodistas, aun con el riesgo que implica su profesión en ese país, sobre todo si denuncian enriquecimiento vía corrupción, abuso de poder e impunidad, son quienes han hecho en los últimos 20 años una suerte de radiografía del comportamiento y valores de la clase política³ y empresarial.⁴ Todos estos son trabajos periodísticos valiosos que traslucen una preocupación sociológica por los diversos efectos que dichas conductas tienen sobre el sistema político y sobre la sociedad.

Los orígenes de la clase política mexicana tienen sus raíces en la ‘familia revolucionaria’⁵ o en la figura del político tradicional creada por el Partido Revolucionario Institucional (PRI) a partir del gobierno de Miguel Alemán (1946-1952). El Partido fue la escuela principal de los políticos hasta los años 70; en esa década los jóvenes priístas empezaron a salir, a Estados Unidos principalmente, a hacer estudios de postgrado, de ahí que Roderic Camp (2006) se haya referido a la figura del ‘político híbrido’, como alguien que posee características del político tradicional, como ser abogado de provincia y que adoptó la ortodoxia neoliberal de los tecnócratas de los años 80. Estos últimos, han fungido hasta hoy como correas de transmisión ideológica y son quienes pusieron en marcha las reformas neoliberales más radicales. Las personas mencionadas en la tabla de abajo en su mayoría representan un cambio generacional e ideológico en el nuevo contexto del paradigma neoliberal, en este caso al interior de la clase política y del régimen político mexicano. Es una generación que rompió con el ápice de nacionalismo, demagógico o no, del político y tecnócrata tradicional, para hacer converger sus intereses con las exigencias del capitalismo global comandado por Estados Unidos principalmente.

2 EL HISTÓRICO DESACUERDO ENTRE LAS ELITES

³ Por clase política entendemos al conjunto de hombres y mujeres que se desempeña profesionalmente en cargos públicos de elección y de alta dirección, en las principales instancias del Estado y a nivel federal, empezando por el poder ejecutivo, el legislativo, el judicial; las dirigencias de los partidos políticos, sindicatos, etc. Mediante la ‘clase empresarial’ abarcamos a todos los empresarios en todos sus niveles de importancia (comerciantes, empresarios, banqueros, industriales, agroexportadores). La elite económica sólo se refiere a quienes tienen un alto peso en la economía, como C. Slim, A. Baillères, L. Zambrano (CEMEX), la familia Vázquez Raña, etc.

⁴ Entre los últimos trabajos periodísticos está el libro de Diego Osorno *Slim. Biografía política del mexicano más rico del mundo* (2015); el de Ricardo Raphael *Mirreynato* (2014); de Francisco Cruz Jiménez *Los juniors del poder* (2014).

⁵ En el libro de F. Brandenburg *The Making of Modern Mexico* (1964) quedó acuñada esta denominación clave.

Unos años antes de morir Camacho Solís, quien fue miembro de la elite en el periodo abordado, escribió un libro donde la pregunta guía es el porqué de la persistencia del desacuerdo entre la clase política, así como sus efectos nocivos para el desarrollo socioeconómico del país. Un desacuerdo construido socialmente, que lleva implícita la confrontación y el estilo de hacer política *suma cero* entre dicha clase política. Es así que las Constituciones de 1857 y de 1917 significaron la victoria de un grupo sobre otro⁶, en un contexto de enormes desigualdades sociales en el que los privilegios y los intereses desde entonces no han podido ser moderados ni reformados jurídicamente (CAMACHO SOLÍS, 2006).

Esto último nos recuerda la tesis de Burton y colaboradores (1992) descrita en ‘El método de llegar a un acuerdo’. Los autores argumentan que donde hay elites capaces de construir consensos y llegar acuerdos incluyentes, se consigue avanzar y consolidar regímenes democráticos. De modo que regímenes con democracias [aparentemente] estables pero deficitarias, suelen caracterizarse por la presencia de elites desunidas, con un modo de hacer política como proceso de negociación donde el interés público gane. Aunque la tesis de Burton es elitista, no excluye al resto de los actores como la sociedad misma; argumenta que los acuerdos entre elites son necesarios para alcanzar y desarrollar un régimen democrático. Sin embargo, estas elites también generan pactos, no acuerdos, que obstaculizan o posponen la democratización de un régimen⁷. En México los pactos entre la elite del poder en turno son un *quid pro quo* y por lo tanto son de corto plazo, son excluyentes, porque lo que se pacta no es en beneficio del bien común. El último de este tipo es el Pacto por México de 2012 que principalmente sacaría adelante las reformas estructurales en materia de energía y telecomunicaciones que estuvieron estancadas desde el gobierno de Vicente Fox.

El reconocido historiador de México, Alan Knight, en su capítulo publicado en la edición de Higley y Gunther (1992), analizó a las elites mexicanas del periodo entre Calles y Obregón, particularmente el año de crisis entre 1928 y 1929 tras el asesinato de este último. Knight se interesó en cómo fue el proceso de negociación, el tipo de pacto alcanzado, sus características, el tipo de elite y, en perspectiva, si esto traería una subsecuente democratización (1992:...). La

⁶Knight la denominó ‘competición darwiniana o hobbesiana’, dentro de la misma ‘familia revolucionaria’, parientes ideológicos perdidos por una codicia fratricida por el poder (1992:131)

⁷ Edgardo Buscaglia lleva años refiriéndose a que existe un pacto de impunidad en la clase política de este país. Véase: *Lavado de Dinero y corrupción política* (2015).

conclusión a la que él llega todavía tiene eco en la actualidad: “*Cuando las elites nacionales participan en México pactan las ventajas de las elites sobre las masas y también las ventajas del centro contra las provincias. Las negociaciones por lo tanto proclaman la estabilidad del gobierno y la centralización del poder*” (KNIGHT, 1992, p. 129). Acerca de la estabilidad que el pacto entre diversas facciones de las elites posrevolucionarias trajo entre 1928 y 1929, Knight(1992) opina que éste había servido para mantener atrincherados los intereses de las elites y para atajar cualquier indicio de democratización. Este estudio alcanza a los gobiernos de MMH y de CSG que en palabras de Knight “*supeditaron y atajaron la liberalización política a favor de la económica, y que el modo cómo la hicieron requirió del reforzamiento del estilo autoritario del régimen*” (KNIGHT, 1992, p.136).

3 LA GENERACIÓN DE TECNÓCRATAS EN EL PERIODO DE REFERENCIA

Es importante hacer referencia al grupo de jóvenes que realizaron estudios de posgrado en economía y gobierno principalmente, porque ellos se convirtieron en la elite que emprendió la radical restructuración de la economía mexicana, de modo supeditado y acorde con la doctrina neoliberal y los intereses del capital estadounidense. Varios de estos jóvenes eran hijos o parientes de gente que había sido parte de la elite política en gobiernos anteriores, pero también hubo otros que provenían de la clase trabajadora como Zedillo. Ellos fueron parte de los reformadores tecnócratas gracias a sus relaciones y mentores. Varios de éstos desde su juventud estaban afiliados al Partido Revolucionario Institucional (PRI), y quienes no, tuvieron que hacerlo. Habían hecho estudio de postgrado fuera del país y regresaron hacia finales de 1970 a ocupar posiciones de mando en instituciones estratégicas, principalmente en las secretarías de Programación y Presupuesto y la de Hacienda, de las que salían los presidentes desde José López Portillo (1976-1982)⁸. De acuerdo con Babb (2005) y Teichman (1995), la promoción de los programas de postgrado de Estados Unidos no sólo la hicieron académicos estadounidenses o personajes como Nelson Rockefeller o la Fundación Ford, sino también, como señala Babb, hubo apegos ideológicos dentro de los países de América Latina, existentes antes de esas promociones

⁸ Hay varios estudios críticos en torno a los tecnócratas y technopols de los años 80 y 90 egresados del círculo de universidades famosas conocido como el *Ivy League*, entre estos tenemos a Miguel Ángel Centeno, 1994; a Sara Babb, 2005; a Judith Teichman, 1995; 2001).

y mucho antes de que el neoliberalismo se asentara como paradigma dominante⁹, esas filias provenían de los mentores del grupo estudiado.

De ahí que la variable ‘estudios de postgrado en el extranjero’ y su dimensión ideológica sea relevante en los años 70 cuando la ortodoxia neoliberal llega a las principales universidades estadounidenses. Hacer estudios en el extranjero es clave porque ahí se forjan y consolidan las redes que dan acceso a la elite política¹⁰. Estudiar en alguna institución del *Ivy League*¹¹, condujo a estos jóvenes a conocer gente del ámbito académico, empresarial y político de ‘clase global’ (Teichman, 2001; Sassen, 2007). A la mayoría de quienes citamos en este trabajo les aseguró volver al país a ocupar un alto cargo público. El grupo de elite consolidado por Carlos Salinas de Gortari con gente que conoció fuera y la de su grupo cercano en México¹², sería el que llevaría a cabo las reformas neoliberales requeridas conforme a las necesidades del modo de producción capitalista y el auge del capitalismo financiero global del último tercio del siglo XX.

La tabla que sigue a continuación enlista los principales cargos públicos en los dos sexenios referidos estas son la Presidencia, la Secretaría de Programación y Presupuesto¹³, Banco de México y Hacienda (Teichman, 1995, p. 43; Camp, 2006, p. 254; Rousseau, 1998, p. 339). Algunos de ellos provenían de familias que habían sido parte de la elite política tiempo atrás en la capital del país y en provincia, como Miguel de la Madrid y Carlos Salinas de Gortari. Otros

⁹ Una obra esclarecedora sobre el poder de las *top universities* es el libro de Juan Gabriel Valdés: Pinochet’s Economists: The Chicago School in Chile, Cambridge University Press, 1995.

¹⁰ Esta variable por sí sola alcanza para elaborar un análisis de redes. Buena parte de quienes han conformado la elite política se conocieron fuera de México mientras hacían estudios de posgrado o diplomados simplemente. En el gobierno actual Nuño Mayer estrechó relaciones con el círculo de Peña Nieto vía Luis de Videgaray, Secretario de Hacienda, a quien conoció en Oxford Inglaterra.

¹¹ Yale, el MIT, Harvard, Chicago y Stanford son las instituciones donde más mexicanos influyentes han estudiado (Camp, 2006:202 y ss.) Esto las hace atractivas a los ojos de los jóvenes que aspiran a conseguir becas de CONACYT para hacer un posgrado en estas universidades. Camp referencia el caso de Humberto Hernández Haddad como el de la fascinación en la que caen los estudiantes, sobre todo aquellos con escaso capital cultural (Camp, 2006:203).

¹² El caso más significativo fue su relación con el ciudadano francés Joseph Córdoba Montoya, su Jefe de asesores, de quien Camacho Solís y otros dicen fue el ‘cerebro del ajuste estructural’. Para que Córdoba asumiera el alto cargo de Jefe de la Oficina de Presidencia hubo que naturalizarlo, pero antes, a su llegada en 1979 lo primero fue afiliarlo al PRI. Para gente cercana a Carlos Salinas, como el mismo Camacho Solís, él se convirtió en el poder detrás de bambalinas. Rogelio Gasca Neri, en principio un desconocido, fue otro integrante de ese grupo cuya amistad también la hizo a partir de su estancia en Estados Unidos.

¹³ Para Teichman (1995) fue clara la trascendencia de la SPP desde López Portillo hasta 1992, tanto así que los primeros presidentes tecnócratas pasaron por ésta. En 1992 CSG decidió devolver las atribuciones de esa dependencia a la Secretaría de Hacienda. Cabe señalar que también desde MMH su ‘gabinete económico,’ además de incorporar a las tres dependencias clave, debido al contexto económico interno y externo, empezó a incorporar los sectores de energía y comercio en los temas del gabinete.

provinieron de la clase alta como Pedro Aspe Armella, familia pudiente con antepasados en la elite política. O de clase media alta como Manuel Camacho; alguno proveniente de la clase trabajadora, como Ernesto Zedillo, que por méritos propios (beca de la Fundación Ford) realizó estudios de postgrado en el extranjero, donde forjó relaciones de amistad durante sus estudios de postgrado con gente como Salinas hasta llegar a ser presidente. Al término de su mandato su *alma mater* la Universidad de Yale, le nombró director del Centro de Estudios para la Globalización¹⁴.

Funcionario	Condición socioeconómica	Parentescos en política	Estudios de postgrado	Estudios de pregrado	Mentor	Cargo previo/ periodo estudiado
Miguel de la Madrid Hurtado, MMH (F)* Emilio Gamboa Patrón, secretario particular.	Media alta	Bisabuelo Miguel de la Madrid Guerrero, gobernador de Colima en la década de 1880; su abuelo, Enrique O. de la Madrid, también gobernador en dos cuatrienios 1903-1911	Maestría en administración pública en Harvard University	Licenciatura en Derecho en la UNAM	José López Portillo	Secretario de Programación y presupuesto (SPP) con José López Portillo, presidente de la República
Carlos Salinas de Gortari	Clase media alta	Su padre Raúl Salinas Lozano, quien empezó como director de estudios	Maestría en administración pública en	Economía en la UNAM. El sínodo lo integraron: Jesús Silva	Miguel de la Madrid	Secretario de Programación y Presupuesto (SPP).

¹⁴ La tendencia a la búsqueda de lucro desmedido de parte de los grandes corporativos en el neoliberalismo ha legitimado la figura del *technopol*, después de que estos ocupan altos cargos públicos en sus países, con información privilegiada, se convierten en consejeros de administración de una o más corporaciones de ‘clase global’. A estos renovados ‘usos’ se le denomina en la academia anglosajona “*revolvingdoor*”, o la puerta giratoria.

*Fallecido		económicos en la Secretaría de Hacienda en 1948 y 1954. Luego Secretario de Industria y comercio entre 1958-1964. Llegó a ser considerado como 'presidenciable' en el gabinete de López Mateos. Durante el sexenio de De la Madrid fue senador por el PRI.	Harvard (1973) y doctorado en economía política y gobierno en la misma universidad (1978)	Herzog; Hugo B. Margáin; Miguel de la Madrid y Leopoldo Solís.		
Joshep Marie Córdoba Montoya	Nacido en Francia. Hijo de padres españoles republicanos exiliados.	Los vínculos que hizo con Rogelio Gasca Neri, Donaldo Colosio, Guillermo Ortiz y sobre todo con Carlos Salinas de Gortari cuando todos estos estudiaban sus doctorados en Estados Unidos.	Ingeniero por la École Polytechnique de París. Filosofía por la Soborna.	Estudios de doctorado en Stanford, no concluidos.	Sus mentores fueron sus vínculos en EEUU antes mencionados. Cuando Carlos Salinas regresó a México se lo trajo y se naturalizó mexicano	Invitado por Guillermo Ortiz Mena llegó a El Colegio de México a impartir clases en 1979. Al año siguiente fue asesor de Francisco Gil Díaz en Hacienda. Empezó su carrera política con CSG, primero en el IEPES del PRI (1981-1982), en Hacienda y en

					. Zedillo dedicó su tesis de doctorad o a Córdoba Montoya.	Programación y Presupuesto. Se nacionalizó mexicano en 1985. Asesor de CSG durante la campaña y ya en la presidencia éste (1988) le nombró Jefe de la Oficina de Presidencia. Se dice que en el gabinete se le conocía como “el poder detrás del trono”.
Rogelio Gasca Neri	Clase media	Su amistad con el grupo de Salinas hecha en Estados Unidos	Maestría en administr ación de empres as por Stanford; doctorad o en Ciencias por Standford.	Ingeniería química industrial en el IPN.	Sus amista- des en Estados Unidos	Fue el último secretario de Programación y Presupuesto en el gabinete de Carlos Salinas. Antes había sido director de Sidermex, director general de Aeroméxico. Con Zedillo fue Director general de la Comisión Federal de Electricidad. Después ocupó cargos fuera de los círculos políticos centrales, como director del Fondo de

						Cultura Económica y luego Cónsul en Austin. También estuvo en la CFE y fue consejero independiente en PEMEX hasta 2013
Manuel Camacho Solís (F)	Clase media alta	El grupo político que conformó con sus amigos en la UNAM Carlos Salinas, Raúl Salinas, Emilio Lozoya, José F. Ruiz Massieu; su parentesco con el ex gobernador de Chiapas de quien era yerno, Manuel Velasco Suárez, y su tío Leopoldo Solís en el Banco de México, mentor de muchos en esta tabla.	Maestría en Asuntos Políticos, en Princeton .	Habiendo hecho toda su educación básica hasta media superior en el Instituto Cumbres, que es un colegio donde asisten en su mayoría alumnado de clase media alta y alta, fue en la Facultad de Economía de la UNAM donde se hizo amigo de los Salinas de Gortari, de Emilio	Con Rodrigo Gómez y Leopoldo Solís	Igual que Carlos Salinas, se afilió al PRI en 1965, año en el que fue elegido secretario de la dirección nacional juvenil; fue asesor en la oficina de programación económica y social de la presidencia con Luis Echeverría; con López Portillo estuvo en la Secretaría de Patrimonio Social; en 1978 fue asesor del director de Nacional Financiera; fue consultor de Fernando Solana en la SEP; asesor de la dirección general de política

				Loyoza donde conoció a Ruiz Massieau.		económica de la SPP a cargo de MMH. Con CSG en la SPP Camacho fue subsecretario de Desarrollo Regional. En 1985 fue diputado Federal, pero en 1986 MMH le nombró Secretario de Desarrollo Urbano y Ecología. Con CSG fue el encargado del Departamento del Distrito Federal.
Pedro Aspe Armella	Clase alta. Hijo de Pedro Aspe Sais, que fue director general de la exclusiva tienda departamental El Palacio de Hierro, y profesor de una escuela ícono de la abogacía	El origen socioeconómico de Aspe Armella no se enmarca en la política de años previos, aunque su bisabuelo fue diputado federal con Porfirio Díaz y su abuelo fue el coordinador del Servicio Mexicano Diplomático con el presidente	Doctor en Economía por el Massachusetts Institute of Technology (1978). El MIT es parte del Ivy League, y en ese año conoce a Carlos	Licenciatura en el Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM) en 1974. Él es el creador del programa de economía de la maestría del ITAM. Es un miembro	Francisco Gil Díaz; estudiante y amigo de Leopoldo Solís, un mentor de muchos 'money doctors', tío de Manuel Camacho Solís.	En 1980 es asesor de Carlos Salinas, cuando este estaba como director general del Instituto de Estudios Políticos, Económicos y Sociales (IEEPES) del PRI. Primer presidente del Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Subsecretario

	La Escuela Libre de Derecho.	Álvaro Obregón.	Salinas.	honorario de dicha institución, él ha sido el diseñador del plan de estudios de economía.		de Programación y Presupuesto y secretario de ésta cuando Carlos Salinas es designado candidato presidencial del PRI.
Francisco Gil Díaz	Clase media/media alta.	Parece que no tenía parentescos en política.	Economía en el ITAM; postgrado en economía en la University of Chicago.		Leopoldo Solís, mentor y luego jefe.	Subsecretario de Ingresos en el gobierno de CSG. Cabe señalar que tuvo como asesor en 1980 a Joseph Córdoba Montoya. Después fue Vicegobernador en el Banco de México; Consejero en Banamex-Accival. Director General de Avantel; Secretario de Hacienda y Crédito Público en el gobierno de Fox (2000-2006). Consejero de HSBC. Actualmente es presidente de Telefónica México.
Miguel	Clase alta	Hijo de una	Maestría	Licenciatur	Consider	De 1958 a 1962

Mancera Aguayo		familia de abolengo, su padre el contador público Rafael Mancera Ortíz, fue oficial mayor de la contraloría general (1924-27); oficial mayor de la Secretaría de Hacienda (1927-1930) de subsecretario de Hacienda en 1930-32; subsecretario de Hacienda en Créditos y Presupuesto 1948-1952 y 1952-1958). Es decir, durante las administraciones de Álvaro Obregón; Plutarco E. Calles; Miguel Alemán y Adolfo López Mateos.	en economía en Yale, ahí conoce a Jesús Silva Herzog Flores.	a economía en el ITAM.	o que Rodrigo Gómez, pero Roderic Camp señala a Leopoldo Solís, también como mentor de Mancera.	fue su primera participación en el Banco de México. En 1982 Miguel de la Madrid le nombra director general.
Jesús Silva Herzog Flores (F)	Media alta	Hijo de un célebre economista y catedrático a quien presidió la comisión para el tema	Maestría en economía en Yale.	Licenciatura en economía en la UNAM	Además de su padre, Rodrigo Gómez, aunque Camp	Gerente General del Banco de México en 1977-1978; Secretario de Hacienda en el último año de José López

		de la nacionalización del petróleo. ¹⁵			también incluye a Leopoldo Solís.	Portillo; Secretario de Hacienda con Miguel de la Madrid de 1982-1986. Con Salinas de Gortari fue embajador de México en España y secretario de Turismo.
Ernesto Zedillo Ponce de León	Clase trabajadora	Sin vínculos previos. Fue en la oficina de Presidencia donde entró como analista (1971-1974), un puesto al que se incorporan recién egresados de licenciatura. Por medio de un amigo suyo conoció ahí a Carlos Salinas.	Maestría y doctorado en economía en el Instituto Politécnico Yale.	Licenciatura en economía en el Instituto Politécnico nacional	Leopoldo Solís	Subsecretario de Planeación y Control Presupuestales decir, con Carlos Salinas cuando éste estaba en la SPP
Jaime Serra Puche	Clase media	Sin vínculos. Sus padres españoles exiliados en	Maestría en economía en El	Licenciatura en ciencias políticas y	Leopoldo Solís	Secretario de Comercio y Fomento Industrial

¹⁵ Jesús Silva Herzog junto a otros como Manuel Gómez Morín, Eduardo Villaseñor y Daniel Cosío Villegas impulsaron desde finales de 1920 la creación de la Escuela de Economía, primero como parte de la facultad de Derecho de la Universidad Nacional y finalmente de manera autónoma en 1935. La escasez de estudiantes en Economía permitió que los profesores de la Escuela Nacional de Economía (ENE) ocuparan altos cargos en el gobierno, de ahí la simbiosis entre profesores y estudiantes quienes al terminar sus estudios conseguían un empleo en la burocracia.

		México.	Colegio de México; doctorado en economía en Yale (1975-1979)	administración en la UNAM		(después Economía) en el gabinete de Salinas de Gortari. Principal negociador del TLCAN y por 28 días Secretario de hacienda y Crédito Público, debido al 'error' de diciembre de 1994.
--	--	---------	--------------------------------------------------------------	---------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 1 - Responsables de las principales secretarías y despachos entre 1982 y 1994

Fuente: Elaboración de la autora.

El porcentaje de funcionarios públicos con estudios de postgrado en México y Estados Unidos desde 1970 se invirtió: 58 % de estos había cursado un postgrado en México, un 13% en Estados Unidos; en 1980, 48% en México y 21% en Estados Unidos; en 1984, 31% en México y postgrado 35% en Estados Unidos; en 1989, 29% en México y 48% en Estados Unidos (GALINDO, 1993 in CAMP, 2006). En 1988 la revista *Expansión* señalaba que el 52% de los funcionarios de alto nivel estudiaron en el extranjero, principalmente en Estados Unidos (CAMP, 2006). Elegir este país en vez de Europa para hacer un postgrado, principalmente en economía, tuvo estrecha relación con el rol de los mentores según hemos visto en este trabajo.

Camp sostiene que Yale y el MIT tuvieron un papel crucial en la formación crítica de las futuras elites del poder que controlaron la política económica de México en las décadas de 1980 y 1990:

Con el programa de Administración Económica Internacional Yale atrajo a prominentes economistas mexicanos a su esfera intelectual desde 1953. Sólo seis integrantes de la elite del poder se graduaron en Yale, el número menor entre las cuatro escuelas de las *Ivy League*, pero cinco de ellos dirigieron las tres instituciones responsables de formular la política macroeconómica de México y de dar el giro hacia una estrategia ortodoxa neoliberal (CAMP, 2006, p. 207).

Los egresados de los que habla Camp eran: Miguel Mancera Aguayo, director del Banco de México de 1982 a 1997; Jesús Silva Herzog Flores, secretario de Hacienda de 1982 a 1986; Ernesto Zedillo secretario de Programación y Presupuesto de 1988 a 1992 y Jaime Serra Puche secretario de Comercio y Fomento Industrial de 1988 a 1994 (CAMP, 2006, p.207). Como puede observarse, Leopoldo Solís fue el mentor de casi todos los que aparecen en la tabla. Solís se había graduado en Yale en 1959, después de sus estudios su desempeño profesional se dio principalmente en el BM junto a su mentor Rodrigo Gómez.

Para Sarah Babb, “*la tendencia a la internacionalización de los altos mandos en el gobierno tuvo como consecuencia la ‘americanización’¹⁶ de la economía del país*” (BABB, 2005, p.156). La autora argumenta que a diferencia de los ámbitos del derecho, negocios o ingeniería, los programas doctorales en ciencias sociales tienden a concentrarse en el conocimiento teórico en lugar del práctico, de ahí que:

La crisis del peso mexicano en 1994 y la debacle macroeconómica en Argentina en el 2001 ejemplifican de manera particularmente espectacular cómo los tecnócratas entrenados en economía al estilo académico estadounidense pueden resultar singularmente incapaces de manejar economías nacionales (BABB, 2005, p.157)

. También, hay que considerar que gran parte de los tecnócratas de Latinoamérica provienen de clase media, media alta y alta, es decir, vienen de sociedades segmentadas estructural y étnicamente, y buena parte de ellos desconoce la realidad socioeconómica de sus países. El panorama no es muy distinto en la elite económica. Algunos grandes empresarios, sobre todo del norte del país, estudiaron en Estados Unidos. Realmente el auge de los estudios de postgrado fuera de México se dio a partir de esta generación de tecnócratas. Eran vistos por los jóvenes clase medieras como un ejemplo de éxito. Como apunta Camp, no era una moda sino hasta una necesidad “*en la medida en que los círculos de elite comenzaron a darle mayor énfasis a los títulos académicos en el extranjero (...)*” (CAMP, 2006, p.197). Los hijos de los grandes empresarios no suelen pensar en esos términos porque al finalizar sus estudios de pregrado trabajarán en la empresa del padre, como es el caso de los hijos del multimillonario Carlos Slim

¹⁶ La traductora del artículo de Babb aclara que el sentido de ‘americanización’ en ese trabajo se refiere a la adopción de características que se consideran propias del contexto cultural y social de Estados Unidos.

que estudiaron en una de las universidades exclusivas de la Ciudad México, la Universidad Anáhuac, del grupo de Los Legionarios de Cristo. Otra universidad exclusiva es la Universidad Iberoamericana, de la Compañía de Jesús, una institución reconocida por su buen nivel académico, aunque algunos estudiantes tengan padres influyentes tienen que estudiar para acreditar.

De acuerdo con Centeno (1994:191 y ss.), el grupo tecnócratas mexicanos en su paso por las universidades del *Yvy League*, adquieren una “ideología epistemológica”, un marco cognoscitivo con un modo único de analizar problemas sociales, formular soluciones e instrumentar políticas, limitando el potencial de la participación pública y negando la inevitabilidad de los intereses en conflicto. En este sentido, Camacho Solís señalaba que los principales colaboradores del gabinete económico de Carlos Salinas eran fervientes defensores del modelo neoliberal “*hasta el punto, como en el caso de Jaime Serra Puche, de la intolerancia ideológica.*” (CAMACHO SOLÍS, 2006, p.54). Sin embargo, estos tecnócratas no llegaron a las universidades norteamericanas como *tabula rasa*, como ya se dijo, detrás estuvieron sus mentores¹⁷ neoclásicos en el Banco de México, en el ITAM y en El Colegio de México, quienes elegían y se recomendaban a los mejores estudiantes para enviarlos a Estados Unidos a hacer doctorados (SOLÍS, 2012, p. 24). Los mentores más mencionados son Rodrigo Gómez y Leopoldo Solís, de algún otro modo también David Ibarra, Daniel Cosío y Víctor Urquidi. Todos ellos tenían fuertes vínculos con académicos de Estados Unidos y Europa, con gente de las fundaciones Rockefeller o Ford. Persuadían a sus mejores pupilos de estudiar economía en Estados Unidos, de adquirir ‘la técnica’ que en México no se enseñaba. Camp comenta que Urquidi era de ‘esa elite intelectual de actuar independiente’, que sin consultar a otras instancias federales se encargó de ampliar el programa permanente del Banco de México y del dialogo directo con universidades de Estados Unidos (CAMP, 2006). El propio Leopoldo Solís narró su experiencia con su mentor Rodrigo Gómez¹⁸ (SOLÍS, 2012, pp. 15-24). Aunque Camp tiene

¹⁷ Para Roderic Ai Camp (2006:47), está claro que los mexicanos dependen de mentores destacados para alcanzar estatus de elite, este requisito continúa aplicando hasta el día de hoy, y aunque pudiera ser meritocrático en muchos casos, es al mismo tiempo un mecanismo de la circulación dirigida, de tipo patriarcal, de las elites del poder. Los mentores “son los agentes críticos en la formación de redes entre las elites del poder” (Camp, 2006:47), digamos que fueron hacedores de la elite del poder.

¹⁸ En palabras de Solís, la escuela de economía de la UNAM a finales de los 40 era bastante mala, en manos de marxistas, si el alumno se declaraba marxista o estaba afiliado al partido comunistas, aprobaba exámenes sin estudiar (Cárdenas y Zabudovsky, 2012); y fue hasta 1973 cuando se creó la maestría en economía en la UNAM. El Colegio

razón al señalar que Gómez fue el ‘conector’, intergeneracional podríamos decir, en la red de las elites (CAMP, 2006), Leopoldo Solís fue, a decir de varios que aparecen en la tabla, su maestro, mentor, jefe y gracias a sus relaciones académicas les envió a estudiar a Estados Unidos. Uno de sus pupilos que aparece en la tabla anterior, Francisco Gil Díaz, apunta con ironía en una reunión en el ITAM: “*Finalmente, quiero que sepan que si hay un culpable, un responsable último de la cantidad de Chicago Boys que hay en México, es Leopoldo Solís*” (GIL DÍAZ, 2012, p. 43). Gil Díaz, es un *technopol* de la ‘puerta giratoria’, fue subsecretario de Ingresos en la Secretaría de Hacienda en la administración de Carlos Salinas (1988-1994). De 1994 a 1997 fue subgobernador del Banco de México; de 1997 a 2000 director general de Avantel, cargo que dejó para ser Secretario de Hacienda con Vicente Fox. Al terminar fue asesor de HSBC y actualmente es el presidente de Telefónica en México. Y como él, Pedro Aspe o Jaime Serra, entre otros, apenas concluyen en su función pública ocupan asientos de consejero en empresas nacionales o transnacionales. Todo ello a pesar de que su mentor Solís les inculcara que fueran economistas profesionales, que siguieran el enfoque neoclásico como una metodología y no como una ideología.

4 EXPERTISE, MANDO Y PODER EN LAS ELITES ENTRE 1980-1990

El relevo generacional es el primero de tres aspectos mediante los que Pareto entiende la circulación de las elites. El segundo se refiere al reemplazamiento de una elite por otra, que enlaza en nuestro estudio con el primer aspecto; y el tercero se refiere a las elites y las masas (PARETO, 1980). Si bien, la circulación en Pareto supone lo contrario al estancamiento, la dinámica presente en las altas esferas de la política mexicana deja entrever un tipo de circulación ‘dirigida’ o con escasa renovación, porque las elites suelen reemplazarse mediante el nepotismo y amiguismo. Ejemplo de ello es que durante los dos sexenios estudiados los principales cargos los ocuparon gentes que tuvieron o tenían parentescos con funcionarios y políticos. La circulaciónparetiana también queda en entredicho cuando el grupo o fracción en el poder pacta con otro, para obstaculizar la llegada de grupos opuestos que pudieren poner en riesgo la conservación del mismo poder y la de sus privilegios. En sí, el carácter patrimonial y corporativo del régimen político mexicanoobstruye la circulación de personas e ideas nuevas. Así, es todavía

de México bajo la dirección de Cosío Villegas y Víctor Urquidí en 1961 ya habían creado el Centro de Estudios Económicos y en 1964 crearon la maestría en economía.

evidente que las relaciones de amiguismo y compadrazgo negocian o pactan el arribo de familiares y amigos a los altos cargos burocráticos o de elección popular, con o sin requisitos meritocráticos.¹⁹

Es histórica la existencia de grupos de elite en todas las sociedades, pero el rol de éstas siempre es crucial sobre todo en sociedades con un deficiente *check and balance* (límites en todos los niveles de gobierno). En sociedades democráticas el poder político se caracteriza por la competencia, la eficiencia, la comunicación, la transparencia y la participación de la sociedad civil en política. En regímenes políticos como el mexicano, el acceso y ascenso a puestos de poder, y la permanencia, está fuertemente ligado a la familia y al grupo: “*El poder político es asimilado entre las elites políticas mexicanas de manera casi patrimonialista, en donde la circulación de sus miembros se realiza entre las mismas familias bajo la variante de personajes y generaciones (...) Una suerte de estatus heredado*” (NIETO, 2011, p.170)²⁰. Aunque en los últimos años se empiezan a ver cambios, la circulación de las elites en el régimen mexicano ha sido una circulación dirigida, por decirlo así.

La gente que fue parte de la elite del poder entre 1980 y 1990 le tocó vivir el tránsito hacia el paradigma neoliberal del capitalismo global. Esta generación que nació en la década de los cincuenta, cuyas edades fluctuaban entre los 35 y 45 años, también provocó grietas al interior del régimen político mexicano: trataron de imponerse frente a ciertos códigos tradicionales del régimen históricamente hegemonizado por PRI, entre estos la ideología nacionalista propagada por el régimen construido después de la revolución mexicana, y la demagogia populista mediante la cual había corporativizado a la sociedad civil. En verdad, estos eran aspectos que los tecnócratas, a partir de Miguel de la Madrid, detestaban.

Finalmente, los tecnócratas, por sí mismos, no pudieron hacer frente a la clase política tradicional priísta y sus bastiones, los sindicatos corporativos de la Confederación Nacional de Trabajadores (CTM) y la Confederación Nacional Campesina (CNC), ambos, además del

¹⁹ Como ejemplo piénsese en gente como Carlos Salinas de Gortari, Manlio Fabio Beltrones, Emilio Gamboa Patrón, el actual presidente Enrique Peña Nieto. En provincia la lista es larga, entre esta, la familia Murat en Oaxaca, Madrazo en Tabasco; la familia Del Mazo en el Estado de México, etc. Entre los sindicatos, el SNTE es el más conectado con la clase política. La familia de la ex lideresa Elba Esther Gordillo, cuyas hijas, un nieto y un yerno son miembros de la clase política del país mediante senadurías y altos cargos en la burocracia.

²⁰ En el sector empresarial no ocurre lo contrario. La alta gerencia y la sucesión en el mando está siempre a cargo de un miembro varón de la familia y puede constatarse en los grupos poderosos como Carso y Bal.

Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación (SNTE) eran fuentes del voto clientelar, y continúan siéndolo. No obstante, como Enrique Krauze señala, tanto De la Madrid como Carlos Salinas, tuvieron más de una oportunidad para realizar la reforma política tan necesaria en el país desde Porfirio Díaz (KRAUZE, 1997), pero como éste hiciera también, la democracia se pospuso y casi muere frente al imperativo de la reforma económica de Salinas. Aunque no se puede decir rotundamente que los tecnócratas eran antidemócratas, Miguel de la Madrid en principio estaba convencido de esta necesidad democrática (KRAUZE, 1997); Salinas quería hacer cambios democráticos en el PRI y por ende en su relación con el Ejecutivo (ALARCÓN, 1995), pero se toparon con la realidad y con los jerarcas del PRI, principalmente con los líderes de las corporaciones sindicales de la CTM y la CNC: tanto a De la Madrid como a Salinas les quedó claro que mientras ellos, como presidentes, no se metieran con estos sindicatos, obtendrían de éstos todo su apoyo (ALARCÓN, 1995). Ambos advirtieron que meterse con el PRI era perder el control del poder. Las reformas políticas electorales a las que ambos gobiernos se vieron obligados trajeron pérdidas electorales para el PRI en Chihuahua (1986) y Baja California (1989). En el caso del gobierno de Salinas, éste tuvo que atenerse a los “usos y costumbres” del Partido si quería salvar su proyecto económico y con éste sus ambiciones personales (ALARCÓN, 1995; HAMILTON, 2011; CAMP, 2006). De ahí que Centeno denominara al régimen mexicano como autoritario burocrático-electoral y a la administración salinista *Salinostroika*. El autor aduce que fue un periodo favorecido por varios factores externos e internos: un ambiente internacional propicio al neoliberalismo; un régimen político encarnado como una maquinaria autoritaria; un estado capturado por un sector poderoso (CENTENO, 1994), al que nosotros llamamos la elite del poder.

En el año 2000 vendría la derrota (casi) total del PRI frente al Partido Acción Nacional, consu candidato presidencial el gerente empresarial Vicente Fox. Todo lo anterior fue parte de los efectos que se desencadenaron el último año de la gestión de José López Portillo con la devaluación del peso en 1982, la inflación galopante, que trajeron descontento social entre las clases trabajadoras y dentro del propio sector empresarial, particularmente los del norte del país que empezaron a presionar al gobierno. Así también, reclamos de democratización interna de parte de una fracción de la elite priísta y sectores sociales. Todo ello aunado a casos de corrupción y nepotismo con Salinas, provocaron mayor desgaste en la legitimidad del sistema y

en la credibilidad del gobierno.²¹ Esto trajo también el paulatino surgimiento de grupos cívicos pro democráticos que tendrían un papel clave a mediados y al final del sexenio de Salinas (HAMILTON, 2011).

Sabemos que las elites están conformadas por diversas facciones, por eso es arriesgado hablar de cohesión. Sin embargo, en lo que respecta al paradigma neoliberal, hay una clara conexión ideológica en la elite del poder (política y económica) que descansa en ostentar prestigio, en obtener beneficios económicos, personal y de grupo, y en ser partícipes del ejercicio del poder. En este punto Centeno argumenta que *“Además de una congruencia ideológica, el liderazgo de las elites en casi todos los casos de revoluciones exitosas desde arriba comparten un fervor revolucionario que a veces parece rayar en la certeza/garantía megalómana en sus propias habilidades”* (CENTENO, 1994, p.37).

Como hemos dicho antes, en el gobierno de Miguel de la Madrid se entrenaron en cargos relevantes Carlos Salinas, Jesús Silva Herzog Flores, Pedro Aspe. El recambio ideológico que tocó vivir a esta generación, exige vincularlo con el ejercicio del poder y con el *expertise* como dominación (SCOTT, 2008). Este autor argumenta que la ‘restricción’ existe donde la más alta autoridad²² (quienes detentan los recursos) son capaces de influenciar a los subalternos, por tres vías: fuerza directa y represión, o mediante el ofrecimiento de estímulos a los subalternos. La otra vía, es la *authoritativedomination* o la dominación autorizada, mediante la creación o el establecimiento de un discurso. Así, *“la autoridad existe donde la máxima autoridad influye en los subalternos mediante la persuasión arraigada en las obligaciones o compromisos institucionalizados, en las lealtades y la confianza que el mando y el expertise organizan”* (SCOTT, 2008, p.31). *“En todas las culturas los agentes internalizan valores que tienden a identificarse con aquellos que ocupan posiciones de dominación”* (SCOTT, 2008, p.31). Dicha identificación se da y tiene los efectos según los valores que prevalezcan en cada cultura. Con esto queremos decir, que el *expertise* de los tecnócratas, que estudiaron en afamadas

²¹ Al final del sexenio de Carlos Salinas varios hechos dieron la estocada a una administración que en sus últimos años gozaba de las mieles de un presumible prestigio nacional e internacional, pero dos fueron mortales: El surgimiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional el 1 de enero de 1994, y el asesinato del candidato a la presidencia por el PRI: Donald Colosio Murrieta el 23 de marzo de 1994. Véanse dos obras citadas en este trabajo: Enrique Krauze *La presidencia imperial*; y Nora Hamilton *Mexico. Political, Social and Economic Evolution*.

²² En lengua inglesa *the principal* es la más alta autoridad dentro de una institución, una organización o un grupo. Aquí yo lo entenderé como la elite del poder político, en principio. Dentro de esa elite, y en el contexto del régimen mexicano, la autoridad máxima es el presidente en el poder ejecutivo.

universidades estadounidenses, fue un mensaje que caló inclusive dentro de una cúpula partidista tradicional. Esto aunado al eficiente desempeño que el grupo tuvo frente a los desenfundados índices macroeconómicos que lograron estabilizar.

La cultura política dominante en el régimen político mexicano no hace halagüeño el porvenir si observamos que prevalecen valores plutocráticos y patrimonialistas en la historia del país. Son demasiados los casos de impunidad que indican que la ley se puede torcer o incumplir; se puede ser corrupto para fines personales porque no hay castigo ejemplar en los altos cargos, de ahí que según la posición de privilegio, es el grado de impunidad (CRUZ JIMÉNEZ, 2014; Raphael, 2014). Infortunadamente este es un marco de socialización y fuente de identificación e internalización de valores. La ‘dominación autorizada’ cuenta con legitimidad, entendida esta como la creencia de que el modelo de dominación es el adecuado, el correcto o el válido (HELD, 1989; BEETHAM, 1991 in SCOTT, 2008). De otra parte, el *expertise* de los tecnócratas y *technopols* entre las décadas de 1980 y 1990, sería clave en la ‘dominación autorizada’ que van a ejercer, este *expertise* se da en un caldo de cultivo de identificación e interiorización de valores que hizo posible la radicalidad de los cambios en la política económica, pero no así en la vida política en esos años.

5 ALGUNAS CONSTANTES DE LAS ADMINISTRACIONES TECNOCRÁTICAS

Las elites como problema de investigación, entendidas como tales siempre y cuando sean parte del ejercicio de poder político, económico (SCOTT, 2008) e ideológico, son aspectos casi siempre en interacción, que exigen se las estudie en cada época y en su contexto, como señaló MILLS (1956). La sociedad mexicana se funda en estructuras socioeconómicas y valores culturales de carácter jerárquico, patrimonialista y autoritario, están arraigadas en la clase política, en la clase empresarial y en la sociedad en general.

Aunque aquí no nos enfocamos en la relación entre el sector público y el privado, baste señalar que a lo largo de la historia del México postrevolucionario ambas esferas de poder, se refuerzan, se legitiman y se sostienen. Por más que se diseñen sofisticadas instituciones no hay instancia que aguante el debilitamiento que genera el abuso de poder de quien está al frente principalmente en el sector público.

El arribo de los tecnócratas y los *technopolsa* las altas esferas del poder político trajo la reconciliación del Estado con la elite empresarial e industrial, asunto necesario sobre todo para el proyecto económico neoliberal. Dicha relación se había roto tras la nacionalización de la banca en 1982, a pocos meses de que José López Portillo concluyera su gobierno. También correspondió a éstos hacer los ‘ajustes’ a la economía (1985-1986) conforme las condiciones impuestas por el Fondo Monetario Internacional (FMI) para hacer llegar ‘dinero fresco’ a la economía mexicana hundida por la crisis de la deuda. Al gobierno de Carlos Salinas le tocaría nuevamente en 1989 reestructurar la deuda y el pago de servicios. No hay duda de las fuertes presiones de externas, primero con el Plan Baker, luego con el Plan Brady mediante el cual se impuso el Consenso de Washington, pero también es cierto que los doctores mexicanos en economía estaban convencidos de las políticas emanadas del FMI, de la sentencia thatcheriana “No hay alternativas”.

Debido a la gravedad de la situación económica que heredó la administración de Miguel de la Madrid, su gobierno tenía que manejarse con tiento frente a múltiples presiones internas y externas. Sin embargo, el presidente se mantuvo impasible frente a coyunturas extraordinarias como el terremoto de 1985 y la nueva caída en los precios del petróleo, tan es así que su gobierno prefirió cumplir con las exigencias de los bancos internacionales acreedores en lugar de variar el rumbo económico. Las administraciones de Miguel de la Madrid y Carlos Salinas no titubearon frente a la difícil situación que trajeron los errores financieros, la corrupción y los vicios antidemocráticos en sus periodos, pero tampoco fueron coyunturas aprovechadas por estos para limpiar los vicios del régimen tradicional que tanto despreciaban.

La devastación de los terremotos de 1985 y la recaída en el precio del petróleo fueron oportunidades políticas para declarar la moratoria de la deuda o su renegociación en términos favorables para el país, pero no se hizo. Según Camacho Solís la decisión de entrar al GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), aun teniendo en cuenta las presiones externas para hacerlo, se dio a toda prisa por la urgencia de combatir, vía importaciones, la inflación interna: “Había prisa y los criterios ideológicos estaban dominando las decisiones gubernamentales” (CAMACHO SOLÍS, 2006, p.49), sin un plan previo para evitar el cierre de numerosas pymes y su efecto de pérdida de empleos (HAMILTON, 2011). Fue así que Camacho apuntó que en la administración de De la Madrid “el único criterio para decidir era el de la tijera” (CAMACHO

SOLÍS, 2006, p.47). Es decir, los recortes continuos al presupuesto del gasto social en congruencia con el sumario del Consenso de Washington.

En cuanto a la intención de echar andar una agenda democrática, sobre todo en el periodo de Carlos Salinas, imperó la práctica del *sine pro quod*. Pamela Starr, quien fue profesora en el ITAM, argumentó que, “*si bien hubo una expansión de prácticas democráticas durante la gestión de Salinas, éstas fueron controladas bajo dos acometidos: abrir el espacio político necesario para implementar sus reformas económicas y para bloquear la construcción de una democracia plena*” (STARR, 1999, p.36), que como habíamos dicho antes, les colocaba entre la espada y la pared con respecto a los jefes del PRI. En esta línea, en el libro de Camacho hay muchas anécdotas (CAMACHO, 2006, p. 60,231, 233, 267), entre éstas las que tienen que ver con la alianza entre el PRI y el partido conservador Acción Nacional (PAN), para hacer una reforma política que entorpeciera los avances del PRD con Cuauhtémoc Cárdenas;²³ o bien, cuando Salinas se negó a discutir el Tratado de Libre Comercio con la oposición, porque era suficiente el apoyo del PAN con el que contaba. Carlos Salinas, que inició su periodo presidencial bajo la sospecha de unas elecciones fraudulentas, su respuesta para dejar en el olvido tal circunstancia fue mediante golpes mediáticos como el encarcelamiento (sin juicio antes ni después) del líder del sindicato de la entonces paraestatal Petróleos Mexicanos, Joaquín Hernández Galicia; o el lanzamiento del programa populista Solidaridad (PRONASOL).

Sin embargo, también es de reconocer que desde que Salinas y su equipo (Aspe Armella) en la Secretaría de Programación y Presupuesto en el sexenio de De la Madrid se hicieron cargo del problema del déficit, que en 1987 había llegado a 150 mil millones de pesos, en 1991 éste se volvió superávit. En ese mismo año, a mitad del sexenio de Salinas, la inflación era menor al 20 por ciento (KRAUZE, 1997). Al mismo tiempo, fue en el gobierno de Salinas de Gortari donde se decidió concretar la dependencia de la economía mexicana a la de Estados Unidos; se orilló a empresarios a establecer alianzas con corporaciones estadounidenses (HAMILTON, 2011); a subrayar la subordinación con el capitalismo global comandado por este país: “*Confiamos todo a las exportaciones y a la expansión de la economía estadounidense, a lo que otros hicieran y a lo*

²³ Camacho narra cómo el PRI y el PAN aprobaron la reforma electoral de 1989 la que más bien fue una contrarreforma en la que quisieron impedir que el recién creado Partido de la Revolución Democrática (PRD), de izquierda en sus inicios, pudiera crecer (2006:233). En el mismo sentido de Starr, Camacho comenta en su libro que CSG para salvar su política económica permitió la reforma electoral de 1996 que dio autonomía al IFE: “Debía hacerlo o un estallido social le echaría a perder sus cálculos económicos” (2006:267).

que habíamos hecho, más que a lo que debíamos hacer” (CAMACHO, 2006. p.61). Este miembro de la elite también se refiere al magistral manejo de las perspectivas, corolario del *expertise*, de parte de Carlos Salinas y Pedro Aspe: *“sabían que su estrategia no duraría, lo único que les quedaba era jugar con las expectativas y convencer a los demás”* (CAMACHO, 2006, p.53).

Así, la frase de *The Economist* “no entiende que no entiende” está presente en la vida política del país. En el régimen político mexicano se mira para otro lado aun cuando la realidad pone al gobierno frente a coyunturas, que son la oportunidad política para hacer cambios radicales a favor de la democracia y del estado de derecho. Sin embargo, la elección racional para estos ha sido primero proteger el fuero y salvaguardar los intereses personales y de grupo. En un análisis del periodo de Carlos Salinas y de Ernesto Zedillo, Pamela Starr plasma muy bien el proceder de este grupo, argumentando que la mayoría de los tecnócratas jamás tuvieron la intención de instrumentalizar el liberalismo político, sino únicamente de utilizar sus nuevas estrategias económicas para atrincherarse en el poder (STARR, 1999). Nosotros pensamos que los tecnócratas estaban y están realmente convencidos de su ortodoxia económica, miraron para otro lado cuando de realizarla y defenderla se trataba. Sin embargo, Camp converge con Starr: los tecnócratas mexicanos partían al extranjero para pulir sus conocimientos en política macroeconómica, no para modificar el rumbo del desarrollo político *“no le veían mayor problema al modelo político”* (CAMP, 2006, p. 240).

6 A MODO DE CIERRE. ENTRADAS Y SALIDAS DE LA ELITE DEL PODER

El tema central de este trabajo fue conocer la procedencia de los miembros de la elite del poder en los sexenios de Miguel de la Madrid y Carlos Salinas; cómo fue su entrada, salida o permanencia (directa o indirecta) en la elite del poder; los desafíos a los que se enfrentaron, sus logros, pero también las inercias que solaparon. De los 11 cargos principales, dos fallecieron: Miguel De la Madrid y Manuel Camacho. Hasta ahora solo uno de los cinco hijos de De la Madrid ha incursionado en la política desde el año 2000, se trata de Enrique de la Madrid Cordero actual secretario de Turismo en la administración de Peña Nieto (2012-2018). Carlos Salinas, tras la situación crítica con la que terminó su sexenio y el modo en que rompió con su sucesor Ernesto Zedillo, tuvo que salir de México hacia Irlanda, país con el que no hay tratado de extradición. Esta situación no impidió que Salinas fuera ajeno al mundo de la política en sus

primeros años fuera de México, menos en los últimos. Salinas ha mantenido fuertes vínculos con personajes de la elite política tradicional imputados por corrupción. El primero es Emilio Gamboa Patrón, quien fue secretario Particular de De la Madrid cuando Salinas era secretario de Programación y Presupuesto (1982-1988). Se dice que Gamboa le favoreció frente a otros ‘presidenciables’ (CRUZ JIMÉNEZ, 2014). Por cierto, el hijo de éste, Pablo Gamboa Miner, incursionó en política desde los 22 años. Actualmente con 30 años es diputado Federal por Yucatán. Otro vínculo importante de Carlos Salinas es Manlio Fabio Beltrones, personaje polémico que entró al mundo de la política mexicana en 1973 con 21 años de edad y como secretario particular nada menos que de Fernando Gutiérrez Barrios, quien fungía entonces como subsecretario de Gobernación con De la Madrid. Sylvana es la hija única de Beltrones, también entró muy joven al mundo de la política, primero como diputada (por el PRI) federal suplente. En los últimos años Salinas ha normalizado su vida pública en México, inclusive opina sobre asuntos políticos ríspidos en los medios de comunicación, sobre todo a partir de la administración de Enrique Peña Nieto, de quien se sabe es una suerte de ‘padrino político’. Dentro del gabinete de Peña Nieto está la sobrina de Salinas, Claudia Ruiz Salinas, de quien se dice es la consentida del ex presidente Carlos Salinas (CRUZ JIMÉNEZ, 2014), actualmente es secretaria general del PRI. Jesús Silva Herzog Flores a pesar de su abolengo salió de la vida política en el año 2000 tras perder en la campaña por la Jefatura de Gobierno de la ciudad de México en 2000. Sus descendientes no forman parte de la clase política. Miguel Mancera Aguayo, tras haber sido el primer gobernador del Banco de México en su calidad de entidad autónoma en 1994, se retiró de la vida pública en 1998. Pedro Aspe Armella a pesar de habersele considerado en algún momento ‘presidenciable’ se retiró de la vida política, en 1996 fundó la consultoría Protego Asesores, es un pope en el ITAM, además de mentor de algunos funcionarios tecnócratas actuales como el otrora secretario de Hacienda Luis de Videgaray, hoy canciller. Una de sus hijas, Mónica Aspe, incursionó en la vida política en 1999 con el cargo de asesora del otrora Instituto Federal Electoral, actualmente es representante permanente en la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE). Rogelio Gasca Neri, fue un allegado a la política gracias a sus estudios de postgrado, después del gobierno de Salinas, fue director general de la paraestatal Comisión Federal de Electricidad de 1994 a 1999. Francisco Gil Díaz se mantuvo en el poder político hasta 2006 con el gobierno panista de Fox (2000-2006), siendo secretario de Hacienda.

Este ir y venir de los tecnócratas trasciende los partidos políticos, por ejemplo, los casos de Gil Díaz y el tecnócrata José Antonio Mead, ex alumno de Aspe Armella en el ITAM. Este último, empezó su carrera de político tecnócrata en el periodo de Zedillo (1994-2000), luego continuó en los dos sexenios panistas, con Vicente Fox y Felipe Calderón (2006-2012). Mead vuelve al gabinete priísta con Peña Nieto, su actual cargo es de secretario de Hacienda, inclusive se baraja como presidenciable en el PRI.

Ernesto Zedillo Ponce de León volvió a Estados Unidos como director del Centro para el Estudios de la Globalización de la Universidad de Yale. Como *technopol*, una vez concluido su periodo presidencial, se hizo consejero de diversas empresas de ese país como *Protec and Gamble*, *Alcoa* y *UnionPacifc*. Esta última es concesionaria de Ferromex que fue privatizada durante su gobierno. Desde 2010 Zedillo es consejero del Grupo Prisa. Pareciera que los *technopols* no tienen necesidad de un cargo público, por lo menos es el único ex presidente que ha renunciado al a pensión vitalicia que por ley se concede y sus descendientes no están en la vida política, hasta ahora. José Córdoba Montoya se quedó en México a hacer negocios en el ámbito energético. Está vinculado con la alta política mexicana por medio de Guillermo Ortiz, gente de Zedillo. Jaime Serra Puchedespues de haber sido subsecretario de Hacienda con De la Madrid, luego titular de la otrora secretaría de Comercio y Fomento Industrial con Salinas, fue secretario de Hacienda con Zedillo. Al concluir esa Administración se retiró de la vida pública para dedicarse al mundo de la consultoría como presidente de *SAI Consulting*.

La labor de los tecnócratas de este periodo estuvo en sintonía con los signos de los tiempos que les tocó vivir y para los que fueron formados: reestructurar la economía de un país del tercer mundo de acuerdo con la doctrina del paradigma neoliberal. De los once tecnócratas enlistados, solo tres descendientes o parientes hacen carrera en la política. Teniendo en cuenta que dos han muerto, de los nueve restantes ninguno continúa en la vida política, aunque Carlos Salinas está detrás de bambalinas.

Otro resultado de este trabajo fue conocer el papel clave de otros agentes de cambio en la historia política y económica del país que inicia en las dos primeras décadas del siglo XX y concluye en los albores del siglo XXI. El rumbo socioeconómico del país desde entonces podría contarse, dejando momentáneamente a un lado al sector empresarial, a través del peso que tuvieron economistas e intelectuales mexicanos, entre estos Rodrigo Gómez, Daniel Cosío

Villegas, Víctor Urquidi y Leopoldo Solís, educados en las afamadas universidades de Estados Unidos y de Europa en los años 30 y 40. Todos ellos bregaron por la formación de técnicos expertos en economía, materia que no existía entonces en el país, desde sus posiciones de mando, principalmente el Banco de México, donde diseñaron un programa de becas para hacer diplomados, maestrías y luego doctorados en el extranjero. Todos estos fueron mentores de quienes aparecen en la tabla.

Los pupilos de estos mentores concluyeron el proceso de hacer totalmente dependiente el desarrollo económico del país con la economía estadounidense, en sintonía con los intereses que vinculan al alto empresariado mexicano, principalmente con inversionistas norteamericanos. La situación socioeconómica actual en parte es hechura de los pupilos de los economistas liberales del Banco de México quienes, sin embargo, y a diferencia de muchos que aparecen en la tabla, sí conocían el contexto mexicano, sólo habría que ver el desempeño de los ministros de hacienda del periodo de desarrollo estabilizador (1950-1970) y antes de este (desde 1932) que fue más congruente con la realidad mexicana. Al parecer, los mentores no fueron capaces de exigir un ejercicio de adaptación crítico de esos conocimientos a sus pupilos y becarios, sólo se fomentó preparar técnicos dentro de doctrinas económicas que poco o nada tenían que ver con la realidad local.

Los tecnócratas llegaron a reformar la economía, sin meterse en líos con el régimen político, inclusive los cambios económicos radicales necesitaron de un régimen como el mexicano. Muchos salieron de la administración una vez concluido el periodo Salinas de Gortari, como Jaime Serra. Otros volvieron al gobierno a ocupar cargos todavía más importantes, como Gil Díaz. Los tecnócratas mexicanos encajan bien en la categoría de *technopols*, con alguna excepción, como Gil Díaz, estos no pretendieron mantenerse en el poder político, al menos no directamente, ya sea porque tenían compromiso previo con el sector privado o porque alguno surgió después de haber sido funcionario, eso sí, son una fiel expresión de la llamada puerta giratoria.

Paradójicamente (para los clásicos de las elites), la circulación se da y funciona en sociedades democráticas con *checks and balances*, pero en regímenes como el mexicano conduce a la permanencia de elites con valores antidemocráticos. La tesis de la decadencia de las elites, en concreto de la elite política en México, cobra relevancia en el momento actual del gobierno de

Peña Nieto, cuya administración ha revelado el retorno de políticos tradicionales, como residuos de otra época, como el mismo presidente que, no obstante, representan una extraña mezcla de adhesión al paradigma neoliberal, pese a la revolución institucionalizada según el PRI.

7 REFERENCIAS

ALARCÓN OLGUÍN, V. El PRI en la presidencia de Carlos Salinas de Gortari (un balance sexenal). *Estudios Políticos*. México, p. 11-44, enero-marzo, 1995.

BABB, S. Del nacionalismo al neoliberalismo: El ascenso de los nuevos Money Doctors en México. En: Mato Daniel (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, p. 155-172, 2005.

BURTON, M; GUNTHER, R; HIGLEY, J. Introduction: elites transformations and democratic regimes. En: Higley, J., Gunther, R. (Eds.). *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. New York, Cambridge University Press, 1992.

CAMACHO SOLÍS, M. *El desacuerdo nacional*. México: Aguilar, 2006.

CAMP, R. *Las elites del poder en México*. México: Siglo XXI Editores, 2006.

CENTENO, M. *Democracy Within Reason. Technocratic Revolution in Mexico*. Penn.: The Pennsylvania State University, 1994.

CRUZ JIMÉNEZ, F. *Las enseñanzas del profesor. Indagación de Carlos Hank González. Lecciones de poder, impunidad y corrupción*. México: Océano, 1999.

CRUZ JIMÉNEZ, F. *Los juniors del poder*. México: Planeta, 2014

DOMÍNGUEZ, J. *Technopols: Freeing Politics and Markets in Latin America in the 1990s*. Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 1997.

GALINDO, A. *Education of Mexican Government officials*. Statistical Abstract of Latin America, 30, California: UCLA, 1993.

GIL DÍAZ, F. Leopoldo Solís, formador de economistas. En: Cárdenas, J. y Zabludovsky J. *Leopoldo Solís y la realidad económica*. México: FCE, p. 41-43, 2012.

HAMILTON, N. *Mexico. Political, Social and Economic Evolution*. Oxford, N.Y., Oxford University Press, 2011.

JOIGNANT, A. *El estudio de las Élités: un estado del arte*. Serie de Políticas Públicas. Santiago de Chile: Universidad Diego Portales, 2009.

KNIGHT, A. Mexico's Elite Settlement: Conjuncture and Consequences. En: Higley J. y Gunther R. (eds). *Elites and Democratic Consolidations in Latin America and Southern Europe*, Cambridge University Press, p. 113-145, 1992.

KRAUZE, E. *La presidencia imperial*. México, Tusquets Editores México, 1997.

MILLS, C. *La elite del poder*. México: FCE, 1956.

NIETO, N. La socialización de las elites políticas mexicanas a través de la corrupción. *Análisis Político*. (71). p. 165-181, 2011.

PARETO, V. *Forma y equilibrio sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

RAPHAEL, R. *Mirreynato. La otra desigualdad*. México: Temas de Hoy, 2014.

ROUSSEAU, I. La SPP y la dinámica de constitución de un equipo. *Foro Internacional*, v. XXXVIII. p. 302-339, 1998.

SASSEN, S. Una sociología de la globalización. *Análisis político*, n. 61, p. 3-27, 2007.

SCOTT, J. Modes of power and the re-conceptualization of elites. *Sociological Review*, p. 27-43, 2008.

SOLÍS, L. Semblanza autobiográfica. En: Cárdenas, J. y Zabludovsky J. *Leopoldo Solís y la realidad económica*. México: FCE, p. 15-24, 2012.

STARR, K. *Monetary Mismanagement and Inadvertent Democratization in Technocratic Mexico*. Studies in Comparative International Development, v. 33, Issue 4, p. 35-65, 1999.

TEICHMAN, J. *Privatization and political change in Mexico*. Pitt, PA: University of Pittsburgh Press, 1995.

TEICHMAN, J. *The politics of Freeing Markets in Latin America. Chile, Argentina y Mexico*, Chapel Hill: University of North Carolina, 2001.

Recebido em 16/06/2017.

Aceito em 09/11/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.133691

ISSN: 1676-6288

ELEIÇÕES DIRETAS AO PARLASUL NA ARGENTINA E NO PARAGUAI: DA REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR NA INTEGRAÇÃO À CONFORMAÇÃO ELEITORAL REGIONAL NA ESFERA DOMÉSTICA

DIRECT ELECTIONS TO PARLASUL IN ARGENTINA AND PARAGUAY: FROM PARLIAMENTARY REPRESENTATION TO INTEGRATION WITH THE REGIONAL ELECTORAL CONFORMATION IN THE DOMESTIC SPHERE

Matheus Felipe Silva¹

Universidade Estadual Paulista, Araraquara, Brasil

Resumo: O presente artigo busca uma reflexão acerca do processo de adequação das legislações eleitorais da Argentina e do Paraguai para a realização de eleições diretas ao Parlasul, atendendo as demandas do seu Protocolo Constitutivo. Considera-se importante observar a participação das delegações nacionais desde a formação de instâncias parlamentares no Mercosul, nas quais foram negociados os progressos na conformação de um parlamento regional. Esses períodos podem ser apreendidos por análises bibliográficas, a fim de compreender a mobilização das delegações dos dois países até o momento de conformação do Parlasul. Esses elementos são utilizados para traçar paralelos com as mobilizações nacionais em torno da conformação de ditas eleições e os resultados das mesmas, buscando continuidades e elementos influenciadores em todo o processo.

Palavras-Chave: Parlamento do Mercosul; Eleições regionais; Argentina; Paraguai.

Abstract: This article seeks a reflection on the process of adaptation of the electoral laws in Argentina and Paraguay in order to have direct elections of Mercosur parliamentarians, taking into account the demands of its Constitutive Protocol. It is important to note the participation of the national delegations since the formation of parliamentary bodies in Mercosur, in which progress has been negotiated in the formation of a regional parliamentary instances. These periods can be apprehended by bibliographical analyzes to understand the mobilization of the delegations of the two countries until the moment of formation of Parlasul. These elements are used to draw parallels with the national mobilizations around the conformation of said elections and the results these, searching for continuities and influential elements throughout the process.

Keywords: Mercosur Parliament; Regional elections; Argentina; Paraguay.

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara UNESP/FCLAr. Pesquisador do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Cultura e Desenvolvimento (GEICD) e da Rede de Pesquisa em Política Externa e Regionalismo (REPRI). E-mail: matheusfstety@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 60, houve a chamada primeira onda regionalista, da qual o arranjo europeu é o exemplo mais notório. Esse movimento pode ser caracterizado por alto grau de institucionalização para a integração econômica e resolução política de conflitos (HURREL, 1995, p. 23). O fenômeno afetou outras regiões, em diferentes graus, especialmente a América Latina.

A alta burocratização e maior institucionalização dessa primeira onda influenciou a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Esse grupo surge da assinatura do Tratado de Montevideu, firmado em 18 de fevereiro de 1960 na cidade de Montevideu, Uruguai. Sua premissa era ser um modelo de integração regional que buscasse aumentar a interdependência dos países latino-americanos, a fim de criar uma zona de livre comércio na região (KINOSHITA, 2002).

No regionalismo dos anos 80 e 90, emerge o denominado “novo regionalismo” ou “regionalismo aberto” (CEPAL, 1994), caracterizado como “um instrumento de inserção competitiva no mercado globalizado” (CASTRO, 2011, p. 14). Assim, “busca-se aliar a interdependência promovida 'de fato' pela ação do mercado àquela decorrente de acordos de preferências comerciais” (CASTRO, 2011, p. 14). O Mercosul surge como uma tentativa de criação de uma área de livre comércio no Cone Sul da América Latina, iniciado em 1991 pela assinatura do Tratado de Assunção, por quatro membros fundadores: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

O regionalismo Sul-Americano é caracterizado pela lógica intergovernamentalista, no qual os Executivos nacionais dominam as instâncias Executivas dos blocos regionais e, por isso, definem as agendas da integração. Naturalmente, há questionamentos quanto à despolitização dos arranjos de mercado comum (CAPORASO, 1998). A questão acerca do déficit democrático na integração regional abarca a legitimidade do processo, do nível de *accountability* oferecidos pelos Estados a suas populações no processo de integração (MARIANO, 2013).

O chamado déficit democrático relaciona-se ao grau reduzido da participação popular ou de setores da sociedade, como associações e organizações sindicais. As amplas pautas econômicas e o protagonismo dos Executivos nacionais, que ocupam e monopolizam as esferas decisivas dos blocos, despolitizam o processo, restringem a

participação social, limitam as agendas programáticas da integração e afastam essa última da vida cotidiana das populações nacionais (LUCIANO; MARIANO, 2012). Observando o caso da União Europeia, seria possível indicar uma “deficiência de legitimação” (HABERMAS, 2013) em seu processo de integração.

O parlamento regional é fundamental nesse processo de superação do déficit democrático, tendo em vista seu caráter representativo. A realização de eleições diretas para parlamentares regionais foi a ferramenta introduzida pela União Europeia em seu parlamento regional, o Parlamento Europeu e, a partir de então, serviu de exemplo para outros processos de integração regional.

O Parlamento Europeu, que já figurava no Tratado de Roma de 1957 como instituição responsável por representar as populações no processo de integração, passa a adotar um sistema de representação proporcional das populações em 1979 e, em 1999, realiza as primeiras eleições europeias simultâneas em todos os países-membros para o Parlamento Europeu (MALAMUD; SOUSA, 2005). Dessa forma, esses parlamentares regionais seriam efetivamente escolhidos por suas respectivas populações e teriam a legitimidade para atuar pelo interesse dos cidadãos dentro da integração.

Segundo Maira (2013), o surgimento dos parlamentos regionais vem ainda da busca por melhorias no estabelecimento e cumprimento de acordos de cooperação e integração, o que é verificado tanto para o caso europeu quanto latino-americano. Sua origem e funcionamento pressupõem uma revisão nos conceitos de soberania e legitimidade, tanto na atuação dos Estados nacionais em seu contexto doméstico quanto regional, tendo em vista há inequivocamente, dentro dos processos de integração, transferência de poderes e competências à esfera regional.

Esse é um ponto importante que explica a lentidão dos acordos de integração regional e seu processo gradual de aplicação, uma vez que existe forte resistência de alguns dos setores nacionais, como forças políticas e meios de comunicação, a esse processo de reconfiguração dos poderes e competências nacionais frente às novas instituições regionais.

Ressaltam Bressan, Mariano e Luciano (2015) que as instâncias parlamentares nos processos de integração visam solucionar o déficit democrático na medida em que inicialmente apresentam um caráter representativo. Ou seja, os

parlamentares que integram determinado órgão passaram, previamente, por critérios nacionais de legitimação representativa, mas sem que necessariamente haja alguma especificidade para que essa legitimidade seja estendida a esferas não domésticas.

Nesse sentido, a representação inter ou supranacional que passa pela legitimação direta na esfera nacional por vias eleitorais é aquela que melhor pode lidar com a problemática do déficit democrático do processo de integração regional, visto que a representação por eleições diretas é aquela que designa parlamentares exclusivos às atividades exteriores.

No entanto, nesse processo de criação de instâncias parlamentares em arranjos de integração regional, abre-se a possibilidade de choques diretos com posições de atores políticos nacionais, especialmente no que concerne à internacionalização de regras emanadas das esferas regionais. A criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul) foi negociada dentro da Comissão parlamentar Conjunta (CPC), compostas por bancadas dos 4 membros fundadores.

Posteriormente, os acordos em torno do Protocolo Constitutivo do Parlasul foram remetidos aos Congressos Nacionais, para sua ratificação. Esse documento seria a base para que os membros do Parlasul organizassem eleições diretas de suas bancadas ao órgão, mas o processo legislativo a ditas votações seguiu cursos peculiares dentro de cada país.

De forma mais breve, “o Parlasul, de acordo com seu Protocolo Constitutivo, é composto por representantes dos Estados-membros, diretamente eleitos pelos seus cidadãos, com base em legislação eleitoral nacional” (LUCIANO, 2012, p. 53). O estabelecimento do Protocolo e seus desdobramentos guardam relações anteriores ao Parlasul, além de interferir na atividade legislativa nacional, especialmente pela conformação de suas eleições diretas nas esferas domésticas.

Dessa forma, o presente artigo trata da realização de eleições nacionais ao Parlasul no Paraguai e na Argentina, únicos países que as realizam. Para isso, são observados os comportamentos das bancadas dos dois países desde a CPC, onde foi negociado o Protocolo Constitutivo do Parlasul, seguindo para uma análise de como cada um desses países organizou essas eleições e os resultados destas. A proposta é buscar possíveis conexões entre os comportamentos apresentados desde a CPC até a

realização das eleições ao Parlasul, compreendendo se e o quanto essas experiências pretéritas perduram e influenciam o resultado dessas eleições.

Também é observado se essas eleições atendem às prerrogativas do Protocolo Constitutivo do Parlasul e quais as possibilidades apresentadas, mediante aos contextos apresentados nesses dois países, à conformação do “Dia do Mercosul Cidadão”, quando as eleições ao Parlasul acontecerão simultaneamente em todos os seus países membro.

2 A COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA CPC

A primeira instância parlamentar surgida na integração no Cone Sul da América Latina precede a própria criação do Mercosul em 1991, pelo Tratado de Assunção. O Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento, celebrado por Argentina e Brasil em 29 de novembro de 1988, estabeleceu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) e instituiu a Comissão Parlamentar Conjunta de Integração (CPCI).

Sua criação não derivou de demandas parlamentares por participação no nascente processo de integração, mas derivou do cálculo pragmático dos Executivos que, ao firmarem o Programa, buscaram uma instância que tivesse com atuação limitada junto aos Congressos Nacionais na implementação de acordos das esferas da integração, composta por 12 legisladores nacionais para mandatos simultâneos de dois anos (MARIANO, 2011).

A Comissão Parlamentar do Mercosul (CPC) tem sua origem nas queixas dos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado dos quatro parlamentos nacionais, que pressionaram pela criação de uma instância com prerrogativa de canal de comunicação entre os Poderes Executivos e os parlamentos dentro do Tratado de Assunção de 1991 (DRUMMOND, 2010).

Apenas na III Reunião de Parlamentares do Mercosul o seu regimento interno foi estabelecido. Importam duas observações: a composição de 16 parlamentares por delegação, escolhidos dentro dos Congressos Nacionais e as prerrogativas da Comissão, basicamente as mesmas da CPCI, de acelerar internacionalização de regras

nos Legislativos nacionais e harmonizar legislações para conformidades com as determinações da integração.

3 AS NEGOCIAÇÕES DO PARLASUL NA CPC E SUA TRANSIÇÃO

A criação do Parlasul a partir de seu Protocolo Constitutivo foi gestado na CPC que, em 1996, em reunião com uma delegação do Parlamento Europeu, considerou necessário o início de estudos técnicos que encaminhassem a criação de uma Assembleia Parlamentar no Mercosul, sendo que em 2000 as representações argentina e brasileira apresentaram cronogramas para a institucionalização do Parlamento do Mercosul (DRUMMOND, 2010).

Desse modo, era necessário estabelecer o Protocolo Constitutivo tendo em vista o consenso entre as delegações da CPC. O Protocolo foi negociado entre 2003 e 2004 em torno das propostas da Argentina e do Brasil apresentadas na CPC, para que fossem inseridas questões mais técnicas pelo Grupo Técnico de Alto Nível (GTAN) à proposta final, remetida em 2005 à Comissão Mercado Comum (CMC).

A primeira década dos anos 2000 teve um contexto de convergência de propostas à integração por parte dos Executivos nacionais do período chamada de giro à esquerda. Os rumos para o aprofundamento da integração, no entanto, apresentavam divergências. Se os governos Lula e Kirchner advogavam pela integração no Mercosul com a conformação de um Parlamento regional, tanto o Executivo nacional quanto a representação paraguaia na CPC, insistiam na necessidade de um fortalecimento à Comissão antes de negociar um parlamento regional.

Em 2003, as delegações brasileiras e argentina apresentaram anteprojotos de Protocolos Constitutivos que seriam debatidos para a deliberação de uma versão final a ser consensuada dentro da CPC no ano de 2004 (PIETRAFESA, 2009). A delegação paraguaia não concordava com os termos propostos e nem mesmo com a formação de um parlamento regional. Eram três as principais reivindicações da delegação: fortalecimento da CPC, decisões por consenso e paridade no número de parlamentares.

Este posicionamento alterou-se apenas em 2005, quando, após eleições no Uruguai, a delegação ficou isolada na resistência ao Parlasul (PIETRAFESA, 2009) e percebendo a necessidade de também participar do processo negociador, viabilizou a

conformação do Protocolo com as suas posições contrárias que figuraram como disposições transitórias.

Em 2005, os presidentes da Comissão Parlamentar Conjunta organizaram a GTAN para que esta finalizasse o texto do Protocolo Constitutivo em torno dos consensos estabelecidos na CPC até então, sendo remetido e aprovado pelo CMC no mesmo ano (DRUMMOND, 2010). A aprovação dos termos do Protocolo foi aprovada por parlamentares de todas as delegações, mas interessa indicar os representantes da delegação paraguaia, o senador Alfonso Gonzales Nuñez (Partido Colorado, ANR) e o senador Roberto Luis Guggiari (Partido Liberal Radical Autêntico, PLRA) (PIETRAFESA, 2009).

O ano de 2006 foi o período no qual os Congressos Nacionais discutiram e ratificaram o Protocolo Constitutivo. As regras da proporcionalidade seriam estabelecidas até 2007 pelo CMC, ano em que as atividades no Parlasul tiveram início. No entanto, o então senador paraguaio Alfonso González Nuñez apresentou o projeto para que o país realizasse eleições diretas ao Parlasul em 2007.

O projeto foi aprovado ainda em 2006 pelo Senado, sendo também aprovado pela Câmara dos Deputados no início do ano seguinte e posteriormente promulgado pela presidência em Paraguai na lei nº 3.166/07 para eleger 18 parlamentares. Essa atitude unilateral paraguaia visou a garantia de um número considerado razoável para sua delegação. Por outro lado, o país foi criticado. Ainda assim, o número de 18 parlamentares foi utilizado como piso para a primeira fase e para o cálculo de proporcionalidade atenuada à representação, dadas as disparidades populacionais dos membros do Parlasul.

O Acordo Político para a Consolidação do Mercosul e Proposições Correspondentes de 28 de abril de 2009 foi o marco no qual foram definidos os termos da representação proporcional. Foi definido que

Os países com população de até quinze milhões de habitantes recebem o piso de dezoito cadeiras; os países com até quarenta milhões de habitantes farão jus a uma cadeira por milhão de habitantes acima dos quinze iniciais; a partir de quarenta até oitenta milhões, há o acréscimo de uma cadeira adicional para cada dois milhões e quinhentos habitantes; de oitenta a cento e vinte milhões, acrescenta-se uma cadeira para cada cinco milhões de habitantes adicionais; acima de cento e vinte milhões de habitantes, acréscimo de uma cadeira para cada dez milhões de habitantes adicionais. O Acordo estabelece que até 2014, quando finda a segunda fase da transição, a

Argentina e o Brasil elegerão 26 e 37 representantes, respectivamente, que corresponde a um terço da diferença entre o piso (18) e o número máximo atribuído a cada um desses Estados Partes. Contudo, caso se verifique a adesão de novo Estado Parte ao Mercosul, a Argentina e o Brasil poderão eleger o número total de representantes a que têm direito nas eleições seguintes que venham a se realizar. Por conseguinte, a partir de 2014 ou a partir do momento em que a Venezuela deixe a sua condição de Estado Parte em processo de adesão para tornar-se membro pleno do Mercosul, as bancadas ficarão assim compostas: a Argentina, com 39,3 milhões de habitantes, terá quarenta e três parlamentares (vinte e seis, até 2014); o Brasil, com 192,6 milhões, terá setenta e cinco (trinta e sete, até 2014); o Paraguai, com 6,1 milhões e o Uruguai, com 3,3 milhões de habitantes, terão dezoito parlamentares cada (DRUMMOND, 2010, p. 361).

Contemplando as divergências em relação às eleições e proporcionalidades, o Protocolo Constitutivo continha disposições transitórias que passariam por revisão posteriormente, para a construção de um consenso. Outro elemento importante foi o estabelecimento do Parlasul por etapas.

Na primeira, até 2010, todas as delegações teriam 16 membros eleitos indiretamente pelos Congressos Nacionais até que fossem estabelecidos os critérios da representação cidadã (LUCIANO, 2012). Na segunda, de 2011 a 2014, os países elegeriam diretamente seus representantes ao Parlasul de acordo com regras nacionais próprias enquanto era estabelecido o Dia do Mercosul Cidadão, que passaria a valer na etapa seguinte (pós 2014) com eleições diretas e unificadas em todos os países membro (LUCIANO, 2012). A tabela a seguir mostra o resultado final das etapas transitórias e suas composições.

Tabela 1: Incorporação da representação cidadã no Parlasul

Estados-membros	População (aproximada em milhões)	Primeira etapa (2006-2010)	Segunda etapa I (2011-2014)	Segunda etapa II (pós-2014 e adesão da Venezuela)
Uruguai	3,3	18	18	18
Paraguai	6,4	18	18	18
Venezuela	27,6	-	-	31
Argentina	41,7	18	26	43
Brasil	203,4	18	37	74
Total	282,4	72	99	184

Fonte: Luciano (2012, p. 55).

À exceção do caso do Paraguai, que realizou eleições antes mesmo do fechamento de acordos finais e estabelecimento de prazos, as discussões nos congressos

nacionais avançaram lentamente e os países não cumpriram os prazos à instituição de um Parlasul totalmente eleito por voto popular, distanciando ainda mais as possibilidades do Dia do Mercosul Cidadão.

Os prazos foram prorrogados em três ocasiões: “em 2006, determinou-se que essas eleições ocorreriam até o final de 2010. Quando vislumbrou-se a impossibilidade de cumprir com essa data, o prazo foi prorrogado para 2014 [...]” (MARIANO, 2013, p. 101). A última prorrogação foi no início de 2014, quando o prazo foi estendido até 2020. A Argentina, que ainda não havia adequado sua legislação, foi favorável, mas logrou, ao final do ano, aprovar o projeto de lei que regulamentou as eleições ao Parlasul no país em 2015.

Sobre as eleições diretas de parlamentares da integração, tema que importa a este artigo, o Protocolo Constitutivo do Parlasul organiza mandatos exclusivos de 4 anos com possibilidade reeleição e gozando do que seria a imunidade de expressão na integração (liberdade de expressar os interesses da integração, sem que sejam constrangidos na esfera doméstica por qualquer desacordo com interesses nacionais), eleitos diretamente por sistemas que contemplem adequada representação por gênero, etnias e regiões conforme as realidades de cada Estado (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2005).

4 ADEQUAÇÕES LEGISLATIVAS E ELEIÇÕES AO PARLASUL NA ARGENTINA E NO PARAGUAI

O Paraguai foi o primeiro membro a realizar suas eleições diretas ao Parlasul. Logo após a publicação da lei nº 3.166/07, o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, TSJE, adequou o código eleitoral de 1966, estabelecido pela lei nº 834/96. O projeto de lei foi proposto em 2006 pelo então senador Alfonso Gonzalez Nuñez, da ANR, partido majoritário do país. O parlamentar participou da CPC e das negociações em torno do estabelecimento do Parlasul.

A lei nº 3.166/07 trazia 6 modificações ao código eleitoral paraguaio para incluir as eleições dos parlamentares do Parlasul. Suas características mais importantes são as seguintes: as eleições desses parlamentares ocorrem junto às nacionais (salvo alguma modificação em conformidade com novas deliberações do Mercosul),

organizadas em listas completas de representação proporcional, a mesma regra dos cargos do Legislativo nacional; o emprego do método D'Hondt para a distribuição dos 18 assentos mais um suplente por vaga.

O contexto da apresentação e aprovação do projeto foi o de ruptura interna e enfraquecimento da ANR. Primeiramente, houve dissidência no partido, que posteriormente perdeu o apoio do PLRA. O PLRA conformou a candidatura à vice-presidente de Fernando Lugo, da frente Guasú, para as eleições de 2008.

O TSJE convocou, em 20 de agosto de 2007, eleições gerais para a data de 20 de abril de 2008 pela Resolução nº 55/2007 e referendou seus resultados em 23 de maio de 2008, pela Resolução nº 58/2008. Em 2013, o país realizou eleições gerais e ao Parlasul pela segunda vez.

Todas as adequações e implementações para viabilizar as eleições regionais no Paraguai guardam pelo menos quatro questões importantes em relação ao Protocolo Constitutivo. A primeira é que as eleições realizadas em listas únicas de distrito único nacional não conseguem atender a pluralidade étnica e regional do país, além de não haver cotas para grupos minoritários, como por exemplo, cotas de gênero. A segunda diz respeito de a fórmula utilizada ser a mesma aplicada à eleição de deputados nacionais.

Esses dois fatores dificultam a construção de eleições ao Parlasul que abarquem a pluralidade populacional e regional, além também de alocá-las dentro das lógicas de disputas partidárias nacionais. O terceiro aspecto é o fato de as eleições ao Parlasul ocorrerem junto às gerais nacionais, que determinam mandatos de cinco anos.

Nesse sentido, os parlamentares da integração do Paraguai exercem mandatos de cinco anos no Parlasul estabelecido por um Protocolo Constitutivo que prevê mandatos de quatro anos. O quarto elemento parece positivo, na medida em que se reconhece a possibilidade de mudança nas regras para atender novas determinações oriundas do Mercosul, o qual deixa espaço para adequações à implementação do Dia do Mercosul Cidadão.

O quadro a seguir sumariza o processo do caso paraguaio, explicitado anteriormente.

Quadro 1: Paraguai e sua legislação eleitoral para eleições diretas de representantes ao Parlasul

Ley	Elecciones y candidatos	Distribución de los 18 representantes	Sistema de elección
Ley 834/96	Elecciones simultáneas (artículo 248, modificado por la ley 3166/07) Art. 246 (modificado por la ley 3166/07): Son elegibles para desempeñarse como senadores, diputados y parlamentarios del Mercosur, los que hallándose en ejercicio de su derecho de sufragio pasivo reúnan las condiciones establecidas en la Constitución Nacional y no se hallen comprendidos en las inhabilidades establecidas en la misma.	Art. 247 segunda parte (modificado por la ley 3166/07): Los parlamentarios del MERCOSUR serán electos por el sistema de lista completa y de representación proporcional, de acuerdo con los términos del Artículo 258 de este código.	Lista completa Los escaños se distribuyen conforme el sistema D'Hont
Resoluciones del TSJE 55/07 (20/08/07 y 20/04/08)	Elecciones simultáneas a las presidenciales y de legisladores salvo modificaciones que pudieren surgir por el CMC y de conformidad al Protocolo constitutivo		
Resolución del TSJE 65/13	Convocatoria a elecciones generales para Presidente, Vice, Senadores, Diputados, Parlamentarios del MERCOSUR y miembros de Juntas Departamentales para el 21/04/13		

Fonte: Gajate; Saca (2015, p. 69).

No que concerne à Argentina, o país elegeu diretamente seus representantes regionais em 2015 após a proposição e aprovação de um projeto de lei em um processo que durou pouco mais de um mês (entre 3 de dezembro de 2014 e 6 de janeiro de 2015), período muito inferior à apresentação e discussão de todos os projetos apresentados às eleições do Parlasul (entre os anos de 2008 e 2014).

Foram trinta e seis projetos de lei apresentados pelas duas Casas do Legislativo argentino, que podem ser organizados, de acordo com Luciano (2014), em três diferentes grupos mediante ao sistema proposto para a votação: misto, composto por projetos que propunham duas listas de votação, uma por províncias com seleção majoritária e outra com nacional com seleção proporcional; modelo único, propondo lista única nacional com representação proporcional; e regional, que reorganizava as províncias em distritos para as votações. O quadro a seguir trata da totalidade dos projetos apresentados pelos grupos políticos *Frente Para la Victoria* (FPV), *Una Nueva Alternativa* (UNA), *Compromiso Federal*, *Cambiemos* e *Frente Progresista*.

Quadro 2: os projetos de eleição ao Parlasul na Argentina

Partido	Ano de apresentação e sistema de representação proposto																					Total por partido
	2008			2009			2010			2011			2012			2013			2014			
	Regional	Único	Misto	Regional	Único	Misto	Regional	Único	Misto	Regional	Único	Misto	Regional	Único	Misto	Regional	Único	Misto	Regional	Único	Misto	
FPV			1		1	2		1	*2		1	1			1		1			1	4	16
UNA									1										2	1	2	6
Compromiso Federal		1				1			**2													4
Cambios							1	2	**1	1	1				1				1	2		10
Frente Progresista													1								1	2
Total geral		1	1		1	3	1	3	4	1	2	1	1		2				4	4	6	***36
		2			4			8			4			3				1			14	

* O mesmo projeto foi apresentado por parlamentares das duas siglas

** O mesmo projeto foi apresentado por parlamentares das duas siglas

*** Foram descontados 2 projetos na coluna Total por partido porque foram apresentados simultaneamente por duas siglas

Fonte: Baseado em diversas fontes.

Somente um projeto foi apresentado por um parlamentar com mandato nacional e no Parlasul (por indicação). Alberto Asseff, da UNA, foi o único parlamentar de mandato duplo a apresentar projeto de lei à regulamentação das eleições da integração. É um número muito baixo, considerando que a Argentina tem a segunda maior delegação do Parlasul e que essas proposições começaram no ano de 2008. Asseff também foi posteriormente eleito ao Parlasul completando, ao lado de Agustín Oscar Rossi e Julia Argentina Perié (FPV), o grupo dos três parlamentares eleitos diretamente que tinham sido parlamentares indicados no Parlasul.

As eleições ao Parlasul na Argentina foram possíveis pela implementação da lei nº 27.120 de 2015. Esta teve origem no projeto de lei nº 0134-D-2014, de autoria do então deputado Jorge Landau (FPV). Inicialmente, o projeto foi apresentado em comissões da Câmara dos Deputados em 03 de dezembro de 2014, sendo aprovado pela Câmara em 16 de dezembro. O projeto seguiu para comissões do Senado, sendo aprovado em sua última sessão do ano, em 30 de dezembro. A oposição questionou a rapidez com que o projeto seguiu, acusando de ser uma tentativa de propiciar a candidatura de Cristina Kirchner ao Parlasul e conferir-lhe, se eleita, foro especial.

Não por acaso, o projeto se utilizou de estratégia similar àquela da aprovação do Protocolo Constitutivo do Parlasul. Os temas controversos e que haviam sido consensuados ou debatidos satisfatoriamente foram deixados de lado, a prioridade foi estabelecer as eleições diretas à integração, sendo que as outras questões pendentes seriam posteriormente adequadas no Congresso Nacional por outras legislações.

Por esse motivo, a delegação argentina no Parlasul não recebe salários, não tem locais de reunião e assessorias na esfera doméstica (apenas o espaço de uma reunião ordinária mensal no Parlasul em plenário) e não tem definidos os mecanismos de diálogo e interação com o Congresso Nacional. Esse limbo no qual a delegação encontra-se é resultado de um frustrado cálculo político do FPV, que previa a vitória na disputa à presidência e uma maioria ampliada no Congresso Nacional. Essas pendências seguem sem solução próxima.

O quadro três trata do sistema eleitoral adotado pela lei nº 27.120.

Quadro 3: sistema adotado pela lei 27.120

Elecciones candidatos	y	Distribución de los 43 representantes	Sistema de elección
Elecciones simultáneas con las generales presidenciales y de legisladores nacionales		24 por cada una de las provincias y la CABA 19 distrito único a nivel nacional y distribuidos entre las diferentes fuerzas	Mixto Distribución por el sistema de representación proporcional (D'Hont)

Fonte: Gajate; Saca (2015, p. 75).

As eleições ao Parlasul ocorrem simultaneamente às nacionais para eleger quarenta e três assentos, sendo vinte e quatro por voto majoritário nas províncias e na Capital Buenos Aires e os dezenove restantes por representação proporcional D'Hont em distrito nacional único. A lei trata as eleições ao Parlasul enquanto Dia do Mercosul Cidadão, observando que são simultâneas às eleições gerais enquanto não são realizadas simultaneamente em todos os países-membros do bloco. Além das eleições primárias (PASO), há uma cota de 30% de mulheres na lista, mas essas regras já eram aplicadas nacionalmente.

Sobre essas eleições, é possível apontar que “há sobre e sub-representarão evidente: um parlamentar por Terra do Fogo representa 152.317 habitantes, enquanto que 1 e Buenos Aires, por pluralidade simples, representa mais de 16 milhões de habitantes” (GAJATE; SACA, 2015 p. 76). Além disso, “é evidente também que o representante eleito pelo sistema de distrito nacional, especialmente quem ocupe o primeiro lugar da lista, terá uma força única, uma legitimidade que até agora o sistema eleitoral só outorgava ao cargo de presidente e vice” (GAJATE; SACA, 2015 p. 77).

Apesar de as regiões estarem todas representadas, um representante por

província é desproporcional à população por ele representada. Além disso, a lista nacional não apresenta mecanismos de proporcionalidade regional, favorecendo que figuras do alto escalão político nacional possam encabeçar as listas como puxa votos, secundarizando a importância dos demais nomes apresentados. Assim como no Paraguai, as eleições ao Parlasul na Argentina estão atreladas a todo o contexto de disputa política e eleitoral nacional.

5 AS ELEIÇÕES AO PARLASUL NO PARAGUAI E NA ARGENTINA

Poucos foram aqueles que participaram da CPC e do Parlasul por indicação e retornaram ao Parlamento como eleitos. Na Argentina, Alberto Asseff (UNA), Agustín Oscar Rossi e Julia Argentina Perié (FPV) foram os únicos parlamentares eleitos que já haviam sido indicados ao Parlasul, os três por lista única nacional. O Paraguai, por sua vez, teve parlamentares que passaram tanto pela CPC quanto pelo Parlasul por indicações, com destaque aos parlamentares Gonzalez Nuñez (ANR) e Luis Guggiari (PLRA), que participaram das negociações do Protocolo Constitutivo do Parlasul, sendo que Nuñez foi quem propôs a reforma eleitoral que resultou na lei às eleições ao Parlasul no Paraguai. O quadro seguinte trata dessas experiências prévias.

Quadro 4: Eleitos com experiência prévia na CPC e/ou no Parlasul por indicação

	Eleitos pelo Paraguai em 2008	Eleitos pelo Paraguai em 2013	Eleitos pela Argentina em 2015
Participação prévia na CPC	Alfonso Gonzalez Nuñez (ANR - Colorado) Angel Ramon Barchini Cibils (ANR - Colorado) Atilio Martínez Casado (PLRA) Hector Lacognata (PPQ)	Alfonso Gonzalez Nuñez (ANR - Colorado) Miguel Angel Gonzales Erico (PLRA)	*
Participou previamente do Parlasul como indicado	Alfonso Gonzalez Nuñez (ANR – Colorado) 2006-2008 Modesto Luis Guggiari Zabala (PLRA) 2006-2008 Héctor Lacognata (PPQ) 2006-2008	Crescencio Herminio Caceres Santacruz (ANR - Colorado) 2006-2008 Alfonso Gonzalez Nuñez (ANR - Colorado) 2006-2008	Alberto Emilio Asseff (UNA) 2013-2014 Agustín Oscar Rossi (FPV) 2005-2009 Julia Argentina Perié (FPV) 2007-2011 e 2013-2015

* Jorge Taiana (FPV) é firmante de um documento na CPC, mas o fez enquanto ministro de Estado de Néstor Kirchner

Fonte: Baseado em diferentes fontes.

A proximidade construída entre partidos e parlamentares às temáticas da integração regional foram importantes para os resultados eleitorais, que pôde ser mais evidenciado na Argentina. No Paraguai, a ANR e o PLRA são os dois partidos majoritários. Tendo em vista que as eleições ao Parlasul foram incorporadas ao cenário de disputas eleitorais nacionais, esses dois partidos conquistaram amplas maiorias no número de assentos nas duas eleições regionais. No entanto, ao contrário da Argentina, houve maior aproveitamento de parlamentares que já haviam participado da CPC e do Parlasul enquanto indicados, estes também ocuparam as primeiras posições das listas de seus partidos.

Essa relação parece mais relevante para as eleições de 2008, quando Héctor Lacognata foi o único candidato do Partido Pátria Querida (PPQ) a ser eleito para o Parlasul. Outro candidato que foi o único de seu partido a conseguir assento foi Ricardo Canese, do Movimento Popular Tekojoja (MPT, posteriormente integrante da Frente Guasú, FG) que, apesar de não ter as experiências prévias em questão, tem participação ampla em debates fronteiriços em relação à Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu. O restante dos eleitos integrava um grupo dissidente da ANR, a UNACE.

Em relação a reeleições, seis parlamentares receberam um segundo mandato por eleição em 2013. São eles: Alfonso Gonzalez Nuñez e Zacarias Ernesto Vera

Cardenas (ANR), Amanda Rosalia Nuñez Sanchez e Mirtha Elizabeth Palacios Melgarejo (PLRA), Ricardo Nicolas Canese Krivoshein (MPT e FG), Ramon Roberto Dominguez Santacruz (UNACE).

O quadro 5 agrega informações da distribuição dos dezoito assentos paraguaios no Parlasul por grupos políticos nas eleições de 2008 e 2013.

Quadro 5: Distribuição de assentos das delegações paraguaias no Parlasul (eleições de 2008 e 2013)

Partido	Eleições 2008	Eleições 2013	Total por partido
ANR	6	10	16
PLRA	6	6	12
FG	1	1	2
PPQ	1	0	1
UNACE	4	1	5
Total geral	18	18	36

Fonte: Baseado em resultados oficiais.

As eleições ao Parlasul na Argentina mostraram o prestígio do FPV em relação ao órgão, que também guarda uma relação próxima ao legado kirchnerista. Inclusive, a oposição do *Cambiemos* questionava se o projeto de lei eleitoral ao Parlasul não seria uma tentativa de resguardar Cristina Kirchner de possíveis processos judiciais no país considerando que, se eleita, poderia ter alguma imunidade.

Além disso, a oposição também calculava que Cristina seria uma candidata para o topo da lista nacional do FPV ao Parlasul, impulsionando a sigla. Apesar dessa candidatura não ter sido concretizada, a oposição apostou em uma campanha eleitoral com temática regional baseada em dois eixos: o rechaço do legado kirchnerista e a necessidade de fazer da integração no Mercosul um espaço de abertura ao mundo, especificamente aos grandes acordos econômicos do Pacífico, União Europeia, China e Estados Unidos. Pela UNA, Alberto Asseff, que já havia participado do Parlasul, foi um dos eleitos, mas figurava apenas como terceiro da lista do partido.

Apesar da disputa acirrada na eleição por distrito nacional único, o FPV conseguiu uma ampla vitória nas eleições ao Parlasul por províncias. Considerando que a população de uma minoria das províncias tenha uma relação mais imediata com debates públicos sobre o Mercosul, o prestígio kirchnerista e do FPV foram um fator

importante para seus triunfos eleitorais, especialmente em virtude de que o candidato à presidência, Daniel Scioli, perdeu as eleições.

O quadro 6 apresenta a distribuição de assentos no Parlasul pelos resultados das eleições na Argentina em 2015.

Quadro 6: Distribuição de assentos da delegação argentina no Parlasul (eleições de 2015)

Partido	Distrito Nacional Único	Por Províncias e Capital	Total por partido
FPV	8	18	26
Cambemos	7	5	12
UNA	4	0	4
Compromiso Federal	0	1	1
Total geral	19	24	43

Fonte: Baseado em resultados oficiais.

6 CONSIDERAÇÕES

As eleições diretas ao Parlasul, realizadas apenas pelo Paraguai e pela Argentina, ainda não conseguiram estabelecer de fato um debate acerca das temáticas da integração regional. O processo eleitoral construído revela uma priorização das disputas partidárias e políticas internas, o que não invalida uma relação entre o processo da integração e determinados grupos e indivíduos. Os partidos políticos que se mantiveram mais próximos à integração no Mercosul e à formação do Parlasul conseguiram consolidar certo prestígio nos debates nacionais sobre os debates regionalistas.

O legado da CPC e das bancadas indicadas ao Parlasul possui mais uma relação de participação do que de causa e consequência direta nas eleições, visto que não são muitos os candidatos que participaram desses dois momentos da representação parlamentar na integração. Tendo em vista que a Argentina realizou essas eleições apenas uma vez, é difícil imaginar de que forma estas influenciarão nas próximas. No entanto, o Paraguai demonstrou uma possibilidade de continuidade nesse sentido, uma vez que um terço dos 18 parlamentares foi reeleito para segundo mandato, indicando que nas eleições regionais, apesar de estarem num quadro de disputa ligado àquele da esfera nacional, os parlamentares regionais passaram a ter alguma vantagem em novas disputas ao Parlasul.

É importante destacar que a assimilação de determinações da integração passa justamente pelo cálculo político da conjuntura nacional, especialmente das disputas eleitorais. Enquanto a ANR, do Paraguai, adequou sua legislação eleitoral para garantir o piso de dezoito assentos no Parlasul, também buscava maior projeção política, visto que o partido sofreu dissidência, perdeu a aliança com o PLRA para a disputa do Executivo nacional e não tinha um candidato à presidência que pudesse fazer frente a Fernando Lugo.

A Argentina também mostrou fortes determinações da conjuntura doméstica para realização de sua adequação eleitoral. A sucessão kirchnerista contaria com o espaço do debate ao Parlasul para fortalecer suas candidaturas, especialmente a candidatura de Daniel Scioli à presidência. O FPV conseguiu aproveitar seu prestígio junto ao Parlasul nas eleições regionais por província, mas não foi o suficiente para as vitórias que o partido esperava em 2015, tanto no Executivo quanto no Legislativo nacionais. Como consequência, a maioria do FPV no Parlasul ainda sofre com as brechas da lei 27.120, ao passo que a mobilização no Congresso Nacional não é suficiente para terminar as controvérsias em torno da representação do país na integração.

As adequações legislativas nos dois países preveem a conformação do Dia do Mercosul Cidadão, mas as modificações necessárias não parecem de fácil implementação, especialmente no caso paraguaio, uma vez que as eleições ocorrem a cada 5 anos, sendo necessária uma revisão de toda a regulamentação eleitoral nacional para o pleno atendimento das prerrogativas do Protocolo Constitutivo do Parlasul.

Em relação a esse documento, em ambos os países as eleições regionais não houve implementações específicas para que as candidaturas postuladas rerepresentassem de fato uma figura média do contexto plural do país como um todo. Apesar da cota feminina nas eleições argentinas, esse mecanismo já era aplicado e, a depender da combinação com os resultados provinciais das eleições ao Parlasul, pode surtir efeitos quase nulos. Ambos os países promoveram adequações insuficientes no combate a sub e sobrerrepresentações diversas no Parlasul.

Finalmente, o artigo pôde combinar fatores domésticos a um histórico de desenvolvimento institucional e engajamentos políticos na representação parlamentar no Parlasul, todos combinados na conformação de eleições diretas à integração, que é

justamente o início da conformação de um parlamento regional mais representativo e legítimo, que ainda trilha caminhos para sua plenitude e unificação na conformação do Dia do Mercosul Cidadão.

7 REFERÊNCIAS

BRESSAN, R. N. MARIANO, K. L. P. LUCIANO, B. T. Parlamentos Regionais na América Latina em estudo comparado. In: ST 05 Experiências de participação institucional em perspectiva comparada. 2015, Campinas. *II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas*, Campinas, 2015, p. 1-19.

CAPORASO, J. A. Regional integration theory: understanding our past and anticipating our future. *Journal of European Public Policy*, n.5, p. 1-16. 1998.

CASTRO, A. C. B. *Os bancos de desenvolvimento e a integração da América do Sul: bases para uma política de cooperação*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

CEPAL, *América Latina y el Caribe: políticas para mejorar su inserción en la economía mundial*. Santiago de Chile, 1994.

DRUMMOND, M. C. *Representación Ciudadana en el Parlamento del Mercosur: la construcción del acuerdo político*. Puente @ Europa, ano XII, dezembro, 2009.

_____. *A Democracia Desconstruída*. O deficit democrático nas relações internacionais e os parlamentos da integração. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

GAJATE, R. M. SACA, J. C. F. Elección de parlamentarios para el MERCOSUR. Avances en la constitución del PARLASUR. La experiencia PARLACEN. *Revista Aportes para la Integración Latinoamericana*, Año XXI, N° 32/Junio 2015, p. 54-91, 2015.

HABERMAS, J. Democracia, Solidariedade e a Crise Europeia. In. *CONFERÊNCIA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE LEUVEN*, 2013, Bélgica. Disponível em <https://gestaoculturalesad.files.wordpress.com/2013/04/democracia-solidariedade-e-crise-europeia.pdf>. Acessado em 23 de junho de 2017.

HURRELL, A.. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. *Contexto Internacional*. V. 17, n. 1. p. 23-59, 1995.

KINOSHITA, F. *Da Associação Latino-Americana de Livre Comércio à Associação Latino-Americana de Integração: Notas sobre a integração regional*. In: *Âmbito Jurídico*, fevereiro, 2002. Disponível em http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5586. Acessado em 20 de junho de 2017.

LUCIANO, B. T. A inclusão da representatividade direta no Parlamento do Mercosul, *Boletim de Economia e Política Internacional*. n.11 julho/setembro. 2012, p. 49-58.

LUCIANO, Bruno Theodoro. Eleições na integração regional: desenvolvimento das proposições nacionais para as eleições diretas do Parlamento do MERCOSUL, *Revista E-legis*, Brasília, n. 13, jan./abr. 2014, p. 57-72.

LUCIANO, B. T. MARIANO. K. L. P. *Implicações nacionais da integração regional: as eleições diretas do Parlamento do Mercosul*. *Perspectivas*, v.42. São Paulo, p.41-77. 2012.

MAIRA, L. La evaluación de la diplomacia. In: LAGLER, Thomas; SANTA CRUZ, Arturo; GONZALES, Laura Z. (Org). *Introducción a las Relaciones Internacionales: América Latina y Política Global*. Oxford University Press, 2013.

MALAMUD, A. SOUSA, L. *Parlamentos Supranacionais na Europa e na América Latina: Entre o Fortalecimento e a Irrelevância*. *Contexto Internacional*, n.27. Rio de Janeiro. p.369-409. 2005.

MARIANO, K. L. P. A eleição parlamentar no Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 54 (2): p.138-157 [2011].

_____. Parlamento do Mercosul. *Século XXI*, v. 4, n.2. Porto Alegre. 2013.

PARLAMENTO DO MERCOSUL. Protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul, 2005. Disponível em: <http://www.parlamentodelmercosur.org/in-novaportal/file/7555/1/protocolo_pt.pdf> Acesso em 24 de junho de 2017.

PIETRAFESA, Pedro Araújo. A construção de uma nova instituição parlamentar no Cone Sul: o Parlamento do Mercosul. 2009. 119 f., il. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Recebido em 03/08/2017.

Aceito em 01/12/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.134272

ISSN: 1676-6288

CAMBIOS, PERVIVENCIAS Y ADAPTACIONES. LA INTEGRACIÓN DE LAS ÉLITES NATIVAS EN EL VIRREINATO DE PERÚ DURANTE EL SIGLO XVI

CHANGES, REMINISCENCES AND ADAPTATIONS. THE INTEGRATION OF THE NATIVE ELITES IN THE VICEROYALTY OF PERU DURING THE XVI CENTURY

Alejandro Leiva Arcas¹

Universidad Católica de Murcia, Guadalupe, Espanha.

Resumen: Tras la conquista del imperio inca por parte de los soldados españoles, dio comienzo un proceso de articulación social y de gobierno del espacio andino. Con el fin de establecer un control efectivo sobre el territorio, las élites españolas negociaron con los líderes indígenas su nuevo rol en la sociedad emergente. Este artículo explora cómo los caciques andinos asumieron este cambio y cómo ejercieron sus mecanismos de poder para consolidar, reconfigurar y aumentar su estatus en el nuevo orden colonial.

Palabras clave: Caciques; Vicerreinato de Perú; Etnohistoria.

Abstract: After the conquest of the Inca empire by the Spanish soldiers, began a process of social articulation and government of the Andean space. In order to establish effective control over the territory, the Spanish elites negotiated with the indigenous leaders their new role in the emerging society. This article explores how the Andean caciques assumed this change and how they exercised their power mechanisms to consolidate, reconfigure and increase their status in the new colonial order.

Keywords: Caciques; Viceroyalty of Perú; Ethnohistory.

¹Professor, Facultad do Esporte da Universidad Católica de Murcia. E-mail:aleiva@ucam.edu.

1 INTRODUCCIÓN

Entender el funcionamiento de la sociedad indígena en época colonial conlleva, necesariamente, comprender el poder que detentaban sus élites y el uso que hacían del mismo para reivindicar su posición de prestigio en la nueva jerarquía social que se había configurado en el espacio andino desde la Conquista. Estas élites, personificadas en los caciques, desarrollaron un papel fundamental para el funcionamiento de la Colonia al servir de nexo de unión entre las autoridades españolas y el conjunto de la población indígena que gobernaban.

La historiografía ha prestado una gran atención a la nobleza nativa, especialmente a aspectos relacionados con su riqueza patrimonial, estatus jurídico, liderazgo espiritual o su trascendencia en la explotación económica – especialmente minera – del espacio andino. Sin embargo, pocas veces se ha recurrido al análisis cruzado de estos factores para entender el verdadero estatus de los caciques desde un enfoque holístico. A través del estudio polisémico de la figura de los señores étnicos y del poder que detentaron, desvelaremos que si bien la Conquista produjo un cambio dramático en las jerarquías de poder incaicas radicadas en Cuzco, en el caso de la nobleza nativa regional pudo conservar su estatus de poder e incluso contar con nuevas oportunidades para acrecentar su prestigio, autoridad y riqueza en el nuevo orden colonial.

Abordar el estudio de la figura del cacique en la América colonial hispana implica entender tanto el desarrollo del cargo a nivel político como al individuo que ejerce el poder asociado a tal función. Partiendo de que la Historia está constituida por sujetos (FOUCAULT 1988), y que tales sujetos operan como actores individuales cuyas acciones tienen una implicación directa en el cambio social (PONCE LEIVA, 2011), en nuestro estudio, trataremos de desvelar cómo los caciques ejercían las cuotas de poder que poseían desde su delicada posición de equilibrio entre ambos mundos a través de las herramientas políticas y legales que tuvieron a su alcance. Se trata, por tanto, de una aproximación a estos líderes poniendo especial énfasis en sus pretensiones, conductas y actitudes dentro de un contexto cambiante y ambivalente. Por ello, es preciso valorar los diferentes espacios virreinales en los que actuaron, y que otorgaron a los caciques una trascendencia social destacable más allá de la apariencia de su categoría social o de su cargo político-administrativo (POLONI-SIMARD, 2005).

2 LAS ÉLITES NATIVAS EN EL NUEVO ORDEN COLONIAL

Con la irrupción de los españoles en el espacio andino y tras el consiguiente proceso de conquista militar y de implantación de la estructura jurídico-administrativa colonial, la nobleza indígena, lejos de extinguirse, consiguió incorporarse de manera paulatina en los nuevos parámetros sociales, manteniéndose en el nivel superior dentro de la población india y cumpliendo una función semejante a la que desarrollaban en tiempos del Inca (GAREIS, 2007). Los caciques lograron conservar esta posición de poder al emerger como piezas claves en la consolidación de los nuevos esquemas virreinales de control sobre la población autóctona, especialmente en lo referente a la extracción de minerales y en la recolección del tributo. Por este motivo, desde los primeros años de dominio colonial, los señores étnicos desempeñaron un papel fundamental en lo que Martín Monsalve ha denominado el “*estilo indirecto de gobierno que la administración virreinal llevó a cabo en los Andes*” (MONSALVE, 2003, p. 160).

Debido a su importancia como nexo de unión con la población india, las autoridades hispanas ratificaron la posición social de los caciques mediante el reconocimiento explícito de su nobleza. De este modo, se reconoció su autoridad previa a la Conquista sobre el resto de indios del común al equiparar su estatus al de los hidalgos castellanos (DÍAZ DE REMENTERÍA, 1977). Ahora bien, la Corona únicamente reconoció la nobleza de los *caciques principales*. Si bien un *cacique principal* estaba al frente de todo un repartimiento, no lo estaba a su vez de aquellos pueblos o parcialidades que lo componían, gobernados por caciques de un rango menor descritos en la documentación como *segundas personas*. A pesar de estar en el nivel más alto de la jerarquía nativa, los caciques principales gobernaban a sus sujetos desde una posición superior pero, al mismo tiempo, ajena a ellos (DE LA PUENTE LUNA, 2007). Al no poder controlar directamente las parcialidades de sus repartimientos, los caciques principales estaban obligados a negociar constantemente con los caciques de un nivel inferior cuya nobleza no había sido reconocida por los españoles. Esta desvinculación generaría una evidente falta de cohesión que mermaría el equilibrio en el interior de los curacazgos. Al depender de los caciques subordinados y buscando un respaldo firme para su autoridad ante los indios, los caciques principales contaron con dos alternativas: realizar un acercamiento progresivo hacia las autoridades virreinales, hispanizándose y convirtiéndose en agentes coloniales; o bien acrecentar la proyección interna de su poder mediante la

reafirmación de su autoridad frente a sus sujetos. Ambas circunstancias tuvieron lugar y deben de ser tenidas en cuenta para comprobar que el ejercicio de la autoridad por parte de los caciques no fue un fenómeno único ni unidireccional, sino que destacó por su capacidad de adaptación ante el amplio catálogo de situaciones diversas que tuvieron lugar durante el periodo de consolidación colonial.

Los curacazgos no eran, por tanto, espacios homogéneos en los que no faltaban las tensiones internas y las rupturas. La propia dinámica colonial provocó que el ejercicio de poder en los mismos estuviera plagado de incidencias. A la ya citada superposición de jerarquías locales se deben unir otros factores como el descenso demográfico que afectó a la población indígena (incluidas las élites andinas), la sustitución de aquellos caciques que no eran leales a la Corona por otros más dispuestos a colaborar con los españoles y, finalmente, el desmembramiento de los señoríos en encomiendas, quedando divididos en repartimientos en los que se integraban diversas comunidades que habían sido previamente reducidas, creando nuevos contextos de interetnicidad marcados por la pérdida de adscripción territorial (RAMÍREZ, 1997; ASSADOURIAN, 1994). Si en estas circunstancias el ejercicio de la soberanía nativa debía de ser ya de por sí complicado, cabe añadir un hecho de trascendentales consecuencias como fue el menoscabo de sus competencias de gobierno ante la llegada de nuevas autoridades de origen español como fueron los encomenderos, los corregidores y los curas doctrineros.

En los primeros años de colonia, los caciques pudieron mantener e incluso aumentar su autoridad debido a la débil presencia del clero y a la connivencia de los cargos políticos hispanos, especialmente de los encomenderos (GRAÑA, 2001). De hecho, algunos autores como MoniqueAlaperrine-Bouyer afirman *“que los caciques fueron aceptados y respetados en un primer momento al ser tratados como una “curiosidad exótica”, desarrollándose una colaboración ideal, aunque efímera, entre las autoridades nativas y españolas”*(ALAPERRINE-BOUYER, 2005, pp. 191-192). No obstante, a medida que la estructura colonial se iba asentando en el territorio peruano, la imagen positiva de los caciques se fue deteriorando progresivamente. Entre 1550 y 1560 se recogen numerosas quejas de los agentes de la administración, clérigos y encomenderos acusando a los caciques de estar entorpeciendo sus funciones; conviene precisar que no ponían en cuestión la legitimidad de su poder, sino la forma en que ejecutaban el mismo.

En respuesta a esta situación, en 1565 la Corona decretó dos importantes medidas destinadas a reducir el poder de los señores nativos: la separación de los títulos de gobernador y cacique, y la creación del cargo de corregidor de indios (ASSADOURIAN, 1994). Si bien la primera no tuvo especial trascendencia debido a que muchos caciques continuaron ostentando el título de gobernador, la segunda sí produjo una merma efectiva de la autoridad caciquil en el ámbito local. Con la creación del cargo de corregidor de indios se consiguió aumentar la presencia del aparato burocrático español en el seno de las comunidades indígenas y establecer un contrapunto que sirviera de control al poder de los caciques, algo que sin duda sucedió.

La política de menoscabo de la autoridad nativa no había hecho más que comenzar. Tras un periodo de marcada inestabilidad en el espacio virreinal, arribó a las costas de Perú en 1569 el que iba a ser el quinto de virrey de Perú y uno de los mayores reformadores de su historia colonial, don Francisco Álvarez de Toledo. Toledo llegó a Perú con propósitos bien definidos entre los que se encontraban mejorar el rendimiento de la producción minera, fortalecer la labor evangelizadora o consolidar la estructura fiscal y administrativa. En el desarrollo de estos planes se encontraban irremediamente los caciques andinos. El virrey era consciente de que para llevar a cabo sus reformas debía contar con el apoyo de las autoridades étnicas pero limitando al tiempo su poder para evitar que interfirieran en sus propósitos. Dicha limitación se hizo presente cuando en 1572 Toledo creó la figura del alcalde de indios restringiendo considerablemente las competencias de los señores étnicos dentro del aparato administrativo colonial, quedando éstas reducidas a la recolección del tributo y a la organización de la mita minera en aquellas provincias donde estuviera vigente este sistema de rotación laboral (ASSADOURIAN, 1994). No obstante, el virrey Toledo era consciente de que para implantar su estrategia de dominio sobre el territorio andino necesitaba contar con la cooperación y el apoyo de los líderes indígenas como condición necesaria para el control del resto de la masa india. Por ello, sus reformas debían ofrecer una contrapartida y ante esa pérdida de competencias los caciques obtuvieron ciertas compensaciones que respaldaban su lealtad y les ayudaban a conservar y hacer efectivo su poder (SPALDING, 1981). A cambio de realizar las funciones que la administración española les había asignado, los caciques obtuvieron el derecho a recibir un salario procedente de las tasas que ellos mismos recaudaban, en forma de dinero, ropa, coca o ganado, o de manera alternativa, en forma de

servicios personales de sus sujetos (DÍAZ DE REMENTERÍA, 1977). La cuestión ineludible llegados a este punto es comprobar si tales prestaciones fueron suficientes.

3 LA DOBLE PROYECCIÓN DEL PODER NATIVO

Cuando el virrey Toledo abandonó Perú en el año 1581, los caciques andinos se encontraban en una posición definida pero complicada. Por una parte habían logrado el reconocimiento del estatus de nobleza con los privilegios que esa situación conllevaba: exención del pago de tributo y de acudir a la mita en calidad de mitayo, abstención de ir a la cárcel por deudas civiles y el permiso para poner bajo su servicio a los indios no visitados entre otras prerrogativas (BUNSTER, 2001). Por otra parte, los caciques se convirtieron en agentes coloniales para llevar a cabo los proyectos fiscales y organizativos de la Monarquía Hispánica, lo cual les dejaba en una situación delicada. Debían de buscar el equilibrio para satisfacer las demandas de la administración virreinal, como respaldo legal a su poder, al tiempo que debían cumplir con las expectativas de los indios a su cargo en lo referente a la preservación de la tradición andina, la defensa de sus intereses como comunidad y, ante todo, al buen gobierno que debían ejercer en el interior de los ayllus (SÁNCHEZ ALBORNOZ, 1978). Se trataba, por tanto, de una basculación para ejercer su autoridad de manera efectiva sin romper las condiciones de legalidad, impuestas desde el mundo hispano, y sustentada sobre la legitimidad que emanaba de sus sujetos y necesaria para su reconocimiento interno como líder. Esta *doble autoridad*, basada en el prestigio andino que era distinto, pero igual de necesario, al reconocimiento que le otorgaba el sistema judicial colonial. La clave del éxito pasaba por la consolidación de un espacio de poder propio entre ambos mundos tan diferenciados, pero intrínsecamente unidos (PACHECO BALANZA, 2012).

No obstante, ¿cómo se materializaba esta autoridad dual en la práctica? Comencemos con las formas en que los caciques desarrollaban el poder dentro de sus pueblos. La soberanía, en las sociedades andinas era conferida por la propia comunidad a cambio de servicios prestados buscando el interés solidario comunal. Un buen dirigente era obedecido y servido por sus sujetos en retribución a su función como protector de las normas y las tradiciones locales y como buen gestor de los recursos humanos y materiales de su comunidad (SPALDING, 1981). El reparto de tierras, el mantenimiento de los derechos de los miembros del ayllu, la mediación en conflictos personales o comunitarios, la administración y

distribución de recursos como el agua o los alimentos; el control contable de la *caja de comunidad*; la regulación del intercambio recíproco para la subsistencia básica del grupo (llamado *ayni*), del trabajo colectivo en favor de la comunidad (*minca*) o del intercambio ceremonial (ROSAS LAURO, 2009). El cacique debía igualmente velar por los derechos de cada miembro de su comunidad, asegurándose de que nadie usufructuara más de lo correspondido de las tierras o bienes comunes, vigilar el esquileo anual de las llamas y la gestión de las parcelas agrícolas, así como procurar el mantenimiento de los ritos y respaldar las demandas hechas por los miembros menos prósperos (SPALDING, 1974, 1981). De cara al exterior, la función más importante de los señores étnicos era la de representar a su comunidades y hacer valer sus intereses ante las autoridades virreinales. Un ejemplo de ello lo encontramos durante el proceso reformista del virrey Toledo. Como hemos visto, para llevar a cabo su estrategia, el virrey tuvo que contar con la participación de los señores étnicos. Para granjearse su apoyo, Toledo negoció con los caciques andinos acordando la ubicación de las nuevas reducciones y asegurando su acceso a los múltiples pisos ecológicos para obtener los recursos complementarios que necesitaban. Además, los caciques lograron conservar parte de la mano de obra para sus ayllus, la cual comenzaba a ser un bien preciado por la crisis demográfica, así como obtener acceso a ciertos cargos que implicasen una mayor cuota de poder político, como el de Capitán de Mita o Alcalde de Indios (GRAÑA, 2001).

En lo que respecta al ejercicio de la autoridad en el ámbito colonial español, ya hemos visto cómo Toledo redujo las funciones de los caciques a la recaudación tributaria y a la organización de los turnos de la mita. Respecto a la primera de estas competencias - la exacción fiscal - los *caciques principales* eran los responsables últimos de que los impuestos que se debían recaudar en el seno de sus comunidades, aunque el acto físico de recoger los tributos recayese en jefes de menor escala descritos en la documentación con el término de *caciques de tasa*.

La cuantía de los tributos se fijaba en función de un padrón llamado *tasa*, elaborado en relación a la población tributaria existente – varones sanos de entre 18 y 50 años – y realizado periódicamente por un agente de la administración específico llamado *visitador general*. La visita y numeración de los tributarios debía realizarse en todo momento en presencia del cacique principal, quien debía presentar el último padrón elaborado para su cotejo con los

libros de bautismo y defunción que presentaban los curas, para evitar ocultaciones y fraudes. Una vez realizado el nuevo padrón, se entregaba una copia al cacique en donde se indicaba la cantidad total a tributar. Era además, un gesto simbólico que indicaba el estar adquiriendo un compromiso de pago hacia la hacienda real. La responsabilidad de cobrar los tributos pasaba entonces a manos del cacique. Dicha recaudación tenía lugar dos veces al año, durante las festividades de San Juan (junio) y Navidad (diciembre). La recaudación directa de los tributos era llevada a cabo por los *caciques de tasa*, los cuales podían hacerse efectivos en forma de dinero o especies². Una vez recopilado, hacían entrega del mismo al cacique principal quien debía, a su vez, transferirlo al corregidor (DE LA PUENTE LUNA, 2007).

No obstante, como garantía de pago, el cacique había desembolsado previamente una fianza igual al monto total de los tributos a recaudar. Dicha fianza provenía de su patrimonio personal o si no disponía del dinero suficiente, de la caja de comunidad. Este depósito obedecía a un doble fin: asegurar el pago de los tributos e incentivar a los caciques a recaudar las tasas al tener que cubrir con su propia riqueza, o la de sus comunidades, los impagos. Además, los caciques contaban con medios legales para poder cobrar los tributos de manera firme a los indios morosos. En caso de la negativa de un indio a contribuir, los señores tenía potestad para ejercer sobre él acciones coercitivas o incluso enviarlo a prisión hasta que hiciera efectivo el pago. Igualmente, el cacique tenía autoridad para reducir a los indios a su cargo que hubieran huido de sus comunidades para no tributar. Cualquier ardid de los caciques con fines fraudulentos, como la falsificación de los datos del padrón, la negativa a colaborar con los agentes reales o la ocultación premeditada de indios tributarios, significaban automáticamente la pérdida del título que ostentaban (DÍAZ DE REMENTERÍA, 1977).

Es fácil imaginar que la posición en la que se encontraban los caciques era cuanto menos comprometida. La recaudación tributaria era una de las máximas prioridades de la administración colonial y la base económica del sustento virreinal y por ende, de la Monarquía Hispánica. Los caciques eran el eslabón fundamental para llevar a cabo el cobro de los mismos, lo que sin duda les situaba en una situación delicada. El no satisfacer las exigencias del Estado significaba tener que responder con su propio patrimonio personal y, en

²Para la región de Huamanga, Perú, Steve J. Stern, ha especificado que los tributos entregados por los indios, además de dinero, eran plata, paños, maíz, trigo, patatas, cerdos, calzado o pollos. (1982, p. 137 – Cuadro 4.2.)

el peor de los casos, sufrir la pérdida del título de cacique. Por otra parte, el abuso de poder para llevar a cabo la exacción fiscal les podía acarrear el resentimiento de sus sujetos con la consiguiente pérdida de legitimidad. Además, el hecho de depender indirectamente de la labor recaudatoria de los *caciques de tasa*, les restringía el control sobre esta situación.

La organización de la mita era la segunda de las grandes responsabilidades de los señores nativos para con la administración virreinal. Durante la década de 1570, Francisco de Toledo diseñó un sistema de trabajo en turnos rotativos para racionalizar la explotación de centros mineros como Potosí, Oruro, Porco o Huancavelica. Inspirándose en la *mit'ade* origen incaico, Toledo estableció un sistema por el cual una séptima parte de los tributarios varones de cada repartimiento debían acudir durante un período de 2 a 4 meses a trabajar como mineros o en otros oficios asociados a esta actividad (STERN, 1982). A pesar de ser un trabajo forzoso, los mitayos recibían una retribución por su trabajo. Además, el sistema rotativo favorecía que un indio sólo acudiera a la mita una vez cada seis o siete años (LÓPEZBELTRÁN, 1991). De hecho, no todos los repartimientos estaban obligados a aportar mitayos; para la explotación del Cerro Rico de Potosí, se establecieron 16 regiones mitayas, quedando otras muchas exentas³.

La reunión, desplazamiento y control de los mitayos era competencia del Capitán de Mita, cargo administrativo creado por Toledo para la gestión de los mismos. Existían dos categorías: los *capitanes generales de provincias*, nombrados entre los caciques principales; y los *capitanes chicos*, nombrados entre las *segundas personas* de los repartimientos (CHOQUE CANQUI, 1983). Los primeros eran los máximos responsables de que los turnos de trabajo se cumplieran de manera satisfactoria, mientras que los segundos realizaban las tareas directas de control de los mitayos. Además, contaban con alguaciles para hacer cumplir sus decisiones y *quipucamayoc*, indios especializados en la contabilidad a través de quipus para facilitar el trabajo (GRAÑA, 2001).

No es competencia de este trabajo desgranar las vicisitudes del desarrollo de la mita durante sus más de dos siglos de existencia, pero sí nos vamos a profundizar en cuáles fueron

³Son Condes, Cann, Canchi, Uma, Urco, Paucar, Lupaga, Pacajes, Sora, Quillaca, Caranca, Chayanta, Caracara, Chicha, Paria y Cochabamba, según López Beltrán (1991, p. 64)

sus implicaciones respecto al ejercicio del poder y la autoridad de las élites nativas que participaron en ella. A pesar de que el cargo de *Capitán General de Provincia* era rotativo, las ventajas que ofrecía dicho puesto (residencia permanente en Potosí, mayor salario, mayor poder efectivo y mayores oportunidades para el enriquecimiento personal), provocó que hubiera una gran competencia para monopolizarlo. De hecho, hay constancia de que algunos lo consiguieron monopolizar, como es el caso de Gabriel Fernández Guarachi, cacique principal de Jesús de Machaca, en Pacajes (cerca de La Paz), quien fue elegido en 18 ocasiones para desempeñar el puesto (SAIGNES, 1987). El hecho de obtener una residencia en Potosí a través del cargo de *Capitán General de Provincia* no era un asunto baladí. Con el incremento de la actividad minera en Potosí, se había producido un desplazamiento de la noción de *centro* (entendido en términos de importancia política) desde Cuzco hacia la Villa Imperial, que rápidamente se convirtió en la ciudad más importante del virreinato de Perú junto con Lima. El desplazamiento de señores étnicos de relevancia a Potosí convirtió a la ciudad, en palabras de Thierry Saignes, “*en una suerte de corte neo-inca*”(SAIGNES, 1987, p. 152). Desde allí, los caciques fueron capaces de conseguir mejores condiciones para sus comunidades, no sólo en lo referente a la mita, sino en otros aspectos, como la lucha contra los abusos de las autoridades o la consecución de un mejor abastecimiento de sus ayllus. Además, el hecho de encontrarse más cerca de las autoridades españolas, permitió a los caciques interceder por los intereses de sus sujetos de manera personal; un ejemplo de ello lo encontramos en el “*Padrón de Mitayos de 1600*” conservado en el Archivo de la Casa de la Moneda de Potosí:

En Potosí a diez y ocho de mayo de mil seiscientos años ante don Álvaro Patiño, teniente de corregidor [...] don Martín Cumba, principal de Pomata [al suroeste del lago Titicaca] dijo que de los indios que hay en esta Villa [...] sin obligación de la mita, siete de los que son contenidos en la memoria de esta otra parte quieren quedarse en ella para servir en la mita del año venidero de mil seiscientos uno (ARCHIVO HISTÓRICO, CAJAS REALES 72, p.75).

Este texto es interesante de analizar por un doble motivo. En primer lugar permite comprobar como los caciques interactuaban en pos de los intereses de sus sujetos ante las autoridades españolas, revelando de este modo una de sus funciones de representación dentro de la estructura colonial. En segundo lugar, observamos que si bien la mita era un sistema que

muchos indios trataron de evitar mediante la huida a otras provincias, muchos otros lo consideraban como una verdadera oportunidad para prosperar social y económicamente e incluso solicitaban la renovación de su condición de mitayos como podemos observar en el párrafo anterior.

No obstante, la tónica general no era ni mucho menos solicitar la asistencia voluntaria para servir como mitayo. A pesar de que los sueldos eran atractivos (unos 9 pesos diarios en 1600), la fuerte intensidad del trabajo minero y las precarias condiciones de seguridad, provocaron que muchos indios se ocultasen para evadir la obligación de la mita. Al igual que ocurría con la recaudación de tributos, era competencia de los Capitanes Generales el perseguir a los indios huidos o, en caso de no encontrarles, pagar la tasa correspondiente por su ausencia. De nuevo, en el “*Padrón de Mitayos*” se deja perfectamente claro cual era la manera de actuar en caso de que ocurrieran tales abstenciones:

Si fuesen o ausentaren, o pudiesen a su costa mingar a otros en su lugar [...] los principales se hicieran cargo de los indios en dichas memorias contenidas y los exhibieran personalmente y asistieran con ellos en el contrapadrón que en esta Villa se hiciere por la justicia mayor de ella sin falta alguna. Y para el cumplimiento y entrega de ello [...] le dieron el poder de la justicia de su majestad de cualquier parte ante quien esta razón le compela (ARCHIVO HISTÓRICO, CAJAS REALES 72, p.90).

En otras palabras, la administración colonial daba potestad legal a los cacique con rango de Capitán General de Provincia para llevar ante la justicia española a los mitayos que huyesen de sus responsabilidades, algo fundamental para la mantención del sistema puesto que la fuga de mitayos fue un problema endémico durante los siglos XVI y XVII y los Capitanes de Mita eran, a ojos de las autoridades virreinales, los agentes mejor capacitados para combatir esta circunstancia. La fuga de mitayos tuvo que suponer un verdadero quebradero de cabeza para los Capitanes. Por ejemplo, en 1594, el Capitán General de los indios de la provincia de Pacajes, Juan Bautista Quispesala, reportó un total de 558 indios faltos. El problema no se limitaba únicamente al hecho de tener que buscar y entregar ante la justicia a los huidos, sino que esta situación provocaba el retraso del resto de mitayos que debían de acudir a las minas. El ya citado Gabriel Fernández de Guarachi, a lo largo del siglo

XVII, se quejó en repetidas ocasiones del gran gasto que suponía para sus propias arcas el tener que buscar a los indios ausentes o el tener que mingar a otros para reponer las bajas, cuando no pagar las tasas por las ausencias (CHOQUE CANQUI,1983). Aún con todo, a pesar del evidente coste económico y los presumibles disgustos para los curacas que debían realizar labores de búsqueda y captura de los mitayos que decidían escapar, el cargo de Capitán General de mita seguía siendo muy codiciado. Si bien es cierto, que a medida que avanzaba el siglo XVII, únicamente los caciques con mayor solvencia económica aspiraban a tal puesto, debido a que las ausencias precisaban de la riqueza suficiente como para hacer frente a los gastos derivados de las huidas, seguía siendo muy pretendido por los caciques principales más importantes. La pregunta obligada es ¿por qué?.

A diferencia de lo que ocurría con el deber de recaudar el tributo, la función de organizar la mita a través de la capitanía granjeaba a los caciques más beneficios que problemas. Mientras que la tarea de exacción fiscal ponía en una posición complicada a los señores nativos, tanto frente al Estado como frente a sus sujetos, la Capitanía General de la mita otorgaba un poder efectivo del que los caciques podían sacar un buen rédito. En primer lugar, el poder acudir, e incluso residir en Potosí acercaba a los caciques a las altas autoridades españolas. Este hecho implicaba varias ventajas. En el proceso de consolidación de la autoridad de las élites nativas en el entramado colonial, el aproximarse a los círculos de prestigio hispanos era una estrategia altamente efectiva. La creación de vínculos mediante la interacción cotidiana con las autoridades españolas afianzaba el estatus de los caciques en la jerarquía virreinal. Además, el convivir en los mismos espacios que los españoles que ostentaban altas cotas de poder dentro de la sociedad, provocaba un aumento del prestigio nativo por asimilación. No sólo el residir en un gran centro urbano como Potosí tenía repercusiones positivas en el ámbito político. El ubicarse en uno de los principales centros económicos americanos propició que los curacas contasen con mayores oportunidades para enriquecerse a título personal, al insertarse progresivamente en el comercio de los mercados coloniales (SAIGNES,1987). Sirva de ejemplo el caso de don Carlos Vissa, cacique principal de Ácora (Puno) y Capitán General de los mitayos de Chucuito. En el *“Padrón de Mitayos de 1600”*, su nombre es, con diferencia, uno de los que más se repiten a lo largo del documento, reflejando una fuerte implicación con el funcionamiento de este sistema de extracción minera. Sólo un año después, en 1601, don Carlos Vissa realiza una importante donación al virrey

Velasco de la sorprendente cantidad de 100.000 pesos para fortalecer la Armada colonial. En recompensa, el virrey le autorizó a portar daga, espada y a llevar consigo un séquito de alabarderos cuando se desplazase por los caminos, símbolos de prestigio de alto valor al estar reservados únicamente a la población española (MONSALVE, 2003). Sea por relación directa o indirecta, el cacique Vissa no sólo fue capaz de amasar una importante fortuna a través de su vinculación con el desarrollo de la mita, sino que consiguió establecer importantes lazos llegando hasta el mismísimo virrey. El hecho de recibir prebendas por su colaboración con la defensa militar del virreinato está revelando que esta relación de favores actuó en ambas direcciones. El poder económico, por tanto, estaba complementando con los vínculos sociales que derivaron, en última instancia, en un fortalecimiento del poder simbólico del cacique a través del derecho adquirido de portar símbolos de poder tan necesarios como efectivos para ostentar la autoridad en una sociedad en la que lo visual primaba sobre lo escrito.

4 LA BÚSQUEDA DE LA CONSOLIDACIÓN DE LA AUTORIDAD

Hemos visto que a medida que el sistema colonial se fue arraigando en el espacio andino, los caciques fueron logrando afianzar su posición de poder y prestigio en un doble contexto político y social. Sin embargo, lejos de conformarse con esta situación, comenzaron a elevar numerosas quejas reivindicando la merma que habían sufrido en su autoridad y reclamando la restitución de las competencias y poderes perdidos en comparación con la situación que disfrutaron sus antepasados durante el imperio incaico. Esta actitud es cuanto menos interesante y debe de ser analizada con detalle para comprender la proyección política de los caciques en el ámbito virreinal peruano. Algunos autores como Karen Spalding (1974), a raíz de estos comportamientos, han calificado a los caciques como *escaladores sociales*. A nuestro entender, el término *escalador social* deja entrever que los señores étnicos se encontraban en una posición social inferior a la que verdaderamente gozaban y que por tanto, la necesidad de *escalar* respondería a una lidia constante por mejorar su posicionamiento en la jerarquía social y hacer mella en las instituciones virreinales. Nuestra postura es sensiblemente diferente. Consideramos que los caciques se encontraban en una posición consolidada, de prestigio, habiendo conseguido mantener su poder efectivo sobre sus sujetos y adquiriendo un papel relevante en el funcionamiento de la colonia. Sin embargo, a pesar de estos logros, los caciques mostraron una actitud inconformista, tratando tenazmente de mejorar su estatus y

prestigio de acuerdo con los patrones jerárquicos imperantes entre la aristocracia española en la América colonial hispana. Creemos que el concepto de *escalador* no debe de ser confundido con el de *ambición*, cualidad que parece inseparable de la figura de los caciques andinos.

Como líderes civiles y políticos, los señores étnicos aspiraban continuamente a mejorar las condiciones en las que ejercían su autoridad. Las numerosas quejas de las que hemos hablado anteriormente obedecen a esta dinámica. Siempre y cuando el sistema colonial lo permitiese, los caciques recurrían a aquellas herramientas jurídicas, económicas, políticas e incluso culturales que tenían a su alcance para acrecentar su prestigio, su poder y, por consiguiente, su estatus. Es una dinámica que se repite frecuentemente entre las élites de la Monarquía Hispánica durante la Edad Moderna. Los caciques, como parte de esas élites, actuaban de manera similar a como lo hacían sus homólogos españoles.

Una muestra de este comportamiento aparece reflejado en el documento conocido como “*Memorial de Charcas*”, con fecha de 1582⁴. Este documento constituye una fuente de primer orden para conocer de cerca el pensamiento político de los caciques andinos en los momentos posteriores a la salida del virrey Toledo del espacio Peruano. En nuestro estudio, este documento adquiere una especial trascendencia ya que nos permite conocer de primera mano la concepción que tenían de sí mismos y de su propio estatus. El Memorial está compuesto en realidad de tres memoriales y una solicitud dirigidos al Rey de España. El primero de ellos está firmado por 24 señores nativos de cuatro de las grandes nacionalidades del Altiplano⁵. Los dos memoriales restantes y la solicitud llevan la rúbrica de don Fernando de Ayavire y Velasco, señor principal de Sacaca, en la zona de influencia de Potosí (GRAÑA, 2001). Los cuatro documentos, con independencia de su contenido, comparten un objetivo común: protestar contra los agravios provocados por el sistema toledano y pedir la restitución de los privilegios, que según ellos, poseían en época prehispánica.

Junto con las quejas *habituales* contenidas en este tipo de memoriales – elevada cuantía de las tasas, reparto desigual de tierras o la dureza de la mita entre otros – en el Memorial quedan recogidas algunas peticiones de especial relevancia en cuanto a que aluden directamente al estado de la autoridad de los caciques en 1582.

⁴El Memorial, también llamado “Crónica Inédita de 1582”, fue hallado en la década de 1960 por Waldemar Espinoza Soriano en el Archivo General de Indias de Sevilla, España. La primera publicación data de 1969 aunque ha sido reproducido en diferentes ediciones a lo largo de las últimas décadas

⁵Los Charcas, Caracarás, Chuis y Chichas

Respecto al estado de los privilegios de los caciques andinos destacamos el siguiente comentario:

Al día de hoy no nos tratan conforme a la calidad de nuestras personas, especialmente a los señores naturales de a diez mil indios [es decir, a los “caciques principales”][...]. Que seamos concedidos todos los privilegios, gracias, franquezas y libertades que a los hijosdalgo se le deben concedidas (CLAROS ARISPE, 2011, p.31).

A pesar de que al inicio de este trabajo hemos señalado que la nobleza de los caciques principales fue equiparada a la de los hidalgos castellanos, comprobamos que en la práctica gozaban de menores ventajas. Mientras que los hidalgos peninsulares y todos sus hijos estaban exentos de tributar a la Corona, en las familias nobles indígenas, únicamente el primogénito varón gozaba de la exención fiscal así como de la asistencia a la mita (DÍAZ DE REMENTERÍA, 1977). El resto de los hijos del cacique principal debían tributar a la Corona aunque quedaban liberados de la mita. No ocurría lo mismo con los hijos de los caciques de niveles inferiores que estaban obligados tanto a pagar impuestos como a servir como mitayos⁶.

La nobleza castellana era, sin lugar a dudas, el espejo en el que se miraban los caciques andinos. Las comparaciones con ese segmento social son constantes, dejando claro que el objetivo era obtener las mismas prebendas que disfrutaba la aristocracia titulada española:

Porque siendo nosotros señores principales de vasallos [...] como en España los duques, condes y marqueses antes de los ingas y después de ellos, nos han quitado totalmente el señorío que teníamos [sobre] nuestros súbditos y vasallos, de lo cual recibimos notorio agravio. Suplicamos a Vuestra Majestad que sea servido de mandarlo remediar haciéndonos mercedes como a señores y caciques principales, en franquezas y libertades y acrecentándonos salarios conforme a la calidad y gravedad de nuestras personas (CLAROS ARISPE, 2011, p.35).

Varias ideas interesantes se desprenden de este párrafo. En primer lugar, el hecho de equipararse con la alta nobleza española – duques, condes y marqueses – es a nuestro entender un intento claro de mejorar su estatus a través de la comparación directa. Los caciques no se conformaban únicamente con el reconocimiento de su nobleza, sino que

⁶Provisión del Virrey del Perú, según la ordenanza del virrey Toledo, solamente el hijo mayor del cacique principal sea reservado del tributo y la mita. Lima 3-XII-1603. Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, Audiencia de La Plata – Expedientes Coloniales / 31. Fols. 313-314.

utilizaban el sistema legal hispano solicitando al monarca la concesión de mercedes para consolidar y acrecentar su estatus en el orden virreinal. Muestra de ello se puede comprobar en la última cita del párrafo, en el que los propios caciques lamentan la infravaloración que están sufriendo y solicitan un mayor salario en consonancia con la dignidad que merecen sus personas.

Para reforzar sus peticiones, los caciques recordaban a la Corona la importancia de su posición dentro del funcionamiento de la dinámica económica y religiosa del virreinato:

Sin ellos [refiriéndose en tercera persona a sí mismos] no se podría hacer ninguna cosa así en lo tocante a la tasa como para la doctrina cristiana y también para acudir con todo el recaudo de indios a la Villa de Potosí y al asiento de Porco [...] a donde somos obligados a dar indios (CLAROS ARISPE, 2011, p.36).

Los propios caciques eran plenamente conscientes de que jugaban un rol de suma importancia a la hora de llevar a cabo las políticas extractivas del Estado. Este fragmento revela que la nobleza nativa tenían una noción sólida de su posición de poder en el entramado colonial y que no tenían reparos en jugar la baza de su influencia sobre la población nativa para conseguir una mejora de sus condiciones por parte de la Corona.

Quizá uno de los motivos de descontento que más interés despertó entre la nobleza nativa es la falta del reconocimiento de su estatus por parte de las élites españolas. Los señores andinos se sentían discriminados – e incluso maltratados – debido a que su jerarquía apenas era respetada por el resto de autoridades españoles atendiendo a razones étnicas:

Porque en esta tierra los jueces y justicias de Vuestra Majestad y los alcaldes y alguaciles mayores y menores no miran ni tienen consideración si somos caballeros y señores de naturales de esta tierra e hijosdalgo, antes nos dan y castigan corporalmente por causas livianas con palos y nos azotan en las picotas y rollos y afrentándonos cada día y dándonos de bofetones y echándonos en las cárceles pero que si fuéramos esclavos (CLAROS ARISPE, 2011, p.38).

Únicamente con el reconocimiento explícito de sus privilegios por la Corona podrían llegar a ser respetados por el resto de autoridades españolas, algo que ambicionaban los caciques andinos y que durante el siglo XVII constituiría uno de sus grandes *caballos de batalla* en su empeño por afianzar su estatus de privilegio en los esquemas de poder de la llamada *república de blancos*.

5 VALORACIONES FINALES

La primera reflexión que podemos alcanzar tras abordar este trabajo es que las élites indígenas, especialmente las situadas en un plano regional, no fueron desmanteladas tras el proceso de conquista sino que más bien reforzaron su poder e influencia sobre sus súbditos al ser consideradas un elemento valioso y, lo que es más importante, necesario para la extensión de la colonia en el territorio andino. De este modo, lo que *a priori* podría parecer un proceso dramático y de ruptura como es una conquista territorial y la sustitución de un modelo de gobierno de tipo imperial incaico por otro colonial de tipo europeo, supuso en realidad una oportunidad para las élites nativas locales de reforzar su estatus a través de la inserción y adaptación de su prestigio jerárquico a los esquemas virreinales. Como hemos visto, el hecho de servir de nexo de unión entre las autoridades hispanas y la población india, les situó en una posición de prestigio, consolidando su nobleza a través de la legalización de su estatus jurídico por parte de la Corona y consiguiendo mantener la legitimidad que emanaba de sus sujetos al no ver desvirtuadas sus funciones tradicionales para con sus comunidades. Esta postura queda perfectamente reflejada en palabras del propio virrey Toledo, quien llegó a asegurar que *“no se puede gobernar a estos naturales sin que los caciques sean los instrumentos de la ejecución”* (ASSADOURIAN, 1994, p. 163).

Esta doble proyección de los caciques fue clave para conservar su poder y extender su presencia a un contexto más amplio, estableciendo vínculos con las autoridades superiores hispanas. Dichos vínculos fueron, en esencia, relaciones estipuladas a partir de la política económica de extracción fiscal y metalífera de la Corona en América. Con las responsabilidades de recaudar los tributos y organizar a los mitayos, los caciques sirvieron como agentes coloniales cumpliendo una función de gran trascendencia. Ello no sólo les permitió asumir competencias que reforzarían de manera significativa su poder, sino que les permitió establecer un contacto más estrecho con las élites españolas para, de este modo, obtener mayores beneficios tanto para ellos como para sus comunidades.

A pesar de que determinados caciques pudieron establecer relaciones con cargos de prestigio dentro de la administración virreinal, estos vínculos nunca se establecieron de igual a igual, sino que destacaron por su naturaleza asimétrica. Pese a ver reconocido su poder, la

nobleza nativa nunca consiguió equipararse a la aristocracia española en el Perú, ni mucho menos introducirse en las altas esferas de poder y gobierno del virreinato. Con todo, los caciques trataron de mejorar su estatus a través de la reinterpretación de sus esquemas de prestigio y, por extensión, de la readaptación de su identidad cultural en asimilación con la de las élites gobernantes.

Las frecuentes quejas recogidas en memoriales como el de 1582 muestran a unos caciques disconformes con su situación, recurriendo al sistema legal hispano para mejorar en cualquiera de las formas en las que fuera posible. En nuestra opinión, esta actitud responde a un hecho significativo. Entendiendo el poder de los curacas, no como un estado estable, sino como el producto de una revalidación continuada, podemos comprender que las demandas de los caciques obedecían a su deseo de obtener una certificación suplementaria de su estatus. En el trabajo hemos hablado de *ambición* como condición que define al desempeño del cargo de cacique. Y realmente fue así. Se trata, por tanto, de ambición por conseguir un mayor apoyo a su poder, ya que este, como hemos visto, no era estable sino que se sustentaba sobre diversos reconocimientos que precisaban ser renovados o, por extensión, acrecentados.

En este trabajo hemos tratado de demostrar que el estudio del poder de la nobleza nativa precisa de una reivindicación de la figura de los caciques, no como víctimas de la conquista y del proceso colonial, sino como partes fundamentales en el funcionamiento de la misma, cuyo rol fue reconocido y reconocible en la estructura de poder virreinal. Analizando los comportamientos de los señores étnicos en base al ejercicio y mantenimiento de su autoridad seremos capaces de llegar a desentrañar su verdadera repercusión y aproximarnos a una comprensión más completa de la sociedad colonial en su conjunto.

6 BIBLIOGRAFÍA

ALAPERRINE-BOUYER, M. Recurrencias y variaciones de la imagen del cacique. En Lavallé, Bernard (Ed.) *Máscaras, Tretas y Rodeos del Discurso Colonial en los Andes*. Lima; Instituto Francés de Estudios Andinos, p. 189-209, 2005.

ARCHIVO HISTÓRICO – Casa Nacional de la Moneda (Potosí). Sección Cajas Reales. Doc. 72. *Padrón de Mitayos de 1600*.

ASSADOURIAN, C. S. *Transiciones hacia el sistema colonial andino*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1994.

BUNSTER, C. *Las autoridades indígenas y los símbolos de prestigio*. *Andes*, n. 12, 1-39, 2001.

CHOQUE CANQUI, R. *El papel de los capitanes de indios de la provincia de Pacajes en el entero de la mita de Potosí*. *Revista Andina*, v. 1, p. 117-125, 1983.

CLAROS ARISPE, E. *El Memorial de Charcas*. *Ciencia y Cultura*, n. 27, p. 25-62, 2011.

DE LA PUENTE LUNA, J. C. *Los curacas hechiceros de Jauja. Batallas mágicas y legales en el Perú colonial*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica de Perú, 2007.

DÍAZ DE REMENTERÍA, C. J. *El cacique en el Virreinato del Perú: estudio histórico-jurídico*. Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla. 1977.

FOUCAULT, M. *El sujeto y el poder*. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 50, n. 3, p. 3-20, 1988.

GAREIS, I. *Los rituales del Estado colonial y las élites andinas*. *Bulletin de L'Institut Français d'Etudes Andines*, v. 37 (1), p. 97-109, 2007.

GRAÑA, M. J. *La verdad asediada. Discursos de y para el poder*. Escritura, institucionalización y élites indígenas sur andinas. Charcas. Siglo XVI.”. *Andes*, n. 12, p. 1-14, 2001.

LÓPEZ BELTRÁN, C. *La mita gasta muchos indios. Mineros y campesinos del siglo XVII en las minas de Potosí*. *Cuadernos Hispanoamericanos: los complementarios*, n. 7-8, p. 59-86, 1991.

MONSALVE, M. Curacas pleitistas y curas abusivos: conflicto, prestigio y poder en los Andes coloniales, siglo XVII” En Cahill, D. y Tovías B. (Eds.). *Elites Indígenas en los Andes. Nobles, caciques y cabildantes bajo el yugo colonial*. Quito: Abya-Yala, p.159-174, 2003.

PACHECO BALANZA, M. Entre la legalidad y la legitimidad. El posicionamiento político del cacique yampara Francisco Aymoro II en *Charcas*, p.1570-1620. Sucre: ABNB, 2012.

POLONI-SIMARD, J. *Historia de los indios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas*. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Agosto, 2005.

PONCE LEIVA, P. Por mucho amor que les he tenido. Sensibilidades y dinámicas sociales en Quito a mediados del siglo XVII” En Bernabeú, S. y Langue, F. (coords.) *Fronteras y Sensibilidades en las América*, Aranjuez: Doce Calles, p. 21-44, 2011.

RAMÍREZ, S. E. *La legitimidad de los curacas en los Andes durante los siglos XVI y XVII*. Boletín del Instituto Riva-Agüero, n. 24, p. 467-492, 1997.

ROSAS LAURO, C. *Entre la satanización y la idealización. La figura del curaca en la historiografía andina contemporánea*. Histoire(s) de l’Amérique latine, v. 9, p. 1-36, 2009.

SAIGNES, T. *De la Borrachera al Retrato: los Caciques Andinos entre dos legitimidades (Charcas)*. Revista Andina., n. 13, p. 82-127, 1987.

SÁNCHEZ ALBORNOZ, N. *Indios y tributos en el Alto Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1978.

STERN, S. J., *Los pueblos indígenas del Perú y el desafío de la conquista española*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

SPALDING, K. *De Indio a Campesino. Cambios en la estructura social del Perú colonial*. Lima. Instituto de Estudios Peruanos, 1974.

SPALDING, K. Resistencia y adaptación: el gobierno colonial y las élites nativas. *Allpanchis*, n.17-18, v. XV, p. 5-21, 1981.

Recebido em 26/04/2017.

Aceito em 09/11/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.131585

ISSN: 1676-6288

EMBODYING MEMORIES: THE WOMEN RIGHTS MOVEMENT “#NiUnaMenos” AND THE WOMEN NARRATIVES ABOUT STATE REPRESSION IN ARGENTINA¹Verónica Ada Abrego²

Abstract: Since 2015 a new human rights movement struggle against violence against women, Ni una menos. From the perspective of cultural studies, there is a strong link between these women struggling for cultural transformation and the long lasting battle against oblivion carried out by Argentinas Human Rights Movement and especially, by the Mother and Grandmother of Plaza the Mayo. Against the background of state terrorism and its literature written by women, this contribution reflects on methodology studying Argentina women’s literature on state repression and also on the role of women as agents of social transformation.

Keywords: Violence against women; intersectionality; literature on state terrorism.

Resumo: Desde 2015, um novo movimento de direitos humanos luta contra a violência contra as mulheres: Ni una menos. Do ponto de vista dos estudos culturais, existe uma forte ligação entre essas mulheres, que lutam pela transformação cultural, e a batalha duradoura contra o esquecimento realizada pelo Movimento dos Direitos Humanos argentino e, especialmente, pelas Mães e Avós da Plaza de Mayo. No contexto do terrorismo de estado e sua literatura escrita por mulheres, essa contribuição reflete a metodologia que estuda a literatura feminina da Argentina sobre a repressão estatal e também sobre o papel das mulheres como agentes de transformação social.

Palavras-chave: Violência contra mulheres; interseccionalidade; literatura sobre terrorismo de estado.

Resumen: Desde 2015, un nuevo movimiento de derechos humanos lucha contra la violencia contra las mujeres: Ni una menos. Desde la perspectiva de los estudios culturales, existe un fuerte vínculo entre estas mujeres que luchan por la transformación cultural y la duradera batalla contra el olvido llevada a cabo por el Movimiento Argentino de Derechos Humanos y, especialmente, por las Madres y las Abuelas de Plaza de Mayo. En el contexto del terrorismo de Estado y su literatura escrita por mujeres, esta contribución refleja la metodología para estudiar la literatura femenina de Argentina sobre la represión estatal y también sobre el papel de las mujeres como agentes de transformación social.

Palabras clave: Violencia contra las mujeres; interseccionalidad; literatura sobre terrorismo de estado.

1. INTRODUCTION

The new human rights movement “#NiUnaMenos” provides at present an appropriated occasion to reflect on the role women play as agents of cultural transformation. Founded in

¹ My gratitude to Richard Pearson in GERMERSHEIM for reading this manuscript.

² Faculty of Translation Studies, Linguistics and Cultural Studies. University of Mainz/Germersheim. E-mail: abrego@uni-mainz.de.

Buenos Aires in 2015, #NiUnaMenos - which translated means “one less is also too many”, literally not even one less - echoed immediately in Brazil and continues to spread throughout Latin America, and the World.³ Seen from the study of the literature of women on Argentina’s state repression, my field of research, it makes sense to link the current struggle against violence against women with the historical situation surrounding the disappearance of people, and specially the case of women, between 1975 and 1983 in Argentina, as well as with the work done by society to keep alive the memory of those disappeared. As we all know, partnerships on equal terms in just societies, the establishment of more egalitarian relationships at all levels, especially between the sexes, while respecting the need for personal autonomy and sexual diversity are a main issue in the struggle for de-colonialization of thinking and knowledge. Thus, de-patriarchalization of societies is one of the most important and pressing issues in theoretical and political debates.

From the perspective of literature studies on the forced disappearance in the 70es/early 80es in Argentina and taking into account the work of Mothers and Grandmothers of Plaza de Mayo, as well as #NiUnaMenos, a substantial desideratum emerges for a different approach to dealing with the women in question. One which does not perceive feminine agents as “subalterns”, i.e. as subordinated social agents with an intrinsic, essential position -, but rather as subalternized subjects who have been forced into subordinated position through daily actions based on an intersectional legitimation discourse of discrimination. As soon as we are aware of the power of discourse, this perspective obliges us to direct our attention to precisely those discourse coordinates that subalternize subjects in a precise context, in a precise materiality, in a precise territory. In this way, we are in a better position to understand how discriminating discourse functions – even when discourse acts in an implicit and subtle way – that is what the concept of intersectionality is all about. From my point of view, in the examples I quote, the individuals refuse to be seen as subalterns nor as passive victims. They demand their own position as agents of transformation. And for this reason, as well as from our view-point which recognizes their agency, we are able to construct together another epistemological approach and to contribute to promoting that which we call a de-colonial discourse of transformation.

³ The organizers of this year’s event noted, a new feminist movement may be in the making: “... # 7N in Spain, # 24A in Mexico, # 1J in Brazil, # 3J2016 in Argentina, August 13 Ni Una Menos Peru, on October 3 in Poland, on October 19 the first women's strike in Argentina, # 26N *Non Una di Meno* in Italy, the Women's March in the United States on January 21 and # 8M with the International Women's Strike, which brought together more than 50 countries worldwide...” (¡NI UNA MENOS!: 2017). Women's March leaders to Washington pointed to Ni una menos as an inspiration <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/feb/06/women-strike-trump-resistance-power>.

2. A CULTURAL CHANGE MOVEMENT IN THE MAKING

In 2015, the human rights movement #NiUnaMenos, led by journalists, social scientists, activists and, among others, by the very popular cartoonist, Maitena, who is one of their prominent leaders, started a widely-supported campaign against femicides with an impressive first mass mobilization of their supporters on June 3rd. Their stated objectives are to heighten social awareness in order to put an end to violence against women, transvestites and transsexuals, based on the conviction that the social problem of machista violence cannot be resolved only by imposing increasingly severe penal sentences but rather through social prevention programs and cultural change. A cultural change, it should be pointed out, that must become aware of the widely accepted Macho discourse that legitimizes inequality in everyday's life and – at the end – also violence. A cultural transformation that has started to be spread throughout Latin America and wants to make the 3rd of June a day of rebellion against femicide.

In Argentina, the social movement did not come out of nowhere, on the contrary: violent acts against feminine and transvestites have become an issue of increasing public interest for decades. So, for instance, guided by the catchphrase “Vivas nos queremos” – which roughly translated means “we love to be alive” – #NiUnaMenos called on October the 19th for a general strike for two hours across the whole of Argentina. As a sign of solidarity, the same action of protest took place in Uruguay, México and Chile. These protests were triggered by the extremely violent death of a girl of 16, Lucía Pérez, who was “drugged, raped and impaled to death” the weekend before in the city of Mar del Plata. Three young men who are suspected of having committed this horrendous crime are currently in police custody. In 2016, every 26 hours a woman died in Argentina as a victim of sexual violence perpetrated by a man, often by their own partners (PÁGINA 12, 2016). Statistics say that in 2008 one woman was killed every 40 hours, in 2014, every 30 hours, in 2015 a woman was murdered every 26 hours (#NiUnaMenos, 3.06.2015). This current shocking trend must be stopped. The human rights situation regarding feminine and effeminate subjects, that is for women, transsexuals and transvestites, is getting worse in Argentina. This struggle for autonomy, respect, freedoms and rights is therefore indispensable.

The trend has got worse, but the news is not new. The death of María Soledad Morales in 1990, a girl raped and beaten to death by the Kids of the Powerful in the Northern Province of Catamarca is one of the well-known cases. Twelve years later, in 2002, people were shocked by the case of Marita Verón, a young woman who lived in rural environment in the

Province of Tucumán and went walking one morning along the highway on her way to the doctor, as she was abducted and forced into a car. Her mother initiated immediately a campaign searching for her, since the local police administration seemed to be indifferent and even suspected to be involved in the murder. Her mother found out that Marita Verón was later seen not only in brothels in other Provinces of Argentina but also in Spain. Human trafficking should be mentioned as a serious problem for Europe and Spain, where programs have been started since only in 2015 45,000 women and girls were suspected to be victims of trafficking and be objects of a business that moved about five million euros every day. According to the Spanish National Institute of Statistics (INE), prostitution has become an activity that generates 0.35 percent of GDP, which means about 3.7 billion euros/year (EL PAÍS, 2015).

Since the 90's, public attention in Argentina has focused on news about women used as drug couriers, increasing number of cases of sexual exploitation at home via the internet, very young women who have been kidnapped and/or have disappeared in the network of trafficking only to be condemned to prostitution. For instance, during the investigations in the case of Marita Verón, 21 women - kidnapped in the same way as her - could be rescued by the police – but Marita has still not been found. In view of the current economic crisis, women are seriously vulnerable and suffer because they are often deprived of their rights. But it is not only a question of violence, we also talk about a process of feminization of poverty due to the crisis; a process which is occurring in Argentina at the same time as we are witnessing unequal representation of women in political parties and trade unions, and, of course, in Argentina's Parliament.

3. LATIN AMERICAN WOMEN IN THE CURRENT AGE OF GLOBALIZATION

In order to summarize some facts about the new forms of brutal treatment of feminine and transvestite subjects in Latin America, but not only there, I would like to quote Rita Segato, the well-known Brazilian anthropologist born in Argentina. In Guatemala, El Salvador and México, but also in the Congo after Ruanda, the scenes are terrifying. In the Congo, physicians speak of “vaginal destruction” to refer to extreme forms of sexual attacks causing the death of women. During the “pacification phase” in El Salvador, between 2000 and 2006, male homicides increased by about 40%, female murders by about 111%, this means factor 3. In Guatemala, the democratic process between 1995 and 2004 was accompanied by an increment of male homicides of 68%, but for women this figure was more

than double, reaching 144%. In April 2010, the Society of Threatened People estimated that the number of Maya women murdered since 2000 was 4.867 persons, which reflex the reality of indigeneous femicide (HANTZSCHE, 2010). In Honduras, between 2003 and 2007, murder victims among men increased about the 40%, but among women 166%, that means a four-fold increase (CARCEDO, 2010, p. 40-42). Faced by current global migration trends, an increasing number of vulnerable people like women, but also minors, indigenous people and extra-continental migrants transit every day Central America without any civil right and are exposed to illicit trafficking, labor exploitation, sexual violence, extortion, kidnapping and widespread crime, not only on the border between the United States and Mexico, in cities like Ciudad Juárez, but also between Costa Rica and Panamá, in the region of Paso Canoas. Although 17 Latin-American countries have passed laws that have defined and punish femicide as being a specific crime, violence against women is currently taking place on an unprecedented scale.

4. FEMININE SUBJECTS IN LATIN AMERICA – YESTERDAY AND TODAY

According to Rita Segato, formerly, the warlike attitude toward women's bodies in patriarchy and in its collective representations used to have the character of the Conquest of a territory and its annexation including possession through individual and collective rape or through slavery for sexual services. These acts of war were directed against the honor of the male enemy. But now a woman body has become an object of destruction and exploitation. The only thing left behind are often mutilated human remains. The purpose of destroying - and not simply annexing a woman's body - is for Segato a novelty in the new war-like scenario of globalization (CARBAJAL, 2010). Viewed from this perspective the repressive actions of Argentina's government between 1975 and 1983 marked a kind of transitional phase in the landscape of 'proxy warfare' in the South during the Cold War. In a situation that was strongly influenced by the hegemonic discourses of the Cold War, the demands of the revolutionary movements arising from the deeply unequal societies of Latin America were reduced to the struggle between the hegemonic powers, i.e. the dichotomy East versus West and communism versus capitalism. Abducted and held in a complex environment of interests, following many months of torture, most of the "disappeared" (the *desaparecidas* and *desaparecidos* of Argentina) were treated as if they were mere human waste. By the means of repressive discourse, the revolutionary youth of Argentina was defined as the enemies of "occidental and Christian values", as the "Others" of a nation which was allegedly in danger of being contaminated by foreign influences such as, for example, socialism or communism.

Women suspected of participating in the revolutionary movement suffered double persecution, since their political opposition intersected with gender rebellion and was too challenging for one of the most deeply-rooted social conventions: social gender roles. During the brutal crackdown started in 1975 there were no legal prosecutions of cases of political violence, but only for forced disappearances. Some hundred people survived the purge while the fate of thousands of others could only be reconstructed bit by bit based on work that has been going on for decades and continues to date. The reason why some of the disappeared survived continues to be an enigma for many. It could be that the few survivors of torture were set free as a kind of message directed to the enemy and society, in order to terrify and intimidate individuals with the intention of preventing protests and ensuring civil discipline. Especially some women of the enemy, as in the case of Pilar Calveiro, seem to have been set free as a decoy or as a sign of defeat. Pilar Calveiro herself, today a social scientist at the Mexican University of Puebla and the wife of a former high-ranking leader of Montoneros, is one of the female Argentine authors who has written an important and damning testimony on state repression. Her book “*Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*” (Power and Disappearance: concentration camps in Argentina) is not only an unmatched scientific reflection on power and biopolitics, but also a book of witness and sorrow for those who were kidnapped, tortured and condemned to death without trial by the forces of the state. She reflects on the fact of discarded bodies as follows:

Through torture of the prisoner, unlimited in intensity and duration, information is extracted from her/him. She/he is deprived of all kinds of sensory perception. She/he is drained of humanity, and she/he is discarded like a useless object. Every trace of the person disappears, and, finally, their remains too (CALVEIRO, 2011, p. 118, translated by Richard Pearson).

Contrary to the notion, however, that torture would stifle any form of resistance, camp survivors such as Pilar Calveiro defend themselves and show that the person who has been terrorized and animalized has tried to preserve her/his dignity through compassion. Outside the camp, amid the silence of Argentine public opinion, the same struggle for human dignity was fought by the female members of the older generation of relatives. Since those days resistance against state repression in Argentina bears the face of the Mothers and Grandmothers of the Plaza de Mayo. During the years of dictatorship they fought against the policy of concealment among the country's military using their own weapons of discourse demanding their right to information as caring mothers. Using this stratagem as a basis of legitimation they challenged not only the powerful in government but also those who reduced the idea of women's right to self-down to what they deemed acceptable virtuous qualities.

During the long struggle, the "Madres de plaza de Mayo" developed something they call "socialization of motherhood". The private struggle for a once lost child became a common battle for all Desaparecidos. They created a link between the individual loss of the beloved disappeared and the social enigma of forced disappearances. In my opinion, the movement #NiUnaMenos is today carrying out a similar operation, i.e. out of an individual loss they create a single struggle. And thus, individual fate is socialized, and human rights are represented as an issue that concerns all.

My proposal today is that we understand the current movement #NiUnaMenos as an heir to the long struggle of the human rights movement in Argentina. After organizing resistance during the dictatorship and after 30 years of political opposition during the period of democracy, since 2004 the human rights movement of Argentina has achieved - thanks to the increasing support of large sections of society - recognition of the genocide committed in Argentina and that crimes against humanity were severely punished by the national courts. Only since 2005 has violence against women, exercised in the context of state repression, been classified as a category for itself in the fight against crimes against humanity in Argentina. Physical limitations and disabilities, unwanted motherhood, including infertility due to trauma as a result of mass rape, have remained to date scarcely documented physical consequences of violence against women. However, the social discrimination of the survivors is an important aspect of postgenocidal Argentina. Remarkably, the mothers and grandmothers of the murdered Desaparecidos, the praiseworthy Madres and Abuelas de Plaza de Mayo, received approval and recognition for their commitment and have now become symbols of resistance to the long-standing state policy of ignoring the past. The importance of the efforts to restore family relations in postgenocidal Argentina, in particular regarding the search for the "stolen" children and the disclosure of their origins, cannot be stressed enough. However, this policy of recognition has a downside as the survivors themselves are often forced into the background. Because of the taboo that surrounds rape – but nonetheless universally known, not least mass rape practices – the sheer fact the victims survived their ordeal makes them suspects of treason. Those few camp returnees stood for a long time in the shadows and were often loathed by former friends and foes for having survived. Against this background it is remarkable that those who are physically and mentally wounded have made a significant contribution to resolving cases of injustice in recent years. However, their social contribution does not end with the struggle in the courts. Their presence in the public eye visualizes the negative past, which some would rather suppress and forget because it

repeatedly raises the question whether and how the individual has contributed to the repression and the concealment of crimes.

Today, Argentina's human rights movement has been significantly weakened by the existence of tensions between protagonist groups, by sectarianism and the current government, which has withdrawn its support for some the institutionalized activities of the movement. (FEIERSTEIN, 2016). However, from my point of view, the work of Argentina's human rights movement in order to promote social awareness of the situation of those, who society tries to marginalize and forget, takes on new meaning in the movement which aims to vindicate the rights of female subjects.

5. FEMICIDE AS SEEN FROM ARGENTINA'S MOVEMENT #NiUnaMenos

The human and women rights movement *#NiUnaMenos* applies a concept of femicide, which at first glance may seem to be too universal and indistinct. They understand femicide as an action carried out by a person in order to punish and psychologically destroy a woman considered to be someone's property and they see this as an act of mass murder of humanity in the body of a woman.

The concept of femicide is directly linked to the concept of genocide. It was only after the genocide of Ruanda that rape was recognized in the context of genocide thus constituting a crime against humanity as indicated in the Rome Statute of the International Criminal Court. This means that the right of a woman to take legal action in a court never expires, even many years after the crime has been committed.

Argentina ratified the Rome Statute but despite this even after the Criminal Code was reformed in 1999 – which endorsed a woman's individual right to sexual integrity – investigating magistrates in Argentina continued to have problems prosecuting crimes of sexual violence outside the framework of torture and cases of intended rape were considered 'a private matter'.

To better understand what *#NiUnaMenos* means when they talk about femicide, we have to remember that in the modern age sexuality is associated with something which is 'private' and is accompanied by an increase in domestic violence. For this reason Latin American feminists insist that there is a fundamental need to separate sexuality from morality in order to recognize that violence against women occurs when men use their genitals as if these were 'weapons' to destroy women. When sexuality is considered to be a private matter, the political and war-like character of the actions is negated.

If patriarchy were not the network of meanings and senses in which we are prisoners, sexuality would not have any of the meanings that it has for us today. For example, it would not mean demoralization of the other. The position that women have to defend publically is that sexuality exercised in that way does hurt physically. But the moral injury results from the patriarchal order that makes up the very air we breathe and places in the realms of privacy that aggression that hurts but which is, in reality, simply an attack as if carried out using a knife or a gun. The whole dimension of pain, which is the most important aspect of all, is lost. In this way, pain is privatized and aggression is situated within the framework of morality. Consequently, no one talks about it (quote in CARABAJAL, 2010, translated by Richard Pearson).

Useful theory today cannot continue to ignore the dimension of pain and sorrow, indeed quite the contrary: for me, theory today must be based on these dimensions in order to contribute to social transformation.

6. VIOLENCE IN ARGENTINE WOMEN'S LITERATURE ON STATE REPRESSION, SOME METHODOLOGICAL REFLEXIONS

Encouraged by the idea of a viable revolution, young women in Argentina during the 60s and 70s broke with stereotypical attitudes and expectations, both politically and in matters concerning gender: for this they were persecuted, tortured, their children abducted, and often murdered and their bodies discarded. The images of those politicized women - and the effect of violence in the course of the years – can be traced in the discourses of political and historical memory and especially in the literary narratives of remembrance. Literature as a field of individual manifestation and social negotiation plays a fundamental role in the current dispute about the past. While it often depicts negative memories of persecution using very lyrical but often remarkably factual language, women's literature on the subject of forced disappearance articulates itself as a discourse against oblivion and resists simplifying formulas of postgenocidal discourse.

In Argentina, there is a vast body of literature today dedicated to preserving the memory of those who were detained and abducted by that tyrannical regime which between 1976 and 1983 violently repressed all forms of criticism and protest. Let me point out, that the determining moment of the emergence of this literature goes hand in hand with the fact of oblivion, better said, with the state politics of oblivion and the need of articulating suffering under state violence. Since the path to justice for the crimes committed against humanity was extremely steep and the speech that legitimized repression required 20 years to change, literature has a crucial role to this process of transformation. This means that for Argentina

the very first link between violence and literature concerning state-terrorism has always been the struggle against silence.

Since the beginning of the 80's to date, wherever you look in Argentina you will discover "creators of culture" doing everything in their power to keep alive the memory of injustice and ensure that the perpetrators are themselves brought to trial. Culture made an essential contribution to the proliferation of perspectives concerning the forced disappearances of people, and to efforts to confront the enduring "policies of forgetting and neglect".

Let me now set the focus on some methodological reflections, which deal with the narratives of violence during Argentina's state repression as I refer to in my book "Memory and Intersectionality: Women as Victims of Argentina's State Repression" (1975-1983) (german original: Erinnerung und Intersektionalität: Frauen als Opfer der Staatsrepression, Bielefeld: Transcript, 2016).

A. Memories against oblivion

The study of literature focusing on the forced disappearances involves the challenge to cope with absence and with a negative social remembrance. Following post-dictatorship, remembering the violations of human rights stands for a reconstruction process based on vestiges of former physical presence of those who "disappeared"; a process, which has an enduring impact on the present. Absence caused by forced disappearances means a crisis of "sense". Uruguayan sociologist Gabriel Gatti speaks about a catastrophe of identity, the forced disappearance destroyed the common idea in modern western societies, that identity is bound to an architecture of name, a family genealogy, and a citizenship. Due to forced disappearance, the name was separated from the body, the personal life story snatched from the family genealogy, the individual thrown out from the state collective (GATTI, 2012).

The social construction of negative memories, as in the case of Argentina, means facing negative events that people actually prefer not to remember. Let me quote Germany's well known historian Reinhart Koselleck on this fact:

To speak of a negative memory is ambiguous, for either the negative in the memory means that the content that is stored in it is unwelcome and despicable, or the negative means that memory blocks remembering, that it refuses to acknowledge the negative at all: it suppresses it and surrenders it to the past and to oblivion. Both, the horror-filled content, and the refusal to transfer it from a social to a personal memory, are of course, closely connected. One refers to the other and leads us directly into the historical problems of how crimes are to be remembered at all (KOSELLECK, REINHART, 2002, p. 21, german original).

For Argentina, we must agree with Koselleck on the initial tendency of society refusing to remember events of social violence. Argentine citizens today accept a violent past, but this is a result of a long process of awareness to which, from my point of view, creators of culture have essentially contributed, as well as, along with human rights organizations, scientific disciplines such as Psychology, which promote social acceptance and listening to the victims.

People elude negative memory since the memory of state violence reminds us about the position we adopted while violent events occurred. Genocide researcher Christian Gerlach speaks about “extremely violent societies” to describe those societies where groups have been victim of mass violence (cp. Gerlach: 2010). While it can be said that post-traumatic societies may have reasons for a consensus on looking forward and reconciliation, it is also necessary to add that eluding confrontation with pain and wanting to flee instead of accepting what it was and what there still is corresponds sadly to human standards. And we shouldn't forget that negative memories are the subject of controversial interpretation; their reading and their place in national history involve a power struggle for the right to speak out.

B. Social discourses and memory

A second point concerns the changing conditions of remembrance which affect work on cultural and personal memory, and of course on literature. We must remember that in Argentina we are dealing with a struggle for memory and against oblivion during a period of 40 years. In this period, there were discursive transformations at the level of discourses in Argentina confronting with crimes against humanity as a society, and concerning victims and perpetrators.

Victims of state repression not only suffered physical violence, but also discursive violence. Their extermination stood at the end of a long discursive chain that segregated them from the majority and legitimizing discursively even illegal measures under the phrase "algo habrán hecho" (they must have done something). It was only by 2004, 20 years after the end of dictatorship, that public opinion on forced disappearances made a 180 degree-turn-around and provided the possibility that the demands made by human rights organizations raised more than 25 years before could now be converted into state policies. The former “saviors of the fatherland were then called “genocidas”. For text-work on memory this question is crucial, since literature of the abduction rebels against discursive stereotypes that legitimized persecution. Literature applies the technique of writing back, the concept formulated by Bill Ashcroft, Gareth Griffiths, and Helen Tiffin in 1989, inspired in Salman

Rushdies words "the empire writes back with a vengeance", emphasizing that in the literature of decolonization an alternative perspective emerges directed against works of the hegemonic centers and their distorted images of the subjugated. The "writing back" is directed not only against the practice of forced disappearances and the discourses on discipline of the Argentine State, but also against the policy of impunity, the silence of repression and memory, against the suppression of the psychological pain of the survivors and relatives of the disappeared from public space during democracy.

Also global discourses and global contexts have changed. The Cold War, the Fall of the Berlin Wall and, for Latin America, the Washington Consensus, they all are events that have affected the place of Latin America and Argentina in the geopolitical sphere, since the internal policies of any country considered to be peripheral have always been closely related to international constellations of power.

C. Intertextuality on memory discourses

Thirdly, remembrance does not exist in an uninhabited space. In fact, discourses about memory in Argentina are closely interrelated with other remembrance discourses in other societies and in other times. There is a high degree of inter-textuality in discourses on law, humanities and the media, especially those concerning the Shoah.

This is a relevant issue not only because of the historical parallels between systematic forced disappearances in Argentina and Night and Fog-Actions in Nazi-Germany. It is generally accepted, that the Holocaust represents a benchmark for the Humanities, but also anti-Semitism must be borne in mind since the number of Jewish victims of repression was significantly high in terms of Argentina's average population. There is an extremely sad super-position of memories among the survivors of the Holocaust in Argentina, whose families had to endure for a second time social violence. Beyond that, the fact of exile - and of migration movements – brought a different global component in the formation of this literature. People were forcedly displaced to different geographical locations as the work of memory reflects creating a narrative at a trans-cultural level. Taking into account the diversity of family origins of the population of Argentina as well as the transnational spaces on which writing occurs, these texts are written in a kind of hybrid space of remembering.

D. Female authorship and memory

And, fourthly and finally, when focusing on literature written by women authors we must also be aware of perception and reception of female authorship in society, and of circulation and distribution of literature written by women in Argentina.

No one can say with certainty whether the female authorship was the reason why many books about the State repression in Argentina written by women have met so little positive resonance. However, you will find that literature about dictatorship written by women was more reluctantly received than that of male authors. Seen against the background of the social hearing this seems not to be a single phenomenon. According to the American scholar Joeden Forgy testimonies and reflections of male survivors form today, primarily, the canon of literary and historical science about the Shoah - with the prominent exception of the diary of Anne Frank and the now recognized work of Hannah Arendt. The crucial point in literary work on forced disappearance is here the *reécriture* feminine. The re-writing from a feminine point of view means undoubtedly subversions of existing models of culture and thought. At the core of this counter-narrative you will find embodied memories, remembering personal and social experiences of (systematic) torture, (mass) rape and impeded motherhood, seen against the background of a general dumb threat of violence in repressive discourses and the mostly socially tolerated practices of gender discrimination. Systematic violence against women during state repression was only spoken out in the courts in 2010 (BACCI, 2012; BALARDINI, 2011).

7. VIOLENCE IN LITERATURE ON STATE REPRESSION

In the context of destruction, extermination and mass repression, the researcher necessarily adopts an analytical position, which, from my point of view, does not exclude or negate empathy, on the contrary! Starting point for research work on violence is an ethical commitment, which necessarily has to be adopted, and for me is based on the active listening to the voices of the victims of repression.

It was due to both, the lack of listening to female victims of repression and missing acknowledgement of intellectual activity of women, that I decided to choose 4 very different texts written by women for my analysis on intersectionality and memory.

Literature concerned with the memories of that era of repression highlights the extreme experience of state arbitrariness and despotism and prevents the memory of the victims from falling into oblivion. The space that these narrations talk about is not prison but torture camps, secret spaces which inflicted unimaginable pain occurring parallel to the normal, every-day life of the majority of Argentines. A space where people were forced to

betray their own convictions and friends through systematic torture; places from which only a few returned. As such, these narrations focus on simple human life and aberrant humiliations, but also on solidarity at the edge of humanity, and on resistance to preserve one's own sense of dignity. In order to analyse the case of Argentina, many studies introduce the figure known as *Homo sacer*, as presented by Giorgio Agamben, an individual that exists outside the confines of the law and can be meaninglessly killed but not sacrificed (because sacrifice is meaningful). In his investigation, Agamben argues that by the imposition of the state of emergency, a rightless space emerges in which this form of rightless life grows outside the political field. I'd like to remember that Judith Butler objected to the notion of separating life from the political. She argues that this exclusion logic is the most important issue of the "abandoned life" from the field of the political, although this life is "both degenerate and deprived of life" in precisely the moment that it is deprived of citizenship." According to Butler, Agamben's so defined "state of emergency" is a "state of expropriation." The logic of looking at this state as an undifferentiated instance of "simply and naked life" limits our conceptual framework and our vocabulary too far to comprehend the complex action of power; Thus, at the same time, it makes resistance invisible.

A. *on Pilar Calveiro's "Poder y desaparición"*

The first text I would like to refer to is Pilar Calveiro's *Poder y desaparición*, one of the central scientific and philosophical reflections about the Argentine concentration, torture and extermination camps. I like to compare this small book to Primo Levi's text from 1946 *If This Is a Man*. *Poder y desaparición* – Power and abduction – does not belong to the Latin American genre of *Testimonios* in a classical way, since her text is scientific, an sociological essay, with literary value. Calveiro maintains academic discourse but she interlinks her personal embodied experiences having spent one and half years in captivity within the torture and concentration camps of armed and security forces in the District of Buenos Aires. After her abduction on 07.05.1977, she stood under the supervision of the Air force and the Navy, and was also kept captive in the notorious camp called ESMA. In her book, the author takes the testimonies of survivors of both sexes, held in camps of the various forces of repression – navy, army, air force, police –, as the basis for her analysis and she intertwines these with her own experiences as a prisoner ("Pilar Calveiro: 362"). This polyphonic text suggests a form of collective writing, since personal experiences and reflections are presented in conjunction with the experiences and reflections of other former interned. This technique enables her to perform a balancing act between solidarity and some degree of distance at the same time.

Close to experience, but detached enough to be able to enunciate, Pilar Calveiro reflects on power, taking as starting point the works of Hannah Arendt *Elemente und Ursprünge totaler Herrschaft* and Tzvetan Todorov *Facing the extreme: moral life in the concentration camps*. The crucial motivation for writing, the “writing back-moment” of this text consists in raising to speak and saying what happened in that reality parallel to the lives of most Argentines and disobeying the order of silence on the survivors.

If someone who fled from a concentration camp is already suspicious, the survivor is a thousand times more. Her/his resistance, dexterity with which he/she tricked or deceived his/her tormentors, the acts of solidarity, all this does not count. Society wants to understand why he/she has survived, and he/she can not explain it, so that he/she is almost automatically condemned to exclusion, and her/his life becomes a visible proof of her/his guilt, whatever it may be (CALVEIRO [1998] 2008, p. 160).

With the illustration of how unthinkable the tight-rope act of survival was in the camp, Pilar Calveiro makes clear how unfounded the placative stamp of treason is, with which survivors have been stigmatized. From a temporal distance it becomes clear how useful this suspicion was to the community. This generalization has the effect of a protective shield, which distracts attention away from the question of how the individual behavior during the dictatorship has contributed to its establishment and legitimization. The subjectivity of the narrative resides in the matter-of-fact prose of scientific papers, but at the same time her very personal voice and her distinctive style becomes increasingly perceptible. She calls on the implicit reader to deal with the concrete experience of the camp and with the torment suffered by the *Desaparecidos*. “It is important to know what is done to a person, in order to understand how she/he is terrorized and processed. The terror belongs to a different register than fear” (CALVEIRO, [1998] 2008, p. 65).

Acceptance for socially caused and suffered pain is a matter of empathy, which is often repelled by psychological defense, a defense that raises immediately in front of pain. This resistance is like an impenetrable cover coat on the emotional level, especially with regard to torture. That is why a sober confrontation, beyond voyeurism or trivialization, seems to be a first step on the way to sincerely listen to the torture victims. Pilar Calveiro makes a contribution in this sense, when she invites the implicit reader explicitly to deal with pain. She succeeds in creating a scenario with striking factual and almost dissecting words that the reader can enter in order to practice compassion and empathy. Following sentences are the closest narration of violence in her book:

When you sit and read, terror is only a concept vaguely associated with a kind of great fear, perhaps with a cinematographic work, but it is enough to choose one of these techniques, one that you personally consider to be the

most tolerable, and to imagine how it feels on your own body, when you feel it, boundless and unlimited, always and endlessly, to have an approximate idea of how terror is generated. Endless means in the truest sense without end, to death or to an arbitrary end, to which one has no influence (CALVEIRO, [1998] 2008, p. 65).

This offer should not be confused with the attempt to make pain under torture comprehensible in any form. Rather more, she creates a space of intimacy to verify the limits of communication, the interiority of a not shared experience. I would like to quote Jean Améry's essay of the year 1966, "Die Tortur", where he affirms description of pain was aporia:

It would be out of sense wishing to describe here the pain inflicted on me. Was it "like a glowing iron in my shoulders," and was this "like a dull wooden pile pushed into the back of my head?" - a comparison would only stand for the other, and in the end we would be brought in the hopeless carousel of the parable. The pain was that what it was (AMÉRY, [1966] 2008, p. 63, german original).

The humiliating practices women and men had to endure, however, are written down in this text with clear words, and both men and women are quoted equally often. Nevertheless, this book has its main focus on the deconstruction of binary thinking as a fundamental factor in the structure and function of the camp, and in the segregation of survivors. Calveiro's narration, however, has a prominent omission in regard to memory: there are no clear moments of *réécriture féminine*. From today's point of view, seems obvious that in the torture camps the repressive staff was essentially male, as well as the systematic use of gender-specific torture practices. Facing thousands of dead young people, lost friends and comrades, and in view of the immense significance of the loss, there was probably no space in 1998 for complaining about a specific pain of women.

The readership will not find out if Pilar Calveiro, the wife of a high-ranking officer of the Guerilla Montoneros living in exile, and the mother of two daughters, experienced herself any of the crimes systematically committed on women. By 1998 it may have been too painful, too personal or even too problematic to write from the clear personal perspective of a woman.

B. on Maria Teresa Andruetto's "La mujer en cuestión"

In the novel about Eva Mondino, roll-assignments to this formerly persecuted woman focus on the personal participation of the civilian population in the crimes of repression. Societal voices are made here into central actors and they provide insights into the intersubjective level in which the discourses accompanying the dictatorship and afterwards are transported. Particularly with regard to the discrimination of the survivors, this text also writes back against long lasting discursive stereotypes after dictatorship. Survival itself

necessarily makes survivors suspect, for the shadow of treason hangs over them. As Andruetto explained in an interview, she herself attaches substantial importance to her own experience in that time and particularly, to the experience of Inner exile.

Inner exile or rioplatense: "insilio" is at the same time a predicament and a strategy of survival which, according to Andruetto, should not be generalized to a social condition of anyone in Argentina. Much more, the situation of insilio affected only regime opponents, that is, persons who were aware that they were threatened by their oppositional attitude to the regime, and who were about to lose everything, emotionally and financially. For reasons of fear, selfishness, expediency, or consensus, the majority of the population contributed to the existence of the dictatorship and did it subtly or openly. To the theme complex of inner exile, Andruetto counts, beside reclusion and solitude, also the fear of denunciation. Inner exile means a kind of self-chosen captivity that also describes the situation of survivors even in democracy. Inner exile and ostracism are the conditions in which Eva Mondino, Andruetto's main figure, lives in.

Andruetto's composes her text in the genre of report, a remarkable and symptomatic decision with a clear intention. It suggests emotional reserve and impartiality, which opposes to sentimentality and glorification of heroic times (something which is attributed to the generation of the revolutionary Seventy's). So it distances to the social place of the stories of the survivors and their labeling of being raw or even sensationalist. Not least influential people in academic circles (such as Beatriz Sarlo in *Tiempo pasado*) charged *Testimonios* and, in general, the publications of life stories about the period of repression, to serve remembering, but not historical reflection. Therefore, the decision for a report with its apparent soberness is a successful strategic move to override the human defense against suffering and open up all sympathetic channels to address the main figure. In addition, the novel corresponds formally to the series of detective narrations and novels, which are characteristic for the struggle against the crimes of the dictatorship, especially treating the question of the whereabouts of *Desaparecidos* and their children. An even at an idiomatic level, the report uses impersonal words and terms, typical of the genre, which have the weight of "general truth" and allow to recognize what are the "most normal" thoughts of people about someone like Eva.

The rapporteur is to provide a representation as objective as possible of the material and spiritual life of Eve, a version "as authentic as possible [...] and the truth as close as possible [...]. This is the main problem: to find out who this woman is and who she was in the different stages of her life" (p. 27). But the main figure itself, unrestrictedly at the center of

the narrative, is a mystery that should be aroused but not understood. Written with the typical distance which characterizes the genre, different persons report about Eva, but they all provide little more than an outline of the main figure. Eva's story stays for the generation of the Seventies. Born in 1952 as the daughter of a German Jewess from Mainz and an Italian Catholic, she is a pregnant psychopedagogue who, looking for her missing partner Aldo Banegas, will be dragged to Córdoba's concentration camp "Campo de La Ribera" in 1976. Eva survives a one-year-long imprisonment in camps where she gives birth to Aldo's son. After her release, Eva grows lonely until she became acquainted with Guillermo Rodríguez in 1979 and married shortly thereafter. It goes on for some time until she realizes that Rodríguez, a seducer and later a successful careerist, knows all about her stay in the torture camp and is very likely a "quebrado", a broken prisoner that helped repression. It was only with the advent of democracy that Eva dared to divorce in 1984, and since then has never been able to make a firm commitment again, she has a retired life on the countryside and she contests with great difficulty her livelihood surrounded by a handful of beloved people.

In the report on Eva, violence lies precisely in the enduring discursive violence of her environment even after imprisonment during the dictatorship. Already at the beginning, the character Pacha, who clearly confesses to be Eva's friend, warns the rapporteur on how futile the search for objectivity is: "People tell you all sorts of things, do not you know? According to what they told during the dictatorship, it does not matter if they now claim that she sleeps with Juan or Pablo" (p. 26).

The narrative invariably calls a multi-layered, intersectional reference network in which the political commitment of a rebellious woman of Jewish origin was punished with rape (she saw that he was "a young, slender man, a normal type"), torture (the burns inflicted on her arms and breasts, 81) and imprisonment, but also with the life-long pain of the stolen motherhood:

Of all the evils that happen to Eva in life, and this does not seem to be a little, what is most painful, as many witnesses testify, is to have a child, and neither to know where it is, nor whether it is still alive at all (p. 81).

The narrative strategy of report, formally characterized by a permanent interruption of the discursive flow by quoting figurative talks and contrasting different observer perspectives, changes in the places where Eva speaks herself (p. 81-85 and p. 105-106). Eva Mondino's words lead to an emotional turn in the narrative when she talks about her abduction, the betrayal, and the stay in the camp and also when she describes the birth of her child and "breaks" with every soberness. She opens the rapporteur torture by dry waterboarding, and her deepest embarrassment about testimony under torture. This passages are set in dramatic

fashion and, through the direct speech and the breaking of emotionality, the impression of immediacy and presence arouses in the flow of the narrative, which has hitherto been essentially reshaped.

Of course I got it, and it's Aldo's son, of course he is that" ... and that she lived in that place "without a calendar, without a watch, without light or sun" she knew that "it was a boy because I had it on my body for a moment until the umbilical cord was cut through, and then they took him away from me... And I heard him scream, I'm sure, but they told me he was dead, and from then on I know nothing more (p. 82).

[...] I do not know, no one has given it to me, neither alive nor dead, they have taken it away from me and carried it away, and I have never seen him or heard anything from him until now, to what you tell me... (p. 83).

Eve's words are a body narrative, a synaesthetic evocation in which Eve's skin and the child's fuse, the hearing and the scream become one and trace and hinge point for the starting point of a memory of those orphaned, dispossessed, disarmed bodies. To be able to assess a biography in order to be able to assess a life is a rather suspicious undertaking, for the painful experiences of the survivors can only remain an outline for the horizon of any reader.

Fernando Reati (2006) summed up the opposite relationship that characterizes this narrative: "As few we learn about Eva is inversely proportional to the many things that are revealed to us about the Argentine society in which the tragedy took place". Unsurpassed sharp, Andruetto outlines in street gossip on Eva Mondino the power of discourse.

8. FINAL CONSIDERATIONS

Following the logic of the Cold War, thousands became victims of social violence in many Latin American societies. The search for truth and justice for these thousands is today still on the agenda of many countries of Latin-America. In the fight against the concealment of injustice, women in Argentina have assumed a special position and have been key actors in the human rights movement for more than 35 years.

Today we see a new dimension of the human rights movement in the emerging transcontinental movement #NiUnaMenos. We all know very well, that the battle for nonviolence against the "other", a female or feminized body, is also one battle women give from the most diverse fields of activity. Literature – and literature studies – are not standing here, nor could they stand, on the other side of the road.

Returning to the beginning, the subalternized subject today struggles to be heard – any process of de-colonialization of our societies still necessarily requires to hear and to respect the autonomy of female and travestied subjects: the nearest exercise on equality and de-colonialization, a non-violent battle, but one that is becoming less and less silent.

9. REFERENCES

ANDÚJAR, Andrea et al. *Historia, género y política en los '70*, Buenos Aires, 2005.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. Die souveräne Macht und das nackte Leben*, Frankfurt a. M. 2002.

BACCI, Claudia. “... y nadie quería saber”. *Relatos sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina*, Buenos Aires, 2012.

BALARDINI, Lorena. *Violencia de género y abusos sexuales en los centros clandestinos de detención. Un aporte a la comprensión de la experiencia argentina*, in: *Hacer justicia. Nuevos debates sobre el juzgamiento de crímenes de lesa humanidad en Argentina*, ed. Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS)/Centro Internacional para la Justicia Transicional (ICTJ), Buenos Aires, 2011, p. 167-226.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. *Sprache, Politik, Zugehörigkeit*, Zürich 2007.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición. Los campos de concentración en Argentina*, 6. ed., Buenos Aires, 2008 [1998].

CALVEIRO, Pilar. *Formas y sentidos de lo represivo entre dictadura y democracia*, in: *Hacer justicia. Nuevos debates sobre el juzgamiento de crímenes de lesa humanidad en Argentina*, hg. von CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS)/CENTRO INTERNACIONAL PARA LA JUSTICIA TRANSICIONAL (ICTJ), Buenos Aires, p. 111-142, 2010.

CARABAJAL, MARIANA, “Las mujeres nunca han sufrido tanta violencia doméstica como en la Modernidad” [Interview mit Rita Segato], en: *Página/12* de 08/02/2010, <http://www.pagina12.com.ar/diario/dialogos/21-139835-2010-02-08.html>, 03/03/2015.

Cooperativa La Vaca Mu (2017) #NiUnaMenos: Un grito del luto al verde, en: *Mu* de 4/06/2017, 30.06.2017.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; CORREAL, Diana; MUÑOZ, Karina. *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.

FEIERSTEIN, Daniel. *Los desafíos de la lucha contra la impunidad hoy*, cp. <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-312299-2016-10-21.html>, 25/04/2017.

FEMICIDE IS A GLOBAL PROBLEM, s. <http://acuns.org/femicide-a-global-problem/>, 25.04.2017.

GATTI, Gabriel. *Identidades desaparecidas. Peleas por el sentido en los mundos de la desaparición forzada*, Buenos Aires, 2012.

GERLACH, Christian. *Extremely Violent Societies: Mass Violence in the Twentieth-Century World*. Cambridge University Press, 2010.

HANTSCHE, Nicole. Diskriminierung und Straflosigkeit in Guatemala – Verbrechen ohne Sühne, in: Gesellschaft für bedrohte Völker. Der Blog. Für Menschenrechte. Weltweit, <https://gfbvberlin.wordpress.com/2010/10/30/diskriminierung-und-strafllosigkeit-in-guatemala-verbrehen-ohne-suhne/>, 25.04.2017.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Duke University Press Books, 2003.

NI UNA MENOS, s. http://niunamenos.com.ar/?page_id=167, 25/04/2017.

NI UNA MENOS, Declaración del 3 de junio de 2015, s. http://s1000050.ferozo.com/wp-content/uploads/2015/06/documento_OK-1-1.pdf, 25/04/2017.

PÁGINA 12. “La cifra de los femicidios”, cp. <http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/subnotas/312001-79419-2016-10-18.html>, 25/04/2017.

PÁGINA 12. Ni una Menos. El documento de las organizaciones que convocaron a la marcha contra el femicidio, 3/06/2017, en <https://www.pagina12.com.ar/41947-ni-una-menos>, 30/06/2017.

POONAL – Pool de Nuevas Agencias de América Latina. Voló una mariposa – Abschied von Lohana Berkins. Berlin, 8.02.2016, <https://www.npla.de/poonal/volo-una-mariposa-abschied-von-lohana-berkins/>, 30.06.2017.

REATI, Fernando. “Historias de amores prohibidos: prisioneras y torturadores en el imaginario argentino de la posdictadura”, in: *Ínsula. Revista de Letras y Ciencias Humanas*, 711 (2006): Letras argentinas. Un nuevo comienzo. Novela y cuento, p. 27-31.

SEGATO, Rita Laura. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: Quijano, Aníbal y Julio Mejía Navarrete (eds.): *La Cuestión Descolonial*. Lima: Universidad Ricardo Palma - Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder, 2012. http://nigs.paginas.ufsc.br/files/2012/09/genero_y_colonialidad_en_busca_de_claves_de_lectura_y_de_un_vocabulario_estrategico_descolonial__ritasegato.pdf, 25/04/2017.

SPIVAK, Gayatri. Subaltern Talk: Interview with the Editors (1993-94), in: *The Spivak Reader. Selected Works of Gayatri Chakravorty Spivak*, hg. von DONNA LANDRY/GERALD MACLEAN London 1996, S. 287-309.

SPIVAK, Gayatri. *Can the Subaltern Speak? Postkolonialität und subalterne Artikulation*, aus dem Engl. von ALEXANDER JOSKOWICZ/STEFAN NOWOTNY, Wien [1988] 2007.

Recebido em 27/09/2017.

Aceito em 23/11/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.134208

ISSN: 1676-6288

**FLORESCER E MURCHAR DOS LARANJAIS: REFORMA E
CONTRARREFORMA AGRÁRIA NUMA FAZENDA PERUANA (1958-2005)**

**BLOOM AND WITHER OF THE ORANGE TREES: REFORM AND AGAINST
AGRARIAN REFORM IN A PERUVIAN FARM (1958-2005)**

*Vanderlei Vazelesk Ribeiro*¹

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Neste trabalho discutiremos a formação da Fazenda Huando em Huaral Peru, a luta do sindicato campestre pela realização de uma reforma agrária no início dos anos 1970 e as dificuldades da cooperativa de produção ali formada. Também, avaliaremos o processo de parcelação das terras e sua reconcentração, que neste momento segue em marcha acelerada.

Palavras-chave: Reforma Agrária; sindicatos campestres; Fazenda Huando.

Abstract: In this work is discussed the formation of Huando Farm in Hural, Peru; the struggle of the peasant syndicate for the making of an agrarian reform in the first years of the 1970's and the there founded cooperative's hardship. It is also evaluated the land division process and its reconcentration, which at this point runs rapidly.

Keywords: Agrarian Reform; Peasant Syndicate; Huando Farm.

1. INTRODUÇÃO

“Os pobres descendem dos Incas, os muito pobres dos povos pré-incaicos, os ricos dos espanhóis e os muito ricos dos aviões. Sua pátria é o dinheiro”.

Zózimo Torres, dirigente sindical da Fazenda Huando e de sua cooperativa, organizada depois da reforma agrária (BURENIUS, 2001).

Analisar processos históricos de ampla magnitude deixa muitas vezes o pesquisador com a impressão de que está sempre num balão, realizando um voo panorâmico em torno de seu objeto. O autor destas linhas tem-se dedicado a quase uma década ao estudo da Reforma e contrarreforma agrária peruana, que se desenvolveu entre as décadas de sessenta e noventa do século passado. Processos iniciados a partir da emergência de importantes movimentos campestres, como a histórica greve insurrecional liderada por Hugo Blanco em La Convención em 1962, que ganhou impulso a partir da lei de reforma agrária aprovada num resistente congresso em 1964, decolando em 1969, sob o influxo dos tanques de guerra do general Velasco Alvarado,

¹ Professor Doutor junto à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. E-mail: vazelesk@uol.com.br.

que, numa atitude raríssima em “Nuestra América”, conquistavam fazendas a partir do decreto-lei nº 17.716, promulgado neste ano.

A reforma foi extremamente bem-sucedida do ponto de vista quantitativo: em sete anos, nove milhões de hectares foram transferidos a trezentos e setenta mil famílias e quinze mil propriedades viram-se afetadas (ÁGUILA, 2010, p. 5). Entretanto, seus resultados seriam extremamente contraditórios: rompeu relações seculares de dependência dos camponeses face aos terratenentes, promovendo o deslocamento do eixo de poder no meio rural, mas ao mesmo tempo não significou o salto de quantidade e qualidade na produção que dela se esperava. Representou, em princípio, maior autonomia para o camponês, mas quando este se viu a braços com um mercado que não controlava, as dificuldades foram imensas (RIBEIRO, 2014a, p. 265; MEJÍA, 1990, p. 37). Nos anos 1990, em plena emergência da ditadura fujimorista, o processo, que já perdera estímulo desde a volta de Fernando Belaúnde Terry ao poder em 1980,² sofreu seu golpe definitivo, com a permissão da venda de terras em área reformada a partir de 1991, e em 1995, quando se reorganizou o mercado de terras.

Se o olhar sobre o nacional nos deixa a impressão do sobrevoo, neste trabalho buscaremos colocar os pés na terra: vamos observar um processo de reforma e contrarreforma numa fazenda: Huando. Avaliar o micro como tantos autores já fizeram, desde Carlo Ginzburg (1987) em seu clássico, “O Queijo e os Vermes”, possibilita aprofundar um pouco reflexões já esboçadas em outros trabalhos. Sem o brilhantismo do historiador italiano, o que pretendemos fazer, é uma discussão a respeito da luta em torno da fazenda Huando, localizada na cidade de Huaral, província do mesmo nome³, departamento de Lima, na costa norte peruana. Podemos, neste trabalho, perceber Huando como um ponto importante de observação das esperanças em torno da luta por reforma agrária no Peru, do florescimento desta esperança, quando da ascensão do governo militar do general Velasco Alvarado, em 1968, e das expectativas em torno da organização da cooperativa em 1972-1973. Posteriormente, vemos as dificuldades crescentes da cooperativa, a ponto de, para a maioria dos cultivadores, parecerem incontornáveis a partir dos anos de Fujimori, levando-os a parcelar as terras da cooperativa. Ainda poderemos observar o depois da parcelação, quando os dois grupos estarão a postos na reivindicação de seu passado, os que apostaram na conservação de

² Fernando Belaunde Terry foi eleito pela primeira vez em 1963, e em seu governo foi aprovada a lei de reforma agrária no parlamento. Foi deposto em 1968, no golpe militar desfechado por Velasco Alvarado (COTLER, 2006, p. 257).

³ A província de Huaral se chamou Chancay até 1976.

um trabalho coletivo e aqueles que foram pelo caminho individualista. Optamos pelos marcos temporais de 1958, por ser o momento da formação do sindicato dos trabalhadores da fazenda Huando, e 2005, por marcar a transferência de boa parte das terras à empresa Santa Patrícia. Entretanto, teremos de recuar bastante no tempo para poder desenvolver uma análise mais acurada a respeito deste processo.

Este trabalho está apoiado nas memórias de Zózimo Torres, histórico sindicalista que, originalmente ligado ao APRA, passou para as fileiras comunistas, sendo muito influente na luta por reforma e nos primeiros anos de vigência da cooperativa. Também nos apoiaremos nas reflexões de Juan Alberto Rocha Águila, que escreveu uma dissertação de licenciatura para a Pontifícia Universidad Católica do Peru, calcada em entrevistas realizadas com parceiros e sindicalistas, mais de quinze anos após a parcelação. Neste trabalho, vamos lançar nossas lentes sobre este ponto do processo de reforma e contrarreforma agrária no Peru, a fim de perceber os efeitos locais destes acontecimentos. Como nos lembra Alejandra Salomón em seu livro intitulado “Peronismo em Clave Rural y Local”, é fundamental perceber como os acontecimentos de corte nacional interagem com os aspectos do cotidiano nos níveis do “Pueblo”, aqui entendido como cidade ou povoado. Portanto, vamos a Huaral, mais exatamente para a fazenda Huando, que por cinco gerações pertenceu à família Graña, passou pelas mãos dos trabalhadores e hoje, em grande parte, está com o grupo Romero, sob o nome Santa Patrícia.

2. DA CONSTRUÇÃO À REFORMA AGRÁRIA: CAMINHOS DE UMA FAZENDA (1820-1969)

“Tenho sangue negro! Não me falem mal do clube Alianza Lima!”.

Fernando Graña, um dos proprietários de Huando no momento da reforma agrária (*apud* BURENIUS, 2001, p. 53).

A costa norte do Peru, ainda que tenha desenvolvido culturas que deixaram importantes marcas arqueológicas na região, só foi conquistada pelo império Inca poucas décadas antes da invasão espanhola, consolidada a partir de 1532. Não por acaso, Marina Zuluaga Rada observa que a conquista desta zona pode ser dita como negociada, já que muitos que ali viviam ainda não se sentiam parte efetiva do império incaico, percebendo no conquistador um aliado (RADA, 2012, p. 32).

O processo de conquista acompanhou a doação de mercês (grandes extensões de terras) e principalmente a cessão dos índios locais em *encomienda*, ou seja, trabalhariam para os fazendeiros, teoricamente, em troca de receberem a fé católica (ÁGUILA, 2008, p. 25). As populações indígenas locais podiam, em tese, manter-se em suas comunidades, desde que trabalhassem nas novas plantações. Além do cultivo de bens já existentes na região, os europeus introduziram o açúcar, a uva, o gado bovino, mais tarde e, bem mais tarde, o algodão. A população indígena, como na costa brasileira, sofreu importante mortandade, seja por guerras, seja por doenças, e os espanhóis introduziram rapidamente os escravos africanos na região.

A fazenda Huando tem origem duvidosa: sabe-se que pode ter sido uma mercê doada a Hernando Acunha, mas há a hipótese de que tenha sido uma parte comprada aos indígenas, a partir de 1560, sendo a outra “comprada” aos índios por Hernán González, a partir de 1595, passando para María Villarroel, esposa de Pedro Santillana.⁴

O que se tem como certo é que, em 1820, Andrés de los Reyes, por ditos serviços prestados à causa independentista, recebeu de San Martín, o caudilho argentino, que operava no Peru, a grande extensão de terras. Sua filha e herdeira, Andrea de los Reyes de la Gacha, recebeu as terras e se casou com Valdo Graña. Daí nasceram nove filhos e, um deles Antonio Graña de los Reyes herdou Huando.

A memória da família Graña e mesmo a dos trabalhadores mostram este potentado como um pioneiro. Durante seu domínio na região este gamonal, nome que os peruanos atribuem a um megaproprietário local, que une poder político e econômico, atuou na eletrificação de Huaral, na construção de estradas e aperfeiçoando o abastecimento de água, durante a ditadura de Augusto B. Leguía (1919-1930).

Com sua morte, assume a fazenda o filho Carlos, lembrando-se sempre que a família tinha negócios em várias zonas da costa peruana. Carlos vende suas ações a Antonio e Fernando Graña.

A partir de sua administração em fins da década de 30, implantaram as famosas laranjas Washington Navel, mais conhecidas como Huando. As laranjas sem semente foram trazidas pelo pai, Dom Antonio Reyes, mas o cultivo passa a ser feito em Huando de forma sistematizada pelos dois filhos, Antonio e Fernando. De acordo com Águila (2008), neste momento a costa peruana começa a sofrer modificações importantes. Anteriormente os fazendeiros arrendavam suas terras, e muitos japoneses se fizeram

⁴ Rocha Águila utiliza a expressão comprar terras aos índios (ÁGUILA, 2008, p. 29). O autor não esclarece como teria sido esta compra.

cargo delas. Por outro lado, os *yanacunas*, camponeses que tinham acesso à terra, em troca de prestação de serviços, começaram a ser substituídos pelos fazendeiros que queriam ter a condução direta de suas propriedades. Isso se tornou mais intenso a partir da lei de *yanaconage* em 1947, quando os *yanacunas* teriam a perspectiva de passar a ter o direito à propriedade das terras que cultivavam depois de certo número de anos.

No norte peruano, especialmente a partir da segunda guerra mundial, os fazendeiros se interessavam mais pela condução direta, face ao florescimento dos preços das commodities no mercado mundial, em virtude do conflito planetário. Isso, aliás, ocorreu em outros países latino-americanos, como a Argentina, onde os arrendatários *pampeanos* perdiam o acesso à terra, já que os fazendeiros queriam trocar a produção de cereais pela criação de gado para exportação (RIBEIRO, 2008, p. 137).

Em Huando não foi diferente, e os irmãos Graña passaram a oferecer a seus *yanacunas* terras em lugares distantes como Meio Mundo e, no limite, os expulsavam da fazenda. As laranjas de Huando frutificavam e os lucros, não apenas com o mercado interno, mas também com a exportação para os EUA e Europa, mostravam o caminho da prosperidade para os fazendeiros.

O Peru foi muito marcado por conflitos agrários durante o século XX na costa, serra e selva. Entretanto, mesmo as memórias produzidas por sindicalistas não destacam este tema. Não encontramos nas obras por nós analisadas referências a conflitos com a família Graña, durante a expansão dos cultivos de cítricos, seja na luta pela terra, seja em relação ao trabalho, a não ser na referência a expulsão de *yanacunas*. Talvez isso se deva ao fato de que, como nos lembra Rocha Águila, os *yanacunas* não eram bem vistos pelos trabalhadores contratados. Os viam como gente muito ligada ao patrão, que se considerava superior aos trabalhadores do campo e eram sentidos como muito rigorosos em seu tratamento. Desta forma o que se passasse com os *yanacunas* não era visto com tanto incômodo pelos trabalhadores.

Huando era uma fazenda muito conhecida não só pelos laranjais, mas pelos cavalos de corrida, pelos touros de D. Fernando e pelos galos de briga da fazenda. Antes da laranja tinha produzido algodão, mas agora, em plena década de 1950, as laranjas faziam a fortuna da terra. Zózimo Torres recorda que trabalhar em Huando era um sonho. Ele chegou lá em 1956.

Não é nosso objetivo reconstruir a biografia do dirigente sindical. Basta dizer que era órfão de pai e mãe, desde tenra idade, que passou trabalhando desde criança de fazenda em fazenda e que, na década de 1940, durante o governo do presidente Luiz

Bustamante (1945-1948), teve contatos com as lideranças apristas. O partido do lendário Victor Raúl Haya de La Torre levantara a bandeira de uma profunda reforma agrária já na década de 1920, e participara das eleições de 1931, e de uma insurreição frustrada em 1932. Embora ilegal, a Alianza Popular Revolucionária Americana, ou mais simplesmente, o APRA, será o punho serrado de um nacionalismo de esquerda peruano, que terá implantação na organização de sindicatos desde a década de 1920 até o início dos anos 1960, ainda que sofresse vigorosa repressão das autoridades.

Para Torres, conhecer os apristas foi aprender outro abecedário e mergulhar na compreensão da história de seu país. Assim, quando chega a Huando, já passara por um processo de politização. E chegara em 1956, quando os apristas voltaram à legalidade no esquema da Convivência, ou seja, uma relação mais cordata com a oligarquia peruana (RIBEIRO, 2014a, p. 267).

Deste modo, em 1958, Torres e companheiros como Pedro Rojas e Erasmo Paulino fundam o sindicato de trabalhadores. Zózimo torna-se secretário-geral em 1959 e começam as reivindicações. As memórias sobre este período são divergentes: há trabalhadores que afirmam, em entrevistas à Águila, que em Huando se pagava mais que nas outras fazendas da região, sendo os fazendeiros os responsáveis por isso. Já Zózimo e outros sindicalistas recordam que as condições só melhoraram a partir da luta sindical. O sindicato, aliás, só foi reconhecido em 1962 pela fazenda. Isso não evitava pressões: dar aos sindicalizados os trabalhos mais pesados, favorecer aos não sindicalizados com presentes ou melhorias. Desta época, se destaca o paternalismo como os trabalhos sociais dos patrões, o esforço em mostrar que se podiam conseguir melhoras sem mobilizações, bastando ser leal ao patrão. Daí os direitos como férias e salário-família, serem mostrados e recordados como uma dádiva.

Torres recorda, entretanto, que a partir da intervenção do sindicato, a relação entre o camponês e os proprietários deixou de ser de fiéis tementes a um ser todo poderoso. Lembra, inclusive, que acertada a pauta de reivindicações, patrões e sindicalistas costumavam almoçar juntos. D. Fernando, inclusive, doou muitos livros para a biblioteca do sindicato criada em 1963. A situação, porém, mudaria radicalmente.

A década de 1960 no Peru foi bastante movimentada no plano agrário. Em 1960 a Comissão para Reforma Agrária e Vivenda, após quatro anos de trabalho, publica sua proposta de reforma, preservando complexos agroindustriais. Isso já era uma resposta à crescente movimentação camponesa. Apristas organizavam greves na costa e

articulavam sua Federación Nacional de Campesinos Del Perú.⁵ Enquanto isso, nas zonas serranas, os dirigentes comunistas articulavam a recuperação de terras que as antigas comunidades tinham perdido para as fazendas pecuaristas e, em 1962, a ala maoísta passaria a controlar a Confederación Campesina Del Perú (RIBEIRO, 2014b, p. 45).

Neste mesmo ano, as atenções nacionais e internacionais foram atraídas para a épica luta liderada pelo jovem trotskista Hugo Blanco, na Província de La Convención, departamento de Cuzco. Uma greve de nove meses, onde os arrendatários se recusaram a trabalhar para os patrões, mas o faziam para si mesmos significou, na prática, a reforma agrária na região. Em Pasco, na mesma época, Elías Tácuna, um dirigente do PARA, rompia com o partido para liderar a recuperação de terras tomadas à comunidade pela companhia mineradora Cerro de Pasco.

Em junho de 1962, o setor castrense desfechou um golpe de Estado para evitar a vitória de Haya de La Torre nas eleições presidenciais: tanto Haya como as forças armadas tinham mudado; o primeiro tornara-se eminentemente conservador. Zózimo, mesmo, recorda que pouco depois deixou o aprismo pelo PC peruano, pois o discurso não enfocava mais a reforma agrária e o fim da exploração dos trabalhadores pelos terratenentes, mas sim o desenvolvimento (BURENIUS, 2001, p. 213). Os setores castrenses progressistas viam na reforma agrária dois objetivos: desenvolver economicamente o país, criando um amplo mercado interno, e inocular no campesinato a vacina contra a revolução, mostrando-lhe que sem ela poderiam alcançar a propriedade da terra (MEDRANO, 2008, p. 78).

Não por acaso, após o golpe do general Pérez Godoy, os militares legalizaram o que fora feito em La Convención e prepararam as bases de uma lei de reforma agrária a ser aprovada depois das novas eleições. Em 1964, o congresso aprova uma lei que estabelecia quarenta trâmites entre a desapropriação e a adjudicação de terras aos camponeses. Mas a reforma agrária não era mais subversiva.

Os militares perceberam o efeito vacinal da reforma em 1965. Luiz de La Puente, antigo aprista, líder do Movimiento de Izquierda Revolucionaria, quis fazer de la Convención, sua sierra Maestra. Ali, onde a reforma já estava feita, o guerrilheiro teria muito pouco apoio. Provavelmente por isso, nove meses depois de empalmar o poder em 1968, os militares desencadearam um dos mais importantes processos de

⁵ De acordo com autores que temos avaliado o congresso inaugural da entidade foi em 1962 (SALGADO, 1989, p. 6). Entretanto, Torres sustenta ter sido em 1960.

reforma agrária no continente. Se o movimento camponês estava dividido e desmobilizado em 1969, nada garantia que continuaria deste modo. A fazenda Huando se tornaria, nos meses seguintes, um cenário desta luta.

3. HUANDO: DA REFORMA À CONTRARREFORMA 1969-1992

“Faltou unidade de classe. Cada um achou que tinha um general amigo e nada ia passar com ele”.

Luiz Gamarra Otero, presidente da Sociedade Nacional Agraria antes da reforma agrária (OTERO, 2007, p. 145).

Quando o Decreto nº 17.716 foi promulgado em junho de 1969, ainda que bastante assustados pelo impacto do mesmo, materializado na presença de tanques de guerra nas porteiças do histórico Engenho Casa Grande, símbolo da oligarquia açucareira peruana, os irmãos Antonio e Fernando aparentemente não tinham o que temer. Sua fazenda Huando estava bem administrada, produzindo e gerando lucro. O sindicato podia ser um incômodo, mas já se haviam acostumado com ele. O filho Tony, de Antonio, participara mesmo na última reunião com os sindicalistas, pois se preparava para assumir o comando da fazenda. Além do mais, tinham o general Artola, no ministério do interior, que parecia ser um porto seguro. De todo modo os irmãos, que aliás não se entendiam tão bem assim (cada um tinha sua equipe e sua faixa de terra), decidiram utilizar um dispositivo previsto no Decreto: a parcelação por iniciativa privada. Este dispositivo fora concebido como uma forma de o setor privado auxiliar na reforma, pelo menos era esta sua justificativa. Contudo, o que se fez em Huando e em várias fazendas do departamento de Lima, foi uma parcelação de fachada, como aliás já se fizera na argentina peronista, poucos meses antes da posse de Perón em 1946.

Em outubro, solicitou-se à direção de reforma agrária a autorização para parcelar a propriedade em quarenta e oito lotes. Metade dela ficaria com membros da família e a outra seria dividida entre empregados de escritório, investidores de Lima e alguns camponeses, considerados leais. Aliás, estes camponeses sobreviveram como pequenos proprietários à reforma agrária e, ainda na primeira década do século XXI, orgulhavam-se de suas relações com o patrão (ÁGUILA, 2010, p. 6).

Para os trabalhadores não beneficiados pela parcelação, aquele era o pior dos mundos. Com o sindicato, ou mesmo antes dele, estavam acostumados a ter direitos:

férias, posto médico, seguro social. Agora, se trabalhavam para parceiros, era como trabalhar para “*hacendados en chiquito*”, sentindo o peso da exploração.

Analisando a parcelação, Rubio Marcial Corréa lembra que ela teve, do ponto de vista jurídico, irregularidades importantes. A ideia de dividir quatro lotes, prometendo subdividi-los, era totalmente ilegal e havia parcelas que ultrapassavam o mínimo inafetável na região de 150 hectares (CORRÉA, 1973, p. 126).

A reação do sindicato não se fez esperar: primeiro os memoriais à direção geral da reforma agrária, depois uma greve em janeiro de 1970. Entre outubro de 1970 e fevereiro de 1971, uma movimentação importante: além da greve, as passeatas, as idas a Lima, o acercamento ao palácio de governo, a conversa de Zózimo Torres com Velasco Alvarado. Além do mais, a presença de Hugo Blanco, recém-libertado da prisão, no natal da Criança Huandenha, com a participação de setores progressistas da Igreja Católica, o apoio dos estudantes da universidade agrária, dos jornalistas do diário expresso. Finalmente, em 4 de fevereiro, a anulação da parcelação no diário *El Peruano*.⁶ A luta não terminara. Depois da parcelação anulada, faltava a expropriação de Huando: em agosto nova greve e uma verdadeira batalha campal entre os favoráveis à reforma e os que defendiam os patrões, apoiados pela polícia. Antonio Grana e seus sequazes literalmente destruíram o local do sindicato, incendiando a biblioteca na busca de Zózimo Torres. Mas como diz Arturo Sánchez, que atuava ao lado dos patrões, foi uma vitória de Pirro: afinal, a expropriação de Huando saiu em 4 de abril de 1972. A ação descabeçada de Antonio pode ter contribuído: o irmão desde a Espanha afirmava que não aceitava o modo atrabiliário de Antonio. A família deixou a fazenda. Ninguém ficou empobrecido, Fernando foi morar em Miraflores, bairro chique de Lima, Antonio também cuidou seus bens. O filho Tony morreu acidentado pouco tempo depois.

Realizada a expropriação, Huando se transformaria em cooperativa a partir de 1972. Entre junho de 1972 e junho de 1973, a fazenda antiga seria administrada por um comitê especial e depois passou às mãos dos trabalhadores.

Muitos trabalhos são extremamente críticos do modelo cooperativo adotado pela reforma agrária peruana. Escrevendo no calor da hora, em artigo publicado originalmente em 1975, Eguren (1985) lembra que as cooperativas ficaram muito dependentes dos técnicos que diriam ao camponês o que, quando e como plantar. Bonfiglio (1985), recorda a dificuldade dos créditos principalmente a partir da segunda

⁶ Ao revisarmos as atas de reuniões do governo militar para o ano de 1971, são recorrentes as referências à luta dos camponeses de Huando. Ver por exemplo: *Acta Del 22 Enero Del 71*, p. 43.

metade dos anos 1970. Enrique Mayer ressaltava o fantasma que se apoderou dos camponeses durante os anos 1980, quando o risco de perder as terras para os bancos pareceu muito real. Um depoimento de Germán Gutiérrez, que muito se empenhara nas ocupações de terra do começo dos anos 70, expressa bem a condição em que se sentiam os cooperativados. “Minha cooperativa foi a primeira parcelar-se. Estávamos mal, tivemos perdas e vimos a cooperativa José Carlos Mariátegui ameaçada de leilão, e tivemos de nos mobilizar para impedir. Meu pai me influenciou. Um dia ele chegou e disse: ‘Está bonito teu milho. Me dá um pouco?’ Não posso. Preciso autorização. ‘Olhe, vocês são donos de tudo e de nada. Um dia chega o banco e toma o que vocês têm. Veja nossa situação, como pequenos proprietários.’ O banco não vai nos tomar a terra.”⁷

A referência, porém, que mais dialoga com as memórias dos huandenhos está presente no trabalho de Fernández de la Galla (1985). Todos os seus depoentes sublinham o pouco trabalho nas cooperativas. Os que mais trabalhavam seriam prejudicados, já que muitos não queriam dedicar-se. Zózimo Torres sublinha este fato. Foi secretário-geral entre 1973 e 1975, e afirma não ter facilitado tanto a vida dos que não se esforçavam. Entretanto, em seu período de gestão se observa algo que Mario Ginoccio, antigo gerente de uma cooperativa algodoeira em Piura sustentava: a cooperativa absorveu muito mais sócios do que poderia. Zózimo mesmo diz que aqueles que foram qualificados sem preencherem os pré-requisitos foram importantes depois tanto em sua destituição, como anos depois no processo de parcelação de Huando.

Zózimo ainda recorda a oposição aos projetos que os dirigentes da cooperativa sustentavam para desenvolver Huando: projetos de irrigação e para aperfeiçoar a produção de um estábulo leiteiro. "Opunham-se sem propor nada no lugar! Só por serem contra!", recorda o velho dirigente.

A cooperativa teria de pagar pela terra. De acordo com Zózimo, muitos acreditavam nas falas de dirigentes da Confederación Campesina Del Perú, no sentido de que não tinham de pagar pelas terras depois da reforma agrária.⁸ Outro ponto importante é o tema da saída de Zózimo da direção. Segundo ele, o fato de, ao trabalhar

⁷ MAYER, Enrique. *Cuentos Féos de la Reforma Agraria*. Lima: Iep, 2009, p. 215. Adaptação livre do autor.

⁸ De fato essa consigna existia desde o III congresso da CCP realizado em 1970. Mesmo após o racha na entidade liderado por Andrés Luna Vargas e os de Vanguarda Revolucionária, insistia-se no tema do não pagamento pela terra, já que se qualificava a reforma velasquista de burguesa. Argumentava-se que ou a terra pertencia à comunidade campesina e, portanto, fora tomada pelo proprietário, ou o camponês já tinha pago por ela após décadas de exploração (RIBEIRO, 2014b, p. 53).

como fiscal de balanças e apreender uma balança de uma comerciante do povoado, foi usado como pretexto para tirá-lo da secretaria-geral.

A partir de 1975, de acordo com Zózimo, a disciplina de trabalho relaxou-se rapidamente. De acordo com Rocha Águila, os promotores da Reforma Agrária sublinharam o fato de que os camponeses agora eram patrões. Muitos raciocinavam: se sou patrão, por que vou trabalhar duro? Imaginavam que o patrão não trabalhava, esquecendo o papel de coordenação das atividades. O relaxamento laboral devia estar sendo importante, já que em seu Plano de Ação, os dirigentes da Confederación Nacional Agraria, entidade criada em 1974, sob os auspícios do governo, lembravam que “é preciso convencer o irmão campesino que trabalhe oito horas por dia, pois do contrário os ex-terratenedores dirão que não podemos trabalhar a terra” (RIBEIRO, 2014, p. 262).

As memórias de Huando são recorrentes neste tema. Zózimo recorda: “Trabalhavam três dias completos e três meios dias. Havia muitos sábados. Um camponês saía às sete e às dez já dava por terminado o trabalho”.

Além da ideia de que o patrão não trabalhava, havia também a de se estar trabalhando para o Estado-patrão, como diriam os dirigentes da CCP. Desta maneira, fosse porque assimilava-se o fato de ser patrão à noção de não trabalho, fosse por acreditar-se que se trabalhava para um patrão ainda mais impessoal, o Estado, a indisciplina se expandia. A queda na produção foi inevitável. Das treze mil toneladas em 1970 baixou-se para seis mil e duzentas em 1972, seis mil e oitocentas no ano seguinte, chegando a 3 mil em 1977 e mil quatrocentos em 1983.

Com a queda da produção, não havia lucros a distribuir. Os sócios-trabalhadores buscaram então beneficiar-se dos serviços das cooperativas. De acordo com Zózimo, seu sucessor Pablo Falcón era extremamente pródigo em empréstimos. A cooperativa tinha médicos, dava remédios de graça, ônibus para levar os filhos dos sócios à escola, pagava-se jetons a dirigentes por comparecimento em assembleias, e empréstimos aos sócios, que jamais eram pagos. A situação se deteriorou, especialmente quando se realizaram empréstimos junto ao Interbank, além da dívida com o seguro social.

A partir da segunda metade da década de 1970, mudanças importantes ocorreriam no Peru, refletindo-se no sistema cooperativo e em Huando. Velasco Alvarado foi deposto por um golpe militar e o novo governo chefiado por Francisco Morales Bermúdez adotou uma linha mais ortodoxa numa economia sacudida primeiro pelo aumento dos juros decorrente dos choques do petróleo (a dívida peruana, como a

dos demais países latino-americanos, tinha juros pós-fixados), e, posteriormente, com a cobrança de empréstimos para obras como o projeto de irrigação “Chira-piura” e a compra de armas no exterior.

No plano agrário tentava-se cobrar a dívida das cooperativas e o crédito se restringia. Isso deixava o sistema cooperativo extremamente fragilizado e, a partir de 1980, a ideia de parcelar as áreas das cooperativas costeiras ganhou projeção.

O novo governo do velho presidente Fernando Belaúnde Terry, eleito em 1980, aprovou o Decreto Legislativo nº 2, de 1980. Era o início de uma contrarreforma agrária, não tão fulminante como a chilena, desencadeada face à ascensão do ditador Augusto Pinochet em 1973, mas de todo modo de consequências importantes no longo prazo: abertura da Amazônia a inversões estrangeiras, possibilidade de médios proprietários reivindicarem terras ditas abandonadas e, no caso das cooperativas, a autorização da parcelação de suas terras.

Na costa, o movimento de parcelação foi extremamente importante. Dirigentes buscaram retalhar a terra para esconder a corrupção nas cooperativas, muitos entenderam que era importante dividir para atuar de forma independente, mas em Huando o processo de parcelação seria muito posterior à onda dos anos 1980. Em 1985 fora formada, com apoio da Organización Nacional Agraria, entidade que congregava proprietários sobreviventes da reforma a Asociación Nacional de Parcelarios, visando evitar a anulação da parcelação, que tanto o apista Alán García, afinal vitorioso, como o líder da Izquierda Unida, Alfonso Barrantes, prometiam. Pois bem, se na costa a parcelação avançara, em Huando só neste ano de 1985 começa-se a discutir a proposta em meio a uma dívida crescente e a uma situação bastante precária.

Mais para o final da década, com o país enfrentando uma inflação de quatro dígitos, forma-se a frente independente, que sustenta a necessidade de parcelar as propriedades, mantendo-se apenas uma cooperativa de usuários; aliás, já havia mesmo a comissão de usuários de água de Huaral, com representantes de Huando (ÁGUILA, 2008, p. 76).

Além da dívida e da falta de trabalho, o problema do desvio se generalizava. Luiz Galardo, um dirigente de meados da década de 1980, era um corrupto franco, no dizer de Zózimo Torres: “o que ganho não dá para sobreviver”, diria nas assembleias. Até onde falamos de roubo, e até onde falamos simplesmente do uso de recursos para sobrevivência? Alta dívida, sem chance de crédito, a dificuldade climática em anos como 1983. As laranjas Huando fora do mercado, chegou-se mesmo a ensaiar a criação

de coelhos nos antigos pomares de laranja, lembra desgostoso Zózimo Torres. Como atuar eticamente neste contexto?

Deste modo, o que os lutadores da reforma agrária chamaram o “vírus da parcela” foi-se instalando entre os cultivadores. A frente Independente conseguiu controlar a cooperativa. Em 1992, foi aprovada a parcelação. Entretanto, o que os hispânicos chamariam a “mística do trabalho coletivo”, ainda tinha vigência: na hora do voto, 281 sócios aos gritos de “*Tierra! Tierra!*” aprovaram a parcelação, mas 172 votaram contra. Estes pediram para continuar o trabalho coletivo: uma nova fase na vida da antiga *hacienda* ia começar.

4. DEPOIS DA PARCELAÇÃO

“Eu tive desejo de ficar com uma parcela, mas eu era dirigente sindical. Não poderia. Hoje me arrependo, mas que fazer?”

Senhor Teodoro, em depoimento a Rocha Águila.

A partir de 1992, desfeita a cooperativa, os huandinhos dividiram-se em dois grupos: aqueles que tocaram sua parcela individualmente e os que conformaram a Empresa Agroindustrial Huando (Emagrín). Divididas as terras, (cerca de um terço, quatrocentos hectares ficaram para a empresa), também se dividiu a dívida. Os parceleiros ficaram com uma dívida de quatrocentos e vinte mil dólares, mas conseguiram desenvolver um plano para quitá-la: em 1993, a colheita que obtivessem (muitos focaram na produção de tangerina, mais rentável que a tradicional laranja), ficaria para a cooperativa de usuários como pagamento da dívida. Entre 1994 e 1996, quarenta por cento passariam para a cooperativa. No fim dos anos noventa, bem ou mal, a dívida estava paga.

Mesma condição não tiveram os de Emagrín. Neste momento também não se plantava laranja, mas tangerina, noz pecã e abacate. As dívidas não pagas levam a pressões do Interbank, principal credor, e uma empresa da região propõe aos sócios comprar as ações da Emagrín. Nova divisão se fez entre os antigos cooperativistas: um grupo, dos mais velhos, sustentava não haver mais possibilidade de continuar com o negócio, sendo melhor vender as ações. Cada parceleiro tinha ficado na divisão das parcelas com 2,4 hectares de terra. Então, os sócios da cooperativa tinham o equivalente a isso em ações. Os representantes da empresa ofereceram o equivalente a treze mil soles, quando o valor da terra alcançaria vinte mil soles. Assim mesmo, 112 dos sócios

decidiram vender suas ações. Quarenta outros⁹ preferiam ficar com elas. A empresa prometia trabalho e participação nos lucros para estes sócios. Em 1999, a empresa não pagou a dívida e se declarou falida e os quarenta sócios arcaram com o prejuízo total.

O fato de os parceiros terem pago a dívida não significa que estavam numa situação tão superior aos demais sócios. Foi necessário vender cerca de vinte hectares para ajudar o pagamento da dívida. Além do mais, agora era necessário competir por crédito e outros recursos num mercado disputado nos tempos de Fujimori. De todo modo, quando entrevistados, os parceiros referem-se à sua situação como muito melhor do que a dos sócios de Emagrin. Enquanto os primeiros, bem ou mal, ficaram com um pedaço de terra, uma garantia, os segundos recebem uma aposentadoria ínfima (ÁGUILA, 2008, p. 132). Já os antigos sócios recordam que a situação dos parceiros não é tão vantajosa assim. O método como as parcelas foram adjudicadas aos camponeses era o sorteio: desta maneira houve gente que recebeu seu pedaço de terra, 2,4 hectares¹⁰, em áreas pedregosas, enquanto houve quem recebesse área plantada e adubada. Entre os parceiros valoriza-se muito o discurso do trabalho, do que se dedica, do que se desdobra, a noção de que é necessário sacrificar-se para o futuro. “O homem de trabalho sempre pode progredir, o que não, se conforma com o que tem”, lembra o senhor Armando (ÁGUILA, 2008, p. 112).

Outro grupo de parceiros também valoriza bastante em seu discurso o tema do trabalho: estamos nos referindo aos trinta e nove parceiros, que ficaram com as terras pelos patrões no processo de parcelação por iniciativa privada. Embora os sindicalistas do início dos anos 1970 quisessem toda a terra, estes parceiros não tinham lotes superiores a quinze hectares e puderam ficar com eles. Para eles, o tempo bom de Huando era o do patrão. A cooperativa está associada à desordem, ao roubo, à falta de trabalho. Nas entrevistas realizadas por Rocha Águila, estes parceiros domiciliados em Campo Grande lembram que são mais unidos que os de cima, da antiga cooperativa, e não gostam da participação dos antigos parceiros na associação de usuários de água. Isso seria devido ao fato de eles, os antigos parceiros, terem capacidade de liderança, e serem empreendedores, podendo controlar a associação.

Quanto aos antigos sindicalistas, e posteriormente sócios de Emagrin, ainda que reconheçam não ser sua situação boa, lembram que o minifúndio dos parcelários não

⁹ Segundo Rocha Águila, 172 sócios ficaram na Emagrin. Destes, 112 teriam decidido vender suas ações e quarenta ficaram com elas. O autor não faz referência aos vinte restantes.

¹⁰ Se o cônjuge também fosse qualificado como sócio caberiam 3,5 hectares (ÁGUILA, 2008, p. 105).

seria uma boa saída. “Muitos podem dizer que estão bem, mas como? Quem pode cultivar estas parcelas? Muitos arrendam e trabalham dentro da própria parcela arrendada!”, recorda o senhor Pablo.

Consensual entre todos os grupos é a noção de que pouco se trabalhou na cooperativa: seja pela ausência dos Graña, na visão de velhos e novos parceleiros, seja pela falta de consciência política na percepção de homens como Zózimo Torres, todos concordam que o tempo da cooperativa, correspondeu a um tempo de pouco trabalho. Agora a situação mudou.

A antiga área de Emagrín foi arrematada pelo Interbank, credor, que a repassou ao banco de Crédito Industrial, que a vendeu ao grupo Romero, imensa organização que tem investimentos em vários ramos da economia peruana. O grupo Romero, então, organiza a empresa Santa Patrícia a partir de 2005, dedicando-se ao cultivo de aspargos, tangerina e abacate. Ali, os ex-sócios de Emagrín e outros parceleiros não têm lugar, porque a empresa só emprega gente jovem. Muitas vezes chegam de outros povoados, mesmo de regiões serranas, como Cajamarca, aflorando o preconceito da gente local, que os associa a ladrões e usuários de drogas.

Outro consenso dos entrevistados é a decadência de Huando: “Huando é uma desordem! Huando é um desastre!”, exclamam homens como Zózimo Torres. Sem casa própria para morar, com aposentadoria ínfima, o velho combatente, comparava no início deste século seu *pueblito* com outras fazendas como Jesus Del Valle. Em Huando, os camponeses pensavam que fazia falta um líder, “*un patrón*”, que organizasse a vida do povoado em crise. Huando não produzia mais laranjas, não conseguia mais atrair a atenção para seus problemas. A sede da fazenda está a quatro quilômetros do centro de Huaral, mas agora, como retomar a caminhada?

Os parceleiros lutavam com suas dificuldades, alguns um pouco melhor, outros tendo de trabalhar duro, na própria terra, que arrendavam e outros vendendo a *parcelita*. Já os antigos sócios de Emagrín, numa situação ainda mais grave: sem terra, sem trabalho, com uma aposentadoria ínfima. Huando era uma história de fracasso, que fazia um bem enorme a todos os detratores da reforma agrária velasquista. Era uma derrota em nível local de consequências profundas. O projeto coletivo, que resgatava uma visão idealizada sobre o antigo império inca, estava vencido. Sem dizer estas palavras, os antigos cultivadores sustentam que o neoliberalismo, que sublinha um individualismo a toda força, ecoava de forma mui vigorosa em Huando. Que cada um fizesse o que conseguisse de sua vida.

5. CONCLUSÃO

A fazenda Huando, formada desde o século XVI, passou para Andrés de los Reyes em 1820. Nos marcos em que ficou famosa, pode-se dizer que foi dinamizada por seu neto Antonio Graña de los Reyes, que começou a fazer dela o ponto de desenvolvimento para Huaral, conforme se pensava desenvolvimento no século XX. Antonio de los Reyes era o clássico *gamonal*, senhor de foice e facão, e conseguia a luz elétrica e água para seu povoado, além da estrada. A fazenda trocou, nos anos 1930, o algodão pela laranja Washington Navel, e fez dela famosa nacionalmente. Ali não valia a lei do Estado, mas a do patrão, como lembram nostalgicamente certos camponeses. Com a morte de D. Antonio, seu filho Carlos vende as ações a Antonio e Fernando, seus dois irmãos. Este é o tempo da fazenda. Laranja exportada para EUA e Europa, o dinheiro chegando. Nas memórias, o tempo do trabalho valorizado: salário, família, férias, seguro social. Para uns, sensibilidade social dos patrões, para outros, conquista do sindicato. Talvez um misto das duas coisas, pois os setores dirigentes costumam sensibilizar-se mais quando existem reivindicações. De todo modo a memória, que ficou preservada, não resgata tantos atos de violência física da parte dos patrões, o que pode ter haver com a tendência de supervalorizar o passado e esquecer os momentos mais duros ou avaliá-los sob uma ótica distinta.

No fim dos anos 1960 temos a luta pela reforma agrária. O sindicato não batalhava apenas por salário, mas se queria a terra. Após dois anos e meio de embates violentos, com a polícia sempre ao lado dos patrões, enfim conquista-se a terra. O tempo da cooperativa é o tempo da expectativa e da decepção. A memória produzida o associa ao não trabalho, a não produção, ao roubo. Manuel Mejía, escrevendo no momento de ascensão fujimorista (1990), mostra que nem tudo nas cooperativas foi desperdício e corrupção e que, principalmente a partir da segunda metade dos anos 1970, faltou mesmo apoio governamental, na forma de créditos, e que, a partir dos anos 1980, a agricultura cooperativista, ou mesmo a parcelaria, tinha que competir com a importação de alimentos.

Na memória huandenha, entretanto, não se percebe matizes: os sócios acusam os dirigentes de roubo, estes acusam aqueles de não trabalhar. Finalmente vem o tempo da parcelação. Os ex-sócios chamam de vírus da parcela: “pensaram que iam ficar milionários!”, lembra o senhor Teodoro. Em verdade, pensavam em garantir sua

sobrevivência. Os ex-sócios, como vimos, viveriam uma crise importantíssima da qual não se recuperariam.

O consenso de que Huando é uma desordem abarcava todos os grupos. Numa busca na *internet*, encontro um artigo sobre turismo, que aponta o abandono da *casa-hacienda*, e que não há sequer um plano de visita guiada (Turismo Inca, 2016). Deste modo, o sonho de Zózimo Torres, Pedro Rojas e outros terminava de forma melancólica. A vida do dia-a-dia mostrava-se muito mais dura do que se imaginaria. A mentalidade tão acostumada à possibilidade do látigo patronal não tinha mudado. Em Santa Patrícia, agora, segundo os campesinos, trabalha-se até doze horas por dia. O tempo da empresa resgata em feições neoliberais o tempo da *hacienda*, sem o velho paternalismo patronal.

6. REFERÊNCIAS

ÁGUILA, Juan Alberto Rocha. *Cambios en la Tenencia de la Tierra en Huando: Un análisis de las Trayectorias Ideológicas y Socioeconómicas de los Trabajadores Beneficiarios por la Reforma Agraria*. Lima: PUCP, 2008. Tesis de Licenciatura en sociología.

_____. Soy Huando. *La Colmena*, n. 3, p. 4-13, 2010.

BONFIGLIO, Giovanni (org). *Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias en el Perú*. Chiclaio: Solidaridad, 1985.

BURENIOS, Charlotte. *Huando: Testimonio de un Fracaso; Habla El Sindicalita Zózimo Torres*. Lima: IEP, 2001.

CORREA, Rubio Marcial Huando: Reforma Agraria y Derecho. *Revista de Derecho*, Lima, PUCP, p. 123-147, 1973.

COTLER, Julio. *Peru: Estado, Classe e Nação*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2006.

DI LA GALA, Angel Fernández. La Reforma Agraria no Fracasa, tampoco los Campesinos. Lo que Fracasa son las Cooperativas. In: BONFIGLIO, Giovanni (Org.). *Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias en el Perú*. Chiclaio: Solidaridad, 1985.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LÓPEZ, Fernando Eguren. La Nueva Estructura Cooperativa. In: BONFIGLIO, Giovanni (org.). *Las Parcelaciones de las Cooperativas Agrarias en el Perú*. Chiclaio: Solidaridad, 1985.

MAYER, Enrique. *Cuentos Feos de la Reforma Agraria*. Lima: IEP, 2001.

MEDRANO, Eduardo Toche. *Guerra y Democracia; Los Militares Peruanos y La Construcción Nacional*. Lima: Desco-clacso, 2008.

MEJÍA, José Manuel. *La Neoreforma agraria*. Lima: IEP, 1990.

OTERO, Luiz Gamarra. Un Testimonio Personal. In: CÁCERES, Iliana Veja (Org.). *A Treinta y Ocho Años de la Reforma Agraria*. Lima: Fundación Federico Bustamante, 2007.

RADA, Marina Zuloaga. *La conquista negociada: Guarangas, autoridades locales e império en Huaylas, Perú (1532-1610)*. Lima: IEP, 2012.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Cuestiones Agrarias en el Varguismo y el Peronismo*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

_____. Das Cooperativas sob Intervenção Militar à Parcelação de Corte Neoliberal: Contradições do Processo de Reforma Agrária Peruano (1969-1993). *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 259-278, 2014a.

_____. Da Reforma Agrária à Questão Ambiental: movimentos camponeses no Peru (1947-2009). *Revista Convergência Crítica*, v.2, p. 41-60, 2014b.

SALGADO, Carlos Monge. *Agremiación en El Campo Peruano: La Historia de La Confederación Campesina*. Lima: Latino-American Studies Association, 1989.

SALOMÓN, Alejandra, *El Peronismo en Clave Rural y Local*. Quilmes: Universidade Nacional de Quilmes, 2009.

Turismo Inca – Paseando Por Huaral, Ex-hacienda Huando. Blog Turismo Inca. Disponível em: <http://www.blogturismo inca.com/2016/01/paseando-por-huaral-ex-hacienda-huando.html>, acesso em: 02 set. 2017.

Recebido em 14/11/2017.

Aceito em 01/12/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.140518

ISSN: 1676-6288

PROTAGONISMO INDÍGENA, CONSTITUIÇÃO PLURINACIONAL E INTERCULTURALIDADE NA BOLÍVIA¹

INDIGENOUS PROTAGONISM, PLURINATIONAL CONSTITUTION AND INTERCULTURALITY IN BOLIVIA

*Bruna Muriel*²

Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, Brasil

Resumo: Tomando como ponto de partida a recente Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia (2009), o artigo analisa o processo histórico que resultou no protagonismo indígena durante a Assembleia Constituinte, além de explorar os inovadores princípios e artigos constitucionais que surgem desse diálogo. Verificou-se que a participação dos indígenas como sujeitos políticos fundamentais durante o processo de escritura do texto constitucional, assim como o conteúdo inovador – por descolonizador – do novo texto, evidenciam um exercício de interculturalidade inédito no âmbito jurídico e político na América Latina.

Palavras-chave: Protagonismo indígena; interculturalidade; Bolívia.

Abstract: Taking as a starting point the recent Plurinational Constitution of Bolivia (2009), the paper analyzes the historical process that resulted in the indigenous protagonism during the Constituent Assembly, in addition to explore the innovative constitutional principles and articles that emerge from this dialogue. It was verified that the participation of the indigenous people as fundamental political subjects during the process of writing, as well as the innovative content – because of its decolonizer character – of the new text, shows an unprecedented intercultural exercise in law and politics in Latin America.

Keywords: Indigenous protagonism; intercultural; Bolivia.

1. INTRODUÇÃO

Com a virada do século XX para o século XXI, é intensificada a luta política dos setores da esquerda, camponeses e indígenas, em grande medida, como uma reação ao agravamento dos problemas sociais advindos com o programa político de reestruturação econômica conhecido como o Consenso de Washington: as reformas implementadas, a

¹ Em parte, este trabalho é o resultado da participação da pesquisadora no Grupo de Pesquisa “Estado, sociedade e Direitos Humanos na América Latina”, do Observatório de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP) e no Grupo de Pesquisa e Extensão “Realidade Latino-Americana”, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

² Professora do Bacharelado em Ciências e Humanidades e do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (BC&H e BRI-UFABC), é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Atualmente, investiga, a partir de uma perspectiva interdisciplinar e fundamentada nas Epistemologias do Sul, os impactos sociais e ambientais das estratégias para o desenvolvimento relacionadas aos projetos de integração sul-americana. E-mail: <bruna.muriel@ufabc.edu.br>.

partir da década de 1980 nos países da América Latina, pelo tesouro norte-americano junto às agências reguladoras internacionais.

Nesse contexto, a lógica da apropriação dos territórios biodiversos para a conversão da natureza em recursos naturais impulsionou a privatização dos territórios indígenas. Aumentou a pressão por parte das empresas nacionais e transnacionais que executam grandes obras de infraestrutura para as práticas extrativistas, com altos impactos sociais e ambientais nos territórios indígenas. O estímulo ao parcelamento e à privatização de suas terras obrigou o indígena a vender sua mão de obra barata, contribuindo para a pauperização destas populações, posto que a possibilidade de produção e reprodução de seu modo de vida depende da capacidade de controle sobre os territórios como espaços físicos, simbólicos e culturais (ANDERSON, 1995; STAVENHAGUEN, 2007, p. 149).

Observemos que já durante a década de 1970, com a experiência do Chile governado de forma ditatorial pelo general Augusto Pinochet (1915-2006), a América Latina havia testemunhado a primeira experiência neoliberal sistemática na região (ANDERSON, 1995). Na esteira do país vizinho – e rival desde que perdeu a saída ao mar, em 1904, após a Guerra do Pacífico –, na Bolívia, a oficialização do modelo de Estado mínimo deu-se em 1986, por intermédio do Decreto 29.060, denominado o *Nuevo Plan Económico*, que deu cabo ao capitalismo de Estado implementado desde a Revolução nacionalista de 1952. No entanto, o país já era um laboratório do neoliberalismo desde os primeiros anos da década de 1980, com cortes em setores dependentes do incentivo público, como o de mineração, a pequena e média indústria e a agricultura familiar. A situação levou ao agravamento de antigos problemas sociais, como o desemprego e a pobreza, estando as populações indígenas entre as mais afetadas.

As reformas neoliberais previam a diminuição do papel regulador e protetor do Estado sobre o mercado, com a diminuição da intervenção pública na economia através da privatização dos setores estratégicos e da redução dos gastos públicos. Abriram-se os mercados nacionais ao capital externo, tomando-se por base a desregulação das barreiras tarifárias, a liberação dos fluxos de inversão estrangeira e a flexibilização laboral.

A diminuição dos processos inflacionários, que de fato ocorreu, deu-se, portanto, através da desaceleração de setores altamente dependentes da proteção e do incentivo

públicos e de forma simultânea à ampliação do controle sobre a economia dos países latino-americanos por parte das transnacionais, o que levou à retração dos direitos sociais (ANDERSON, 1995).

Diante do agravamento dos problemas sociais e do processo de despojo territorial nesse país, na virada do século XX para o XXI, as organizações camponesas e indígenas bolivianas lideraram sublevações que visavam romper o “[...] consenso passivo” (LINERA, 2011, p. 23) do período neoliberal, com destaque para a Guerra da Água e a Guerra do Gás, entre 2000 e 2003. Foram, assim, os sujeitos políticos por excelência das lutas sociais que resultariam na vitória de Evo Morales pelo *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos/MAS-IPSP*.

No protagonismo político das organizações indígenas bolivianas esteve em sintonia a intensificação da luta dos povos indígenas e o aumento de sua articulação regional ocorrido em toda a América Latina durante a década de 1990, com destaque para as ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) a partir de 1994 no México após a modificação do Artigo 27 da Constituição mexicana, no marco do Tratado do Livre Comércio com os Estados Unidos, que apontava para a privatização das terras comunais (DÍAZ-POLANCO, 1997). Também se incrementaram as atividades da Confederação dos povos indígenas do Equador/CONAIE, contribuindo para outras lutas regionais como a encabeçada pelos indígenas Mapuche contra o Estado chileno. Na Bolívia, intensificaram-se as ações do Conselho Nacional de Markas e Ayllus do Qollasuyo (CONAMAQ) e as organizações das terras baixas da Bolívia, pela Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB).

2. A NOVA CONSTITUIÇÃO BOLIVIANA: O CONTEXTO E O CONTEÚDO.

A crescente demanda internacional por matérias-primas aliada às reformas político-econômicas realizadas pelos novos governos progressistas gerou um ambiente de criação de alternativas àquelas impostas pelos países centrais e organismos internacionais durante o período neoliberal, com a recuperação da autonomia no cenário internacional, a adoção de políticas de inclusão social e a recomposição da capacidade de mediação dos governos dos países.

Hugo Chávez, como porta-voz desse movimento, provocou a agenda política regional com um discurso e atuação política que, seguindo as propostas históricas do

socialismo reformista, convocava os povos da América Latina para a construção do socialismo do século XXI. Ideologicamente alinhado à proposta do mandatário venezuelano, Evo Morales foi eleito pelo MAS em 2005, na Bolívia, através da estratégica aliança entre sindicatos e organizações tradicionais de esquerda - como a Central Obrera Boliviana (COB), que atuava desde a revolução nacional de 1952, e a Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia (CSUTCB) - organizações indígenas das terras altas e das terras baixas, como as já citadas CONAMAQ e a CIDOB, e organizações de camponeses, com destaque para o Movimento Cocaleiro do trópico cochabambino, formado por camponeses e ex-mineiros – denominados colonizadores – que haviam migrado das regiões altiplânicas e dos vales para o Chapare boliviano, durante a década de 1980.

Vale relembrar que o Movimento Cocaleiro revela a potente união entre as experiências sindical mineira e o Movimento Katarista (assim denominado em homenagem à rebelião anticolonial liderada por TupaqKatari, em 1781) que emergiu nos anos 1970 como alternativa ao movimento camponês oficialista. De viés esquerdista e indianista, questionou a perspectiva nacionalista e de classes das políticas revolucionárias realizadas durante a revolução da década de 1950, que subtraía as especificidades étnico-culturais das populações indígenas. Realizada valendo-se da eliminação do caráter étnico-racial do programa político revolucionário, haveria transformado os indígenas em camponeses sindicalizados³.

É do Movimento Cocaleiro que emerge o Movimento ao Socialismo (MAS). Sob a liderança de Evo Morales, o MAS torna-se o articulador de uma nova hegemonia política no país (URQUIDI, 2007). Todos esses setores estavam reunidos em torno do processo de câmbio encabeçado pelo MAS e no intuito de selar o compromisso de aplicação da nova Constituição. Uma vez eleito, o presidente chama um novo processo constituinte que, para além das organizações já citadas, reunia movimentos ecologistas e ambientalistas, ONGs, intelectuais indígenas e não indígenas, em uma discussão profícua sobre outras práticas políticas rumo a uma transformação social profunda e radical.

A carta constitucional boliviana foi aprovada após intensos conflitos com os setores conservadores do país. O processo constituinte boliviano foi extremamente

³ Sobre o katarismo, consultar HURTADO, Javier. *El katarismo*. La Paz: Hisbol, 1986.

conflitivo, em especial pela oposição da Meia Lua: a região oriental do país, composta em sua maior parte por uma elite agrária e empresarial, majoritariamente branca e que não possui ancestralidade indígena. Com a vitória de Morales, a Meia Lua dificultou a aprovação do novo texto, inaugurando um movimento de oposição violento, física e simbolicamente. Entre outros acontecimentos desse período, destacam-se os boicotes às votações por parte da Meia Lua; a exigência de ampliação do prazo da Assembleia; a interpretação divergente das normas que viabilizavam a Constituição; as manifestações e mobilizações regionais encabeçadas pelas elites do país com foco na autonomia não constitucionalizada; a organização de um movimento separatista com presença de elementos estrangeiros; a submissão do governo a um *referendum* revocatório; e os ataques aos partidários do MAS, incluindo a matança de camponeses na localidade de Pando.

Em grande parte, a oposição desse setor durante a Assembleia Constituinte, obrigou o governo a modificar a nova Constituição supostamente já aprovada, suavizando artigos e princípios contrários aos seus interesses. Assim como a Constituição Venezuelana de 1999, o texto boliviano prevê como dever do Estado garantir a criação e a justa distribuição da riqueza através da criação de políticas sociais de inclusão social, redução das desigualdades e redistribuição dos recursos. No entanto, para além da pretensão de aniquilar com aquela que ficou conhecida como *la larga noche neoliberal*, na Bolívia – como no Equador – a correção dos excessos do neoliberalismo significou um exercício de criatividade para pensar alternativas aos problemas contemporâneos rumo a uma mudança civilizatória que, baseada em um intenso debate étnico, tinha por pano de fundo a crítica à modernidade ocidental capitalista colonial e patriarcal e por horizonte uma transformação social ancorada em um projeto intercultural e descolonizador das relações sociais e políticas.

Lembremos que está intrínseca à emergência do *constitucionalismo moderno* como novo instrumento político da modernidade ocidental capitalista a ideia de que o povo soberano – poder constituinte – delega o seu poder ao Estado – poder constituído (BOBBIO, 2004). Prevê-se a subordinação dos poderes governamentais à supremacia da lei maior, a constituição, escrita por uma determinada comunidade política.

Na Bolívia, como em outros países da América Latina, desde os estatutos de independência até as últimas décadas do século XX, a comunidade política responsável por tal escritura esteve constituída por uma elite minoritária, política, econômica e

ideologicamente dependente e articulada com os interesses estrangeiros (DALMAU, 2009). Apesar da ampliação dos direitos indígenas nas constituições multiculturais aprovadas a partir da virada da década de 1980 para 1990, o indígena não formava parte dessa comunidade política com poder escritural, o que revela a perpetuação do colonialismo interno (CASANOVA, 2003).

A ampliação dessa comunidade política se ampliou com a promulgação da Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999), quando a ativação do poder constituinte se radicaliza, passando a expressar a vontade constituinte de classes e setores populares até então marginalizados, que nunca haviam participado do pacto social constitucional (DALMAU; PASTOR, 2010). Seguida pela experiência constitucional do Equador e da Bolívia, a experiência venezuelana inaugura uma inédita produção coletiva da carta constitucional, realizada pelas assembleias constituintes e referendos de aprovação do qual fizeram parte diversos setores historicamente marginalizados. Daí a experiência dos três países inaugurarem, na região, um constitucionalismo “sin padres”:

Es justamente esta conciencia respecto al potencial revolucionario del poder constituyente [...] conscientemente olvidado por las constituyentes de elites, la que diferencia al viejo y al nuevo *constitucionalismo* en América Latina. Desde este punto de vista, el nuevo *constitucionalismo* latinoamericano es un *constitucionalismo* sin padres. Nadie, salvo el pueblo, puede sentirse progenitor de la Constitución, por la genuina dinámica participativa y legitimadora que acompaña a los procesos constituyentes. [...] los procesos se alejan cada vez más de aquellas reuniones de elites del viejo *constitucionalismo* para adentrarse, con sus ventajas y sus inconvenientes, en su propio caos, del que se obtendrá un nuevo tipo de Constitución: más amplia y detallada, de mayor originalidad, pensada para servir a los pueblos, cercana de nuevo al objetivo revolucionario (DALMAU; PASTOR, 2010, p. 13-18).

Mas a experiência constitucional da Bolívia, como a do Equador, foi particularmente inovadora porque o momento da assembleia representou um encontro entre atores sociais provenientes de diferentes experiências civilizatórias, com o objetivo de elaborar um novo texto constitucional que superasse as versões eurocêtricas anteriores. Através da participação de organizações como a CONAMAQ e a CIDOB, os povos indígenas das terras altas e das terras recorrem à uma ferramenta político-jurídica enraizada em uma matriz civilizatória moderna, eurocêntrica e colonial – o constitucionalismo – como caminho para a emancipação social.

Como outras lutas similares ao longo da história – dos operários, das mulheres, pelo sufrágio universal etc. –, o movimento que desemboca no constitucionalismo transformador da Bolívia foi a luta dos indígenas pelo acesso crítico às tradições políticas e jurídicas da modernidade. Na Bolívia, o povo soberano e constituinte foi composto, também, pelos povos indígenas que, pela ocupação inédita do poder escritural no momento das assembleias, se fazem sujeitos com voz ativa na construção do novo pacto social (SCHAVELZON, 2015).

Uma das grandes novidades do processo boliviano foi a articulação de questões indígenas particulares, como a defesa dos seus territórios e o respeito ao seu modo de vida, com as lutas das organizações não indígenas de caráter nacional. Essa possibilidade já era debatida pelo pensamento social latino-americano, ao menos desde a década de 1920, quando o peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) analisava o papel fundamental dos indígenas na construção dos Estados-nações latino-americanos, bem como a necessidade de criação de uma sociedade socialista que levasse em consideração as suas experiências comunitárias. Para Mariátegui (2007, p. 38), a superação das desigualdades histórico-estruturais da América Latina dependeria, em parte, da capacidade de incorporação das experiências milenares dos povos originários por parte dos projetos – políticos, econômicos, sociais e culturais – nacionais. O indígena seria o ator-chave para a construção de um novo projeto nacional entre os países do continente, que haviam sofrido as consequências “[...] del pecado original de la conquista. El pecado de haber nacido y haberse formado sin el indio y contra el indio”.

Apesar do conflito e a partir de mudanças e concessões a nova constituição é aprovada. É possível ler, em seu prólogo (BOLÍVIA, 2009):

En tiempos inmemoriales se erigieron montañas, se desplazaron ríos, se formaron lagos. Nuestra amazonia, nuestro chaco, nuestro altiplano y nuestros llanos y valles se cubrieron de verdes y flores. Poblamos esta sagrada Madre Tierra con rostros diferentes, y comprendimos desde entonces la pluralidad vigente de todas las cosas y nuestra diversidad como seres y culturas. Así conformamos nuestros pueblos, y jamás comprendimos el racismo hasta que lo sufrimos desde los funestos tiempos de la colonia. El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado. Un Estado[...] donde predomine la

búsqueda del vivir bien; con respeto a la pluralidad económica, social, jurídica, política y cultural de los habitantes de esta tierra [...]. Dejamos en el pasado el Estado colonial, republicano y neoliberal. Asumimos el reto histórico de construir colectivamente el Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario [...] comprometida con el desarrollo integral y con la libre determinación de los pueblos. [...]. Cumpliendo el mandato de nuestros pueblos, con la fortaleza de nuestra Pachamama y gracias a Dios, refundamos Bolivia.

Mas as novidades não se reduzem ao prólogo. A nova constituição inaugura o Estado Plurinacional. Articulada ao conceito de interculturalidade, a plurinacionalidade prevê a diversidade (de nações) na unidade (do Estado), sob um novo olhar e um novo modelo de gestão política da diversidade étnico-cultural. Avança no questionamento dos princípios de universalidade e na concepção individualista das constituições vigentes até então, ampliando e inovando os direitos coletivos indígenas já anunciados pela normativa nacional e internacional.

É válido recordar que o reconhecimento do direito coletivo, para além do direito individual liberal, adiantado pela Constituição brasileira de 1988, efetiva-se com a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, no âmbito da normativa internacional, como resultado das lutas e das demandas históricas dos movimentos indígenas e após mais de duas décadas de controvérsias ligadas ao debate filosófico e político sobre o princípio do individualismo sobre o qual se assenta o projeto político do liberalismo. Consagrado como a base dos fundamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o indivíduo tornou-se o eixo dos direitos civis e políticos. No entanto, o pressuposto do indivíduo – livre, independente e autônomo – do liberalismo é contraposto a muitas concepções indígenas, que não entendem o indivíduo fora da relação que este estabelece com a comunidade.

O texto também aprofunda o reconhecimento das autonomias e da jurisdição indígena, inovando no que diz respeito às reformas constitucionais multiculturais relacionadas aos direitos indígenas que haviam sido realizadas nas décadas de 1980 e 1990 – no reconhecimento do pluralismo político, econômico, jurídico, cultural, epistêmico, linguístico. O Artigo 30, por exemplo, define os direitos das nações e povos indígenas originários camponeses, caracterizados como “[...] toda la colectividad humana que comparta identidad cultural, idioma, tradición histórica, instituciones, territorialidad y cosmovisión, cuya existencia es anterior a la invasión colonial española [...]”. Esses são possuidores dos seguintes direitos: existir livremente; ter sua própria

identidade cultural, as formas de religiosidades e espiritualidades, práticas e costumes e cosmovisão; titulação coletiva das terras; proteção dos lugares sagrados; educação intercultural; acesso ao sistema de saúde universal que respeite as práticas tradicionais; e participar dos órgãos e instituições estatais. O texto também determina que o Estado deve garantir, respeitar e proteger os seguintes direitos:

A la libre determinación y territorialidad. A que sus instituciones sean parte de la estructura general del Estado. A la titulación colectiva de tierras y territorios [...] A que sus saberes y conocimientos tradicionales, su medicina tradicional, sus idiomas, sus rituales y sus símbolos y vestimentas sean valorados, respetados y promocionados. A vivir en un medio ambiente sano, con manejo y aprovechamiento adecuado de los ecosistemas. A la propiedad intelectual colectiva de sus saberes, ciencias y conocimientos, así como a su valoración, uso, promoción y desarrollo. [...] Al ejercicio de sus sistemas políticos, jurídicos y económicos acorde a su cosmovisión. A ser consultados mediante procedimientos apropiados, y en particular a través de sus instituciones, cada vez que se prevean medidas legislativas o administrativas susceptibles de afectarles. En este marco, se respetará y garantizará el derecho a la consulta previa obligatoria, realizada por el Estado, de buena fe y concertada, respecto a la explotación de los recursos naturales no renovables en el territorio que habitan. A la participación en los beneficios de la explotación de los recursos naturales en sus territorios. A la gestión territorial indígena autónoma, y al uso y aprovechamiento exclusivo de los recursos naturales renovables existentes en su territorio sin perjuicio de los derechos legítimamente adquiridos por terceros (BOLÍVIA, 2009, Artigo 30).

Partindo de uma perspectiva crítica à colonialidade e florescendo com base no diálogo intercultural com as organizações indígenas, vemos, portanto, novos princípios e direitos relacionados às experiências e cosmovisões indígenas, que diferem e daqueles já estabelecidos.

O maior exemplo, no caso boliviano, é sem dúvida a presença do novo projeto civilizacional do Suma Qamaña/VivirBién, que orienta vários dos direitos e princípios aprovados. Havendo ganhado protagonismo como instrumento conceitual da luta política dos movimentos indígenas do altiplano andino desde a década de 1990, na perspectiva de inclusão das experiências ancestrais nas políticas de erradicação da pobreza, o Vivir Bién (ou Buen Vivir, no Equador), é incluído à nova constituição como um princípio ético-filosófico e um projeto político de inspiração indígena, que deveria pautar as ações do Estado plurinacional. Relaciona-se intimamente com o viés holístico presente nas interpretações indígenas sobre a natureza, de integração profunda entre todos os seres e o cosmos, profundamente crítica à interpretação utilitarista da natureza

como fonte de recursos naturais (forma de interpretar e se relacionar com a natureza é própria aos paradigmas do desenvolvimento e do progresso, herdeira da tradição filosófica dualista da cosmovisão moderna ocidental). O Vivir Bien faz parte da retórica crítica das organizações indígenas às práticas do modelo de desenvolvimento hegemônico, industrial e extrativista.

Para “[...] el logro del vivir bien en sus múltiples dimensiones [...]”, o Estado plurinacional da Bolívia estabelece como um de seus propósitos “[...] la participación activa de las economías pública y comunitaria em el aparato productivo [...]”, devendo a economia comunitária complementar “[...] el interés individual com el vivir bien colectivo” (BOLÍVIA, 2009, Art. 311). As economias comunitárias indígenas são formas de organização da economia do Estado, sendo a sua obrigação as reconhecer, respeitar, proteger e promover (BOLÍVIA, 2009, Art. 313).

Segundo o Artigo 306, com o objetivo de “[...] mejorar la calidad de vida y el vivir bien de todas las bolivianas y los bolivianos [...]”, as diferentes formas de organização econômica do Estado plurinacional devem articular-se mediante os princípios de complementaridade, reciprocidade e solidariedade. Princípios esses que são basilares das formas de vida indígenas comunitárias do altiplano andino e que fundamentam as relações sociais quanto àquelas relações estabelecidas entre os indígenas a natureza ou o cosmos.

Para garantir o sistema educativo “[...] intracultural, intercultural e plurilíngüe” (BOLÍVIA, 2009, Art. 3), o Estado deve promover um desenvolvimento integral da sociedade, tomando “[...] em cuenta los conocimientos universales y los saberes colectivos de las naciones y pueblos indígenas originarios campesinos”, que são considerados depositários “[...] de saberes, conocimientos, valores, espiritualidades y cosmovisiones [...]” que constituem a “fortaleza” do próprio Estado plurinacional (BOLÍVIA, 2009, Art.91). Além disso, é dever do Estado plurinacional assegurar, respeitar e promover os conhecimentos, a medicina, os idiomas, os rituais e as vestimentas, assim como o exercício dos seus sistemas políticos, jurídicos e econômicos, de acordo com a cosmovisão indígena (BOLÍVIA, 2009, Art. 30). Ambas declaram o objetivo de alcançar o Vivir Bien para o conjunto da população, assegurando a promoção e a impulsão dos saberes ancestrais.

Por fim, observe-se o Artigo 42 sobre o direito à saúde no Estado plurinacional, onde é possível ler que o sistema nacional de saúde deve incluir “[...] la medicina

tradicional de las naciones y pueblos indígena [...]”, assim como respeitar “[...] su cosmovisión y prácticas tradicionales [...]”, sendo responsabilidade do Estado promover e garantir “[...] el respeto, uso, investigación y práctica de la medicina tradicional, rescatando los conocimientos y prácticas ancestrales desde el pensamiento y valores de todas las naciones” (BOLÍVIA, 2009, Art. 42).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses artigos evidenciam a sintonia da nova Constituição com o projeto transformador de descolonização social, jurídica e epistemológica, intrínseco à luta social que desemboca na aprovação das constituições. Vale lembrar que descolonizar, aqui, refere-se ao colonialismo não como a política de Estado de ocupação estrangeira, mas como colonialidade do poder (QUIJANO, 2000), um conjunto de múltiplas hierarquias (de classe, étnico-racial, epistemológica, etc.) que se mantém após as independências e que atravessam todas as dimensões da vida social. Quer dizer, uma vez que o seguimos em um mundo colonialista, onde se alimentam mutuamente a dominação de classes e a dominação étnico-racial, a descolonização é um trabalho incompleto e, para modificar esse quadro, são necessárias estratégias que rompam com essas hierarquias historicamente construídas (QUIJANO, 2000; CASTRO-GÓMEZ e GROSFUGUEL, 2007; SANTOS, 2010).

No caso da constituição boliviana, essa estratégia “desierarquizadora” pode ser vista pelo projeto de substituição da lógica monocultural da modernidade ocidental capitalista por uma lógica social fundamentada naquilo que Santos (2006) define como as ecologias (entre outras, a ecologia das produtividades, das temporalidades e dos saberes). Isso porque, entre outras características, os artigos apontam para a ruptura com o critério de produtividade próprio à monocultura da produtividade capitalista, ao mesmo tempo em que favorece a legitimação de outras práticas produtivas como a economia comunitária indígena. Além disso, em sintonia com a proposta da ecologia dos saberes, inova o tratamento dado aos saberes indígenas, historicamente marginalizados, legitimando-os. Pese os limites de sua implementação diante das contradições entre o horizonte transformador da normativa e a política de desenvolvimento levada a cabo no país, a Constituição boliviana se apresenta como uma ferramenta político-jurídica de descolonização por ser resultado e resultar num exercício de interculturalidade inédito no âmbito jurídico e político da América Latina.

4. REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. As antinomias de Gramsci. In: _____. *Afinidades Seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 15-100.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1995, p. 09-23.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOLÍVIA. Constituição. *Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia*, de 07 de fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://bolivia.infoleyes.com/shownorm.php?id=469>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

CEPAL. *Panorama Social de América Latina*. Santiago do Chile, CEPAL: 2014b. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/37626-panorama-social-america-latina-2014>>. Acesso em 02 set. 2015.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (una redefinición). *Revista Rebeldía*, México, n. 12, p. 41-59, out. 2003.

DALMAU, Rubén Martínez. los nuevos paradigmas constitucionales de Ecuador y Bolívia. *La Tendencia*, n. 9, p. 37-41, mar. 2009.

_____; PASTOR, Roberto. Los procesos constituyentes latinoamericanos y el nuevo paradigma Constitucional. *Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla*, n. 25, p. 07-29, jun. 2010.

DÍAZ-POLANCO, Héctor. *La rebelión zapatista y la autonomía*. México DF: Siglo XXI, 1997.

LINERA, Álvaro García. *Las tensiones creativas de la revolución: La quinta fase del proceso de cambio*. La Paz: Luxemburg, 2011.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHAVELZON, Salvador. *Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir, dos conceptos constituyentes en formación leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyente*. Quito: Abya Ayala, 2015.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Los pueblos indígenas y sus derechos: informes temáticos del relator especial sobre la situación de los Derechos Humanos y las libertades fundamentales de los pueblos indígenas del Consejo de Derechos Humanos de la Organización de las Naciones Unidas (2002-2007)*. México, UNESCO: 2007. Disponible em: <http://eib.sep.gob.mx/files/libro_stavenhagen_unesco.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2012.

URQUIDI, Vivian F. D. *O Movimento Cocalheiro na Bolivia*. São Paulo: Hucitec, 2007.

Recebido em 14/11/2017.

Aceito em 12/12/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.140565

ISSN: 1676-6288

ANTONIO BENTO E ROMERO BREST: O MOVIMENTO ABSTRATO COMO FLUXO UNIVERSAL

ANTONIO BENTO AND ROMERO BREST: THE ABSTRACT MOVEMENT AS A UNIVERSAL FLOW

Araceli Barros da Silva Jellmayer Bedtche
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil¹

Resumo: Este artigo apresenta uma análise das contribuições do crítico de arte argentino, Jorge Romero Brest, para o panorama artístico brasileiro, estabelecendo aproximações políticas e culturais entre Brasil e Argentina. Enfatiza-se a importância da Revista argentina *Ver y Estimar* como veículo de difusão das idéias vanguardistas e a atuação de uma crítica de arte especializada no Brasil, como a de Antonio Bento de Araújo Lima e Sérgio Milliet, no processo de divulgação da arte abstrata como fluxo universal. Constituem as principais fontes utilizadas: Revista *Ver y Estimar* (1951) e textos críticos de Antonio Bento da década de 1950.

Palavras-chave: *Ver y Estimar*; abstracionismo; Bienais de São Paulo; Romero Brest; Antonio Bento.

Resumen: En este artículo se presenta un análisis de las contribuciones del crítico de arte argentino Jorge Romero Brest para la escena artística brasileña, con miras en las aproximaciones políticas y culturales entre Brasil y Argentina. Acentuase la importancia de la revista argentina *Ver y Estimar* como un vehículo para la difusión de ideas vanguardistas. Este artículo se ocupa también de las producciones de una crítica de arte especializada en Brasil, como la propuesta por Antonio Bento de Araújo Lima y Sérgio Milliet, en el proceso de difusión del arte abstracto como un flujo universal. Son las principales fuentes utilizadas: Revista *Ver y Estimar* (1951), producciones críticas de Antonio Bento de la década de 1950.

Palabras Clave: *Ver y Estimar*; abstraccionismo; Bienales de São Paulo; Romero Brest; Antonio Bento.

Abstract: This article presents an analysis of the contributions of Argentine art critic Jorge Romero Brest to the Brazilian artistic scene, establishing political and cultural approaches between Brazil and Argentina. The importance of the Revista Argentina *Ver y Estimar* as a vehicle for the diffusion of avant-garde ideas and the performance of a specialized art critic in Brazil, such as that of Antonio Bento de Araújo Lima and Sérgio Milliet, in the process of disseminating abstract art as universal flow. They are the main sources used: Revista *Ver y Estimar* (1951) and critical texts of Antonio Bento of the 1950s.

Keywords: *Ver y Estimar*; abstracionism; Biennials of São Paulo; Romero Brest; Antonio Bento.

¹ Bacharel/Licenciada em História pela FFLCH-USP. Mestre em Estética e História da Arte pelo PGEHA-USP. Doutora em Ciências pelo PROLAM-USP. Email: araceli.bedtche@usp.br.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar o desenvolvimento e expansão do abstracionismo, após a Segunda Guerra Mundial, em dois países: Brasil e Argentina. Estabelece-se também uma aproximação política entre os países citados, considerando-se uma atuação diferenciada da iniciativa privada brasileira na criação de órgãos culturais. Mediante a construção do movimento abstrato como fluxo universal, destacam-se dois importantes críticos de arte: Antonio Bento de Araújo Lima² (1902-1988) e Jorge Aníbal Romero Brest³ (1905-1989). Contemporâneos entre si pertenceram a realidades artísticas diferenciadas, recorrendo a soluções distintas para um mesmo desígnio: a promoção e defesa do abstracionismo.

A trajetória intelectual, profissional e acadêmica de ambos os críticos promove pontos de contato e de distanciamentos. Porém, o mais importante é que, iniciando suas vidas com formações alheias à arte, mas com um interesse intrínseco pela mesma, ambos decidem exercer a crítica de arte por julgarem o cenário artístico de seus países displicentes com as manifestações modernas. Para Antonio Bento, será a rejeição a obra do artista modernista Ismael Nery que conflagrará seu ímpeto crítico, através de uma crônica publicada no jornal **A República**, de Natal, em 1930. Já para o crítico argentino, sua adesão à crítica foi induzida pela apatia cultural vivenciada pelo panorama artístico argentino e a ineficácia dos órgãos oficiais na promoção de uma linguagem artística atualizada. Em 1937, Brest publicou seu primeiro ensaio crítico *El problema del arte y el artista contemporáneos / Bases para su dilucidación*.

Junto com a fundação do Museu de Arte Moderna de São Paulo, em julho 1948, instituiu-se o debate figuração x abstração. A Bienal, por sua vez, foi a via pela qual se deu o

² Antonio Bento de Araújo Lima nasceu em Araruna na Paraíba em 1902. Passou sua infância e adolescência no Engenho Bom Jardim (RN). Após viver sua infância e adolescência no Engenho Bom Jardim no município de Goianinha, Rio Grande do Norte, emigrou em 1920 para iniciar um curso de Direito, no Recife. Em 1934, passou a fazer parte do **Diário Carioca**, mantendo uma coluna diária, de 1945 até 1965 na seção ARTES.

³ Romero Brest nasceu em Buenos Aires em 1905. Foi Professor de Educação Física, advogado, mas abandonou essas funções para dedicar-se ao estudo das artes plásticas. A partir de 1934 iniciou sua Especialização, convertendo-se tempos depois em professor de História da Arte na Universidade Nacional de La Plata, cargo que exerceu até março de 1947. Em 1946 ministrou cursos particulares em Buenos Aires (Cursos de Estética e História da Arte). Organizou a Cátedra de Investigação e Orientação Artística do Colégio Livre de Estudos Superiores, na qual lecionava desde 1939. Atuou como conferencista, ocupando desde 1939, as principais salas de quase todas as universidades de seu país e de várias instituições públicas e privadas. Em 1943 foi docente na Universidade do Chile e, em várias ocasiões, lecionou na Universidade de Montevideu. Em 1950 era professor de História da Arte na Faculdade de Humanidades e Ciências da Universidade de Montevideu. Seu primeiro ensaio crítico, *El problema del arte y el artista contemporáneos / Bases para su dilucidación*, foi publicado em 1937. (Edición del autor, Buenos Aires, 1937, 44 páginas).

contato e, por conseguinte, um embate com a arte estrangeira. A abstração foi inserida e acabou por se afirmar por meio da intensa polêmica com a arte figurativa de pintores modernos brasileiros. Com a Bienal predominou o espírito de liberdade, e a ideia que prevaleceu foi, de ser a mostra, um acontecimento de atualização para a arte brasileira.

Embora existam alguns estudos que abordem a abstração no Brasil, como o de Maria Cecília França Lourenço, Leonor Amarante, Anna Bella Geiger e Fernando Cocchiarelli, por exemplo, não há até o momento uma produção que correlacione os apontamentos críticos de Brest com as produções locais, como as de Antonio Bento de Araújo Lima.

2 PANORAMA CRÍTICO

Antonio Bento integrou a equipe do **Diário Carioca**⁴ por mais de 31 anos, dos quais 26 foram dedicados à divulgação e análise dos principais fatos culturais que marcaram a história do desenvolvimento das artes no país. Ao longo de sua trajetória profissional, o crítico ocupou diversos cargos públicos⁵, contudo sem abdicar da formulação de juízos e problemas estéticos. Desse modo, Antonio Bento, com incomparável disposição, inseriu-se nas divergências entre modernos e acadêmicos que, desde a década de 1920, movimentavam o país.

Na Argentina, em 1934, após realizar uma série de viagens por países europeus, Romero Brest passou a desenvolver um interesse especial pela crítica de arte. Uma importante contribuição para o cenário artístico argentino foi a criação da revista mensal *Ver y Estimar*, que teve quarenta e quatro números publicados ao longo de sua existência (de 1948-1953 e de 1954-1955). Fundador e diretor da revista, Romero Brest concedeu-lhe um caráter crítico e investigativo capaz de impulsionar o desenvolvimento da arte abstrata, que naquele momento encontrava resistências e questionamentos dentro do sistema oficial de arte argentino. Para esta análise, serão considerados alguns exemplares da revista dirigida por Brest, com o intuito

⁴ O **Diário Carioca (DC)** foi fundado por José Eduardo de Macedo Soares, natural de São Gonçalo (RJ) em 1928, tendo circulado até 1965. Antonio Bento passou a integrar a equipe do DC em 1934 na função de redator. A partir de 1939, passou a escrever periodicamente na seção ARTES até dezembro de 1965.

⁵ Antonio Bento atuou no **Diário de São Paulo** de 1926 a 1927; foi um dos fundadores do **Diário de Notícias**, em 1930. Em janeiro de 1959, foi nomeado pelo Ministério de Estado da Educação e Cultura a integrar o Conselho Técnico do Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. No jornal **Última Hora**, escreveu de 1966 até 1970. Foi Diretor do Teatro Municipal do Rio de Janeiro (1960-62) e co-fundador do MAM-RJ, tendo participado de três Bienais de Paris, como comissário e delegado. Integrou os júris nacionais e internacionais das Bienais de São Paulo e de Veneza. Esteve presente em diversos júris do Salão Nacional de Arte Moderna e foi integrante da Comissão Nacional de Artes Plásticas da FUNARTE - 1978 e 1980. Antonio Bento foi eleito duas vezes presidente da Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), seção brasileira da AICA, em 1961, com mandato até 1962, e novamente em 1969, permanecendo no cargo até 1974. Posteriormente, recebeu o título de presidente de honra da entidade.

de acompanhar sua reflexão crítica sobre as mudanças culturais vivenciadas pelo panorama artístico brasileiro e argentino.

A produção crítica de Antonio Bento coincidiu com o momento em que Romero Brest apresentava uma série de conferências e publicações sobre a Arte de Vanguarda na Argentina, atuando em *Ver y Estimar* e participando das bienais do Brasil. Afigura-se como evento relevante, a nomeação de Brest, primeiramente como Interventor (1955) e depois Diretor (1958) do Museu Nacional de Belas Artes, função que exerceu até 1963, quando renunciou ao cargo.

Mediante a extensa contribuição intelectual de ambos os críticos, o arco temporal aqui abordado abrange o período de emergência e afirmação do abstracionismo no Brasil e na Argentina. Um evento de grande importância e que define o ano de início desta análise é a fundação do Museu de Arte de São Paulo, por Assis Chateaubriand, em 02 de outubro de 1947. Em 1950, O **MASP** consolidava um importante acervo, resultante do mecenato de Chateaubriand e da política de aquisições do seu diretor, Pietro Maria Bardi. Nesse contexto de modernização, insere-se a iniciativa do **MASP** em patrocinar as conferências ministradas por Jorge Romero Brest, *Como ve un sudamericano el movimiento artístico contemporáneo en Europa*, em dezembro de 1950. Tal fato possibilitou o contato com as vertentes abstracionistas, antecipando-se à Bienal de São Paulo. Outros fatores relevantes para o período foram à criação do Museu de Arte Moderna de São Paulo, por Francisco Matarazzo Sobrinho, em 1948, e, nesse mesmo ano, a criação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Todas essas instituições abriram espaço para a difusão contínua da arte, atraindo a atenção do público nacional e internacional. Surgida em 1951, a I Bienal de São Paulo representou o ápice da efervescência cultural vivenciada pela capital paulista.

Antonio Bento foi, no panorama de mudanças culturais descritas, um agente atuante e apesar da sua extensa carreira no **Diário Carioca** (1945-65) foram considerados apenas seus textos críticos, publicados nos anos de 1950/51. Tal delimitação foi realizada em função do grande volume de ensaios publicados no **DC**. O debate abstração versus figuração foi, sem dúvidas, um importante marco na história da arte. Um Simpósio foi organizado por Antonio Bento e realizado por ocasião da 6ª Bienal tendo por tema geral *A Problemática da Arte Contemporânea*, com Sessão Inaugural em 12 de dezembro de 1961. Tal evento encerra o arco temporal desta reflexão.

3 ROMERO BREST: DA ARGENTINA AO BRASIL

Um marco relevante que delimita o estreitamento das relações entre Brasil e Argentina é a presença do crítico Jorge Romero Brest em solo brasileiro em fins de 1940. Tal presença teria corroborado para a legitimação das correntes modernistas, com abertura para o abstracionismo como ápice de uma arte que se apresenta essencialmente por formas, através de um discurso progressista de âmbito internacional. A partir de uma trama regional deu-se a interação entre artistas, críticos e instituições na criação e divulgação da arte abstrata como fluxo universal. Para Aracy do Amaral⁶, a ebulição cultural paulista de fins dos anos de 1940 e as palestras proferidas pelo crítico no MASP foram de salutar importância para o surgimento da arte concreta brasileira.

Quanto aos programas das conferências proferidas no MASP, estas consistiam em um balanço de meio século de pintura⁷, em que a partir dos ensinamentos de Picasso e Matisse, se perpetuaram quatro falsos ideais na história da representação: o neo-humanismo, o neorromantismo, o neonaturalismo e o neorrealismo. A arte baseada nestes ideais era para o crítico, uma arte sem autenticidade. Consequentemente, o balanço da história da arte argentina era negativo, por ser uma arte proveniente de um passado pré-hispânico pobre. Era uma manifestação colonial rústica e de baixo valor, pois dos espanhóis importaram-se fórmulas culturais gastas sem a compreensão das formas locais barrocas e neoclássicas. Para Brest, entre o velho e o novo em artes plásticas figurava a ideia da abstração, entendida como a autonomia da linguagem. Nesse ponto, surgem as distinções entre o abstrato e o concreto, o orgânico e o inorgânico, o funcional e o expressivo. Todas essas abordagens permitiam à Brest marcar a dicotomia entre esse novo momento histórico e o rumo das artes plásticas na América Latina.

4 O CENÁRIO POLÍTICO: BRASIL E ARGENTINA NA DÉCADA DE 1940

De acordo com os apontamentos da pesquisadora María Amalia García⁸, é possível realizar-se uma comparação bastante profícua entre o momento cultural e político vivenciado pelo Brasil e Argentina, na década de 1940. Observamos um cenário conturbado em ambos os

⁶ AMARAL, Aracy. (org.). Projeto Construtivo brasileiro na arte: 1950-1962. Rio de Janeiro/São Paulo: Museu de Arte Moderna/Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1977.

⁷ Brest propunha um conceito de síntese das artes visuais a partir da seguinte equação: “a arquitetura como rainha e senhora; a pintura e a escultura: funcionalismo expressivo, o decorativo: as artes derivadas”. A questão da arte moderna projetada na síntese das artes em função de uma arquitetura integral, assim como o balanço de meio século da pintura européia são discutidas em BREST, J. Romero. *La Pintura Europea – 1900-1950*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1952.

⁸ GARCÍA, María Amalia. Entre la Argentina y Brasil. IN: GIUNTA, Andrea; COSTA, Laura Malosetti.(org) *Arte de Posguerra- Jorge Romero Brest y la Revista Ver y Estimar*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

países, no qual se desenvolveu uma arte internacionalista que encontrou, em níveis diferenciados, resistências e críticas.

No Brasil, o período correspondente a novembro 1937 até outubro de 1945 ficou conhecido como Estado Novo. O regime político em questão foi resultado de uma forte instabilidade ocasionada pelo Plano Cohen⁹, assim como pela Intentona Comunista (1935). Desde 1935, os movimentos operários interpretados como ameaçadores, a consequente promulgação da Lei de Segurança Nacional de abril do mesmo ano e o fechamento da Aliança Nacional em julho revelavam já uma atmosfera alarmista. A fim de interromper os sucessivos estados de sítio e uma possível dominação comunista, Getúlio Vargas, impulsionado e apoiado pelo exército brasileiro, promoveu um golpe de estado, que deu início a uma ditadura em 10 de novembro de 1937, quarta-feira. A esta atmosfera já conturbada, somavam-se os problemas econômicos, sobretudo, aqueles oriundos da produção cafeeira, posto que a ausência de autonomia econômica e a dívida externa travavam qualquer possibilidade de renovação do aparato econômico. Se existiam problemas econômicos, por outro lado as dissidências no interior das classes dominantes também começavam a surtir preocupações, além dos levantes das camadas subalternas. Toda esta atmosfera parecia assinalar que o liberalismo clássico e o sistema representativo de governo eram inadequados à realidade brasileira, pois para os setores dominantes da época, estavam distantes de contribuir para a consolidação da unidade do país e para a defesa dos interesses nacionais. A justificativa para o golpe era, portanto, que prevalecia no país a defesa de interesses individuais em benefício das infiltrações comunistas, fragilizando a estrutura e a segurança nacionais, promovendo a desordem e, inevitavelmente, uma guerra civil. Segundo Nelson Garcia, em 1938, já não havia para o regime de governo vigente diferenciação entre os extremistas de direita ou de esquerda, integralistas e comunistas, que se valiam de artifícios múltiplos para a tomada do poder. Ambos os grupos, conscientemente ou não, eram provenientes de um regime de governo repleto de falhas e vícios, permitindo a influência de agentes estrangeiros. De acordo com Garcia, o argumento sempre presente era o de que o regime anterior promovia a desagregação, ameaçando a unidade da pátria e colocando o país sob a iminência de uma guerra civil. Daí a intensa necessidade, justificada ou não, de uma união sólida em prejuízo

⁹ Em 1937, quando o clima de instabilidade nascido em 1935 parecia se acalmar, surgiram indícios falsos de um plano organizado pelos comunistas, de cunho revolucionário, que incluiria uma série de assassinatos e violências na busca pelo poder e instalação do credo russo. Cogita-se que, a princípio, um relatório realizado pelo capitão Olímpio Mourão Filho foi interpretado pelo general e integralista Góis Monteiro como um documento oficial, obrigando o exército a agir em pró da estabilidade política e social do país. Como lembra o almirante Ernani do Amaral Peixoto, também genro de Vargas, “O Estado Novo viria com Getúlio, sem Getúlio ou contra Getúlio”. In: GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo - Ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982. p. 53.

das antigas teses federalistas. Assim, a divisão do país, fruto do prevaecimento de interesses regionais e particulares, deveria dar lugar à “unidade nacional”.

O novo momento político, econômico e social, propunha que a força adquirida pelo operariado urbano, através de algumas conquistas como as provenientes das leis trabalhistas do primeiro Governo Vargas (1930-37), fosse minimizada. Durante a vigência do Estado Novo, ao mesmo tempo em que se atendiam antigas reivindicações, procurava-se soterrar o passado de luta operária, maquiando-se as reais condições de trabalho e salário da categoria. Afigurava-se um discurso em que os dirigentes possuíam por princípio uma preocupação com os seus trabalhadores. A imagem transmitida era a de que ao contrário de outras nações, no Brasil, os benefícios eram outorgados pelo Estado de forma pacífica. Desse modo, o Primeiro de Maio, outrora conhecido como uma data de balbúrdia e desordem era doravante um momento de confraternização em uma sociedade homogeneizada, em que os interesses divergentes das classes diluíam-se no interesse da nação. Todos, independentemente da classe social a qual pertenciam, eram iguais, todos eram trabalhadores na construção de um destino comum. Uma vez que capital e trabalho dependiam um do outro, a cooperação mútua era imprescindível, pois permitiria equilibrar ambos os fatores e realizar os interesses tanto dos patrões quanto dos empregados.

A imagem de um governo paternalista e construtivo era consolidada através de um aparelho propagandístico extremamente eficiente em difundir informações e imagens que suscitavam um nacionalismo confesso, mediante um povo brasileiro repleto de qualidades, ordeiro, tolerante, compreensivo e, portanto, incompatível com reivindicações, lutas ou conflitos.

O processo de legitimação do Estado Novo foi sustentado pela veiculação de uma série de mensagens, que visavam corroborar a adequação da estrutura e funcionamento do regime às concepções e objetivos sugeridos. Assim, justificava-se o golpe e o regime pela sua adequação à realidade nacional, pela capacidade do Chefe, pelas obras realizadas e pelo apoio da população. Era como o nome propunha um novo Estado, uma nova fase do país que tinha em Vargas uma pessoa adequada a cumprir essa função de líder excepcional, carismático, mas simples e acessível, capaz de consolidar e cumprir os interesses do povo. A construção da personalidade ímpar de Getúlio foi uma das mais significativas atividades da propaganda do Estado Novo, capaz de produzir um verdadeiro culto à sua personalidade, através da popularização da imagem presidencial, ao mesmo tempo em que enrijecia o controle sobre a liberdade de expressão no país.

Um ambiente de instabilidade política também constituiu elemento facilitador para a ascensão de uma personalidade cativante que marcaria definitivamente a história política argentina.

Em 1943 um golpe militar contra o presidente argentino Castillo, instaurado pelos generais Pedro Pablo Ramirez e Edelmiro Farrel, no dia 4 de junho, direcionou à cúpula do poder o então coronel Juan Domingo Perón. Dotado de carisma pessoal e uma sólida capacidade de mobilização das massas, Perón obteve a maioria dos votos nas eleições presidenciais de 1946. Anteriormente, no período compreendido entre o golpe de 43 e as eleições de 46, a Argentina encontrava-se fustigada por agitações políticas e protestos de toda ordem. Os militares optaram por suprimir os descontentamentos gerais, partindo de uma fórmula que mesclava nacionalismo e autoritarismo: os partidos políticos foram dissolvidos, houve uma série de arrestos, estado de sítio, intervenção nas universidades, banindo intelectuais e artistas de orientação liberal. Romero Brest foi um deles.

Após sua destituição do cargo de professor da Universidad de La Plata em 1947, Brest desenvolveu práticas e formações alternativas para movimentar os circuitos oficiais como a Revista *Ver y Estimar* (1948-55) e os cursos de Estética e História da Arte que ministrou na Librería Fray Mocho.

Durante a Segunda Guerra, a posição de neutralidade argentina iniciada com o Governo Castillo durou até o alinhamento forçado com os norte-americanos, imposto ao Governo Militar já no final do conflito, fato que redundou em consequências pouco benéficas para a política internacional. Mediante a turbulência ideológica, as preferências contraditórias dentro das Forças Armadas, a conjuntura política interna e transformação do cenário internacional, concluíra-se que a política exterior não lograra êxito em sua função básica de contribuir para o desenvolvimento interno da Argentina, assim como para o fortalecimento da competência em decidir os próprios caminhos dentro da ordem mundial. A necessidade de uma transformação social iminente, aliada ao repúdio à dependência, foi solidificada pelo conflito provocado pela intervenção na política interna argentina pelo embaixador dos Estados Unidos, Spruille Braden. Esta foi uma das plataformas em que se apoiou o triunfo do general Perón na eleição presidencial de 1946. O novo governo surgiu, assim, com um perfil radicalizado em suas políticas sociais e em sua posição quanto à política internacional.

Juan Domingo Perón desempenhou, portanto, uma política econômica de cunho nacionalista, que fixaria as suas bases na expansão do gasto público, no reforço do papel do Estado na produção e na distribuição. Houve simultaneamente a implementação de uma prática de distribuição de renda baseada na alteração dos preços relativos em benefício dos

assalariados, além da criação de um sistema de incentivos e subsídios a favor da produção direcionada ao mercado interno, desestimulando a produção voltada para a exportação. O principal objetivo era estabelecer uma proteção das atividades domésticas, elemento que só mudaria em 1952.

Se por um lado as mudanças implementadas no sistema de produção eram extremamente visíveis, assim como o crescimento das vagas de emprego no setor industrial e de serviços, por outro, as políticas sociais postas em prática pelo peronismo pouco faziam pela questão cultural no país. Houve de fato uma manifesta integração do tecido social argentino, assim como uma maior equidade na distribuição de renda, mas como afirmara Romero Brest, para além das ações individuais no campo da cultura, que eram restritas, o plano oficial estabelecido pelo Governo argentino indicava um panorama ainda mais debilitado que o brasileiro no campo da cultura:

Nunca fue más bajo el nivel artístico, pero como nunca las clases trabajadora y media fueron comprendidas, siendo extremamente curioso que tanta insensatez como demostró Perón durante larguísimos diez años, haya tenido consecuencias en cierto modo progresistas. No me refiero a las leyes sociales que dictó; otros países de Latinoamérica las obtuvieron sin recurrir a la dictadura; me refiero a la desilusión de toda clase de ideología que los más avisados empezaron a tener acerca de la posibilidad de desarrollarse al margen de la política oficial. Una consecuencia reactiva que sólo pudo manifestarse claramente en el campo del arte, por ser el de la libertad interior. (BREST, 1969, p.26)

5 A INICIATIVA PRIVADA BRASILEIRA E UMA ARTE DE VANGUARDA.

Se ambos os países, Brasil e Argentina, apresentavam similaridades maiores ou menores no plano econômico e político, ambos aproximavam-se também por uma ação estatal tênue direcionada à cultura, através da defesa de uma arte de cunho nacionalista. Porém, a iniciativa privada no Brasil havia construído um projeto mais consistente do que o argentino, durante as gestões Dutra/Vargas, em relação à criação e expansão de museus e mostras, dando oportunidade ao desenvolvimento de uma arte de vanguarda, já que, os esforços governamentais visavam uma produção cultural de viés nacionalista:

A orientação no sentido de resguardar os recursos nacionais refletia-se, também, no plano da produção cultural, através de uma intensa preocupação e curiosidade para com temas e problemas especificamente brasileiros. A direção da corrente se fazia com a atuação do Estado, principalmente através do DIP, encarregado de “estimular as atividades espirituais, colaborando com artistas e intelectuais brasileiros no sentido de incentivar uma arte e uma literatura genuinamente brasileiras”. (GARCIA, 1982, p. 65).

No caso da Argentina, os pronunciamentos do Ministro da Educação Oscar Ivanissevich¹⁰ aliados às formas culturais do peronismo ligadas aos setores populares e distantes de projetos culturais mais complexos, marcaram uma profunda tensão entre o desenvolvimento de uma arte moderna e o peronismo. A Argentina peronista era fundamentada em uma relação estabelecida entre trabalhadores e o Estado. O processo de nacionalização da economia era apenas uma das direções tomadas pela intervenção estatal. Seguiu-se uma nova dinâmica, contrária às oligarquias, que era direcionada aos trabalhadores, que ansiavam por conquistas sociais. Na nova conjuntura, interna e externa, a indústria passou a ter uma dimensão nova, observada e norteadada pelo governo federal. Tornou-se, portanto, o setor de prioridade, já que o lugar privilegiado ocupado pelo comércio de bens agropecuários perdera importância, definindo novas opções econômicas e políticas diante da nova ordem econômica mundial.

Assim, no plano das artes e da literatura, o peronismo se estruturava sob formas conservadoras e tradicionais, através da valorização dos ensaios regionalistas e heranças criollas. Houve um processo de exaltação das figuras populares e de um passado hispânico, além da manutenção da Geração de 40. A imagem de um Estado forte e ascendente foi cultivada através da adoção de uma arquitetura neoclássica monumental, presente em países que vivenciavam outra realidade cultural, política e socioeconômica, como Alemanha, Itália e Rússia.

Assim como no Brasil, os meios de comunicação na Argentina vivenciaram forte censura. A *Secretaría de Información Pública*, chefiada por Raúl Apold foi responsável pelo total controle e divulgação de informações provenientes do cinema, do rádio, teatro e imprensa escrita. Algumas concessões eram feitas no sentido de equilibrar forças em conflito, liberando-se ou legalizando-se o que outrora era arbitrário, como as revistas culturais de circulação periódica. Tal fato indicava uma leve abertura ideológica, permitindo pequenas

¹⁰ A oposição realizada à arte abstrata pelo Ministro da Educação Oscar Ivanissevich assumiu dimensões caricaturais e revela o panorama artístico flutuante pelo qual passou a Argentina ao longo do governo Perón. São contradições, disputas e ações que não foram somente estéticas, mas também políticas. No discurso de abertura Del Salón Internacional de 1949, Ivanissevich, antiliberal e antirreformista, deixou clara a sua aversão à arte abstrata: *Ahora los que fracasan, los que tienen ansias de posteridad sin esfuerzo, sin estudio, sin condiciones y sin moral, tienen un refugio: el arte abstracto, el arte morboso, el arte perverso, la infamia en el arte. Son éstas etapas progresivas en la degradación del arte. Ellas muestran y documentan las aberraciones visuales, intelectuales y morales de un grupo, afortunadamente pequeño, de fracasados. Fracasados definitivos e incorregibles que no se resignaron a guardar en el anónimo su dolorosa miseria, tal como si un leproso en el periodo más repugnante de su mal saliera a exhibirse haciendo gala de sus tumores ulcerosos supurantes.* In: El arte moderno en los márgenes del peronismo. GIUNTA, Andrea. *Vanguardia, internacionalismo y política. Arte argentino en los años sesenta.* Buenos Aires: Paidós, 2001. p. 67.

expressões para além da adesão total ao sistema vigente, defendendo outros projetos culturais, responsáveis por um processo fendido no terreno das artes.

Foi nesse contexto que surgiu a Revista *Ver y Estimar*, conhecida por constituir um novo canal de difusão da arte contemporânea do período, auxiliando os leitores na apreciação estética e na elaboração de um pensamento crítico sobre o panorama estético local e mundial.

Brest, em sua revista mensal, revelava-se extremamente contrário aos partidarismos, determinismos e tradicionalismos impostos à arte argentina. O fato era que, no que tange às artes, a Argentina assumira uma posição introvertida, posicionando-se às margens dos eventos internacionais. Coube à heterogeneidade temática de sua revista romper as barreiras históricas e geográficas impostas pelo regime peronista, ao analisar indiscriminadamente os expoentes de uma arte latino-americana, europeia e/ou estadunidense.

Foi somente em 1952 que se promoveu um significativo envio de obras para a participação da XXVI Bienal de Veneza. Tal realidade, em termos comparativos, demonstrava que nem a gestão privada, nem o deficitário projeto cultural peronista eram capazes de sustentar um projeto tão atrativo e aglutinante quanto o brasileiro:

En contraposición con la Argentina, tanto el ámbito institucional artístico paulista como el panorama brasileño en general se activaron intensamente en la segunda posguerra. La política de la “boa vizinhança” – como se denominó a la aproximación que Brasil sostuvo con los Estados Unidos a partir de la Segunda Guerra – tendría múltiples conexiones y resultados en el espacio cultural. El proyecto paulista no sólo era avasallador como emprendimiento sino que también asombraba a Jorge Romero Brest la voluntad institucional de confrontar las numerosas líneas vinculadas a la definición de lo moderno. Recuérdense las exposiciones de Alexander Calder en Río y la de Max Bill en San Pablo a fines de los 40 y principios de los 50. Para JRB éste era un espacio de acción claro y específico que se articulaba con su propio programa moderno e internacional de cultura y lo legitimaba. Espacio que le era negado, al igual que a otras tendencias progresistas del ámbito de la cultura argentina, en el medio local. (GIUNTA; COSTA, 2005, p.139)

As criações, em 1947, do Museu de Arte de São Paulo e em 1948 do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e do Museu de Arte Moderna de São Paulo (Núcleo gerador das bienais de artes plásticas) foram acompanhadas por Brest. O crítico argentino rigidamente observou todos estes projetos: as conferências, os cursos, as compras de obras e publicações realizadas pelo MASP e, sobretudo a sua exposição inaugural do MAM-SP, “Do Figurativismo ao Abstracionismo”, realizada em 1949.

“Do Figurativismo ao Abstracionismo” lançou as primeiras fagulhas sobre o intenso debate sobre a figuração *versus* abstração que ocorreria ao longo da década de 1950 e apareceria no Congresso de 1961. Léon Degand, primeiro diretor do MAM de São Paulo, era

filiado às correntes francesas da abstração e ao convidar para a exposição em sua maioria artistas franceses, contribuía decisivamente para o conhecimento dessa corrente no Brasil, fortalecendo o caráter didático-informativo das primeiras bienais.

A exposição organizada por Léon Degand também foi apresentada em Buenos Aires no Instituto de Arte Moderno (IAM), instituição fundada em 1949 e financiada exclusivamente por Marcelo De Ridder. O Instituto mantinha um projeto diferenciado com a presença de artistas nacionais e estrangeiros, alguns nem sempre consagrados.

Romero Brest acompanhou também de forma bastante próxima o nascedouro e desenvolvimento do IAM, através de *Ver y Estimar*. Porém, para Brest o IAM não foi capaz de representar um projeto realmente moderno, pois o critério para a eleição de exposições, assim como os textos dos catálogos e os conjuntos selecionados para os salões “A Jovem Pintura Argentina”, (prêmio que Ridder sustentou de 1949 a 1959) não estimulavam a projeção de uma arte vanguardista. Ao contrário da dinâmica paulista, Ridder, na opinião de Brest, executava apenas um projeto de cunho romântico, individualista. Em São Paulo, instituía-se uma nova modalidade de mecenato, vinculado à indústria e aos setores emergentes da sociedade paulista, que buscavam projetar-se em um mundo econômico através de dispositivos culturais.

Para Brest, o Museu de Arte Moderno de São Paulo, ao instituir uma exposição internacional e periódica de artes plásticas, cumpriu uma função deveras importante: oferecer uma visão de conjunto das mais representativas tendências da arte moderna. Em uma postura aglutinante, o Museu estabeleceu premiações com valores igualitários para os artistas nacionais e estrangeiros. E mais: a grande quantidade e relevância dos prêmios, todos doados por instituições privadas, o que para o crítico argentino era um traço de distinção cultural, pois revelava um país, cujos setores econômicos¹¹ e intelectuais, preocupavam-se amiúde com o grau de desenvolvimento artístico do país.

6 O DIÁRIO CARIOCA E A IMPORTÂNCIA DAS BIENAS

Segundo o crítico Antonio Bento, embora tivesse seu princípio na Europa, após o cubismo, com os trabalhos de Kandinsky, Mondrian e outros, o abstracionismo apenas entrou

¹¹ Vale lembrar que os prêmios-aquisição da Bienal de São Paulo tinham o objetivo de fomentar o acervo do antigo MAM. Para tanto, utilizava-se a política de mecenato, em que a direção do Museu captava junto a empresários, associações e colecionadores uma quantia em dinheiro para financiar a compra de uma obra ou um conjunto de obras. Em alguns casos, eram os órgãos diplomáticos dos países participantes da Bienal que intermediavam essas aquisições ou as realizavam. Ao contrário da premiação regulamentar, os prêmios-aquisição da Bienal de São Paulo assumiam um caráter de permanência.

em voga, em Paris e nos demais centros europeus, após a Segunda Guerra Mundial. Os artistas assumiram uma posição introspectiva, voltando-se para seu mundo interior, “numa tentativa de fugir dos problemas, das inquietações e dos infortúnios desencadeados pela disputa imperialista. Mais ou menos a mesma coisa acontecera com o romantismo, após a Revolução Francesa.”¹²

Aponta o crítico que outro elemento intensificador da propagação da arte abstrata foi o interesse manifestado pelos colecionadores, pela crítica e público estadunidenses pela obra dos pintores abstratos, trazendo mudanças substanciais para os caminhos da arte a partir da década de 40. O surto da abstração informal dominaria doravante o cenário internacional de vanguarda:

Desde 1930 realizavam-se nos Estados Unidos exposições de trabalhos dos maiores nomes desse movimento. Seria assim criado pelos norte-americanos um mercado maior para as obras abstratas, inclusive na própria França. Esse fato contribuiu de maneira decisiva para o surto irresistível da abstração em Paris. Esta corrente fora muito hostilizada na época de seu aparecimento e mesmo após sua eclosão, nos fins da década de 30, sobretudo pelos adeptos da figuração realista. A luta travou-se nos meios artísticos e no seio da própria crítica, porque os partidários dos regimes socialistas, em ascensão após a derrubada de Hitler e Mussolini, atacavam abertamente os abstratos. (BENTO, 1980, p. 194)

Ainda em fevereiro de 1950, Antonio Bento afirmara em sua coluna no **Diário Carioca**, que o movimento artístico em São Paulo, notadamente em questão de exposições, permanecia melhor que no Rio de Janeiro. O Museu de Arte Moderna e o Museu de Arte de São Paulo recebiam um fluxo intenso de visitantes, ao contrário da capital carioca.

O evento considerado ápice desta rápida fermentação foi a Bienal Internacional de Artes Plásticas de São Paulo, ligada ao MAM-SP e realizada pela primeira vez em 1951, como gesto do industrial Francisco Matarazzo Sobrinho. Lourival Gomes Machado, diretor artístico da 1ª mostra e encarregado de organizar o texto do catálogo da primeira versão, afirmava que o propósito da Bienal era colocar a arte moderna do Brasil em contato com o circuito internacional e, ao mesmo tempo, situar São Paulo como centro artístico internacional. Assim, os artistas ficariam informados sobre o que ocorria em Paris, Nova Iorque e também sobre o que se passava na América Latina.

Por ocasião da I Bienal, Brest foi convidado por Ciccillo Matarazzo a participar como membro do Júri. Nesta primeira edição, a Argentina, por conta do marasmo cultural imposto pelo peronismo, não participou com o envio de obras. Brest teve a oportunidade de utilizar a legitimidade adquirida no ambiente paulista para marcar uma adesão total à causa abstrata,

¹² BENTO, Antonio. *Abstração na Arte dos Índios Brasileiros*. Spala: Rio de Janeiro, 1979. p. 53.

argumentando e defendendo a outorga do primeiro prêmio em escultura à obra **Unidade tripartida** de Max Bill. Segundo Brest:

El nombramiento (de jurado para la I bienal) me llegó a último momento y no pude estar en San Pablo cuando se reunió el jurado. Éste ya había entrado en funciones, otorgando el gran premio en pintura a André (sic) Chastel. (El que nunca hubiera votado), y los colegas me dieron sólo una hora para que viera toda la bienal. Lo hice devorando las obras y al final de la planta inferior, gran sorpresa, en rincón estaba Unidad Tripartita de Max Bill, una obra sobresaliente aun entre las sobresalientes de este artista. Con este bagaje de mínimas observaciones volví a la reunión del jurado dispuesto a dar la batalla por esa obra. (GIUNTA; COSTA, 2005, p.143)

Deste modo, o posicionamento de Brest frente a I Bienal paulista foi de vital importância para a evolução da arte abstrata brasileira. A sua figura de estudioso sério e reconhecido, juntamente com uma atuação marcante em *Ver y Estimar*, constituiu meio relevante de inserção no cenário internacional, estabelecendo contatos com distintas personalidades no âmbito da cultura. O número 26 da revista trazia uma crítica elogiosa aos esforços empreendidos por Francisco Matarazzo e sua esposa Yolanda Penteado em desviar a geografia das artes para São Paulo. Tratava-se de um grande esforço para promover a participação de artistas e obras européias e americanas nas edições futuras da Bienal paulista. Para Brest, o fato de que em um primeiro momento ficara patente uma ideia de improvisação organizativa da Bienal -além das preocupações com os custos e qualidade dos envios das obras- foi o motivo, em parte, da desconfiança por parte da Europa em enviar seus acervos para a América do Sul.

Consoante Kátia Canton¹³, a Bienal paulistana exerceu um papel de referência ao divulgar e expor aos brasileiros ao que havia de mais novo e significativo na arte internacional. O prêmio em sua edição inaugural à escultura **Unidade Tripartida**, obra abstrata do artista suíço, foi um reflexo do impacto causado por Max Bill com suas formas geométricas e matemáticas. Esse abstracionismo rigoroso influenciara definitivamente as artes brasileiras. A sua obra tornou-se um símbolo que corroborou para o desenvolvimento da arte construtiva brasileira a qual já passava por um processo de expansão desde o desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira dos anos de 1930 e 1940.

A edição seguinte da Bienal, 1953, que coincidia com o IV centenário da cidade paulista trazia uma série de iniciativas que visavam demonstrar um aperfeiçoamento e um caráter mais

¹³ CANTON, Kátia. Tendências Contemporâneas: Questões sobre a Arte no Brasil e no Mundo Ocidental. In: AQUINO, Victor. (org.) *Metáforas da Arte*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Estética e História da Arte/MAC USP. 2008.

expressivo e dinâmico da Bienal através das negociações, visando trazer ao país a obra *Guernica* de Picasso e a construção do Parque do Ibirapuera, projeto de Oscar Niemeyer.

A segunda Bienal apresentou de uma só vez, o cubismo, o futurismo e o neoplasticismo, além de retrospectivas de alguns dos maiores mestres do nosso tempo— Picasso, Mondrian, Klee, Munch, Moore, Calder e outros – enquanto as Bienais posteriores trouxeram o expressionismo e o surrealismo, além da retrospectiva de outros mestres, como Léger, Morandi e Chagall.

Essa Bienal consagrou Alfredo Volpi como o melhor pintor brasileiro. Apesar de muito influenciado pelo movimento concretista, esse artista procurou reintegrar alguns elementos figurativos em seu vocabulário. Chegou a se permitir, no início algumas “licenças poéticas”, ao pintar sensibílimas madonas, santos e sereias, em que a fantasia e a delicadeza se combinam. Contudo, via de regra, os elementos figurativos são geometricamente estilizados e entram nas composições como se fossem signos abstratos. É o caso de típicas obras dos anos 60. Há arcos que são lembranças de portais, fileiras de bandeirinhas alegremente ritmadas e até certas estruturas que podem lembrar a pintura abstrata informal que triunfava no Brasil na mesma época.

A II Bienal também contou com a presença de Brest como membro do Júri. Desta vez, a Argentina participou com um envio de obras, mormente abstratas.

No catálogo da terceira Bienal, em 1955, o crítico Antonio Bento menciona que “A tendência nacional vai assim aos poucos se enfraquecendo, enquanto aumenta o número de artistas abstratos. Na própria arte figurativa, são raros os que, nesta representação, seguem a tendência nacional. Pode mesmo ser notada sensível abstenção de artistas dessa corrente, os quais ficaram com a falsa impressão de que a Bienal dava preferência aos abstratos”.

Para María Amalia García, a presença de Brest no Brasil e o seu discurso legitimador da arte abstrata constituíam outra faceta das dificuldades vivenciadas em âmbito local. A resistência em aceitar as correntes abstratas estaria na forte permanência do modernismo nacionalista e da tendência social. Segundo Otília Arantes¹⁴, a atividade artística brasileira deveria estar diretamente vinculada a uma arte de caráter nacional, capaz de refletir e expressar o país em todas as suas vertentes. Basta recordar a hostilidade com que Mário de Andrade advertia à Tarsila do Amaral sobre os perigos da “tentação abstrata”. Além disso, o destino social da arte constituiu tópico privilegiado das discussões entre Andrade e Sérgio Milliet. O fenômeno da instalação institucional da arte abstrata se via como uma estratégia forçada que carecia de vínculo com a realidade brasileira. A adesão ao novo movimento

¹⁴ PEDROSA, Mário. Atualidade do Abstracionismo. In: ARANTES, Otília. (Org.). *Modernidade Cá e Lá: textos escolhidos IV*. São Paulo: EDUSP, 2000.

suscitou na crítica nacional sentimentos diferenciados sobre a divulgação e defesa do abstracionismo, levando em consideração suas várias vertentes.

Mário Pedrosa, por exemplo, em *Atualidade do Abstracionismo*¹⁵, assinala que a arte figura-se como dotada de uma independência tal que a permitiria engendrar uma revolução através da dinâmica concernente às formas. A arte abstrata encarnaria essa possibilidade, sendo capaz de executar com êxito tal propósito. Entretanto, Pedrosa não será adepto de todas as vertentes da arte abstrata: considera o abstracionismo informal como uma arte evasiva, introspectiva, incapaz de uma postura definida frente à realidade. O próprio termo informal trazia em seu cerne a idéia de antiforma, de anticonstrução, propondo a negação da percepção, o que, para Pedrosa, era significativo. A arte concreta, por sua vez, na busca por uma cor pura, exigia estilo, impingia um rigor, sendo capaz de fornecer subsídios para a formação da infrarrealidade humana. Para Pedrosa, a arte concreta representava um esforço construtivo, uma disciplina, uma postura otimista ante um país em vias de crescimento.

Sérgio Milliet, personalidade de vital importância na criação do MAM-SP, manteve uma postura compreensiva a respeito dos debates entre a abstração e a figuração, ainda que não manifestasse nenhum interesse em defender a primeira corrente. Pelo contrário, no Prefácio do Catálogo da exposição *Do figurativismo ao abstracionismo*, Milliet marcava com elegância o seu desacordo com o abstracionismo militante de Degand.

Antonio Bento, por outro lado, sempre foi um dos maiores defensores da abstração lírica dentro de um contexto de intenso repúdio a essa vertente:

Que diferença há, bem feitas as contas, entre um “conceito”, da arte geométrica ou concreta, e uma “emoção” ou uma “sensação” da arte lírica? Do ponto de vista da psicologia ou da estética, essa diferença simplesmente não existe. Até mesmo pelo fato de saber-se que o papel do inconsciente é maior do que o do consciente e da razão, em todas as artes. Não somente nas artes visuais, como principalmente na música, na poesia e na literatura. A música é a mais universal das artes, exatamente pelo fato de ser aquela em que as forças ocultas da alma e o mistério, inerente à própria condição humana, manifestam-se com maior intensidade. (BENTO, 1983, p.183)

E foi no II Congresso de Críticos de Arte¹⁶, de 1961, que Antonio Bento ratificou sua defesa ao abstracionismo informal. O evento, presidido pelo próprio Antonio Bento, foi

¹⁵ Idem.

¹⁶ De 12 a 15 de dezembro de 1961 realizou-se, por ocasião da 6ª. Bienal de São Paulo, o II Congresso de Críticos de Arte, realizado pela Associação Brasileira de Críticos de Arte, com patrocínio do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Tal evento dispôs da presidência geral de Antonio Bento de Araújo Lima, e teve por tema comum: A problemática da Arte Contemporânea. Integraram a lista de convidados: Francisco Matarazzo Sobrinho (Presidente da Bienal), Mário Pedrosa (Diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo), Aloísio de

composto por oito sessões, porém coube a 5ª Sessão Plenária, do dia 14 de dezembro, debater a *Controvérsia Figurativismo-Abstracionismo*. Nessa oportunidade o crítico potiguar, além de presidir a Sessão, também apresentou o ensaio *Figuração – Arte Abstrata*.

Os estudos e reflexões de Antonio Bento sobre a produção de Kandinsky e as teorias desenvolvidas por Michel Seuphor permitiram identificar e valorizar as contribuições do artista abstrato inclusive para a arte brasileira.

Antonio Bento visava demonstrar o valor da abstração e da pintura subjetiva de Kandinsky, definindo-o como “o mestre por excelência da arte não representativa” ao aproximar pintura e música, obtendo nessa proposta êxito.

O debate apresentou o posicionamento antagônico entre figurativos e abstratos. Uma das principais críticas tecidas pela primeira corrente consistia no fato de que as ramificações do abstracionismo informal (expressionismo abstrato, o concretismo e o neodadaísmo) simbolizavam a tensão humana e a agonia individual. Tal fato teria desencadeado uma arte intimista e anárquica, de caráter burguês. Por outro lado, os abstracionistas, pontuavam que a arte em seus primórdios, ainda que figurativa, partiu da idealização, da abstração da natureza sensível, tanto no Ocidente como no Oriente. A posição formalista adotada pelo realismo colocou-o em uma categoria cômoda, com semblante de tradição.

É que fato que, embora representassem caminhos opostos, as duas correntes buscavam vias de reflexão, desenvolvimento e expansão dentro de uma mesma sociedade, com criações artísticas fecundas e bem resolvidas esteticamente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As influências da arte abstrata transcenderam o circuito europeu e, no Brasil, assumiram características e dimensões bastante peculiares. Como recorda Bento, o triunfo da arte abstrata ocorreu de fato, após a Segunda Guerra Mundial, de 1945 a 1950, rompendo, gradualmente as objeções a essa arte. A produção predominante era a da abstração geométrica, que se havia tornado, principalmente através do *Salon des Realités Nouvelles*, a expressão em voga da época. A publicação em Paris da revista *Cercle et Carré*, 1930, a organização de diversas mostras além da formação do grupo *Abstraction Création*, 1931, foram acontecimentos importantes. Muitos pintores figurativos aderiram à arte abstrata, enquanto outros se filiaram ao movimento porque sentiam que a abstração se havia tornado a verdadeira linguagem artística da atualidade.

O crescimento da arte abstrata no Brasil foi marcante e, já no início dos anos de 1950, o país presenciou, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, movimentos de arte concreta e neoconcreta. Tais manifestações originaram um processo artístico ciente de sua especificidade enquanto sistema de informação construído por meio de procedimentos mentais e sistemáticos. Segundo Canton¹⁷, o concretismo /neoconcretismo, na arte, constituiu-se como promessa da construção do novo por meio de uma linguagem universal ausente de excessos de subjetividade e emotividade. Libera a arte de questões externas a ela mesma, ao mesmo tempo em que estabelece sua autonomia e necessidades formais e construtivas.

A arte abstrata, para Antonio Bento, encontrou meios de expansão e desenvolvimento em função da receptividade favorável que encontrara nos Estados Unidos. No contexto da Segunda Guerra Mundial a migração de diversos artistas europeus para o país estadunidense, contribuiu para que, primeiramente o cubismo já em 1939 e depois as modalidades não figurativas, de uma forma geral, se consolidassem em Nova York. Posteriormente o fenômeno encontrou meios de desenvolvimento em Paris em 1946, assim como nas demais cidades europeias.

Se em Nova Iorque a grande questão era por qual motivo a arte abstrata consolidara-se de forma tão unânime, se por convicção ou gosto, no caso do Brasil, o problema era de outra ordem. Aqui o que permanecera era a dúvida sobre a capacidade da arte abstrata em expressar a preocupação com o homem e os problemas sociais, principal inquietação dos figurativos. A conotação alienada, individualista impingida aos abstratos, desde fins do Estado Novo, fortalecia a ideia de uma arte frágil e pouco útil à sociedade como instrumento de mudanças e crítica social. Tal imagem fortalece-se no final da década de 1950, quando o Brasil, sob a presidência de Kubitschek, buscou um novo padrão de desenvolvimento e industrialização proposto pelo plano de Metas¹⁸.

¹⁷ CANTON, Kátia. Tendências Contemporâneas: Questões sobre a Arte no Brasil e no Mundo Ocidental. In: AQUINO, Victor. (org.) *Metáforas da Arte*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Estética e História da Arte/MAC USP. 2008.

¹⁸ Lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Juscelino Kubitschek venceu a disputa pela presidência do Brasil em 1955 contra os candidatos Adhemar de Barros e Plínio Salgado. O período anterior a sua posse foi marcado por forte turbulência política. O rumor de um golpe, tramado pelo então presidente em exercício Carlos Luz e por políticos e militares pertencentes a UDN contra a posse de Juscelino Kubitschek, gerou reação por parte do ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott. O Ministro mobilizou tropas militares que ocuparam importantes prédios públicos, estações de rádio e jornais. Em caráter provisório, o governo foi assumido pelo presidente do Senado, Nereu Ramos que se encarregou de transmitir o cargo a Juscelino Kubitschek a 31 de janeiro de 1956. Iniciou-se a partir de então um governo de caráter populista com objetivos de desenvolvimento tanto para o setor público quanto para o privado. No âmbito econômico, o lema do governo era "Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo" para transformar esta proposta em realidade criou-se o chamado Plano de Metas. Houve investimentos em estradas, em siderúrgicas, em usinas hidrelétricas, na marinha mercante e a construção de Brasília, que embora não constasse no projeto inicial, foi um reflexo desta era de progresso. O Programa baseava-se em 30 metas que compreendiam os Setores de energia (1 a 5), Setores do transporte (6 a 12), Setores da alimentação (13 a 18), Setor da indústria

Em um contexto, de questões políticas, econômicas, artísticas e sociais intensas, surge o abstracionismo em suas várias vertentes em oposição a uma arte figurativa preocupada a um tempo com a modernidade e a identidade cultural; uma arte de valorização do homem e de suas necessidades. O modernismo com seu caráter de defesa do local, do artesanato e da capacidade criativa intensificou o debate, cujo ponto nevrálgico pode ser identificado, segundo Lisbeth Rebollo Gonçalves, como uma oposição entre “arte nacional X arte internacional”.

Nesse sentido, Lisbeth Rebollo, em *As Bienais e a abstração* suscita importantes questões, sobre o elemento abstração, no contexto da Bienal, enquanto concretização deste movimento de internacionalização:

1. Se se trataria de uma “forma revolucionária” ou de uma “reforma” coerente com um projeto ideológico mais amplo.
2. Se a linguagem universal apreendida seria um valor de ascensão a uma “nova etapa”, mais condizente com a realidade brasileira.
3. Se a ênfase de uma “racionalização orgânica”, “funcional”, ou de uma “subjetividade emocional”, apreendida em depoimentos de artistas atuantes no período, não estaria de acordo com tudo isso. (GONÇALVES, 2004, p.29)

É fato que, ao tornar-se centro de atração para todos os artistas do Brasil e do mundo, a Bienal pôde, por sua vez, despertar também um movimento interno de aproximação artística entre as diversas províncias culturais do país.

Do mesmo modo, para além das fronteiras nacionais, foram de grande importância as intervenções culturais e análises realizadas por Jorge Romero Brest, através das páginas da revista *Ver y Estimar*. O intenso diálogo praticado entre Brasil e Argentina permitiu vislumbrar duas nações com projetos vanguardistas em níveis diferenciados, mas que passaram por momentos políticos bastante próximos. Marca-se assim, a posição marcante de Romero Brest como divulgador e propulsor da arte de vanguarda na Argentina. *Ver y Estimar* assumiu assim, posição ímpar no cenário artístico argentino, uma vez que os canais difusores para a nova vertente artística eram escassos. As notas sobre a arte de vanguarda quando existiam na imprensa periódica eram breves e raramente ilustradas. Ainda que a base principal fosse a divulgação da arte moderna, *Ver y Estimar* ostentava uma grande heterogeneidade temática, abarcando outros períodos da História da Arte. Não havia, portanto, limitações geográficas que determinassem uma arte europeia, estadunidense ou latino-americana. Brest

de base (19 a 29), Setor da educação (30). Apesar do intenso crescimento da indústria (aproximadamente 80% na área de bens de capital,) e do apoio dos diversos setores sociais (militares, empresários e sindicatos) houve também um crescimento da dívida externa e a abertura do país ao capital das multinacionais, gerando uma paulatina desnacionalização econômica.

confirmava, assim, a postura de que a crítica deve enriquecer-se por seus fundamentos teóricos e por seu modo inteligente de explorar, conhecer e conceber a realidade.

A década situada entre a criação da Bienal, em 1951, e a inauguração de Brasília, em abril de 1960, foi um dos períodos mais férteis da história da arte brasileira no século passado. Foi também o período áureo da crítica de arte no país. As críticas difundidas em periódicos, como o **Diário Carioca**, por exemplo, buscavam uma aproximação do público e dos intelectuais da época com os principais debates e mudanças artísticas vivenciadas pelo país. A presença de uma crítica especializada como a de Antonio Bento de Araújo Lima fomentou os debates em torno da abstração *versus* figuração rumo à consolidação da arte abstrata como linguagem artística válida também para a realidade brasileira. Isso porque, simultaneamente à busca de uma linguagem universal, fez-se um esforço extraordinário no sentido de definir uma linguagem própria para as artes visuais, promovendo a autonomia dos meios plásticos e, ao mesmo tempo, a criação de um vocabulário específico para a crítica de arte.

8 REFERÊNCIA

AMARAL, Aracy. (org.). *Projeto Construtivo brasileiro na arte: 1950-1962*. Rio de Janeiro/São Paulo: Museu de Arte Moderna/Pinacoteca do Estado de São Paulo, 1977.

AQUINO, Victor. (org.) *Metáforas da Arte*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Estética e História da Arte/MAC USP. 2008.

ARANTES, Otfília. (Org.). *Modernidade Cá e Lá*. São Paulo: EDUSP, 2000.

BENTO, Antonio. *Abstração na Arte dos Índios Brasileiros*. Spala: Rio de Janeiro, 1979.

_____. *Expressões da Arte Brasileira*. Spala: Rio de Janeiro, 1983.

_____. *Portinari*. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 1980.

BULHÕES, Maria Amélia; KERN, Maria Lúcia Bastos.(Orgs.) *Artes Plásticas na América Latina contemporânea*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994.

FERRER, Aldo. *Historia de la globalización: orígenes del orden económico mundial*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2000.

_____. *La Economía Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2004.

GARCIA, Nelson Nelson Garcia, *Estado Novo - Ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

GIUNTA, ANDREA. *Vanguardia, internacionalismo y política. Arte argentino en los años sesenta*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

GIUNTA, Andrea; COSTA, Laura Malosetti.(org) *Arte de Posguerra- Jorge Romero Brest y la Revista Ver y Estimar*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo (Org.). *Ségio Milliet, 100 anos*. São Paulo: ABCA, 2004.

ROMERO BREST, Jorge. *El arte en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1969.

_____. *La Pintura Europea – 1900-1950*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1952.

ROMERO, Luis Alberto. *Historia Contemporânea Argentina*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Rio de Janeiro.

BENTO, ANTONIO. O museu de Arte Moderna de São Paulo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1950. As artes. p. 06.

ABSTRAÇÃO COMO LINGUAGEM, perfil de um acervo. São Paulo, Edições Pinakothek, 2004.

VER Y ESTIMAR. Buenos Aires: Editorial Losada, v.26, nov. 1951.

Recebido em 23/11/2017.

Aceito em 01/12/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.140711

ISSN: 1676-6288

CATÁSTROFES, MUERTE Y RENACIMIENTO EN LA LITERATURA MAYA ACTUAL DE GUATEMALA***CATAclysms, DEATH AND REBIRTH IN THE CONTEMPORARY MAYAN LITERATURE OF GUATEMALA****Michela Craveri*¹

Universidad Católica de Milán, Italia

Resumen: El artículo se propone el estudio de la narrativa maya contemporánea de Guatemala, en particular de la obra de los dos ganadores del premio de literatura maya de Guatemala B'atz' 2007, Leoncio Pablo García Talé y Miguel Ángel Oxlej Cúmez. Se intentará una lectura de sus textos a la luz de las dinámicas culturales de la sociedad maya actual, su sistema simbólico y su cosmovisión. La literatura maya contemporánea es un espacio de cuestionamiento político y social, que propone una manera específica de interpretar la realidad, más allá de la adhesión rígida al canon literario occidental.

Palabras clave: literatura maya actual; Leoncio Pablo García Talé; Miguel Ángel Oxlej Cúmez

Abstract: This article aims to the study of contemporary Maya narrative of Guatemala, particularly the texts of the winners of Mayan literature Prize B'atz' '2007, Leoncio Pablo Garcia and Miguel Ángel Oxlej Cúmez. Their texts will be studied according to the cultural dynamics of the current Mayan society, their symbolic system and their spirituality. Contemporary Mayan literature is a space for political and social reflections, which proposes a different way of interpreting reality, beyond the rigid adherence to a literary canon imposed from western culture.

Key words: Contemporary Mayan literature; Leoncio Pablo García Talé; Miguel Ángel Oxlej Cúmez.

Resumo: O artigo propõe o estudo da narrativa maia contemporânea da Guatemala, principalmente da obra dos vencedores do prêmio B'atz' 2007 da literatura maia,

¹ Michela Craveri, Doctora en Estudios Mesoamericanos por la UNAM, México. Profesora de tiempo completo de Literatura Hispanoamericana, Facultad de Ciencias Lingüísticas y Literaturas Extranjeras, Universidad Católica de Milán, Italia. Email: michela.craveri@unicatt.it.

Leoncio Pablo García Talé e Miguel Ángel Oxlay Cúme. Os seus textos serão analisados de acordo com as dinâmicas culturais da sociedade maia atual, o seu sistema simbólico e sua espiritualidade. A literatura maia contemporânea é um espaço de questionamento político e social que propõe um modo diferente de interpretar a realidade, além da adesão rígida a um cânone literário imposto pela cultura ocidental.

Palavras-chave: literatura contemporânea maia; Leoncio Pablo García Talé; Miguel Ángel Oxlay Cúmez

1 CULTURA MAYA Y POSMODERNIDAD EN GUATEMALA: LOS RETOS DE UNA SUPERVIVENCIA

Cabe preguntarse si en una sociedad globalizada, en la que predominan los modelos impuestos por la industria cultural norteamericana, tiene cabida la expresión cultural periférica, la supervivencia de modelos alternativos de producir y de vivir la cultura. Afortunadamente, la identidad cultural y sus canales expresivos se arraigan en los hábitos cotidianos y en modelos de pensamiento descentrados, que escapan de una aplicación unívoca de lo que tiene que ser la cultura (GARCÍA CANCLINI, 2002, p. 63-66). Así, al lado de la difusión de un mercado cultural que tiene sus centros en las capitales norteamericanas y europeas, siguen desarrollándose caminos alternativos, maneras de vivir y de interpretar al mundo, como en el caso de la cultura maya actual de Guatemala. Sin embargo, si por un lado no podemos comprender la realidad desde un punto de vista unívoco, por otro tampoco podemos reconstruir las dinámicas culturales a través de perspectivas cognitivas pulverizadas por la posmodernidad. Es importante considerar las expresiones culturales indígenas no como partículas dispersas, carentes de cohesión, sino como haces de sentido y de interpretación, que se componen en sistemas homogéneos e integrados dentro de un sistema cultural como es el guatemalteco.

Por esta razón, una expresión cultural siempre será fruto de un sistema que lo produce y lo interpreta, dándole un sentido y una función. Podemos apreciar entonces la presencia de redes sociales y culturales complejas que se integran, se tocan y se influyen, aun fuera de los canales y de las formas institucionales globalizadas. Hablar

de cultura indígena hoy en Guatemala no significa el rescate de formas cristalizadas, ni la reconstrucción de prácticas aisladas, sino el reconocimiento de un sistema vivo, con sus propios centros y vías de expansión. La identidad maya en última instancia no es un estado, sino un movimiento, “un proceder transitorio” sobre el cual se construye la conciencia de una cultura (VILLORO, 2011, p. 33; BERMÚDEZ, 2002).

Es importante considerar la identidad indígena como un proceso integrado de diferenciación y de identificación, con su propio sistema de valores (BARCELÓ, 1995, p. 231). Esto significa que tenemos que considerar al mundo maya guatemalteco no como una estructura cerrada, sino como una continuidad de cambios y de afirmaciones culturales, dentro de una realidad más amplia con la cual interactúa incesantemente. Las expresiones culturales indígenas actuales construyen su discurso político desde la subalternidad, más allá del planteamiento monocultural del estado nacional. La literatura maya es en este contexto un espacio de cuestionamiento político, que permite reapropiarse de la historia indígena según específicas coordenadas culturales dentro de la historia nacional (CAL MONTOYA, 2008, p. 19-20; BECKER y DELGADO, 1998).

Las expresiones literarias mayas guatemaltecas responden hoy a una necesidad cada vez más urgente de visibilizar maneras de ser fuera de lo canónico e institucional. Se trata de una tentativa de reconstruir una imagen de la sociedad desintegrada por las guerras civiles, la violencia actual, las migraciones y la globalización. A raíz de los Acuerdos de paz de Guatemala de 1996, la literatura se configura como un espacio de reapropiación de símbolos y códigos tradicionalmente negados y marginados (MÉNDEZ SALINAS y ALVARADO, 2012, p. 17-18). Y las voces indígenas representan una de las expresiones de la conciencia crítica nacional, dentro del debate interétnico que deriva de este momento histórico. Así, en Guatemala, figuras como Humberto Ak'abal, Víctor Montejo, Gaspar Pedro González, Maya Cu, Rosa Chávez, Sabino Esteban, Daniel Caño y Leoncio Pablo García Talé construyen un espacio de cuestionamiento de lo que es la literatura, fuera de los cánones de tradición occidental, ladina, hegemónica y en español. A partir de los años Noventa, la literatura guatemalteca empieza a englobar espacios cognitivos no tradicionales, con nuevos sujetos y nuevos actores sociales (ACEVEDO LEAL, 2012, p. 33-36).

Las expresiones literarias indígenas actuales a menudo no circulan en los canales globalizados, no aparecen en el mercado cultural occidental, sino que vehiculan

significados dentro de sus ámbitos sociales, como caja de resonancia de un sentir contemporáneo, complejo, sincrético, vivo. Estas expresiones culturales no se presentan solo como resistencia a la modernización, sino como espacios en los que se disputa el sentido social (GARCÍA CANCLINI, 2002, p. 90). En esta lógica a-globalizada adquiere tanta importancia la dimensión territorial: el lugar de origen, la pertenencia al barrio, el espacio que provee de sentido la existencia humana fuera de la abstracción de lo global. El paisaje se configura como una geografía sagrada y como santuario de los ancestros, clave de la identidad (MONTEJO, 2005, p. 146).

Sin embargo, si bien es cierto que el espacio comunitario es el referente básico de la identidad, los miles de desplazados, lejos de sus lugares de origen, están obligados a crear nuevas comunidades, sin tierra ni territorio. Tienen que reconstruir su identidad fuera de los ámbitos tradicionales, buscando un sentido colectivo en su lengua, su religión y su cosmovisión. La posibilidad de cumplir con la “comunidad imaginada” mantiene el sentido de pertenencia y la identidad del individuo, aun en contextos desterritorializados (MONTEJO, 1999, p. 16; ALONSO, 2000, p. 56-59; ARELLANO MARTÍNEZ, 2000, p. 78).

2 LOS MOVIMIENTOS INDÍGENAS Y LA REIVINDICACIÓN ÉTNICA

Uno de los acontecimientos sociales más interesantes que resultaron a partir de los años Noventa fue el nacimiento de movimientos de afirmación étnica en todo el continente, con el fin de promover la cultura indígena y de fomentar el nacimiento de un pensamiento crítico colectivo, también fuera de los confines de las comunidades (FISCHER y MCKENNA BROWN, 1996; MONTEJO, 2005, p. 16-17). Estos movimientos se desarrollaron en un momento de crisis de los modelos tradicionales de estado-nación, que han revelado la falacia de cualquier proyecto de ladinización (ARELLANO MARTÍNEZ, 2000, p. 77). La participación de los pueblos indígenas en los movimientos armados de los años Setenta y Ochenta en Centroamérica ha contribuido a una toma de conciencia de los temas políticos de identidad, afirmación cultural y derecho a la igualdad dentro de los estados modernos. Así, varios intelectuales indígenas, poetas, maestros rurales, sacerdotes, médicos y líderes políticos han evidenciado la importancia de presentarse como actores y sujetos activos en el debate interétnico y en la defensa de una manera de vivir su propia identidad. La revitalización de los idiomas, la defensa de

los derechos humanos, la lucha por una igualdad jurídica y de acceso a los recursos han representado los objetivos prioritarios de este movimiento, que actúa a nivel cultural, social, económico y político (MONTEJO, 2005, p. 29-30 y 80; DEL VALLE ESCALANTE, 2008, p. 30).

En el caso del movimiento maya guatemalteco, el propósito ha sido el de alcanzar el reconocimiento institucional de los mayas como “Nación o Pueblo”, o sea como un ente político diferenciado dentro del estado, junto a otros sujetos culturales (DEL VALLE ESCALANTE, 2008, 30). Esto significa reconocer que el proyecto de ladinización y de asimilación cultural de la diversidad no ha sido y no puede ser sustentable, puesto que las condiciones entre los sujetos culturales no son paritarias. Los proyectos de mestizaje no pueden dar otro resultado que una incipiente hispanización y la nivelización de las diferencias, con una consecuente aniquilación de la mayanidad (MATO, 2002; MIGNOLO 2002).

La propuesta del movimiento maya, al contrario, es la de partir de la identidad para afirmar el proyecto político y cultural de cada sujeto, con un mismo estatus institucional y con una misma dignidad cultural. De la misma manera, reivindica para los mayas el derecho a la modernidad, al consumo de bienes globales, al acceso a los medios de comunicación, sin que por esto se hable de una hibridación o de una pérdida de identidad. La entrada del mundo maya en la posmodernidad no significa la destrucción de una supuesta pureza biológica o cultural - que de hecho no existe- sino la capacidad de renovación de sus propios horizontes culturales, como cualquier cultura viva (DEL VALLE ESCALANTE, 2008, p. 135-137). Además, son precisamente los instrumentos de la posmodernidad, el uso de internet, las migraciones y la creación de redes globales, las que han favorecido la afirmación étnica de millones de indígenas de todo el continente, que se enfrentan por primera vez cara a cara, vinculados por los mismos problemas y las mismas necesidades. La red sirve también de medio de difusión de obras e ideas entre diversos actores, fuera y dentro del mundo indígena (BECKER y DELGADO, 1998; FRISCHMANN, 2007, p. 91). Experiencias como las migraciones de hombres y mujeres indígenas a Estados Unidos han creado nuevas condiciones de confrontación y de colaboración de sujetos discriminados (MONTEJO, 1999, p. 187). Esta situación al mismo tiempo puede constituir un mecanismo alienante de confrontación intercultural, al entrar en contacto con un mundo “supraladino”, del cual

no se conocen las claves de interpretación y al cual es muy difícil acceder (CABARRÚS PELLECCER, 2001, p. 76).

El movimiento maya plantea nuevas categorías étnicas y culturales que puedan ir más allá de la dicotomía indio-ladino, rural-urbano, atrasado-moderno, incluyendo concepciones dinámicas y en desarrollo de la identidad. Esta se presenta como la confluencia de distintos horizontes simbólicos, entre lo nuevo y lo viejo, lo local y lo global, lo individual y lo colectivo, en una lógica de inclusión más que de diferenciación (WATANABE y FISCHER, 2004, p. 7-8). El movimiento maya propone entonces identidades autónomas de la concepción occidental. Se trataría de llevar a cabo un proceso de descolonización no solo política, sino también de representación, devolviendo al mundo indígena su perspectiva cognitiva y su derecho a la diversidad. El movimiento maya promueve también un discurso sobre la autenticidad interna al mundo maya, ya libre de categorías culturales impuestas por el proyecto civilizatorio de Occidente (MONTEJO, 2005, p. 7-8; DEL VALLE ESCALANTE, 2008, p. 136-137). La identidad no se puede considerar solo en términos biológicos y culturales, sino como un posicionamiento político, que implica una experiencia histórica desde la cual actuar y pensar (DEL VALLE ESCALANTE, 2008, p. 164-166).

3 LA LITERATURA MAYA ACTUAL: PERSPECTIVAS Y FORMAS

Uno de los fenómenos culturales más interesantes de los últimos años es la proliferación de textos literarios escritos en lenguas indígenas. Este fenómeno no es nuevo, evidentemente, pero la importancia radica en que por primera vez la literatura maya circula fuera de los canales comunitarios, sin la necesidad de intermediarios, editores o traductores occidentales (CHACÓN, 2007, p. 55-56). Podemos decir que paralelamente a los movimientos indígenas de reivindicación política, la literatura participa en la descolonización cultural, en el momento en que los autores se proponen como sujetos narrativos y no como objetos de estudios antropológicos o etnopoéticos por parte de intelectuales ladinos. La verdadera novedad consiste entonces en la consideración de esta poesía como una expresión autónoma de los canales tradicionales impuestos por el canon occidental. La literatura maya empieza a adquirir una autonomía cognitiva y una nueva dignidad frente a los ojos de Occidente, en sus propuestas de interpretación, en su autónomo sistema simbólico, en fin en sus modelos retóricos.

Además, el uso escrito de la lengua en los textos literarios por un lado determina su expresión prestigiosa y por otro permite que las lenguas marginadas penetren en ámbitos tradicionalmente negados, como la educación y la legislación (ARELLANO MARTÍNEZ, 2000, p. 81).

La situación no es uniforme en el área maya. La condición política y social en la que circula la literatura maya en México es muy peculiar. A partir del reconocimiento en 1992 en la constitución mexicana de la conformación multilingüe, multicultural y multiétnica del país, varias instituciones públicas han intentado fortalecer la producción literaria en lenguas indígenas. En este marco jurídico han nacido academias y asociaciones culturales, la mayoría de las veces con el apoyo del estado, con la intención de difundir las lenguas de México, promover la alfabetización en las lenguas indígenas y organizar talleres para crear y transcribir textos ancestrales en sus propios idiomas (SHRIMPTON MASSON, 2012, p. 15-17; MAY MAY, 2012, p. 97-100).

Podemos citar el caso de la Dirección general de Culturas Populares de CONACULTA, que desde 1994 otorga el premio Netzahualcóyotl dirigido a obras literarias escritas en las lenguas de México o también la Casa de los Escritores en Lenguas indígenas, con el apoyo del gobierno mexicano y de la UNESCO (HERNÁNDEZ, 1999, p. 48-50). Los entes públicos que se han ocupado de la creación literaria en lenguas indígenas son múltiples, como el Departamento de Culturas Étnicas de la UNACH, el Centro Estatal de Lenguas, Artes y Literaturas Indígenas (MARTÍNEZ GÓMEZ, 2000, p. 405), el Instituto para el Desarrollo de la Cultura Maya de Yucatán (INDEMAYA) y el Instituto Nacional Indigenista (hoy Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas). Además, se han organizado talleres literarios, con el afán de transmitir herramientas de construcción textual y de transcripción de textos orales. Así, se ha publicado una enorme cantidad de obras de recopilación oral y una nueva producción escrita, fomentada de alguna forma por las instituciones estatales y por intelectuales mexicanos y extranjeros (MAY MAY, 2012, p. 97-113; LEIRANA ALCOCER, 2012, p. 160-169).

El caso de Guatemala es muy distinto, puesto que la violencia institucional y el conflicto armado han negado cualquier tipo de sinergia entre el estado y las culturas marginadas. El movimiento étnico se ha formado fuera de las instituciones y sobre todo en contra de las mismas, ya que estas constantemente se han mostrado indiferentes y

hostiles a sus reivindicaciones. Es verdad que en Guatemala instituciones como Oxlajuuj Keej Maya' Ajtz'iib' (OKMA, una asociación de lingüistas mayas), la Academia de lenguas mayas de Guatemala o la editorial Cholsamaaj promueven la cultura indígena, pero no hay una intervención oficial del estado que reconozca el estatus paritario de las expresiones culturales mayas con respecto a las ladinas.

El único premio literario conocido hasta la fecha específicamente dedicado a promover la literatura maya ha sido una iniciativa privada. El escritor Rodrigo Rey Rosa decidió dedicar el dinero ganado en 2004 con el Premio Nacional de Literatura a la organización del premio B'atz', para las mejores obras literarias escritas en alguna lengua indígena de Guatemala. En colaboración con ADESCA (Aporte para la Descentralización Cultural), se formó un jurado para la evaluación de textos de diferentes géneros literarios. Los ganadores fueron el poeta k'iche' Leoncio Pablo García Talé, originario de Totonicapán, por *B'ixonik tzij ke uk'ulaj kaminaqib'* (*Canto palabra de una pareja de muertos*) y el escritor kaqchikel Miguel Angel Oxlaj Cúmez, de Comalapa, por *Ru Taqkil Ri Sarima'* (*La misión del Sarimá*). La de 2007 fue la única edición del premio.

La autonomía de los movimientos culturales y de la literatura maya con respecto a las instituciones del estado si por un lado ha obstaculizado su desarrollo, por otro ha provocado una mayor libertad expresiva de los modelos formales y cognitivos occidentales. Con respecto a México, la actual poesía indígena guatemalteca no se ha formado dentro de talleres literarios, sino en la misma espiritualidad comunitaria. Esta literatura ha sido y es una forma de interpretar la realidad según los esquemas simbólicos de la cultura maya, una práctica cultural que al mismo tiempo conserva y transmite una visión viva, colectiva y significativa para el grupo social. No quiero negar con eso el carácter individual y la originalidad creativa, sino mencionar que para las coordenadas culturales mayas el individuo es un ser indivisible de su comunidad, una expresión de un sentido social más amplio, que abarca distintas generaciones y distintas maneras de ser.

En esta perspectiva, la literatura es un lugar de enunciación crítica, basado en la cosmovisión colectiva, un espacio donde realizar conscientemente las creencias y las prácticas culturales de la comunidad (DEL VALLE ESCALANTE, 2008, p. 80-81). La relación de la literatura maya con la tradición debe ser interpretada en su sentido

histórico, no solo por su vinculación con el pasado, sino por su actuación en el presente (CHACÓN, 2007, p. 61).

El carácter colectivo es evidente en muchas expresiones poéticas mayas, sobre todo en la oralidad. En estos textos, es frecuente involucrar al destinatario en un mismo espacio-tiempo a través de deícticos. La identificación entre el público y la dimensión narrativa crea también un recorrido circular, que responde a la línea cíclica del tiempo maya. Así, los narradores proporcionan al joven auditorio los principios de la cosmogonía maya, que sirven para mantener y actualizar la identidad y los valores ancestrales. Las expresiones literarias son una clara expresión de la visión de un mundo, que se reafirma literariamente a pesar de los cambios violentos de la modernidad y de la globalización (MONTEJO, 2005, p. 141-143).

4 EL TIEMPO COMO INSTRUMENTO DE CONOCIMIENTO Y EL TIEMPO COMO ESTRUCTURA

Una de las perspectivas críticas del movimiento maya es la de vivir la cultura dentro de la pauta cíclica del tiempo de tradición indígena (MONTEJO, 2005, p. 67). Podemos considerar el calendario como un medio para establecer relaciones con la realidad y para comprender la dimensión personal, su entorno y su historia. El estudio del tiempo es una herramienta para ahondar en la cosmovisión, articulada en la concepción del nacimiento y de la muerte, la relación con el mundo natural y la línea pasado-presente-futuro (CABARRÚS PELLECCER, 2001, p. 72).

En la actualidad en muchas comunidades mayas de Guatemala, se ha conservado el uso del calendario sagrado de 260 días para hacer adivinaciones y para entender el carácter de los hechos ocurridos en el fluir eterno del tiempo. El movimiento maya considera el calendario como una estrategia de conservación de la cultura, ya que permite la actualización de los rituales en las fechas indicadas por el calendario, enfatiza la relación entre el individuo y los ciclos del universo y al mismo tiempo constituye una gran metáfora de la existencia del hombre (MORALES SIC, 2004, p. 91-99). Como el ciclo del tiempo, también los acontecimientos humanos conocen fases de nacimiento, muerte y regeneración. El esquema helicoidal se desarrolla cíclicamente hacia un futuro que es la reactualización del presente. Así, a cada muerte sigue un nuevo nacimiento, a cada catástrofe una regeneración. Este procedimiento cíclico del tiempo no constituye

solo una superestructura de la realidad, sino su mismo armazón, su sentido esencial, su razón de ser.

El movimiento cíclico del tiempo constituye el esquema de cualquier cosmogonía maya, como se puede observar en el *Popol Vuh* y el *Chilam Balam de Chumayel*. El universo existe gracias a movimientos de nacimiento, destrucción y regeneración. En el *Popol Vuh*, la tierra se levanta de las aguas matriciales y conoce constantes destrucciones; el hombre nace y se disuelve en el agua, renace y se ahoga bajo una lluvia de resina, vuelve a nacer y conoce la destrucción de la conquista. De la misma manera los gemelos Junajpu y Xb'alanke mueren en el Inframundo en la hoguera y renacen en las aguas de un río, para poder surgir como Sol y Luna.

La visión cíclica de la vida, sometida a constantes destrucciones y regeneraciones, ofrece también una perspectiva consoladora de la situación social y política de los mayas, ya que a la etapa de masacres de la colonia o de la guerra civil sigue una época de renacimiento, tanto cultural como político. El ciclo del tiempo constituye la pauta de la historia del hombre y de sus categorías interpretativas. Por esa razón, el calendario sirve como un esquema de representación de la realidad y como estructura narrativa, que da un sentido a las acciones del hombre, insertadas dentro de un marco cósmico más amplio.

No es casual que las dos obras ganadoras del premio B'atz' en 2007, el *Canto palabra de una pareja de muertos* de Leoncio Pablo García Talé y *La misión del Sarimá*, de Miguel Ángel Oxlej Cúmez presentan esta misma estructura narrativa circular, cuyo sentido profundo está determinado por el tiempo.

La misión del Sarima' es un texto narrativo que aparentemente se presenta como un cuento escrito de tradición occidental, con la voz narrante en primera persona (no coincidente con el autor) y el uso de un eje temporal pasado. Ambos elementos señalan el carácter ficcional del texto, ubicado en una dimensión narrativa y en un tiempo "otro". La voz narrante es la de una niña, Rosita, que vive en el municipio kaqchikel de Comalapa, el mismo pueblo nativo del autor.

La protagonista, la niña Rosa, vive en una pobre casita con la abuela, después de la "desaparición" de la madre, probablemente durante el conflicto armado "No fue la enfermedad, ni la vejez, tampoco fue algún desastre natural el que se la llevó. Cuando un desastre natural, una enfermedad o la vejez lo lleva a uno, uno se conforma" (OXLAJ

CÚMEZ, 2009, p. 20). El estruendo del cerro Sarima' que abre el texto es la ocasión de la rememoración por parte de la abuela de otras ocasiones en las que el ruido de la montaña había anunciado algún acontecimiento grave para la comunidad. La narración se construye alrededor de los rugidos del cerro y los eventos catastróficos que le siguen, cuatro ocurridos en el pasado y recordados por la abuela y el quinto presenciado concretamente por la niña en el eje temporal presente.

El ruido del Sarima' siempre es anunciador de eventos futuros e interpretado por la comunidad como alarma de la naturaleza. En esto se puede ver la estrecha relación entre el hombre y el contexto natural, según la cosmovisión maya. No se trata de superstición, sino de saber escuchar e interpretar la voz de las fuerzas naturales, que alertan al hombre sobre los peligros que incumben sobre la colectividad. Esta relación especial entre el hombre y la montaña tiene que ser alimentada con rezos, “inciensos, rosas, candelas y fuego” (OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 10), para apagar las energías mortíferas encerradas en la tierra: “Niños, cuando el Sarima' truena, es porque algo va a pasar. Por eso arrodíllense, pidan perdón a Dios por sus pecados para que no nos pase nada. Esta misma mañana se juntaron hombres y mujeres y las texeles y fueron a saludar al cerro” (OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 16).

El primer elemento significativo que podemos señalar es la división en el texto de dos grandes ámbitos vivenciales. Uno es femenino, asociado a la casa, a las actividades del hogar, a las conversaciones nocturnas entre la abuela y la niña; el otro es el ámbito masculino y diurno, un afuera caracterizado por el comercio, las actividades en la milpa y el peligro. Cada vez que truena el cerro, los personajes se encuentran en un espacio ajeno, fuera de los límites de la comunidad, en la capital en una ocasión, en el campo en otra. También los truenos ocurren de día, un contexto tradicionalmente asociado al ámbito masculino, caliente y luminoso. La casa, en cambio, espacio femenino por excelencia, se caracteriza por su seguridad, por la oscuridad, la preparación de comida y el contexto nocturno, todos elementos asociados a la mujer en la cultura maya. La división en dos espacios, uno protegido interno y uno peligroso externo, revela la fragilidad de este núcleo familiar exclusivamente femenino y diezmado por la pobreza, las catástrofes naturales y la violencia.

También podemos mencionar que la noche y la casa son espacios de comprensión y de comunicación entre las generaciones; no solo la abuela y la nieta se

hablan profundamente solo de noche, sino que también la noche le permite a Rosa un contacto con su madre desaparecida “sin darme cuenta quedé profundamente dormida, envuelta en la vida nocturna y empecé a soñar. A lo lejos recuerdo haber visto a mi madre frente al fuego” (OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 22). El sueño es un instrumento de comprensión de la realidad, una forma de comunicación entre dimensiones distintas, según la cultura maya. Pero en este caso, el sueño será también una reproducción de la realidad, un acceso al futuro, ya que la madre regresa milagrosamente a casa al final del relato.

Paralelamente al desequilibrio entre el ámbito masculino amenazante y ausente y el ámbito femenino cálido y dolido, el *leitmotiv* del texto es el terror. Un terror que acompaña a la niña, a la abuela y a los otros miembros de la comunidad en cada rugido de la montaña. Esta sensación está indicada en kaqchikel por la raíz *xib'*, la misma que interviene en la formación de la palabra *Xib'alb'a*, “el lugar del terror y del espanto”. Se trata de un miedo que acompaña las manifestaciones naturales, pero sobre todo la certidumbre de la fragilidad humana delante de las fuerzas de la naturaleza y la violencia del estado. Es la conciencia de la condición maya de marginalidad, impotencia y abusos por parte de la historia. Es algo más profundo y más radicado que el miedo: como dice la pequeña protagonista “a mi corazón lo abrumaba una mezcla de miedo y tristeza” (OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 14).

La narración se mueve constantemente entre el desarrollo presente y el recuerdo de la abuela, en un ritmo narrativo dinámico, que superpone dos planos temporales en la percepción de la vida familiar. Sin embargo, más allá del orden del relato y de la sucesión de secuencias que pertenecen a niveles temporales distintos, es posible identificar una estructura más profunda, vinculada con el tiempo cíclico. Los eventos que dan ritmo y una dirección al texto son los rugidos del Sarima', seguidos por catástrofes y destrucciones. En particular, podemos mencionar cuatro episodios pasados, rememorados por la abuela, más el último, el quinto, que abre y cierra el relato, ubicado en el tiempo narrativo presente.

Además de la estructura circular, que se abre y se cierra con el mismo evento, cabe señalar que esta sucesión de cuatro destrucciones cósmicas más una quinta es parte integrante de la concepción mesoamericana de la vida cósmica. La relación con el *Popol Vuh* es muy interesante. En este relato, se suceden distintas eras, caracterizadas por

destrucciones y regeneraciones; la primera creación animal fue dispersa por los dioses; la segunda generación de barro fue derretida en el agua, la tercera de madera fue destruida por una lluvia de resina y la cuarta es la generación de maíz, sometida a la violencia de la conquista.

Aún más elocuente es la comparación con la tradición mexicana. En la *Leyenda de los soles*, se mencionan cuatro eras anteriores a la actual; en la primera, el sol de jaguares, los hombres fueron devorados por estos animales; en la segunda, 4 viento, sus moradores fueron llevados por el viento; la tercera fue destruida por una lluvia de fuego y la cuarta por una inundación (VELÁZQUEZ, 1992, p. 119-120).

En *La misión del Sarimá*, podemos observar un paralelismo muy interesante, a pesar de las diferencias a nivel superficial de la trama. El primer rugido de la montaña fue acompañado por una terrible enfermedad que diezmó a la población; el segundo por un enorme torrente de agua; el tercero por un terremoto, el cuarto por la guerra civil y la desaparición de la madre. Es evidente la presencia en el texto kaqchikel de una estructura narrativa y temporal cíclica, de tradición mesoamericana, que da cohesión y sentido al texto. Al mismo tiempo le confiere a la narración un carácter cósmico y atemporal, presentando los acontecimientos del pueblo y de la niña como metáfora de la condición de los mayas.

A este respecto es interesante la conclusión del relato, con el regreso de la madre desde el más allá, después del quinto rugido de la montaña. Este final, si por un lado rompe con la narración tradicional y presenta una conclusión a sorpresa, al mismo tiempo nos ayuda a entender las perspectivas de la cultura maya contemporánea, que se regenera desde la muerte y vuelve a renacer después de cada catástrofe histórica. La estructura de *La misión de Sarima* por un lado fluye dentro del armazón cronológico cíclico, que abarca cualquier forma de vida, por otro se presenta como una respuesta a las amenazas del mundo actual: los conflictos armados, la violencia de la naturaleza, la pobreza y la falta de protección. Miguel Ángel Oxlaj Cúmez no hubiera podido expresar de manera más eficaz una visión a la vez consoladora y aterradora de la condición de los mayas actuales, sometidos a destrucciones cíclicas, pero siempre capaces de renacer. La quinta era, caracterizada por la generación de maíz en la tradición mesoamericana, aquí está representada por el regreso de la madre, con todo lo que esto implica en términos de seguridad, protección, esperanza, amor y futuro.

Si el texto se presta a una lectura universal, con la identificación entre la sociedad maya y un cosmos en constante transformación, el relato se caracteriza también por su dimensión concreta y cotidiana. Las tareas domésticas, los pequeños objetos que decoran la casa, una lumbre, un fogón, una olla para hervir hierbas, le dan al texto un carácter concreto y físico, casi escenográfico. La pulga que la abuela mata por la noche, la lluvia incesante, la venta de unas pocas hierbas en el mercado, la muerte de los padres, los hermanos y de los hijos, como si fueran acontecimientos cotidianos y normales, todo esto le da al relato una textura concreta y cercana al lector, como una ventana de acceso a las duras condiciones de vida de la población maya. El carácter a la vez universal y definido de la narración hacen la denuncia muy eficaz y verdadera, como si fuera un mito aterrizado en la miseria y la desesperación.

Unos párrafos más arriba mencioné que el texto presenta las características formales de los cuentos escritos de la tradición occidental, con un yo narrante y diferentes planos temporales separados del acto narrativo. Después de un análisis más detallado, es posible percibir que el texto consiste en la integración de varios géneros narrativos. Dentro del texto escrito, encontramos un relato oral, con las palabras de la abuela, que recorre todo el enunciado. El discurso oral se intercala a la narración diegética, creando una superposiciones de voces y de perspectivas.

Al mismo tiempo, el relato oral presenta las huellas estilísticas típicas de la oralidad, como el uso de onomatopeyas, que abren el relato:

¡Bulul! ¡Tuinunun! ¡Bululululul! ¡Tunununununun! ¡Bulululululululululul!
Tununununununununun! Bululululululululululul! Tunununununununun!
La voz del cerro retumbó en el cielo azul, como si varios truenos hubieran
sonado a la vez, como si un grupo de estrellas se hubieran desplomado sobre
nuestra cabeza (OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 8)

También son frecuentes las repeticiones de conceptos y de estructuras, como se puede apreciar en estos ejemplos:

No olvido cuando murieron niños, señoritas, jóvenes y adultos por la gran fiebre. Hasta animales domésticos murieron a causa de la fiebre”, (OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 18)

Quemaron inciensos, regaron rosas en las esquinas, sacaron a San Juan y lo pasearon por la calles... Los hombres se emborracharon, las mujeres hicieron comida y la enviaron a sus vecinos y familiares. Entonces se pusieron felices las personas. Entonces sentimos que la vida continuaría” (OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 28).

De pronto, uno por uno se llevaron a nuestros paisanos. A algunos los mataron en sus casas, a otros los enterraron entre los bosques, los tiraron en los barrancos, a otros jamás los encontraron... así como a tu mamá. Nunca la encontramos” (OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 34).

También es frecuente la acumulación de palabras dentro de la misma cláusula, así como en la tradición oral maya (“Después de eso, compramos tomates, chile pepitas, cebollas, un poco de carne y algunas naranjas”; OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 28; “tu padre/ tu abuelo”; OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 30 y 36).

Además de la intersección entre discurso oral y discurso escrito, dentro del marco del cuento se pueden identificar otros géneros narrativos mayas, como el discurso mítico ya mencionado, el género profético y el género de los *huehuetlatolli* de la tradición mexicana (o los *Na'tab'al* de la tradición maya). Estos últimos son consejos morales, que los ancianos daban a las nuevas generaciones en momentos esenciales de su vida, sintetizando la sabiduría ancestral, como en este caso:

Quiero que seas una persona de bien, que trabajés bastante, que haya alegría en tu corazón, que seas agradecida, que tu corazón cante, que tus labios silben y que tu rostro sonría (OXLAJ CÚMEZ, 2009, p. 36).

El molde del cuento escrito integra varias voces y niveles narrativos, creando un texto completamente nuevo y ajeno a los cánones de la literatura occidental. Eso se debe no tanto a la combinación de relatos dentro del relato, como en el sistema de las cajas chinas tan frecuente en la literatura europea y oriental, sino a la integración de un nivel discursivo dentro de otro o más bien uno con otro. Es como si el plan narrativo pasara constantemente de nivel, desde una dimensión más amplia, mítica, a una dirigida hacia el futuro, profética, hasta una dimensión ancestral y generacional, con los *huehuetlatolli*.

El *Canto palabra de una pareja de muertos* del otro ganador del premio B'atz', el poeta k'iche' Leoncio Pablo García Talé, es otro ejemplo magistral de esta superposición de géneros discursivos, dentro de un molde narrativo circular. El primer elemento significativo es la reproducción de la oralidad en un texto escrito. El *Canto palabra*, como explica el título, es un diálogo ininterrumpido de dos voces, que dialogan con una pareja posiblemente divina, definida “señor/ señora”. Son evidentes las estrategias retóricas de la oralidad, el uso de fórmulas y de repeticiones, que crean una sensación de circularidad del discurso.

Divino Chirmol de la Luna Negra
 Usted es el calor de nuestro antojo
 de nuestro deseo
 y de nuestra inquietud infernal

Divino Chirmol de la Luna Negra
 Usted es la amargura
 la fetidez
 y el rancio de nuestro pecado
 y de nuestra enfermedad infernal

Divino Chirmol de la Luna Negra
 Usted es el rejuntado chisme
 la fingida calumnia
 el fermentado licor
 el fermentado dulce
 y la fermentada medicina
 de nuestro sueño ciego
 de nuestra hambre y glotonería infernal
 y de nuestra animalidad infernal

Divino Chirmol de la Luna Negra
 Usted es la espina de nuestra locura
 [...]
 (GARCÍA TALÉ, 2009, p. 48-50)

La reiteración de fórmulas produce un movimiento helicoidal de la información, que regresa constantemente sobre sí misma. Cada cláusula alude al mismo referente, pero desde distintas perspectivas, con una progresiva resemantización de los conceptos. Son evidentes también los difrasismos, o sea la unión de varios términos paralelos en la misma estructura gramatical. Este recurso permite subrayar los valores metafóricos de las ideas comunicadas y ampliar sus significados simbólicos. En muchos casos, los difrasismos usados pertenecen a la tradición maya, como por ejemplo “La faz del cielo/ la faz de la tierra”; “hombre/ mujer”; “señor/ señora”; Juanjpu/ Xb’alanke”, “árbol/ hierba/ planta”; en otros casos, en cambio, el poeta crea asociaciones inéditas entre las ideas, ampliando la carga metafórica de la realidad.

Este esquema discursivo es propio de la oralidad maya (PEÑALOSA, 1996, p. 23) y contribuye a dar sacralidad al lenguaje. Se trata de un estilo retórico adoptado para la comunicación de referentes sagrados, en textos míticos y rituales desde la época prehispánica hasta la actualidad. El uso del lenguaje ancestral mueve el nivel del discurso, desde una comunicación concreta a una dimensión más amplia, atemporal. El

canto palabra ya no es el diálogo de un hombre y una mujer, sino el diálogo de la humanidad ya muerta, caída en un abismo de miseria y de putrefacción.

Si la obra de Miguel Ángel Oxlay Cúmez se construía sobre la contraposición entre un polo femenino y uno masculino, aquí observamos la dicotomía entre una dimensión mortífera, nocturna e infernal, asociada a la Luna Negra, y otra vital, caliente y solar, asociada a la Luna Blanca. Los protagonistas, así como toda la humanidad, se han quedado encerrados en un infierno oscuro, bajo un cielo ahumado, convertidos en caña podrida. En el infierno viven como bestias, alimentándose del “cuerpo velludo de un animal muerto” (GARCÍA TALÉ, 2009, p. 32), aprisionados en “trampas/ morrales, redes, lazos y costales” (GARCÍA TALÉ, 2009, p. 3274. Ha sido la carroña de un animal racional que se ha metido en el corazón de los hombres, matando su luz y destruyendo el sendero de los antepasados. Lagartos y bestias arrogantes devoran la esencia humana y la transforman en “secos rastros sin yema viva” (GARCÍA TALÉ, 2009, p. 36).

Cuando nos arrastra el lagarto ambicioso
metemos rápido nuestras manos en el tecomate de agua
por eso el aliento de nuestros padres y madres cielo tierra
ya no esparce armonía en nuestros corazones.

Cuando nos monta el mono sabiondo
clavamos rápido el hollín en el encendedor de la luz
por eso el ojo de nuestros padres y madres cielo tierra
ya no enciende bienestar en nuestras cabezas (GARCÍA TALÉ, 2009, p. 28-30)

Además de las anáforas, de las repeticiones y de las estructuras paralelas, que también en este paso contribuyen a dar un ritmo circular y obsesivo a la narración, podemos observar la contraposición entre una herencia espiritual viva, caliente y solar y unas costumbres modernas caracterizadas por la violencia y la oscuridad. Lo que mata al hombre y lo aparta de la senda ancestral es el “animal racional”, un uso excesivo de la razón, de la “sabiondez” y de la ambición. Estos males enferman al hombre, lo encierran en un infierno de dolor y ceguera, haciéndole olvidar que lo que da sentido al ser humano es su corazón (PLÉITEZ VELA, s.f.).

Esta dicotomía entre una Luna Negra muerta y una Luna Blanca, solar y viva, se resuelve en la estructura cíclica del tiempo, que también en este caso constituye el verdadero armazón de la obra. En este lugar sin luz ni amor, la pareja de muertos espera su liberación del infierno y su segundo nacimiento.

Finalmente los maestros y maestras nos dijeron:
así es el caso de ustedes también
para que sean liberados del infierno
necesario es que juntos siembren
la flor de su estrella
tanto hombre y mujer
para volver a la armonía sempiterna de Tulan Siwan
del más allá del más acá (GARCÍA TALÉ, 2009, p. 80).

Como semillas astrales, los muertos vuelven a nacer en la armonía de Tulán Ziwan, la mítica ciudad del Oriente, donde los antepasados se formaron como cultura. Para el poeta, entonces, la única posibilidad de movimiento y de futuro es un regreso al pasado, para recuperar las enseñanzas que dan sentido, luz y vida al ser humano. La participación colaborativa, la senda de los antiguos padres y la Luna Blanca pueden liberar al hombre desde sus prisiones y devolverle movimiento y futuro.

La línea cíclica del tiempo representa la verdadera estructura narrativa del texto, que desde el presente infernal se abre hacia un futuro cargado de pasado. Solo un futuro que abarque la espiritualidad de la época prehispánica podrá liberar al hombre de sus cadenas y hacerlo caminar libre por el camino cronológico. Sin tiempo cíclico no hay movimiento y no hay vida. La estructura circular del texto, presente-futuro-pasado, no se presenta solo a nivel macrotextual, sino en cada porción de texto, con pequeños núcleos narrativos, que se repiten con una progresiva resemantización. Entonces, dentro de la gran espiral del texto, cada cláusula narrativa se mueve sobre sí misma, como un mecanismo perfecto de movimiento circular, dentro de otro movimiento cíclico más amplio.

Como en el caso de *La misión del Sarima'*, encontramos también aquí una experimentación formal, con el uso de recursos de la oralidad maya dentro de un molde escrito. Al mismo tiempo, la conversación humana y concreta se mueve de nivel, hacia una dimensión mítica, en donde se juega el destino de la humanidad. El estilo tradicional se rompe en nuevas asociaciones metafóricas, el tiempo se desdobra en un futuro lleno de pasado. La misma voz de los muertos ya no es humana, sino atemporal, en una dimensión que está por encima y más a fondo de las cosas. Podemos decir que también en este caso, el género poético se articula en distintos niveles, entre el mítico, el ritual, el lírico, el profético y el histórico, en un constante paso de un nivel a otro.

5 CONCLUSIONES

Los escritores indígenas proponen nuevos cánones culturales, desde los cuales ejercer el derecho a la diversidad. Crean modelos discursivos acordes a su propia tradición cultural, con patrones estéticos internos a la cultura maya (DÍAZ COUDER, 2007, p. 12-17). El arte de la palabra es la voz de la colectividad y mantiene sus funciones complejas dentro de la sociedad maya: la de informar, involucrar, sanar, reflexionar y educar. Por esta razón, presenta sus propios modelos discursivos, entre oralidad y escritura, tradición y experimentación, con sus propias reglas y su propia visión del mundo (DEY TERESA, 2007, p. 112).

Estos textos ponen en tela de juicio la viabilidad de un canon universal, que deriva de relaciones jerárquicas entre las culturas. Al contrario, podemos ver cómo los intelectuales mayas han elaborado sus mismos moldes discursivos en el marco de un mercado cultural globalizado. Dentro del sistema global, interactúan como sujetos, proponiendo sus propias formas de autorrepresentación. Una verdadera descolonización de la cultura solo puede ocurrir en la interacción de actores que se proponen como nuevos centros desde la marginalidad, sin etiquetas de un poder central que categoriza los fenómenos culturales en relación a sí mismo (MATO, 2002; MIGNOLO, 2002; MATO, 1997, p. 100-113.).

La literatura y sus distintas voces conforman un discurso cultural alterativo a las categorías tradicionales del mundo hispano, con una significatividad a la vez interna y externa a la cultura maya. La literatura resulta ser un acto creativo con una reivindicación cultural y política más amplia (CHACÓN, 2007, p. 55). Como las identidades se construyen por medio de procesos de reorganización de las diferencias, de la misma manera sus expresiones artísticas mueven constantemente las fronteras entre géneros, niveles discursivos y perspectivas críticas. En última instancia la literatura maya tiene también la función de institucionalizar políticamente un discurso alrededor del cuestionamiento de las identidades, consideradas inexistentes hasta la actualidad (MONASTERIOS, 2003, p. 309). Resulta evidente en la obra de los autores citados que la identidad maya no va a folklorizarse a través de la inclusión de símbolos estereotipados, ni tanto menos va a anularse en la adhesión a cánones occidentales. Esta literatura representa en toda su complejidad una cultura en movimiento, que se reconstruye constantemente delante de los retos de la modernidad.

6 REFERÊNCIAS

ACEVEDO LEAL, Anabella. Notas para la elaboración de una cartografía de la literatura contemporánea en Guatemala. In: MÉNDEZ SALINAS, LUIS; LUCÍA ALVARADO, CARMEN (Eds.). *El futuro empezó ayer*. Guatemala: Catafixia Editorial, 2012.

ALONSO, Marcos Matías. Fortaleza y fragilidad de los pueblos indígenas. In: BERTHIER DE LA CRUZ, TRINIDAD; ÁLVAREZ QUIÑONES FRANCISCO; SÁNCHEZ ÁLVAREZ, MIGUEL (eds.). *II Encuentro indígena de las Américas. Memoria 1999*. San Cristóbal de las Casas: Sna Jtz'ibajom, 2000.

ARELLANO MARTÍNEZ, Alejandra. Identidades étnicas y mantenimiento lingüístico. In: BERTHIER DE LA CRUZ, TRINIDAD; ÁLVAREZ QUIÑONES FRANCISCO; SÁNCHEZ ÁLVAREZ, MIGUEL (eds.). *II Encuentro indígena de las Américas. Memoria 1999*. San Cristóbal de las Casas: Sna Jtz'ibajom, 2000.

BARCELÓ, Raquel. Rigoberta Menchú Tum: defendiendo la identidad. In: BARCELÓ, RAQUEL; PORTALES, MARÍA ANA; SÁNCHEZ, MARTHA JUDITH (eds.). *Diversidad étnica y conflicto en América Latina. El indio como metáfora en la identidad nacional*. México: Plaza y Valdés/UNAM, 1995.

BECKER, Marc; DELGADO, Guillermo, Latin America: The Internet and Indigenous Texts. *Cultural Survival Quarterly*, v. 21, n 4, s.p., 1998.

BERMÚDEZ, Emilia. Procesos de globalización e identidades. Entre espantos, demonios y espejismos. Rupturas y conjuros para lo “propio” y lo “ajeno”. In: MATO, DANIEL (ed.). *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas: CLACSO, 2002.

CABARRUÚS PELLECCER, Carlos Rafael. *Lo maya: ¿una identidad con futuro?* Guatemala: Fundación CEDIM, 2001.

CAL MONTOYA, José Edgardo. Prólogo. In: DEL VALLE ESCALANTE, EMILIO. *Nacionalismos mayas y desafíos poscoloniales en Guatemala*. Guatemala: FLACSO, 2008.

CORTÉS, Margarita Melania. Peligro de extinción de los idiomas indígenas y de su supervivencia a pesar de la dominación. In: BERTHIER DE LA CRUZ, TRINIDAD; ÁLVAREZ QUIÑONES FRANCISCO; SÁNCHEZ ÁLVAREZ, MIGUEL (eds.). *II Encuentro indígena de las Américas. Memoria 1999*. San Cristóbal de las Casas: Sna Jtz'ibajom, 2000.

CHACÓN, Gloria. Escritores mayas contemporáneos: redefiniendo las nociones de tradición y autoría. In: ELIAC (eds.) *Diversidad y diálogo intercultural a través de las literaturas en Lenguas Mexicanas*. México: INALI/SEP, 2007.

DÁVILA SÁNCHEZ, Elsa María Guadalupe. La formación docente indígena en la universidad pedagógica nacional. In: BERTHIER DE LA CRUZ, TRINIDAD; ÁLVAREZ QUIÑONES FRANCISCO; SÁNCHEZ ÁLVAREZ, MIGUEL (eds.). *II Encuentro indígena de las Américas. Memoria 1999*. San Cristóbal de las Casas: Sna Jtz'ibajom, 2000.

DEL VALLE ESCALANTE, Emilio. *Nacionalismos mayas y desafíos poscoloniales en Guatemala*, Guatemala: FLACSO, 2008,

DEY, Teresa. Escribir la identidad. Los retos de la literatura en lenguas indígenas en el siglo XXI. In: ELIAC (eds.). *Diversidad y diálogo intercultural a través de las literaturas en Lenguas Mexicanas*. México: INALI/SEP, 2007.

DÍAZ COUDER, Ernesto. Discurso cultural, liderazgo indígena y procesos de creación literaria. In: ELIAC (eds.). *Diversidad y diálogo intercultural a través de las literaturas en Lenguas Mexicanas*. México: INALI/SEP, 2007.

FISCHER, Edward; MCKENNA BROWN, Robert. *Maya Cultural Activism in Guatemala*. Austin: University of Texas Press, 1996.

FRISCHMANN, Donald. Las literaturas en lenguas indígenas: tesoro de la humanidad. Una propuesta de globalización alternativa. In: ELIAC (eds.). *Diversidad y diálogo intercultural a través de las literaturas en Lenguas Mexicanas*. México: INALI/SEP, 2007.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Latinoamericanos buscando lugar en este siglo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

GARCÍA TALÉ, Leoncio Pablo. *B'ixonik tzij ke uk'ulaj kaminaqib'*, *Canto palabra de una pareja de muertos*. Guatemala: F&G, 2009.

HERNÁNDEZ, Natalio. El renacimiento de las lenguas indígenas. La experiencia de México. In: GONZÁLEZ GASPARD PEDRO (ed.). *Literatura indígena de América, Primer congreso*. Guatemala: Asociación B'eyb'al, 1999.

LEIRANA ALCOCER, Silvia Cristina. El desarrollo de las expresiones literarias mayas letradas: conquistando el prestigio lingüístico. In: SHRIMPTON MASSON, MARGARET; MARTÍNEZ HUCHIM, ANA PATRICIA; LEIRANA ALCOCER, SILVIA CRISTINA (eds.). *Voz viva. Literatura maya en Yucatán*. Mérida: Universidad Autónoma de Yucatán, 2012.

MARTÍNEZ GÓMEZ, Pedro Antonio. Escritores indígenas de Chiapas. Una aproximación. In: BERTHIER DE LA CRUZ, TRINIDAD; ÁLVAREZ QUIÑONES FRANCISCO; SÁNCHEZ ÁLVAREZ, MIGUEL (eds.). *II Encuentro indígena de las Américas. Memoria 1999*. San Cristóbal de las Casas: Sna Jtz'ibajom, 2000.

MATO, Daniel. Culturas indígenas y populares en tiempos de globalización. *Nueva Sociedad*. n. 149, p. 100-113, mayo-junio 1997.

MATO, Daniel. Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder. In: MATO DANIEL (ed.). *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas: CLACSO, 2002.

MAY MAY, Miguel Ángel, Poesía y cuento en lengua maya: una historia de escritores. In: SHRIMPTON MASSON MARGARET; MARTÍNEZ HUCHIM ANA PATRICIA; LEIRANA ALCOCER SILVIA CRISTINA (eds.). *Voz viva. Literatura maya en Yucatán*. Mérida: Universidad Autónoma de Yucatán, 2012.

MÉNDEZ SALINAS Luis; LUCÍA ALVARADO, Carmen, 2012, "La Impostergable Invención del presente. In: MÉNDEZ SALINAS, LUIS; LUCÍA ALVARADO, CARMEN (eds.). *El futuro empezó ayer*. Guatemala: Catafixia Editorial, 2012.

MIGNOLO, Walter. El potencial epistemológico de la historia oral: algunas contribuciones de Silvia Rivera Cusicanqui. In: MATO DANIEL (ed.). *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Caracas: CLACSO, 2002.

MONASTERIOS, Gloria. Abya Yala en Internet. Políticas comunicativas y representaciones de identidad de organizaciones indígenas en el ciberespacio. In: MATO DANIEL (ed.). *Políticas de Identidades y diferencias sociales en tiempos de globalización*. Caracas: FACES/ UCV, 2003.

MONTEJO, Víctor. *Voices from exile. Violence and Survival in Modern Maya History*. Norman: University of Oklahoma Press, 1999.

MONTEJO, Víctor. *Maya Intellectual Renaissance. Identity, Representation and Leadership*. Austin: University of Texas Press, 2005.

MORALES SIC, José Roberto. *Religión y Política: El proceso de institucionalización de la espiritualidad en el movimiento maya guatemalteco*. Guatemala: FLACSO, 2004.

OXLAJ CÚMEZ, Miguel Ángel. *Ru Taqkil Ri Sarima'. La misión del Sarimá*. Guatemala: F&G, 2009.

PEÑALOSA, Fernando. *The Maya Folktale. An Introduction*. Palos Verdes: Yax Te', 1996.

PLÉITEZ VELA, Tania, Buscando algún sol que hubiera dentro. Estudio comparativo entre *El tiempo principia en Xibalbá* de Luis de León y *Canto palabra de una pareja de muertos* de Pablo García. manuscrito

SHRIMPTON MASSON, Margaret. El reto hoy para la literatura en lengua maya. In: SHRIMPTON MASSON, MARGARET; MARTÍNEZ HUCHIM, ANA PATRICIA; LEIRANA ALCOCER, SILVIA CRISTINA (eds.). *Voz viva. Literatura maya en Yucatán*. Mérida: Universidad Autónoma de Yucatán, 2012.

VELÁSQUEZ, Feliciano. *Códice Chimalpopoca. Anales de los Cuauhtitlán y Leyenda de los soles*. México: UNAM, 1992

VILLORO, Juan. Identidades fronterizas. In: GARCÍA CANCLINI NÉSTOR (ed). *Conflictos interculturales*. Barcelona: Gedisa, 2011.

WATANABE, John; FISCHER, Edward. Introduction. In: WATANABE JOHN; FISCHER EDWARD (eds.). *Pluralizing Ethnography*. Oxford: School of American Research, 2004.

Recebido em 02/07/2017.

Aceito em 12/12/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.%Y.111370

ISSN: 1676-6288

RESENHA

*O SENTIMENTO DO AMOR À PÁTRIA LATINO-AMERICANA EXPRESSO EM
PALAVRAS
A AMÉRICA LATINA: MALES DE ORIGEM*

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil¹

Manoel Bomfim foi um brasileiro do século XIX-XX, sergipano, filho de família burguesa, de senhores de engenho, médico de formação, mas que muito labutou no ramo educacional. Em 1903 escreveu - *A América Latina – Males de Origem* - demonstrando que existiam condições pregressas que faziam a América Latina estar na posição “inferior” em que se encontrava, destruindo o mito da inferioridade racial que predominava no início do século XX. Essa obra foi fruto de uma provocação inicial feita a Manoel Bomfim por um jornal parisiense, que lhe solicita uma entrevista capaz de esclarecer os problemas gerais que aconteciam na América Latina. Dessa provocação, Bomfim desenvolve um texto que não apenas contesta as ideias vigentes no começo do século XX, mas também apresenta, como proposta para eliminação do atraso e dos problemas levantados em sua obra, o desenvolvimento de uma educação capaz de levar à conscientização.

Como ponto principal de originalidade em sua obra, pode-se destacar seu posicionamento contrário aos dos demais pensadores latino-americanos do início do século. Enquanto estes reproduziam o discurso europeu, Manoel Bomfim foi distinto dos demais, sendo um dos únicos, à época, a defender e provar que os males da América Latina não vêm do povo, mas são fruto da mediocridade do projeto das classes dominantes que organizaram as sociedades da América Latina em proveito próprio. Justifica-se a leitura da obra de Manoel Bomfim não somente por causa de sua postura ‘contrária à corrente’, a qual abre espaço para uma reflexão sobre a construção das nações latino-americanas e leva, até hoje em dia, a discussões acerca do assunto, mas também porque Bomfim permanece sendo um autor conhecido por poucos, dado que

¹ Pesquisadora no programa de pós-doutoramento na FEA-USP e membro do CORS, Professora na Universidade de Mogi das Cruzes - Campus Villa-Lobos - SP. E-mail: ritalimadecastro@gmail.com.

conseguiu, com suas posturas mais radicais, desagradar correntes de pensamento diversos e, portanto, é pouco encontrado para leitura nas Instituições de Ensino Superior. Sua obra também merece destaque por conseguir quebrar a estrutura do discurso vigente utilizando-se do mesmo método adotado para justificar as teorias de estruturação dos povos, que era o uso das ciências naturais para explicar diferenças de evolução das sociedades. Bomfim dá um passo adiante e sai do plano meramente analítico para chegar ao plano metafórico do discurso. Contextualizando, as teorias explicativas das civilizações, no início do século, apresentavam vários estereótipos para classificar as nações em superiores e inferiores. Assim, os povos da América Latina seriam inferiores por causa de: clima tropical, mistura das raças, origem portuguesa ou espanhola, tradição católica, pobreza e ignorância dos ancestrais e, nesse contexto, vários autores latino-americanos buscavam compreender o descompasso em relação aos países avançados da América do Norte e da Europa repetindo ideias de outros pensadores do Velho Mundo. *A América Latina: Males de Origem* surge com uma visão distinta, como apresentado a seguir.

A AMÉRICA LATINA. MALES DE ORIGEM (1903, EDIÇÃO DE 2008)

Advertência - Bomfim inicia seu livro com uma advertência, levando seus leitores a compreenderem as motivações que o levam a escrever a referida obra: explica que o livro se formou espontaneamente, seu nascimento e crescimento derivam do sentimento que o autor tem de alcançar a verdade, descobrir a causa dos males que assolam a América Latina. “Deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América” (BOMFIM, 2008, p.2).

PRIMEIRA PARTE – A AMÉRICA LATINA ESTUDO DE PARASITISMO SOCIAL

Era muito comum encontrar, no início do século XX, autores que estabeleciam como premissa que os povos latino-americanos nunca serviriam para nada, e que a região onde habitavam deveria pertencer à nobre Europa. O conceito geral, derivado, segundo Bomfim, de uma causa afetiva (interesse pela riqueza da região) e intelectual (ignorância acerca da história e das condições dos povos latino-americanos) era a de que

a Europa, que era sábia, tinha pouca terra, enquanto os milhões de mestiços degenerados eram senhores de muitos e ricos territórios. Essa generalização era proveitosa, porque os povos latino-americanos acabariam por aceitar esse conceito de ser inferior e para nada servir, caindo no que Bomfim denomina inércia sem fim, aceitando conselhos externos que não atendiam à realidade e impactavam, sobremaneira, a soberania das nações. Bomfim comentava que a preservação da América Latina contra uma invasão europeia era decorrente de uma proteção dos Estados Unidos, proteção esta considerada tênue, porque nada garantiria que persistiria, impacta na governança e na soberania e, ademais, alertava Bomfim que os Estados Unidos também compartilhavam da visão de que os povos do sul eram ingovernáveis e de poucas qualidades. Conclui, então, Bomfim, a reputação maléfica que a Europa deu à América Latina “nos embaraça de toda sorte de embaraços” (BOMFIM, 2008, p. 13). As nações latino-americanas encontram-se, então, em 1903, em um estado que mal lhes dá o direito de serem consideradas como povos civilizados, sofrem de um retardamento do progresso mais lento e sofrem todos os males, desvantagens e ônus dos países avançados – “Da civilização, só possuímos os encargos” (BOMFIM, 2008, p.15).

SEGUNDA PARTE – PARASITISMO E DEGENERAÇÃO

Parte, a seguir, Manoel Bomfim para o centro de sua tese e que marca a originalidade de seu pensamento e cujo discurso inova ao sair do plano original da teoria científica e engendrar para um intertexto metafórico, como comentado anteriormente. Entra-se no que Bomfim denomina de Parasitismo e Degeneração. Para Bomfim, as sociedades são como organismos, sujeitas tanto quanto eles a leis categóricas e que para se desenvolverem, dependem do meio, das condições de tempo e lugar. Quanto mais adaptada ao meio, mais perfeita será uma sociedade. A doença deriva de uma falta de adaptação a certas condições especiais do meio. Ora, nas sociedades sul-americanas, comenta Bomfim, o meio é propício para o desenvolvimento. De onde, pois, vem o atraso? Responde o autor que vem das condições de formação das nacionalidades sul-americanas, que padecem dos mesmos males que as nações da América Latina, e, portanto, para bem diagnosticar o mal e propor um remédio, é preciso estudar o passado da nação para compreender seu atual estado. Em resumo, por que a Espanha e Portugal degeneraram? Como animais,

degeneraram porque se tornaram parasitas. A função faz o órgão, lembra o médico Bomfim, e cita o exemplo de um animal marinho que, em seu estágio embrionário, é dotado de organização muito mais complexa do que quando se desenvolve, mas que ao tornar-se parasita, degenera. O exercício constante de um órgão leva ao aperfeiçoamento, à adaptação, à transformação; sem o exercício, o órgão atrofia. “O progresso orgânico é resultado do esforço contínuo e do exercício combinado de todos os órgãos na luta pela vida” (BOMFIM, 2008, p.23).

TERCEIRA PARTE – AS NAÇÕES COLONIZADORAS DA AMÉRICA DO SUL

Espanha e Portugal passam a ser objeto de estudo de Bomfim, os pais biológicos dos países latino-americanos. Seu diagnóstico aponta que ambas as nações tinham o mesmo atraso geral, falta de atividade social, uma sociedade marcada pela desorientação e pelo desânimo, em constante irritação, padecendo de uma fraqueza e incapacidade de se manterem soberanas e livres. Porém, nem sempre foi desta forma, e Bomfim lembra as transformações históricas ocorridas com Espanha e Portugal, que passaram de nações guerreiras a parasitárias. Para Bomfim, o progresso social é como o progresso orgânico. Como condições indispensáveis à perfeição, estão a especialização de funções e a divisão do trabalho, ou seja, a diferenciação de órgãos. O progresso social é o desenvolvimento da inteligência por meio de um esforço contínuo para aproveitar de forma otimizada os recursos naturais. Logo, uma sociedade que vive como parasita sobre outra apresenta as seguintes disfunções: perde o hábito de lutar contra a natureza; não melhora seus processos; não desenvolve a inteligência; vive às custas de iniquidades e extorsões; pratica uma cultura intensiva de sentimentos egoísticos e perversos; vive da exploração. Seu fim é a degeneração, a decadência e a extinção. No caso da Espanha na América, Bomfim observa que enquanto houve riqueza acumulada, o espanhol foi depredador, guerreiro, conquistador. Com o fim das riquezas, o espanhol fez-se sedentário. Acabou o parasitismo heroico, começa o sedentarismo. Portugal, no Brasil, teve uma passagem mais complexa para o sedentarismo porque “ele era pequeno demais para a presa que se lhe deparou” (BOMFIM, 2008, p. 64). Bomfim comenta que a sociedade da metrópole representa o parasitismo em seu grau perfeito sobre a colônia, com seu regime de exploração de terras e do trabalho escravo, em um contexto no qual

Estado e Igreja amparam um ao outro e o parasitismo torna-se a coisa mais natural da vida. É, para Bomfim, a escravidão absoluta, intelectual e moral. Portugal e Europa se degradaram tanto que desagregaram e não tinham mais forças para se conservarem apegados às suas vítimas. Assim, “caíram como os carrapatos maduros” (BOMFIM, 2008, p. 80).

QUARTA PARTE – EFEITOS DO PARASITISMO SOBRE AS NOVAS SOCIEDADES

Esta parte é dividida em duas seções: A – Efeitos gerais e B – Efeitos especiais. Como efeitos gerais, entende-se os que ocorrem ao organismo que é parasitado por ele ser parasitado. Os efeitos especiais são os específicos que ocorreram nas nações sul-americanas. De modo geral, tem-se: mesmo com a emancipação das colônias, o regime parasitário em que estavam presas continuou influenciando em seu viver posterior. As colônias, lembra Bomfim, levam vícios do regime imposto pelas nações ibéricas. Considerando ainda a analogia com o organismo parasitado, Bomfim aponta que há modificações orgânicas gerais que ocorrem pelo simples fato de o organismo estar parasitado. Ele enfraquece, sofre violências das mais diversas (exploração, escravidão, obrigação de defender a terra e os privilégios coloniais), terminando por adaptar-se às condições adversas impostas. Como exemplos, Bomfim cita os índios mexicanos que foram obrigados a serem soldados para saquear outras vítimas dos espanhóis; os índios tapuios que defenderam Pernambuco e o reconquistaram para Portugal, os negros que se adaptaram o melhor que puderam para viver com o mínimo conforto. Ora, todos esses efeitos sobre o organismo parasitado reverberam em diversas esferas da vida social, que Bomfim divide em vida econômica, política, intelectual e moral.

O capítulo segue com três categorias de efeitos especiais que decorrem do parasitismo de uma nação sobre outra que por ela é formada e dirigida: herança, educação e reação. Ele acreditava em hereditariedade social e, nessa visão, as tendências e inclinações, a aptidão e o vigor são características herdadas, sendo que o que completa a formação do caráter é a educação, no sentido da tradição e da adaptação. Dessa maneira, os efeitos da hereditariedade e da educação revelavam-se no que Bomfim denominou de conservantismo essencial: as classes dirigentes aceitam e proclamam como boa a maior parte das ideias gerais e comuns de progresso, mas não

conseguem relacioná-las às necessidades próprias de cada época e às circunstâncias especiais de cada país; ou seja, não são capazes de se adaptarem a mudanças – são “escravos passivos da tradição e da rotina” (BOMFIM, 2008, p.116).

Bomfim constata, ainda, que o parasitismo anula a capacidade de observação. Essa falta de observação é o segundo traço dominante do caráter da classe dominante sul-americana. Busca-se a solução nos livros e todos se contentam com soluções escritas – uma necessidade social é resolvida por decreto (abolição da escravidão, obrigação de trabalhar pelas classes inferiores). Em situações de crise, agitam-se os dirigentes, mas não passa de um mal-estar. Toma-se por causa o que é mero sintoma e problemas e soluções são generalizados.

A tradição é outro termo forte e presente nas nações latino-americanas. Observa Bomfim que, no início da exploração do Brasil, Portugal determinou que a colônia fosse apenas agrícola, pois seria mais conveniente para assegurar a exploração das riquezas. Por tradição, manteve-se assim. Os remanescentes da metrópole, que Bomfim denominou de “dente de ixode”, que é o dente que o parasita deixa, incomodando, quando larga sua presa, compostos por aventureiros, intermediários, representantes de privilégios, todos os que vinham à colônia para fazer fortuna, que ficavam à margem do parasitismo do Estado e mais os colonos (considerados como o colchete ou ventosa com que a metrópole se agarrava e sugava as novas nacionalidades) foram elementos decisivos na política que presidiu a formação das novas nacionalidades e ainda hoje se mantêm ativos – “pesam pelo número, pela fortuna, pelas tradições e pela situação especial em que se acham” (BOMFIM, 2008, p. 180). São os que incomodam e atormentam a evolução política das nações latino-americanas, que se em um primeiro momento resistiram de forma ativa e violenta à independência, depois se acomodaram e escamotearam a revolução.

QUINTA PARTE – AS NOVAS SOCIEDADES

Com relação às novas sociedades formadas, Bomfim faz uma análise destoante do discurso dominante, valorizando o índio e o negro e combatendo o princípio vigente à época acerca da superioridade de raças, princípio este inclusive usado para legitimar a perseguição de povos por outros povos. Para Bomfim, as nacionalidades peninsulares se destacam, à parte o parasitismo, por: (i) uma hombridade patriótica, intransigente e

irredutível, que leva ao heroísmo e à resistência e dela derivam os exageros e perversões guerreiras dos povos ibéricos; ela alimenta as infinitas revoltas e o caudilhismo americano; (ii) um extraordinário poder de assimilação social, incomparável ao encontrado nos demais países do mundo. Não há outro caso de fusão de raças tão diversas de forma tão rápida e perfeitamente quanto o que ocorreu na América Latina, fusão derivada de uma grande plasticidade intelectual e de uma sociabilidade desenvolvidíssima.

A teoria resumia-se aos seguintes pontos: indígenas e negros são inferiores porque têm sido exterminados - eliminados – pelos brancos. Tratava-se de um apoio aos argumentos na teoria evolucionista de Darwin, sem reflexão nas condições históricas. Bomfim aponta diversos contrapontos a essa teoria, criticando autores como Oliveira Martins e a célebre teoria ariana, que foi, já no início do século XX, descartada por diversos estudiosos (Zaborovski, Topinard, entre outros). Além de negros e índios, outro ponto contra as sociedades latino-americanas derivava da influência da mestiçagem. Etnologistas afirmavam que o cruzamento entre raças diferentes daria lugar à formação de populações inferiores às progenitoras (efeitos regressivos dos cruzamentos), porém, alerta Bomfim que não há observações que comprovem essa ‘influência perniciosa’ e os fatos contradizem tal afirmação. Adicionalmente, indolência, preguiça, indisciplina são defeitos mais da educação do que de “raça”. Bomfim vai mais adiante e observa que lutas, revoltas, instabilidades não são decorrentes de raça, mas sim do histórico social e dos dentes de ixode que permaneceram.

Antes de chegar às suas conclusões, Bomfim comenta que a decadência e a degradação de uma nação apresentam por causa primeira, causa das causas, o parasitismo, sendo que este traz, como um dos principais vícios, o chamado conservantismo obstinado das classes superiores. Todavia, é preciso saber que a classe parasita está destinada à extinção e que a degradação dos dominadores, causada pelo parasitismo, permite a chegada de novos elementos, os quais podem dar o verdadeiro impulso para o progresso, por lutarem para sair do sofrimento e da opressão. A resistência à mudança traz seus males, como degradação moral, intelectual e física; e é preciso ter em mente que “a revolta social de ontem é a opressão política de amanhã” (BOMFIM, 2008, p.249). “Não há raças tenazes, nem povos irresolutos; há gentes de

vontade educada, e gentes incultas, que agem segundo a inclinação e os apetites ou necessidades do momento” (BOMFIM, 2008, p.252). Da educação dos povos sairão as gerações de fortes, que sejam capazes de dominar a si mesmos e de lutar e progredir. O que falta para o progresso não é a independência, é a substituição do regime arcaico e opressivo por instituições livres e progressistas. Em síntese: o parasitismo social não é irreduzível como o parasitismo biológico – basta conhecer a causa da decadência e se esforçar para combatê-la, saindo da vida parasitária. O homem não nasce parasita, torna-se.

RESUMO E CONCLUSÃO

Bomfim rememora os principais pontos de sua tese em defesa da América Latina de uma forma contundente. Afirma que a América Latina está ameaçada, a civilização transborda sobre ela e sua única salvação possível para não ser dominada é avançar para o progresso, apresentar-se ao mundo como senhora de si mesma. Porém, a este progresso possível (pois todos os povos têm condições para tanto) se opõem seus males de origem: parasitismo e suas consequências, efeitos gerais e especiais. As revoluções ocorridas não trouxeram mudanças desejadas – mantiveram-se o espírito conservador e os privilégios das classes dominantes. Resulta um pessimismo doloroso, um ceticismo negativista, reforçado pelo desprezo com que o mundo civilizado trata a América Latina, vítima de seu passado. Bomfim explana que os povos latino-americanos sofrem de uma inferioridade que é a ignorância, a falta de preparo e de educação para o progresso; defende, portanto, a instrução é o remédio contra o atraso e a miséria geral. Defende a instrução das massas, sem o que não pode a América Latina ser considerada moderna. Dado que a instrução é vista por Bomfim como o caminho principal para se chegar ao progresso, a condição de mudança para a América Latina passa pela educação. “A ignorância só é fecunda para o mal” (BOMFIM, 2008, p. 273) e a instrução, nesse contexto, exerce um importante papel – o de contribuir para a complexidade dos órgãos, ou seja, para o progresso. “A instrução cria a infinidade de aptidões, onde toda função acha órgão adaptado” (BOMFIM, 2008, p. 277).

Bomfim defende um trabalho conjunto, visto que a difusão da educação é vista como um dever de todos aqueles que são responsáveis pelo futuro das nações latino-americanas. É importante ressaltar que Bomfim entendia a liberdade como o direito que

uma pessoa tem de encontrar seu próprio modo de “conduzir-se e de entrar em acordo com os seus semelhantes. É por isso que não pode haver liberdade sem instrução” (BOMFIM, 2008, p. 281). Concluindo, Bomfim convoca ao trabalho para mudança. “Povo, consciente de sua existência, tal como o exige uma democracia, não existe aqui; é preciso fazê-lo” (BOMFIM, 2008, p. 284) e defende a utopia, sim, “(...) contanto que trabalhemos”. (...) “Dos sonhos generosos saem realidades benfazejas. A utopia é o princípio de todos os progressos e o esboço de um futuro melhor” (ANATOLE FRANCE, apud BOMFIM, 2008, p. 290).

Diante do que foi exposto, entende-se Manoel Bomfim como um expoente em termos de América Latina, um autor que ousou balançar as sólidas estruturas de pensamento vigentes no início do século XX trazendo considerações que, malgrado possam ser criticadas, possam ter contradições em seu intertexto, não podem ser ignoradas e, portanto, merecem ser lembradas e colocadas em pauta de discussão, em pleno século XXI, visto que os dentes de ixode de séculos de parasitismo europeu apresentam-se, ainda, insistentemente na história e na evolução da rica em desafios de investigação, complexa e instigante América Latina.

REFERÊNCIA

BOMFIM, Manoel. *A América Latina*. Males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, 291 p.

Recebido em 29/10/2017.

Aceito em 23/11/2017.

Publicado em 29/12/2017.

DOI: 10.11606/issn.1676-6288.prolam.2017.140213

ISSN: 1676-6288